



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS –
PPGCS/UFSM

“Em busca de um mesmo *“CEU”*”
**Estudo antropológico sobre (Ex)Moradores da Casa do
Estudante da Universidade Federal de Santa Maria”.**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Juciára Teixeira Machado

Santa Maria, RS, Brasil

2012

**EM BUSCA DE UM MESMO “CEU”
ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE (EX)MORADORES DA CASA
DO ESTUDANTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA MARIA**

por

Juciára Teixeira Machado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ceres Karam Brum

Santa Maria, RS, Brasil

2012

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS –
PPGCS/UFSM**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**EM BUSCA DE UM MESMO “CEU”
ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE (EX)MORADORES DA CASA
DO ESTUDANTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
MARIA**

elaborada por
Juciára Teixeira Machado

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciências Sociais

COMISSÃO EXAMINADORA:

**Ceres Karam Brum, Dr^a (UFSM)
(Orientadora/Presidente)**

Jorge Luiz de Cunha, Dr^o (UFSM)

Cornelia Eckert, Dr^a (UFRGS)

Santa Maria, 09 de julho de 2012.

AGRADECIMENTOS

Para a elaboração e conclusão desta dissertação contei com a dedicação e o auxílio de várias pessoas, algumas, entretanto, merecem uma menção especial.

A primeira delas, minha orientadora Professora Dr^a Ceres Karam Brum, sem a confiança e paciência dela, esta pesquisa nem teria assumido corpo e forma. Uma grande mentora, que me incentivou nos momentos mais críticos de elaboração e me cobrou resultados, sempre que necessário; obrigada.

Imediatamente faço um reconhecimento mais que especial, aos atores deste ensaio. Esta pesquisa é o resultado de uma “parceria”, com os (ex)moradores da Casa do Estudante CEU. Foi nas relações do cotidiano que aprendi a admirar e a respeitar mais essa coletividade. Agradeço assim a afável receptividade.

Agradeço aos órgãos e setores da UFSM, como: PRAE, Arquivo Geral e Biblioteca Central e a todos os servidores que me ampararam.

Devo aludir e agradecer ao PPGCS-UFSM e a CAPES pela oportunidade e pelo aprendizado propiciado. Reverencio também o corpo docente do Departamento de Ciências Sociais-UFSM que a longa data vem lapidando em mim uma Cientista Social.

À Jane, Secretária do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pelo carinho e eficiência na prestação de sua assistência ao longo do curso.

Agradeço as contribuições e proposições dos professores membros de minha banca de qualificação Prof. Jorge Cunha e Prof.^a Cornelia Eckert, foi da excelência de seus pareceres que este trabalho cresceu em dimensões e qualidade.

Ao meu ex-colega e amigo Gilmar, pelo incentivo e participação atuante nesta caminhada.

Não poderia deixar de ressaltar os meus inesquecíveis companheiros de mestrado, que construíram junto comigo as significativas discussões que tornaram esta passagem pela pós-graduação um ato de reflexão e construção muito maior do que a restrita sala de aula pode conter, mostraram-me também, que o aprendizado verdadeiro está muito além dos livros. Meu apreço e admiração especial à colega Maria Rita Py Dutra, exemplo de mulher e amiga.

Palavras não são suficientes para descrever a importância da minha família, meus pais Jorge e Maria Joana, minha irmã Jamile, minha sobrinha/afilhada amada Julia e o meu

cunhado Jader; eles foram à fonte constante de apoio durante toda a minha formação acadêmica. Este trabalho também é uma homenagem a vossa compreensão e amor.

E concludo, agradecendo as pessoas, mais importantes da minha vida nesse momento, o meu companheiro José Carlos Martinez B. Junior, ele, que muitas vezes secou as minhas lágrimas quando pensava estar tudo perdido que, com muito amor me motivou e me deu coragem para a conclusão deste texto. E ao nosso futuro(a) filho(a), fruto de nossa união, que foi gerado(a) e esta sendo esperado(a) de todo o coração. Inspirações de minha existência... foi pensando na nossa mais nova família que dei o meu melhor, para que de alguma forma pudesse ser motivo de orgulho e exemplo a vocês. – Esta dissertação é de vocês!

Mas é no momento final, ao fazer à retrospectiva do processo de minha produção, que me dou conta do fato de tantas pessoas terem cruzado comigo e depositado um mosaico para a construção deste projeto que enfim, se torna uma realidade. A todas elas com muito carinho OBRIGADA.

Desnecessário se torna dizer que somente a mim cabe a responsabilidade por eventuais erros e omissões.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Mestrado
Universidade Federal de Santa Maria

**EM BUSCA DE UM MESMO “CEU”:
ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE (EX)MORADORES DA CASA DO
ESTUDANTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**

AUTORA: JUCIÁRA TEIXEIRA MACHADO

ORIENTADORA: CERES KARAM BRUM

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 09 de julho de 2012.

O que este trabalho expõe é uma abordagem fundamentada num recorte antropológico-histórico, onde o tema norteador deste estudo insere reflexões sobre como é composto e sentido a experiência de Moradia Estudantil em (ex)estudantes universitários frente ao Programa de Assistência Estudantil na CEU, ofertado de forma gratuita pela Universidade Federal de Santa Maria - RS. Buscou-se interpretar como as fronteiras simbólicas são redesenhadas junto a este tipo de ocupação de um espaço-tempo novo e coletivo que é a moradia estudantil. E de como toda esta construção simbólica de identificação e reconhecimento reagiu ao processo de desvinculação da condição de universitário e morador. Para o alcance deste intento foi indispensável o remonte do quebra-cabeça histórico do campo social ao qual esta coletividade esta submersa. Isso propiciou a compreensão dos tipos de relações estabelecidas com o patrimônio, tendo por base o reconhecimento de seu valor histórico e institucional, imerso num espaço-tempo que foi e é pensado e/ou vivido por esta coletividade como membro ativo constituinte da memória e das referências identitárias de representação social. Pensou-se a história e o cotidiano desta coletividade como depositários legítimos de memórias coletivas e de anseios de indivíduos e grupos que, ao compartilhar um mesmo território pluralizado, operam coletivamente e reinventam cotidianamente a sua condição e a sua relação com este patrimônio, na busca de eternizar essa experiência no tempo e de construir uma identidade que os particularize. A pesquisa demonstrou que cada um dos sujeitos envolvidos, experimenta um tipo de adaptação diferente, dentro desse espaço patrimonial potencialmente definido. Conduzindo-os a um novo sentimento de reconhecimento, pertencimento e de socialização em coletividade. E assim, a explorarem diversas formas de sociabilidades. Que vão ao encontro de uma memória coletiva extensivamente negociada e compartilhada que legitima uma representação e um cotidiano acadêmico patrimonial.

Palavras-chaves: antropologia histórica, moradia estudantil, sociabilidade, memória coletiva, patrimônio universitário, identidades.

ABSTRACT

Máster Degree Dissertation Graduate
Program in Social Science – Máster
Máster Degree Dissertation

**IN SEARCH OF THE SAME "CEU":
ANTHROPOLOGICAL STUDY OF (EX) RESIDENTS OF THE HOUSE OF
STUDENT FEDERAL UNIVERSITY OF SANTA MARIA**

AUTHOR: JUCIÁRA TEIXEIRA MACHADO

ADVISOR: CERES KARAM BRUM

Date and Location Of Defense: Santa Maria, July 09, 2012.

What I present is an approach based on a cut-anthropological history, where the guiding theme of this study is included reflections on how it is made and felt the experience of Student Housing at (ex) students outside the Student Assistance Program at CEU, offered free of charge from the Federal University of Santa Maria - RS. We tried to interpret as symbolic boundaries are redrawn with this type of occupation of a space-time new collective that is the student housing. And as all this symbolic construction of identity and recognition reacted to the process of untying the condition of university and resident. To achieve this purpose it was indispensable to the reassembly of the historical puzzle of the social field to which this community is submerged. This provided an understanding of the types of relationships established with the equity, based on the recognition of its historical and institutional, immersed in a space-time that was and is thought and / or lived in this community as an active member constituent of memory and identity references of social representation. It was thought the history and daily life of this community as legitimate custodians of collective memories and aspirations of individuals and groups who, while sharing the same territory pluralized, collectively operate daily and reinvent their condition and its relationship with this heritage in the pursuit of perpetuating this experience in time and build an identity that particularize. The research showed that each of the subjects involved, try a different kind of adaptation, within that space assets potentially set. Leading them to a new sense of recognition, membership and socialization in the community. And so, to explore various forms of sociability. To meet a collective memory and shared extensively negotiated that legitimizes a representation and a daily academic heritage.

Keywords: historical anthropology, student housing, socialization, collective memory, heritage university, identities.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E IMAGENS.....	011
LISTA DE SIGLAS.....	014
LISTA DE ANEXOS.....	017
INTRODUÇÃO.....	018
CAPÍTULO I – SITUANDO ESTE ESTUDO: INTERFACES DE UMA PESQUISA ANTROPOLÓGICA NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	023
1.1. Colocações sobre a história e trajetória da Educação Superior no Brasil..	023
<i>1.1.1. O ensino superior no Rio Grande do Sul.....</i>	<i>028</i>
1.2. Educação superior e sua legislação: o que nos diz e garante o Estado com relação à Assistência Estudantil.....	034
1.3. Fundação, história e memória oficial da UFSM.....	038
CAPÍTULO II – PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO	046
2.1. Metodologia: superações e limites dos métodos e técnicas empregados nesta pesquisa.....	046
<i>2.1.1. Antropologia histórica: Um recorte metodológico necessário.....</i>	<i>048</i>
2.2. Inserção em campo: Um convite aos primórdios desta relação - relatos, expectativas e a experiência de estar lá.....	061
CAPÍTULO III – A COMPOSIÇÃO DESTE UNIVERSO – Passado no presente: da Casa do Estudante Universitário.....	072
3.1. Relação entre a universidade & moradia estudantil – origem da modalidade de repúblicas estudantis brasileiras e os seus desdobramentos no caso da UFSM.....	072
<i>3.1.1. UFSM – compreensão e vivência da moradia estudantil na instituição...076</i>	
<i>3.1.2. Assistência Estudantil – Programas de equidade: características, regras e acesso a esta modalidade.....081</i>	

3.2. Espaço físico compreendido e destinado a Moradia Estudantil na UFSM.....085

3.2.1. Moradias provisórias: características e composição desse processo de transição.....085

3.2.2. Pensando a produção do espaço: estrutura, disposição e constituição da CEU.....091

3.3. Representação do espaço institucional e o espaço de representações sociais.....105

CAPÍTULO IV – O LUGAR DO SUJEITO NA CASA DO ESTUDANTE E O LUGAR DA CASA DO ESTUDANTE NO SUJEITO.....112

4.1. Tornando-se morador – dos Alojamentos provisórios as implicações de “viver na CEU”.....112

4.2. Por uma ordem própria das coisas: a importância da diferenciação dos espaços perante a própria constituição dos comportamentos e das narrativas.....118

4.2.1. Convergências e divergências: um complexo de moradia estudantil com singularidades em cada ambiente.....125

4.2.2. PRAE x CEU'S - As relações tênues com os órgãos administrativos centrais da universidade.....127

4.3. O Movimento Estudantil no imaginário apropriado para a construção de uma identidade patrimonial.....130

4.3.1. Ex-moradores e suas narrativas - das falas as interpretações.....133

CAPÍTULO V – IMPLICAÇÕES COTIDIANAS DE UMA MEMÓRIA E IMAGINÁRIO PATRIMONIAL DA CEU141

5.1. Moradia estudantil: produção de vínculos com o patrimônio a partir da produção de vínculos com a moradia.....142

5.2. O lugar da memória coletiva na construção de sociabilidades e no processo de identificações.....147

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....158

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....164

ANEXOS.....	174
--------------------	------------

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E IMAGENS

Imagens 1 – (dir.) Instalações dos 1º cursos superiores do Brasil. O largo Terreiro de Jesus, localização da Escola de Cirurgia da Bahia, Salvador – séc. XIX.

Imagem 2 – (esq.) Instalações dos 1º cursos superiores do Brasil. Antigas instalações da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – RJ, ano 1918.

Imagem 3 – Vista aérea do local onde foi alocado o campus universitário, década de 50.

Imagem 4 – Desenho do plano referente ao complexo composto pelo campus universitário.

Imagem 5 – José Mariano da Rocha Filho, fundador, no marco de fundação das primeiras construções 1953.

Imagem 6 – Primeiras construções das instalações universitárias no centro de Santa Maria 1959.

Imagem 7 – Mapa da cidade universitária – ano 2000.

Imagem 8 – Construções e ampliações da UFSM: complexo que abrigará a totalidade do CCSH e da avenida de acesso - 2011.

Imagem 9 – Moradores da República Copacabana Palace – 1960.

Imagem 10 – Fachada da CEUACA década de 50.

Imagem 11 – Obras da CEU I no centro da cidade de Santa Maria, ano 1960.

Imagem 12 – Um dos primeiros encontros dos estudantes e do fundador e então Reitor José Mariano da Rocha Filho ano 1962.

Imagem 13 – Vista do complexo de moradia estudantil do campus UFSM ano 1978.

Imagem 14 – (esq.) Destaque de panfleto de reivindicações dos estudantes na década de 90.

Imagem 15 – (dir.) Movimento Estudantil pró-moradia e Assistência Estudantil, 1991.

Imagem 16 – Reportagem de Jornal local sobre a invasão da União – 1989.

Imagem 17 – União Universitária – 2011.

Imagem 18 – Quarto feminino da União – 2011.

Imagem 19 – Quarto 69 da CEU I – 2011.

Imagem 20 - Prédio da CEU I, 2011.

Imagem 21 – Corredor entre quartos e banheiro CEU I.

Imagem 22 – Apartamento da CEU I - (esq.) Quarto.

Imagem 23 - Apartamento da CEU I - (dir.) Sala/cozinha.

Imagem 24 – Hall de entrada do edifício CEU I.

Imagem 25 – Complexo de casas do estudante campus UFSM (CEU II e III).

Imagem 26 – Apartamento de um quarto para dois moradores CEU II – (esq.) quarto.

Imagem 27 – Apartamento de um quarto para dois moradores CEU II – (dir.) lavabo.

Imagem 28 – (esq.) Corredor e portas dos quartos dos aptos. de 6 moradores CEU II.

Imagem 29 – (dir.) Banheiro do Apto, 6, CEU II.

Imagem 30 – (esq.) Área de serviço e porta da dispensa “cubículo”.

Imagem 31 – (dir.) Cozinha do apto. de 6 moradores.

Imagem 32 – Quarto de apartamento de 4 moradores.

Imagem 33 - Banheiros coletivos da CEU II.

Imagem 34 – (esq.) Posto de Luz dos blocos de apartamentos de 6 moradores.

Imagem 35 – (dir.) Sala da Diretoria da CEU II.

Imagem 36 – Prédio 1, pinturas da fachada em grafite, 2011.

Imagem 37 – Prédio destinado a CEU III, 2011.

Imagem 38 – Exemplo de disposição de área verde – em frente ao prédio I, 2011.

Imagem 39 – Blocos inacabados da CEU campus (escombros), 2010.

Imagem 40 – Reportagem denunciando as más condições da CEU, Jornal do Campus 1989.

Imagem 41 – Memorando nº 315/2011 – CEUII, Desocupação do bloco inacabado 35.

Imagem 42 – Grafite em faixa do prédio relacionada à luta estudantil.

Imagem 43 – (esq.) Espaço “estilizado” pelo grupo de “agro-boys”, campus - 2011.

Imagem 44 – (dir.) Quarto decorado da CEU II, 2007.

Imagem 45, 46 e 47 – Artes e símbolos expressos no patrimônio universitário.

Imagem 48 – Matéria publicada no jornal local A Razão, 1989.

Imagem 49 – Matéria publicada no jornal da instituição.

Imagem 50 – Invasão dos moradores a reitoria na luta por moradia, 1991.

Imagem 51 – Pôster da exposição realizada na CEU I, 2010.

LISTA DE SIGLAS

- ABA** - Associação Brasileira de Antropologia
- BSE** – Benefício socioeconômico
- Capex** – Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível superior
- CAFW** – Centro Acadêmico de Frederico Westphalen
- CEU** – Casa do Estudante Universitário
- CEUACA**- Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida
- CNPq** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CESNORS** – Centro de Ensino Superior Noroeste - Frederico Westphalen e Palmeira das Missões
- EaD** – Ensino à Distância
- ENCE** – Encontro Nacional de Casas de Estudantes
- ENEM** – Exame Nacional do Ensino Médio
- ERECE** – Encontro Regional de Casas de Estudantes
- FFFCMPA** – Fundação Universidade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre
- GED** - Programa de Gratificação e estímulo à Docência
- IES** – Instituição de Ensino Superior
- INEP** – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases
- LSN** - Lei de Segurança Nacional
- MEC** – Ministério da Educação e Cultura
- PCN's** - Parâmetros Curriculares Nacionais
- PCdoB** – Partido Comunista do Brasil
- PEIES** - Programa de Ingresso ao Ensino Superior
- PLAFOR** – Plano Nacional de formação de Professores da Educação Básica
- PMDB** – Partido do Movimento Democrático brasileiro

Pnaes - Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE – Plano Nacional de Educação
PPGCS – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais
PRAE – Pró-reitoria de Assistência Estudantil
PRC - Partido Revolucionário Comunista
PROUNI – Programa Universidade para Todos
PT - Partido dos Trabalhadores
REGESD - Rede Gaúcha de Educação Superior a distância
RIVED - Rede Internacional Virtual de Educação
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RS – Rio Grande do Sul
SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SES – Sistema de ensino Superior
SENCE – Secretaria Nacional de Casas de Estudantes
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UNE - União Nacional dos Estudantes
USP – Universidade de São Paulo
UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
UPA – Universidade de Porto Alegre
URGS – Universidade do Rio Grande do Sul
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa
UNE – União Nacional dos Estudantes
UFCSPA – Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UPF – Universidade de Passo Fundo

UCS – Universidade de Caxias de Sul

UAB – Universidade Aberta do Brasil

LISTA DE ANEXOS

Anexo – A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	175
Anexo – B - Plano Nacional de Assistência Estudantil: Aprovado pela ANDIFES - Assistência Estudantil, Educação, 2007.....	176
Anexo – C - Sequência das Resoluções da Instituição que discorrem e regulamentam sobre a Assistência Estudantil na UFSM.....	187

INTRODUÇÃO

Esta dissertação, que ora se apresenta, investigou e agora apresenta a realidade sociocultural de uma população já conhecida e trabalhada por esta pesquisadora. Trata-se então de um estudo continuado, que foi iniciado no trabalho de conclusão de graduação em Ciências Sociais.

O referido trabalho de graduação teve por objetivo analisar por meio do método etnográfico como são constituídos os processos de adaptações, sociabilidades e de (re)configurações de identidades em estudantes, moradores da Casa do Estudante CEU II, localizada no campus da Universidade Federal de Santa Maria. Estes estudantes foram acompanhados nos anos de 2006 e 2007, enquanto residiam e estudavam na instituição. Buscando assim visualizar como o processo de migração destes estudantes para a universidade e para a moradia estudantil foi composto e sentido, para eles. A pesquisa demonstrou que cada um dos sujeitos envolvidos, experimentou um tipo de adaptação diferente, dentro desse espaço urbano potencialmente definido. Conduzindo-os a um novo sentimento de reconhecimento, pertencimento e de socialização em coletividade. E assim, a explorarem diversas formas de sociabilidades. Neste sentido, a sociabilidade se mostrou como prática de associação que, mesmo buscando a troca, não deixou de ser perpassada por dinâmicas de diferenciação social e por relações de discriminações. Atribuindo-lhes assim, múltiplas identidades, e formas distintas e características de “ver” e relacionarem-se com os “outros¹”.

O tema desta dissertação compreende então uma retomada desta ligação com estes estudantes, somando a isso, a interpelação e inclusão de ex-estudantes-residentes da CEU através de um novo estudo sob a perspectiva de uma antropologia histórica. O olhar espaço-temporal frente a estes sujeitos foi aqui ampliado. O que antes era direcionado apenas a uma fração desta população a CEU II, agora abarca a totalidade do programa de assistência estudantil da instituição e seu contexto. Os três complexos de moradia foram alvos do trabalho de campo e da análise aqui desenvolvidos; a CEU I (prédio localizado no centro da cidade de Santa Maria) a CEU II e CEU III (conjunto habitacional localizado no campus da UFSM).

¹ “outros” é utilizado neste trabalho no sentido e exclusivamente para a identificação e separação das relações e interações travadas entre membros da Casa do Estudante (com outros moradores) e não membros da mesma (com não moradores- demais componentes da UFSM e da comunidade da região). E não como categoria analítica.

Assim como, acompanhou-se não só o processo de entrada e permanência destes atores a universidade e a moradia estudantil, mas também o processo inverso de desvinculação com a universidade e a Casa. Seguindo suas migrações, trajetórias, memórias, escolhas, socializações, significações, representações, identificações e as relações estabelecidas junto e dentro deste espaço patrimonial urbano e acadêmico.

O universo universitário por si só, já nos desnuda significados e significações que nos vislumbra. Sem comentar é claro a presença intelectual e a inesgotável geração de conhecimento que acabam aspirando a qualquer membro de nossa sociedade o desejo de poder fazer parte deste seletivo mundo que, além de tudo, gera status e poder aos seus componentes. Não obstante a estes predicados desta tão antiga instituição, os sujeitos desta pesquisa, os estudantes e ex-estudantes moradores da CEU estão e/ou estiveram mergulhados nesta atmosfera singular de transitoriedade e residência em coletividade dentro deste patrimônio institucional da UFSM. E ela, neste contexto, gera e modifica suas maneiras de compreenderem-se e se posicionarem em suas vidas e relações sociais. Como foi evidenciado e defendido no primeiro ensaio desta pesquisadora sobre este tema.

Pois bem, durante todo esse tempo de ligação e interesse sobre esta temática, percebeu-se que; temas ligados à UFSM e a Casa do Estudante – seja a vida acadêmica, ou a própria composição e disposição da cidade universitária e suas particularidades, eram poucos, ou quase inexistentes em trabalhos acadêmicos. Sendo que os poucos encontrados, pairavam sob o viés de outras disciplinas e áreas do conhecimento e da ciência. Por isso, esta pesquisa tornou-se de certa forma “inovadora”, ao abarcar um tema e objeto deste valor pela óptica antropológica e por tentar compreender este universo sob um prisma novo a antropologia histórica.

O tema norteador deste estudo concentrou-se na análise e interpretação do processo de migração, do cotidiano, da memória, das relações espaço-temporais patrimoniais e de identificações destes sujeitos; estudantes da Universidade Federal de Santa Maria UFSM - RS e (ex)moradores da Casa do Estudante Universitário - CEU. Abarcou-se, todavia as condições de interação social e de socialização destes agentes dentro do cotidiano da Casa.

Buscou-se neste sentido interpretar como as fronteiras simbólicas são redesenhadas junto a este tipo de ocupação de um espaço-tempo novo e coletivo que é a moradia estudantil. E de como toda esta construção simbólica de identificação e reconhecimento reagiu ao processo de desvinculação da condição de universitário e morador da CEU. Para

o alcance deste intento foi indispensável o remonte do quebra-cabeça histórico do campo social ao qual esta coletividade esta submersa.

Nesta conjuntura mapeou-se a delimitação e o significado do universo simbólico-histórico de suas memórias. Isso propiciou a compreensão dos tipos de relações estabelecidas com o patrimônio tendo por base o reconhecimento de seu valor histórico e estético, com um padrão arquitetônico funcional imerso num espaço-tempo que foi e é pensado e/ou vivido por esta coletividade como membro ativo constituinte da memória e das referências identitárias.

Através desta temática e da delimitação deste objeto de pesquisa o que se problematizou, isto é, as indagações norteadoras desta pesquisa foram: Como a inserção destes atores ao universo e contexto de interações e relações compostas pela experiência de moradia estudantil, impõem uma identificação, e como tal, quais os desdobramentos frente ao grupo? Que signos estão ligados a noção de pertencimento a este universo e como ele está sendo subjetivado na sua intimidade e no processo de socialização deste ator? Será que a simbolização histórico-cultural deste patrimônio, enquanto coletivo, perante seus ocupantes e não ocupantes acionaria o discurso e uma narrativa com referências a um lugar constituído por uma memória espaço-temporal? Por que os frequentadores e residentes deste tipo de moradia recebem estigmatizações² intrinsecamente relacionadas a esta condição? O que faz parte do cotidiano, memória e linguagem distintiva e por quê? O que querem marcar temporalmente e espacialmente? Que marcas carregam consigo em suas vidas e trajetórias após a experiência de moradia estudantil?

O objetivo desta pesquisa foi o de encontrar num primeiro momento as respostas a estas indagações. O que desencadeou a compreensão e a percepção de que a constituição de vivência e de sentimento de grupo foi e é perpassada pela conexão entre uma memória coletiva e as narrativas destes moradores e ex-moradores e legitimada por um conjunto de registros e vestígios históricos estrategicamente resgatados; sendo estes, os responsáveis por tecer a trama de simbolização do espaço-tempo patrimonial universitário.

Todavia, pontuou-se a importância decisiva desta “história” para se compreender esta experiência em particular, onde assentam as vivências cotidianas e fluxos de seus (ex)residentes. Pensou-se a história e o cotidiano desta coletividade como depositários legítimos de memórias coletivas e de anseios de indivíduos e grupos que, ao compartilhar um mesmo território pluralizado, operam em coletivamente e reinventam cotidianamente a

² Nos termos de Goffman, 1982.

sua condição e a sua relação com este patrimônio, na busca de eternizar essa experiência no tempo e de construir uma identidade que os particularize.

O que este trabalho expõe é uma abordagem fundamentada num recorte antropológico-histórico, envolvendo um pouco mais do cotidiano e da constituição/organização desta coletividade. Neste sentido, crê-se que a aplicação dos intentos, métodos e objetivos desta pesquisa sejam práticos, seguros e norteados por uma metodologia científica qualitativa antropológica. E não obstante, do diálogo desta com a história, ou melhor, pela opção de interpretação através de uma antropologia histórica e da etnografia como molas propulsoras desta tarefa. E nem por isso, menos complexas e seguras. Calcadas e obedecendo a um rigoroso padrão ético tanto com as pessoas envolvidas no estudo, quanto no trato com os dados obtidos através delas.

Como referencial teórico basilar empregado, isso significa dizer que, o conhecimento científico adotado e aplicado nesta pesquisa foi o da antropologia, junto a todas as suas realizações, teorias e conceitos que se mostraram pertinentes e elucidativos na compreensão deste universo. Que juntos deram forma e legitimidade aos estudos empíricos desenvolvidos. Cabe esclarecer que o recorte feito, assim como, a escolha de determinadas teorias e conceitos foram baseados, exclusivamente, nos tipos de dados obtidos. Portanto, interpretativos.

De forma objetiva esta dissertação organiza-se da seguinte forma: no primeiro capítulo, *Situando este Estudo*, fez-se um traçado antropológico-histórico do campo educacional do Ensino Superior no país, no estado e da UFSM. De tal modo, da trajetória da modalidade de Assistência Estudantil; discute-se a legislação que a cria e ampara e os desdobramentos deste programa na tentativa de contextualizar tempo-espacialmente a atmosfera que envolveu e ainda envolve o cotidiano dos sujeitos aqui interpelados. Além de traçar um levantamento histórico documental da construção e fundação da universidade.

No segundo, intitulado o *Percurso Teórico Metodológico*, apresenta-se ao leitor o caminho epistêmico-metodológico traçado e os vieses teóricos que foram dando corpo e estrutura à pesquisa e remata por expor um relato descritivo-reflexivo introdutório de como a entrada em campo foi realizada e sentida por esta pesquisadora.

O terceiro capítulo, *A Composição deste Universo*, traz a relação travada entre as Instituições de ensino superior e a moradia estudantil. Mostrando a origem e padrão histórico da modalidade de repúblicas estudantis brasileiras e os seus desdobramentos no caso da UFSM. Adentra-se no caso CEU-UFSM, nas formas de ingresso e dos perfis de

seus contemplados. Pautam-se ainda as descrições das estruturas do espaço físico dispendido para este fim dentro da universidade. Concluindo com reflexões sobre a constituição e representação social do espaço institucional da CEU.

No capítulo quatro, *O lugar do sujeito na casa do estudante e o lugar da casa do estudante no sujeito*, discute-se a própria interpretação e reflexão etnográfica em cima do campo realizado, pontuando o processo e a experiência deste estudante enquanto morador, o cotidiano, as trajetórias e histórias de vida, a ordem social da coletividade, as sociabilidades ali praticadas, os conflitos, a relação com a instituição, as etapas e permutas dentro dos três tipos de moradia e as singularidades de cada ambiente. E nisso a importância da diferenciação dos espaços perante a própria constituição dos comportamentos e das narrativas. Fechando com a alusão ao papel dos Movimentos Estudantis e suas implicações no imaginário apropriado para a construção de uma identidade patrimonial coletiva ao longo de sua história.

Já no quinto e último capítulo temático, *Implicações cotidianas de uma memória e imaginário patrimonial da CEU*, dar-se-á continuidade ao fluxo do estudo antropológico trazendo para o debate o patrimônio da CEU como agente histórico junto a esta coletividade, retratando a produção e reprodução de vínculos patrimoniais. E a demonstração da autoridade de uma memória coletiva ativa na construção das sociabilidades, representações e no processo de identificações deste (ex)moradores.

Crê-se que ao expor a organização e disposição deste texto possa-se agora deslocar a atenção do leitor para o corpo da argumentação e da exposição da discussão proposta pela aludida pesquisa.

CAPÍTULO I – SITUANDO ESTE ESTUDO: INTERFACES DE UMA PESQUISA ANTROPOLÓGICA NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A reflexão histórica, serve para nos colocar perante o patrimônio de ideias, de projetos e de experiências como um elemento de nossa memória no passado e no presente de nossa trajetória. (STEPHANOU e BASTOS, 2005. p. 11).

Inicia-se a exposição e discussão deste tema, apresentando e traçando algumas abordagens e entendimentos sobre a história da educação e a trajetória do ensino superior no Brasil. Defende-se esta introdução pela capacitação que ela promove ao englobar simultaneamente, as diversas dimensões que intervêm e que juntas vão perpassar e caracterizar o estudo em questão, tornando-se proeminentes para a compreensão do fenômeno e universo analisado. A saber, a trajetória e característica do ensino superior no país e a sua relação junto à sociedade e seus desdobramentos frente ao que hoje temos e presenciamos como modelo acadêmico e de Assistência Estudantil na UFSM.

A análise que por ora pretende-se expor exige que se faça um enquadramento introdutório social do comportamento humano pautado numa reflexividade em cima de uma realidade antropológica educacional, onde se deseja posicionar este (ex)morador da CEU-UFSM em um contexto sócio-político-econômico e cultural num tempo-espaço que permeia a sua constituição enquanto agente histórico neste contexto. Ou seja, reconhece-se a inferência de “fatos sociais totais” (MAUSS,1974). Não havendo a possibilidade de isolamento desses prismas que configuram este “campo” (BOURDIEU, 2007) e que compõem e fazem destes sujeitos quem são neste universo de moradia estudantil.

1.1. Colocações sobre a história e trajetória da Educação Superior no Brasil

O Brasil enquanto designado colônia de Portugal, não possuía em seu território ensino superior. Os primeiros cursos superiores foram introduzidos formalmente, junto à

chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808. Versou-se de um interesse imperial ancorado na urgência de uma aristocrática real recém-instalada que carecia de Instrução. E junto dele a preocupação com os primeiros empreendimentos e políticas de “assistência estudantil” voltada à modalidade de ensino superior e atendendo aos ditames desta elite. Então D. João VI criou o Curso de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia, da Bahia em fevereiro de 1808, e em novembro do mesmo ano fundou a Escola de Cirurgia do Rio de Janeiro. Que em 1813, sob novo Decreto que direcionou o ensino médico, a Escola passou a denominar-se Academia Médico Cirúrgica do Rio de Janeiro. Todavia e conjuntamente outras foram sendo consolidadas, durante a Monarquia brasileira, como os cursos de Ciências Jurídicas e Sociais em São Paulo e Olinda e a Escola de Minas em Ouro Preto. Estas instaurações vieram associadas à criação das primeiras repúblicas estudantis, conforme tradição e desejo desta aristocracia, distendendo o alcance e domínio de sua cultura, obedecendo aos moldes vigentes na metrópole portuguesa.

Nessa ocasião a preocupação para com a educação superior, logo após a independência, neste nascente país, era fundamental para a sua consolidação e projeção internacional. O que levou o interesse e o direcionamento de esforços políticos e aristocráticos ao seu desenvolvimento, visando à formação de uma elite dirigente. Durante a Império houve a predominância de cursos como, Direito, Medicina, Engenharia e da Escola Militar.

Imagens 1 e 2 - Instalações dos 1º cursos superiores do Brasil.



O largo do Terreiro de Jesus, onde ficava a Escola de Cirurgia da Bahia, retratada por autor desconhecido, entre o fim do séc. XIX e o início do XX. Coleção de Joaquim Teixeira Lopes



Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, construída em 1918 na Praia Vermelha

Fonte: Imagens 1 e 2. Site <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/200-anos-de-ensino-superior>. Acesso jan. 2011.

Os parâmetros adotados e seguidos dentro da criação e constituição destes cursos superiores foram os da Universidade de Coimbra - Portugal, atentando a um interesse da metrópole de unificação cultural, social e política. Na tentativa de inibir qualquer tipo de manifestação contra a mesma. Segue-se originalmente um modelo de educação superior Lusitano que se configura e encontra latente até hoje nas suas entranhas como “marcas indeléveis” (OLIVEN, 2005, p. 112) de uma tradição que assombra o sistema educacional, seus desdobramentos e significações. “Elas eram profissionalmente orientadas, independentes uma das outras, instituições seculares, cuja organização didática e estrutura de poder baseavam-se em cátedras vitalícias (...) e o caráter elitista de ensino, manteve-se alheio às necessidades da maior parte da população brasileira”. (Ibid., p. 123 - 124).

Porém na Primeira República, foram efetivadas as primeiras Faculdades, em 1920. Passada esta etapa e de se perpetuar as características originais, que mediante a revolução de 30, há a consolidação do Brasil no mundo capitalista de produção. Este novo panorama, exigiu mão-de-obra qualificada e para tal, a necessidade crescente de se pensar e investir em Educação. O Decreto nº 19.851 de 1931 estabeleceu o estatuto das universidades brasileiras – discorrendo sobre a organização do ensino superior e da sua constituição. Nomeadamente, nos idos de 1832, uma intensa mudança marcou a fundação das Faculdades e Universidades. E dentre as contempladas estavam a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, da Bahia, a USP e a Universidade do Distrito Federal.

E junto, à instauração de outras propostas de supremacia quanto à demarcação do sentido e dos objetivos do ensino, que vieram através da criação da Universidade do Brasil, direcionando um modelo à nação. O Ato adicional de 1834 à constituição de 1824 conferiu as Províncias poderes para legislar sobre o ensino superior. Esta conjunção de interesses no crescimento universitário nacional veio acompanhada, de uma necessidade de inclusão e acomodação de um novo contingente populacional de classe média que carecia de subsídios para adentrar e permanecer nos sistemas universitários, ou seja, de assistência estudantil.

A criação da UNE neste período, foi preponderante também para o ensino superior e para a efetivação desta assistência. Mesmo com todo o autoritarismo da época, nascem no Estado Novo e com ela os movimentos estudantis pela ampliação e progresso das condições de ensino; e assistência estudantil. Dona de um discurso insurgente as propostas do governo federal e, consumida por ideais de liberdade, equidade, acessibilidade e autonomia frente às instituições e ao Estado, a UNE defendeu a participação política

discente e docente paritária, a livre associação dos estudantes dentro da universidade; a participação discente na elaboração dos currículos; além da melhoria da assistência estudantil e infraestrutural institucional.

Contudo, e a partir do temor da Igreja frente ao que se pintava como “revoluções libertárias e liberais”, cunharam-se as Faculdades Católicas, direcionadas por orientação pedagógica jesuítica. As mesmas se configuraram como as primeiras universidades privadas do país.

Com o fim do Estado Novo, a Constituição de 1946 passa a refletir o processo de redemocratização do país, e a educação superior corre para uma era de integração. Essa conjuntura foi a responsável pela ampliação do ensino superior gratuito e pela criação das universidades federais que hoje persistem no país. Inclusive no segmento militar, com a criação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA em 1947, uma inovação acadêmica de modelo norte-americano. Os moldes do ITA serviram como molas propulsoras a modernização do ensino no Brasil, principalmente na criação da Universidade de Brasília.

Num plano nacional definido por projetos desenvolvimentistas, flexíveis e integrados, contrapondo o que se tinha até então. Eles serviram de padrão para as reformas de expansão universitárias dos anos 60 e a intensificação de movimentos estudantis pela melhoria de acesso e equidade ao ensino superior. A UFSM foi articulada e organizada nesta égide, sendo inaugurada em 1960, junto a um programa de assistência estudantil, que foi incorporado ao seu projeto e composição, trazendo consigo a construção das alocações de moradias estudantis hoje vigentes.. Estas características serão retomadas logo mais, onde se discutirá o processo de formação e consolidação desta instituição.

Em 1968, imersos numa movimentação intensa de lutas estudantis apoiadas pelos profissionais da educação, na busca por melhorias de acesso e permanência nas universidades, lapidou-se a primeira grande reforma universitária. Com a aprovação da Lei de Reforma Universitária nº 5.440/68. Trazendo consigo significativas mudanças na estruturação e condução das universidades brasileiras, como o aumento de vagas, racionalização de recursos, flexibilização administrativa e indissociando seu caráter contíguo de compromisso com o ensino, a pesquisa e a extensão. (OLIVEN, 2005, p.127). (...) “E ainda as grandes universidades públicas implantaram um sistema de pós-graduação, que tem servido para a qualificação dos docentes de nível superior e o desenvolvimento da pesquisa no país”. Foram designadas neste período: a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC e as agências governamentais CNPq e Capes, e os Planos

Nacionais de Desenvolvimento. O que promoveu a internacionalização do ensino superior e de pós-graduação, através de convênios.

Esta atmosfera da época propiciou até transformações nas localizações tempo-espaciais e geográficas das instituições, as faculdades/universidades públicas antes situadas nos pontos centrais das cidades, foram transferidas para os *campi* na adjacência das mesmas. Era o “mais adequado” na tentativa de enfraquecer e apaziguar os movimentos estudantis e articulações políticas provenientes do seu interior. Consequentemente, as residências estudantis eram relocadas no interior destes campi. Enquanto isso, as faculdades particulares faziam exatamente o inverso.

Cabe tocar ainda, noutros aspectos e particularidades que constituem as características distintivas dos dois tipos de ensino superior (privados e públicos). Uma delas reside na persistência de uma dada seletividade, onde a elite bem preparada ocupa as vagas nas melhores universidades públicas, restando às faculdades privadas de baixo nível para os mais pobres.

Neste aspecto, houve e ainda há uma proliferação de instituições privadas. Incentivadas pelo governo e assinalando a educação enquanto um grande negócio. Situação que persiste nos dias atuais, onde se prioriza quantidade e profissionalização em detrimento da qualidade, gratuidade e incentivo a pesquisa no ensino público. Exemplo deste fato, à inclusão da Medida Provisória nº 213 com o Projeto Universidade para Todos – ProUNI, aprovado em setembro de 2005, seguindo a mesma coerência. Onde o governo federal oferta subsídios de financiamento em parceria com instituições privadas ao aluno ao adentrar nas mesmas, garantindo-lhe assim, boa parte do custeio de seus estudos.

Como consequência das políticas adotadas na década de 90, o ensino superior sofreu o impacto do sucateamento das universidades públicas pelos cortes de verbas. Com a não renovação e contratação do quadro de docentes e funcionários, e por ausência de uma política efetiva de assistência estudantil. O então ministro, Paulo Renato de Souza em 1996, através da promulgação de uma nova LDB, instaura Reformas Universitárias. Que trazem em si conformidades com as exigências privadas e internacionais, e cria a Avaliação Institucional e Exame Nacional de Cursos, a tão discutida e controversa “Autonomia Universitária” e a melhoria do ensino, através do Programa de Gratificação e estímulo à Docência - GED. E a abertura de investimentos privados nas instituições públicas, captando recursos privados, com cortes de investimentos públicos, entre outras mudanças.

Em seguida, na história do país, foram criados e/ou ampliados dentro dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula, uma gama de programas e legislações, entre elas: a integração entre universidades do MERCOSUL e da flexibilização do ensino superior. E demais programas de acesso e financiamento ao ensino superior, como REUNI e o ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio - que labora como uma das portas de acesso à universidade.

De tal modo, outras ações governamentais como: programas de inclusão e cotas, entre outros. Que auxiliaram na formatação e instrumentalização do ensino no país. Em 2007 foi criado o Plano Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes, ampliando e dando sustentação legal aos programas de subsídio estudantil do ensino superior existentes no país. E em 2010 foi promulgado o Decreto nº 7.234, dando as diretrizes de sua instalação.

Entretanto, no contexto atual carece-se de mudanças no modelo universitário apresentado, modelo este que é fruto do prosseguimento de uma reforma universitária proveniente dos anos 70 e decorrente do padrão sócio-político-econômico seguido pelo Brasil desde então e em consonância com anseios internacionais e especulativos. A reforma universitária calcada desde a era Lula, e imutável até então no governo Dilma, apesar de seus avanços, não contempla as reivindicações desta comunidade universitária e nem da sociedade brasileira. O que respinga nos moldes de assistência estudantil perpetrados, também ultrapassados aos interesses e ao contingente dessa nova e cada vez mais vasta população de usuários.

1.1.1. O ensino superior no Rio Grande do Sul

As origens e os atributos da implementação do ensino superior no estado não fogem aos ditames e ao fluxo histórico relatado e analisado no âmbito nacional. Mas alguns pormenores são necessários dados às qualidades de sua conotação e das conseqüentes ramificações que acabaram por dar fundação a Universidade Federal de Santa Maria e de seu peculiar programa de assistência estudantil. As conotações seguem o fluxo da intensa urbanização do RS, do crescimento e da presença de classes médias, que imputavam a direção para a disseminação e interiorização do ensino superior. Além da particularidade de articulações comunitárias da sociedade civil e de instituições religiosas em prol do fortalecimento desta modalidade educação.

A presença do ensino superior no estado remete ao final do XIX. Mais precisamente ao ano de 1893, quando é instaurada a primeira Escola Superior na cidade de Pelotas, e posteriormente, se difundiu para Porto Alegre e Santa Maria. Os primeiros cursos inaugurados foram Medicina, Farmácia Direito e Engenharia.

Com a criação estatal da Universidade de Porto Alegre, em 1930, por meio de Decreto Estadual nº 5758/34. O governo do estado passou a concentrar e manter a ampla gama de cursos de terceiro grau do estado em Porto Alegre. Nesta década foram historiadas as primeiras presenças e atuações de moradias estudantis no RS.

Foi no final da década de 1940, com a transformação da UPA em Universidade do Rio Grande do Sul (URGS) em 1949, e em meio a aceleradas mudanças políticas, sociais e econômicas, que essa instituição passou a congrega Faculdades e Escolas superiores de três cidades do estado (...) (RAIZER, 2006, p. 21)

Entre elas e atendendo aos desejos da população estadual, a UPA - URGS englobou a Faculdade de Direito e Odontologia de Pelotas e a Faculdade de Farmácia de Santa Maria.

Mas já entre os idos dos anos 50 e 70 eclodiram movimentos reais para a interiorização do ensino dentro do RS. Em 1950 a URGS foi incorporada ao sistema federal de ensino superior, desencadeando os desdobramentos que originariam a UFRGS, e em 1960 há a criação da Universidade Federal de Santa Maria e, em 1969, a Universidade Federal de Pelotas. Consolidando ainda, instituições e cursos com referências a ações e iniciativas comunitárias como a UPF e a UCS, e privadas isoladas como a PUCRS – Pontifícia Universidade católica do RS. Neste período são fundadas uma diversidade de faculdades e cursos em Santa Maria, Caxias do Sul, Ijuí e Passo Fundo. E para salvaguardar o sucesso deste empreendimento é pensada e projetada uma infraestrutura de aporte institucional e dentre este aparato encontra-se a construção e efetivação da assistência estudantil de moradia.

A interiorização do ensino de terceiro grau no país e principalmente aqui no RS foi substancialmente motivada pelas mudanças político-econômicas e sociais associadas a uma crescente necessidade de qualificação profissional pela sociedade, agora demograficamente crescente e urbanizada. No imaginário principalmente, tido pelas elites locais, se consolidou a crença de que o desenvolvimento local e cidadão só seria viável se estivesse conectado a criação de Escolas/Faculdades superiores em suas jurisdições.

Com isso, acreditavam garantir judiciousa autonomia frente a capital e uma via sensata de desenvolvimento local. Deste modo, foram se postulando legislações que

regulavam a oferta e a criação de cursos e de infraestrutura, consonadas com a demanda de crescimento econômico e social. Que conjuntamente as crescentes reformas, trouxeram a criação dos modelos de extensão universitária para além de suas sedes. Que deram origem aos diversos campi universitários, como o da UFSM.

Todavia presta-se atenção no argumento trazido por Leandro Raizer ao dialogar com pesquisadores da trajetória educacional do RS:

(...) “em várias regiões do estado, ao longo da década de 1960 produziu-se razoável diferenciação social, expressivo dinamismo e modernização econômica. No bojo deste processo, emergiram os projetos de criação de instituições do Ensino Superior com forte vocação regional” (NEVES, 1991, p. 40).

Uma das IES que apostou na sua vocação para o desenvolvimento de um projeto regional foi a UFSM através do projeto da Multiversidade. Essa IES, através da instalação de campi avançados (inclusive em outros estados, como é o caso do campus no estado de Roraima), e extensões fora da sede, queria atender as demandas de uma ampla região do RS (centro-oeste e nordeste). Com a interferência do governo federal que acabou por bloquear esse tipo de alternativa de expansão, suas antigas extensões foram fechadas, ou deram origem a novas IES isoladas (NEVES, 1991, p. 9; ROSSATO, 1997-b, p. 291, apud RAIZER, 2006, p.61).

Com esta sucessão de acontecimentos, se averiguou que entre 1966 a 1977 existiu uma aceleração na interiorização do ensino superior no RS e na abertura de novos centros, saltando de 20 para 60 instituições atuantes. Um crescimento significativo e controlado ocorreu em áreas delimitadas e direcionadas pelo governo federal, como regiões geo-educacionais. Somado respectivamente, a uma multiplicação no número de cursos e vagas dedicadas, sendo expressivo o desenvolvimento das instituições privadas em detrimento das públicas.

No decorrer das décadas de 80 e 90 o estado passou por momentos difíceis de consolidação, diversificação e mudanças frente ao ensino superior, oriundos de uma reestruturação nacional profunda, alicerçadas, primeiro pela Constituição de 1988 e depois pela reformulação da LDB em 1996 e rematando com novas Reformas Universitárias. Contando com a significativa multiplicação dos campi universitários federais e da criação e consolidação dos centros universitários e instituições privadas.

Mas conjuntamente a esse pulsante crescimento e pulverização; coexistiu um retrocesso a partir dos anos 80, devido as constantes crises político-econômicas do período que estagnaram e até brecharam certos avanços frente à educação superior. Esta equação também é apropriada quando se fala nos dados e discrepâncias entre instituições públicas e particulares.

Em contrapartida, o Rio Grande do Sul, diferente de outros estados do país, nunca possui e/ou criou um órgão governamental estadual que trate e/ou responsabilize-se pelas instituições de ensino superior, cabendo a União e/ou a própria comunidade acadêmica arcar com esta responsabilidade, o que acaba por produzir um desamparo, como nos diz Leandro Raizer:

Entre os resultados dessa (des) organização, configura-se um sistema ensino superior que possui um relevante número de IES que se organizam de forma relativamente distinta, o que é salutar; mas que, no entanto, não refletem de forma organizada, sistemática e pública sobre as dificuldades que enfrentam, não estipulam metas comuns e não analisam os impactos que causam no desenvolvimento social, econômico e cultural do estado. (2006, p.74).

Este panorama reflete também nas discrepâncias encontradas nos padrões de assistência estudantil e de sua organização no interior de cada comunidade acadêmica autônoma.

Desde a década de 90 acompanha-se um aumento significativo do acesso ao ensino superior no RS, principalmente entre jovens de 18 a 24 anos. Atualmente há cerca de 102 sedes e instituições superiores espalhadas por cerca de 33 municípios e mais 72 municípios unidos de campi. E a concentração dessas se dá respectivamente, nas cidades de Porto Alegre com 31; Taquara com 7; Passo Fundo, Santa Maria e Caxias do Sul, cada uma com 6; Pelotas com 4 e Bento Gonçalves, São Leopoldo e Canoas, com 3 cada. Correspondendo ao percentual de 66% do total de instituições presentes no estado. (RAIZER 2006, p.111). Este aumento também é traduzido e transportado ao número e a extensão das assistências proporcionadas.

De 2004 a 2005, através de uma portaria e posterior Decreto do MEC, foram criados os cursos de modalidades semipresenciais e a distância junto a Universidade Aberta do Brasil – UAB, pela União no estado. E em 2006 o Rio Grande do Sul atingiu a margem de 11 instituições públicas atuantes, destacando-se as criações da Uergs em 2001, da UNIPAMPA em 2005 e em 2006 da transformação da antiga FFFCMPA em UFCSPA. Logo “O setor privado contou com um total de 87 IES no RS: 6 Centros Universitários, 12 Institutos Superiores, 11 Universidades e 58 Faculdades”. (RAIZER 2006, p.112-113).

Mesmo com esta propagação, as suas distribuições equitativas dentro do espaço geográfico do estado não se conservaram suficientes. O que acarretou que mais da metade dos municípios do estado, ou seja, da população interessada, não possua em sua localidade uma sede de ensino, induzindo a constantes processos migratórios de pessoas ao pólos de concentração de instituições para a inserção e ocupação de uma vaga nos dados centros

acadêmicos. E a procura por uma acomodação dentro dos programas e subsídios assistências, dentre eles a moradia estudantil.

Conforme os índices trazidos ainda por este autor, no RS, entre os anos de 2003 e 2004 a taxa de acesso ao ensino superior por jovens pairava entre 14,6% e 17%. Um contingente baixo, que é sucedido de uma crescente baixa na cifra de jovens matriculados e concluintes deste ensino, contrastando com as altas taxas demográficas estaduais. (Ibid., p.156-157). Como alguns dos fenômenos ocasionadores, “em suma, pode-se afirmar que a possível pressão que os egressos do ensino médio poderiam exercer sobre o SES do estado acaba sendo contingenciada pela retenção escolar, evasão e não atendimento nos níveis inferiores de ensino”. (Ibid., p. 164).

Dito isso, a discussão desloca-se para a apresentação dos resultados obtidos por ele:

Com base nestes dados é possível afirmar que ainda existe uma importante demanda reprimida no RS, equivalente a 108% das matrículas existentes atualmente na educação superior, formada por pessoas que já concluíram o ensino médio e que por algum motivo não ingressaram no ensino superior. Entre as possíveis explicações para isso destaca-se a impossibilidade de muitas dessas pessoas arcarem com os custos de um curso numa IES privadas, a entrada precoce no mercado de trabalho, e a não existência de IES/cursos na cidade onde residem. (RAIZER 2006, p. 168).

Estes resultados constituem sérias revelações das atuais condições estatais frente às problemáticas educacionais contidas no ensino superior. São fatores que caracterizam o acesso, a permanência, o rendimento e a insuficiência dos programas de assistência estudantil existentes. Eles desenham conjuntamente, o perfil da população que circula e compõe este universo. Relevando ainda, quem ainda prevalece às margens desta educação superior. Ou até adentram, assistidos por alguns programas assistenciais, mas compondo insignificantes índices amparados pelos programas de equidade.

Atualmente presencia-se também, um crescimento e concentração de cursos de pós-graduação nas já citadas cidades pólos (Santa Maria é uma delas), com participação massiva nesta constatação, de universidades federais, o que implica uma mudança de postura frente ao ensino superior no RS.

Toda esta conjuntura leva a população estadual a empreender migrações provisórias ou permanentes, entre municípios, ou seja, rumo a estes pólos em busca de qualificação educacional e melhores postos e remunerações de trabalho, onde exista e funcione uma Instituição Federal de Ensino Superior. “entre os municípios que mais tem recebido migrantes destaca-se: Porto Alegre, Novo Hamburgo, Santa Maria, Pelotas, etc.” (Ibid., p.

185), por serem possuidoras de altos indicadores sociais, econômicos e educacionais. E estes episódios marcam outro tipo de referencial:

A análise do número de vagas e inscritos revela a dinâmica do sistema, na qual o setor privado aparece com uma ociosidade total de vagas que chega de 1991 a 2004 a 41% (36% na capital; e 43%, no interior do estado), já o setor público apresenta uma ociosidade menor que 1%. (Ibid., p. 192).

Este percentual obedece à coerência dos custos alçados e dispendidos com a educação superior e o fatal direcionamento da população, principalmente de classe média, para o menor ônus possível na renda pessoal e familiar para concretização deste feito.

De maneira geral o ensino superior no RS acompanha um crescimento quantitativo significativo até hoje, o que não se evidencia no campo qualitativo a médio e longo prazo. Presencia-se dada instabilidade na organização e articulação frente às reais necessidades da sociedade das quais estão imersas.

Nesse sentido, o processo de expansão pouco diversificado – marcado pela oferta de cursos tradicionais, pela manutenção da concentração regional, e oferta desigual de cursos segundo a área de conhecimento – que tem se dado nos últimos anos, parece ser incapaz de atender as demandas diferenciadas as quais se esperaria que fossem atendidas como a inclusão dos diferentes grupos sociais, principalmente os que foram historicamente excluídos do acesso a esse nível de ensino: habitantes de municípios isolados, população pobre, pessoas com a pele de cor negra e índios. (RAIZER 2006, p.195).

O que se articula intrinsecamente, com as condições de acesso, permanência e projeção que este tipo de ensino proporciona aos seus ingressantes. Além é claro dos custos alçados nesta tarefa, custos estes que não estão restritos ao campo econômico, permanecendo resguardados também no tempo-espço deliberado e despendido por este aluno nesta empreitada e das implicações socioculturais envoltas nesta inserção e possível deslocamento. E principalmente, estes custos são pautados/calculados em maior ou menor grau pela existência e imersão numa assistência estudantil e no que ela reserva a este acadêmico como condições de auxílio e representação. O ônus de conservação destes programas ao governo é significativo e é utilizado como respaldo para a perpetuação dos ínfimos índices de investimento e reformulação.

1.2. Educação superior e sua legislação: o que nos diz e garante o Estado com relação à Assistência Estudantil

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases - LDB, por educação compreende-se: Art. 1º *a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.*

A própria Constituição Federal de 1988, garante e confere a educação (ensino) o estatuto de direito de todo o cidadão. Por conseguinte a LDB reitera *o dever do estado para com a educação* em seu Art. 4º, e estabelece a sua efetivação por diversas garantias, entre elas a do ensino superior; (...) *programas de assistência estudantil, flexibilização dos horários e mobilidade educacional atendendo as necessidades individuais, ensino superior, etc.* A União dentro destas diretrizes divide a responsabilidade educacional, em regime de colaboração, com os estados e municípios, com a sociedade e as instituições privadas.

Enfatiza-se agora a mudança conferida pela LDB, quando, em seu Art. 21º, estabelece as distinções no ensino: A educação escolar passaria a compor: *I – Educação básica; II – educação superior.* E tratando-se de educação superior, assinala-se para o Decreto nº 5.773 de 2006, que dispõe sobre o novo crivo que vai dispor a respeito do exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Voltando-se mais uma vez ao conteúdo da LDB, esta em seu Art. 44º dispõe sobre as modalidades de educação superior no Brasil: *a educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas. I – cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência; II – de graduação; III – de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros; IV – de extensão.* E, por conseguinte, a União seria a encarregada de legislar e fiscalizar as instituições de ensino superior seja de que modelo for, salvo, as instituições públicas estaduais que ficariam a cargo destes.

Todavia a LDB e as demais legislações aludidas até aqui, apesar de mencionarem a “garantia e o direito a uma assistência estudantil” em seus conteúdos, em nenhum momento, explicitam em que consistiria esse direito, as modalidades de ensino amparadas, ou o conteúdo e arranjo deste auxílio e/ou direitos e deveres do público abarcado. A

assistência estudantil só vai aparecer esmiuçadamente dirigida e redigida na legislação federal em 2007, pela criação do Plano Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes, pelo MEC e vai apoiar,

(...) a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior. O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. O Pnaes oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa. Os critérios de seleção dos estudantes levam em conta o perfil socioeconômico dos alunos, além de critérios estabelecidos de acordo com a realidade de cada instituição. (site do MEC: [http:// portal.mec.gov.br /index.php?option=com_content&view=article&id=1230&Itemid=608](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1230&Itemid=608). Acesso em 20-04-2010).

Este programa recebe desde sua concepção investimentos/subsídios financeiros anuais do Ministério, para manutenção, criação e ampliação de sua oferta. Contudo, este Plano só foi devidamente legitimado através do Decreto nº 7.234, em 2010 – e o texto discorre sobre os aspectos de sua constituição dentre elas, o Art. 2º pontua sobre os seus objetivos, que seriam: *I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.*

Com isso, visa o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior. Mas abnega de gerir este tipo de subsídio a outras modalidades como, o ensino técnico e de pós-graduação. E prossegue no Art. 3º, §1º dispendo sobre as ações e áreas da assistência estudantil promovidas pelo Pnaes: *I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.*

Nota-se que diante dessa legislação de referências nacionais voltadas à existência e a garantia de um programa de assistência estudantil, são restritas e recentes. Porém, sabe-se e serão trazidos por esta pesquisa dados e reflexões que ratificam a presença e funcionamento deste tipo de assistência estudantil, antecedentemente a sua inclusão nos textos e disposições normativas e legais de direito e dever inerentes à educação superior promulgado pelo Estado. Ela coexistiu com a formação do ensino superior no país.

E a formação da UFSM não se esquivava deste fato, os programas de equidade e acesso da instituição, jazem desde sua fundação, mas sua regulamentação só foi efetivada por uma sequência de Resoluções³ que datam de 2003, e legitimaram o exercício da assistência estudantil, a concessão do benefício socioeconômico e da moradia estudantil. Sendo elas: a Resolução nº 005/08 - *Regulamenta, no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, a concessão de benefícios socioeconômicos e revoga a Resolução n. 007/03*; Resolução nº 004/06 - *Institui o Programa de Moradia Estudantil, no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, aos alunos da pós-graduação*; Resolução nº 006/08 - *Institui o Programa de Moradia Estudantil, no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, aos alunos da pós-graduação e revoga a Resolução n. 004/06*. E a Resolução nº. 007/08 - *Regulamenta, no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, a concessão de benefícios socioeconômicos aos alunos da pós-graduação e revoga a Resolução n. 005/06*.

Estas legislações locais vão de encontro aos parâmetros e diretrizes nacionais, permanecendo totalmente em conformidade com estes. No entanto, assumiram características e direcionamentos próprios, onde foi possível verificar a inclusão e extensão destes benefícios a um maior contingente de alunos e da introdução de novas modalidades, contemplando alunos de ensino médio, técnico e de pós-graduação.

Em suma, subentende-se que o principal dever do Estado perante a educação, constitui em fornecer e garantir educação básica e, “superior” (não é obrigação plena), de qualidade e gratuita a todos, zelando pela permanência do estudante e pela sustentação do respeito a sua pluralidade, equidade, liberdade e cidadania. Tudo isso pressupõe uma educação democrática, dialógica e autônoma, voltada para a formação completa dos indivíduos. E na preocupação com a manutenção de instituições de ensino “adequadas” e condizentes para a plena contemplação destes direitos/deveres frente a esta comunidade educacional. Para tanto, são criados e regulamentados os serviços e programas assistenciais nacionais e setoriais dentro de cada instituição, autonomamente.

Se forem considerados os trajetos e as características de nosso sistema educacional, os juízos acima delineados, que abordam o sujeito-aprendiz como multifacetado, sob múltiplas referências, não são “muito bem vindos” na prática estabelecida. Isto quer dizer, a questão do “múltiplo”, da “diferença” se defronta com uma perspectiva “unilateral”, “normal”, “esperada”, “sincronizada”, “ordenada” e “elitizada”. Tal dificuldade deixa clara

³ A íntegra destas Resoluções encontra-se em anexo.

a transposição das reproduções sociais vigentes no desenvolvimento das práticas pedagógicas e organizacionais que se estabelecem dentro do contexto educativo.

O sistema, apesar das novas experiências e iniciativas, ainda aborda o processo educacional como aquele que deve oferecer um conjunto de experiências que assegure uma espécie de unidade, tendo em vista a formação integral dos educandos. Tal forma de abordar o processo educacional traz implícita, por sua vez, uma noção de identidade, aquela que nos remete ao igual, à repetição do mesmo e a exclusão. Ou seja, a descaracterização da alteridade e do contexto tempo-espacial.

Repetição que se distende sob duas perspectivas: a primeira que diz respeito ao cumprimento das expectativas que o sistema estrutura como ideal e universal ao território nacional. A segunda refere-se ao próprio processo de aprendizagem, cuja expressão se revela nas eternas repetições e reproduções de planos e modelos de ensino que não levam em consideração as especificidades locais e socioculturais das comunidades. E que desconsideram “o saber acumulado da humanidade, fruto da relação com a natureza e reflexo do seu desenvolvimento histórico”. (OLIVEN, 1990, p. 41).

A relação humana, e mais particularmente, a relação educativa contida num espaço assistencial delineado por uma moradia estudantil, e abordado aqui, aparece como uma realidade estratificada e polifônica, significativa e, por conseguinte, tão simbólica como real. E esta relação não se esgota no racional ou no âmbito institucional e/ou legal desta interação. As relações humanas contêm outra coisa, algo mais... e aí está toda sua densidade, toda simbologia de seu passado e, ao mesmo tempo, a particularidade de seu cotidiano. Onde as ações político-sociais educacionais devem estar embasadas, primeiramente, por um estudo detalhado da história e da realidade conjuntural em questão. E anexado a um respeito e diálogo com a pluralidade contida em seu território. Para que com isso, as atuações sejam voltadas a atender todas as demandas e todos os envolvidos em suas especificidades e de tal modo, para que estas ações sejam incisivas e respeitadas, inclusive legalmente, em seus propósitos.

Estas questões são cruciais de serem reveladas e pensadas quando se pretende realizar um estudo antropológico dentro de um sistema educacional numa universidade do interior onde os sujeitos interpelados são agentes ativos e históricos deste contexto.

1.3. Fundação, história e memória oficial da UFSM

Imagem 3 – Vista aérea do local onde foi alocado o campus universitário, década de 50.



Fonte: Arquivo Geral da UFSM

Fica evidente no traçar do percurso do ensino superior do estado que desde 1931, já havia na cidade o curso superior de Farmácia, ao qual deu origem a Faculdade de Farmácia de Santa Maria, fundada e dirigida por Francisco Mariano da Rocha. Mas adiante em 1945, com a eleição de seu sobrinho, José Mariano da Rocha filho para diretor, dá-se início a campanha de incorporação das faculdades existentes no interior do estado à, então, Universidade de Porto Alegre. Contando com o amplo apoio da imprensa da época e da comunidade, principalmente, da elite local. E efetivada em 1947, conjuntamente às demais faculdades de Pelotas e Porto Alegre.

Um passo a frente e em 1952 são realizadas as primeiras bases de construção da USM (prédios das Faculdades de Farmácia e Medicina). E o ano seguinte, marca o princípio da ampliação dos cursos ofertados. A Universidade de Santa Maria reuniu então as faculdades de Farmácia, Medicina, Odontologia, Politécnica, Ciências Políticas e Econômicas, Agronomia, Veterinária, Direito, Belas-Artes, Filosofia, Ciências, Letras e a Escola Superior de Enfermagem. Conforme os dados oficiais fornecidos pela instituição, as primeiras ampliações das construções do campus da universidade datam de 1958 e segue:

(...)Além das unidades já mencionadas, para a UFSM também foram previstos outros órgãos, culturais e auxiliares. Seriam eles: Museu Educativo; Planetário e Observatório; Biblioteca; Salão de Atos; Rádio e Televisão Educativos; Centro Recreativo e Cultural; Imprensa Universitária; Centro de Educação Elementar e Média; Colégio Pré-Universitário; Centro Esportivo Universitário; habitações para professores, alunos e funcionários; Centro Comercial e Bancário; Casa Internacional para estudantes de outras nacionalidades; Casa das Nações e Concha Acústica.

No entanto, para organizar todo esse complexo programa de necessidades que demandava a instalação da UFSM foi necessário realizar um plano diretor. Foram contratados os arquitetos Oscar Valdetaro e Roberto Nadalutti, formados pela Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, da firma carioca Companhia de Planejamentos Técnicos FOMISA. Deste modo, para a concretização do campus universitário, baseado nas ideias modernistas, pensou-se nele como uma cidade parque, isolada do centro urbano tradicional e organizada seguindo rígido funcionalismo. Dentro deste pensamento moderno, deveriam ser seguidos preceitos como a monumentalidade, a hierarquização de vias e a criação de um tecido edificado marcado por barras e torres.

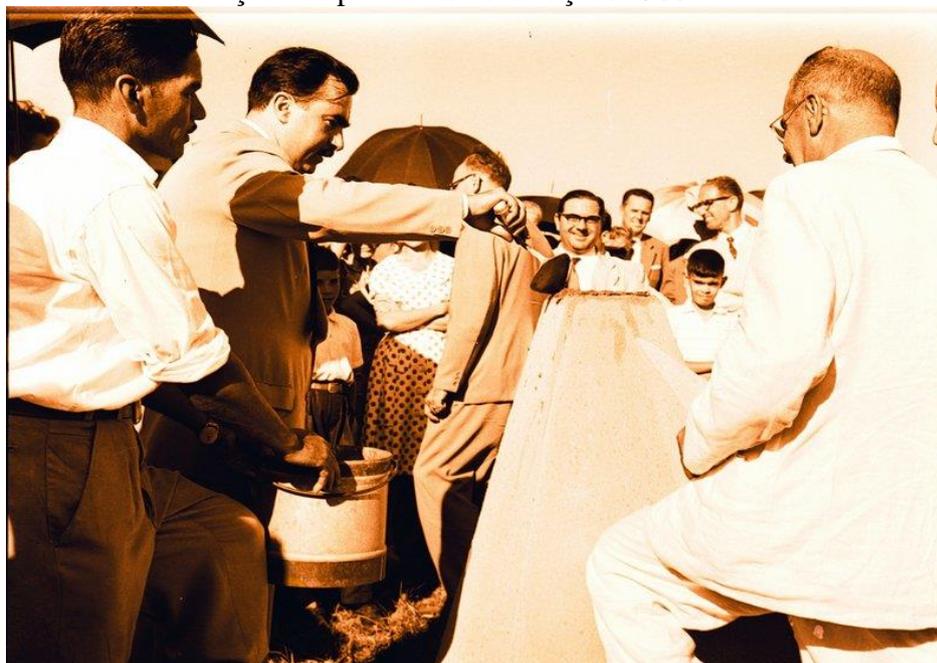
A primeira proposta de plano diretor para a Cidade Universitária da UFSM foi elaborada quando os arquitetos ainda não dispunham de todos os dados necessários para realizar o projeto. (...) Contudo, a organização deste plano atendeu os requisitos funcionais e orgânicos de uma cidade universitária, dispondo logicamente os setores e suas inter-relações. (Dados obtidos através do site: www.ufsm.br/planodiretor/ - acessado dia 20/04/2010).

Imagem 4 – Desenho do plano referente ao complexo composto pelo campus universitário.



Fonte: Arquivo Geral da UFSM

Imagem 5 – José Mariano da Rocha Filho, fundador, no marco de fundação das primeiras construções 1953.



Fonte: Arquivo Geral da UFSM

Imagem 6 – Primeiras construções das instalações universitárias no centro de Santa Maria 1959.



Fonte: Arquivo Geral da UFSM

A Universidade Federal de Santa Maria, idealizada e fundada pelo Prof. Dr. José Mariano da Rocha Filho, foi criada pela Lei n. 3.834-C de, 14 de dezembro de 1960, com a denominação de Universidade de Santa Maria, instalada

solenemente em 18 de março de 1961. A UFSM é uma Instituição Federal de Ensino Superior, constituída como Autarquia Especial vinculada ao Ministério da Educação. (Dados obtidos através do site: www.ufsm.br/histórico/ - acessado dia 20/04/2010).

A atual estrutura, determinada pelo Estatuto da Universidade, estabelece a constituição de nove unidades universitárias.

A UFSM está localizada no centro geográfico do estado do Rio Grande do Sul, distante 290 km de Porto Alegre. O município de Santa Maria é o pólo de uma importante região agropecuária que ocupa a parte centro-oeste do Estado e pólo do 2º maior contingente militar nacional... contando com a presença do exército e da força aérea.

(...) O campus da UFSM, que abrange a Cidade Universitária “Prof. José Mariano da Rocha Filho”, está localizado na Avenida Roraima, n. 1.000, no Bairro Camobi, onde são realizadas a maior parte das atividades acadêmicas e administrativas. Funcionam no Centro da cidade de Santa Maria outras unidades acadêmicas e de atendimento à comunidade (...).

A área territorial total da UFSM é de 1.863,57 hectares, nos quais as edificações perfazem 267.588,30 m² de área construída no Campus, além de 22.259,41 m² em edificações no centro da cidade. Possui, ainda, edificações nos municípios de Frederico Westphalen e Palmeira das Missões (CAFW e CESNORS), com 24.148,01 m² de área, sendo que a área total construída da UFSM, até dezembro de 2008, é de 319.558,34 m². (Dados obtidos através do site: www.ufsm.br/histórico/ - acessado dia 20/04/2010).

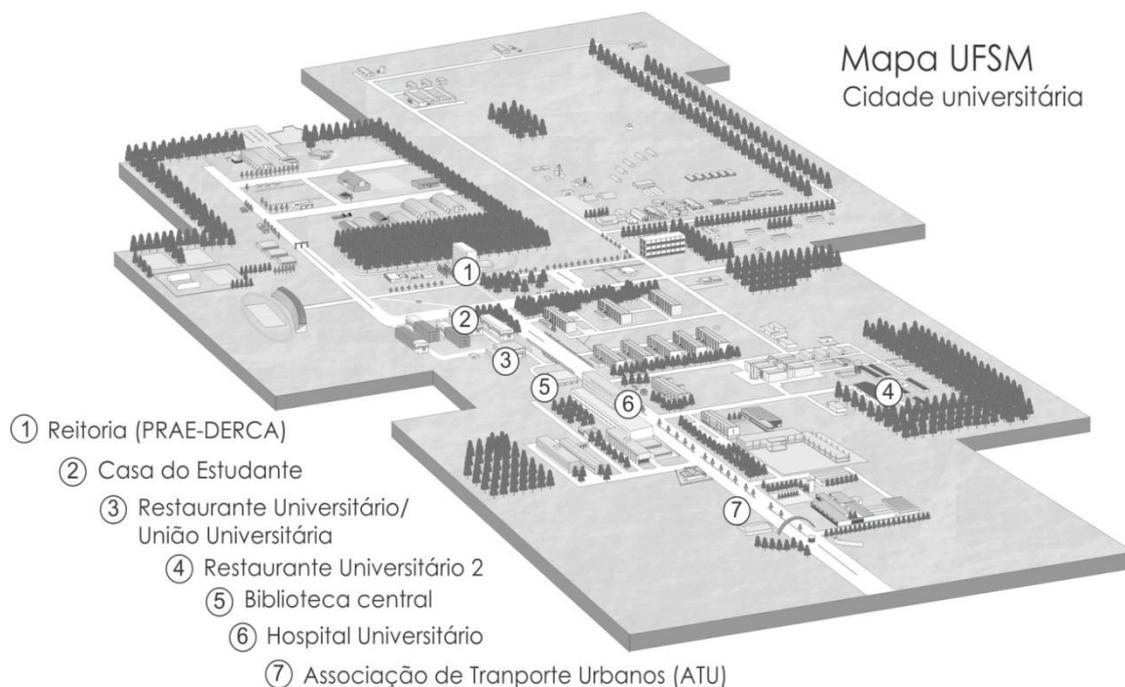
Há ainda instalações e pólos universitários da instituição em cidades do interior do RS, como em Silveira Martins. E via Ensino à Distância – EaD/UAB dentro e fora do estado, assim como, da mais nova Rede Gaúcha de Educação Superior à Distância - REGESD e da Rede Internacional Virtual de Educação - RIVED. A universidade inseriu ainda o Campus Avançado de Roraima na década de 70, onde foram estabelecidos cursos superiores como extensões dela. Localizado em Boa Vista, o campus deu origem à atual Universidade Federal de Roraima.

Desenvolveu pioneiramente ideias como o Programa de Ingresso ao Ensino Superior – PEIES, na tentativa de propiciar maior equidade de acesso ao ensino superior. Em 2007 a instituição aderiu ao Programa Federal REUNI, recebendo um investimento expressivo na ampliação e qualificação da instituição e de sua infraestrutura. Outro programa importante incorporado atualmente pela instituição é o Pró-Licenciaturas – PROLIC, em prol da melhoria da educação básica, além do PLAFOR, entre outros.

A UFSM conta, até o primeiro semestre de 2012, com 26.957 mil estudantes matriculados nos mais diversos cursos de formação, que vão desde o ensino médio, técnico, graduação e a pós-graduação, 1.732 docentes e 2.689 funcionários. E dentre estes pouco menos 2 mil alunos estão inscritos no Programa de Assistência Estudantil, que foi instituído desde sua fundação.

(...) A UFSM ampliou o número de vagas na moradia estudantil gratuita que atinge (janeiro de 2005) 1.947 vagas. Três laboratórios de informática e um laboratório de línguas com cursos para estudantes carentes, restaurantes, bolsas variadas completam a Assistência Estudantil da UFSM. (...). (Dados obtidos através do site: www.ufsm.br/histórico/ - acessado dia 20/04/2010)

Imagem 7 – Mapa da cidade universitária – ano 2000.



Fonte: Pró-reitoria de Infraestrutura.

A universidade vivência hoje uma ampliação da assistência estudantil, com inclusão, nos campus de extensão de Frederico Westphalen, Palmeiras das Missões e como projeto em Silveira Martins. Contando com a edificação de moradias estudantis nestas localidades supracitadas⁴. A história, assim como, a caracterização da moradia estudantil na instituição serão desenvolvidas detalhadamente no próximo capítulo.

A organização e disposição da UFSM se faz, através de Unidades de Ensino decompostas em Centros de Ensino, cada Centro combinado por uma Direção, Vice Direção, Departamentos Didáticos, Seção Administrativa, Secretaria dos Departamentos, Secretaria dos Cursos. E demais Unidades como, Bibliotecas, Laboratórios, Restaurantes Universitários, Planetário e Parque de Exposições. Além do Hospital Universitário fundado em 1970, um hospital-escola voltado ao subsídio da saúde pública pelo sistema único de saúde para a região.

⁴ Estas moradias não serão alvo e objeto desta pesquisa, mas adverte-se que por fazerem parte desta instituição (mas com administração e ligação setoriais e geográficas diversas), serão em alguns momentos, da discussão chamadas para o debate.

Possui ainda o Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo. A instalação desta unidade consolidou-se em 1989, e desde então a creche serve de respaldo para os filhos dos alunos, professores e servidores da UFSM, em turno parcial ou integral. E ainda com, Hospital de Clínicas Veterinárias, Farmácia-Escola, Museu Educativo, Usina de Beneficiamento de Leite e Orquestra Sinfônica. Por intermédio de convênios e comodatos com o Ministério da Ciência e Tecnologia, fundou-se o INPE, que mantém instalações e programas de ciências espaciais.

A UFSM configura-se como um dos eixos econômicos e de desenvolvimento sócio-político da cidade, com orçamento superior ao da prefeitura local, conferindo a cidade uma identidade própria como cidade dedicada a prestar serviços, especialmente educativos e culturais. A economia da Cidade encontra-se fortemente atrelada a presença estudantil e do funcionalismo público oriundo dos pólos militar e universitário, onde a sua principal base é o comércio.

Atualmente a instituição vem passando, desde o início do governo Lula, por um processo de claro investimento financeiro, voltado a sua ampliação e desenvolvimento. Entre algumas transformações cita-se a construção de prédios para alocação dos antigos e novos cursos, a construção e reforma de moradias estudantis e de unidades como a biblioteca, restaurantes universitários, e do prédio que abrigará um gigantesco centro de eventos.

Imagem 8 – Construções e ampliações da UFSM: complexo que abrigará a totalidade do CCSH e da avenida de acesso - 2011.



Fonte: Arquivo pessoal, julho 2011.

Na mesma direção à realização de concursos e a nomeação de mais docentes e funcionários técnico-administrativos. E a concludente admissão de um maior número de discentes. O campus hoje é um verdadeiro “campo de obras”. O que em reciprocidade não significa a satisfação ou o melhoramento qualificativo total de sua infraestrutura e dos serviços prestados a comunidade e aos seus membros.

Esse fato revela-se e eclode nas sucessivas manifestações do grupo acadêmico local. Os servidores no ano de 2011 pararam as atividades e decretaram greve, em consonância ao movimento nacional imputado pelo sindicato da categoria. Entre as reivindicações encontram-se melhores condições de trabalho, aumento e ampliação do piso salarial e do plano de carreira. Os docentes promoveram também varias paralizações em exigência de avanços frente a sua categoria.

E endossando este movimento os estudantes aderiram às lutas, reivindicando a ampliação da assistência estudantil e a qualificação do ensino superior. Num ato de protesto invadiram e ocuparam a Reitoria. Forçando a administração central a entrar num acordo e a negociar prazos e compromissos com as melhorias buscadas.

No corrente ano, 2012, mais precisamente no mês de maio, os professores e servidores seguindo um levante nacional impulsionado pelos sindicatos de suas classes decretaram greve, na busca por acréscimo salarial, de pessoal e avanços nos planos de carreira. Esta paralização encontra-se em curso.

Esta não tão antiga instituição de ensino foi pensada e criada a partir de um modelo nacional de federalização do ensino superior e contou para a sua efetivação, com o empurrãozinho de uma política de urbanização e interiorização estatal. Onde Santa Maria despontou-se como a cidade política e economicamente estratégica para este feito. Computa-se igualmente nesta balança, a feroz participação de uma elite local associada à presença de jovens do Movimento Estudantil da época, todos articulados na luta em todas as frentes para a concretização deste projeto.

Hoje a UFSM abriga um corpo pluralizado de alunos, professores e funcionários, vindos de todas as regiões do país e do exterior e atua nos mais diversos campos de pesquisa e tecnologia, estando classificada como uma das mais influentes e promissoras universidades públicas posicionadas no estado.

Contudo, a história oficial propagada da instituição e de sua fundação, principalmente, as contidas nos livros e publicações institucionais; dentre elas, as mais recentes publicações lançadas neste mês de maio de 2012, ver as referências deste trabalho,

não privilegiam e nem tendem a sobrepor a existência de uma unidade de assistência estudantil e/ou de Movimento Estudantil, como coautores ou estandartes ligados a sua identificação e representação na sociedade. Fato este sutilmente confirmado, primeiro pela escassa existência de documentações oficiais e históricas que remetam e reconstruam este universo sob este prisma; e segundo, verificado nas comemorações alusivas aos 50 anos de fundação da UFSM em 2010 e 2011, onde dentre tantas homenagens e retrospectivas promovidas pela região e entidades locais, entre elas os jornais, encontrou-se ínfimas referências à existência, funcionamento da CEU, e/ou aos protagonistas, (ex)moradores que conjuntamente coloriram e compuseram esta história.

Todas estas considerações históricas, legais e contextuais efetuadas por esta pesquisadora até este ponto, podem parecer genéricas demais para o recorte aqui perseguido como antropológico. Mas defende-se o posicionamento contrário. Na interação em campo com os sujeitos dessa pesquisa e na análise e manuseio de documentos, verificou-se a impossibilidade de reestabelecer estes vínculos de forma densa sem esta reflexão sobre a dimensão histórica deste campo, pois o cotidiano, as representações, assim como, a memória desta coletividade e a sua relação patrimônio-institucional estão imbricadas nestes fatores. E sem o conhecimento e compreensão destes, torna-se superficial a abordagem e interpretação deste universo. Onde muitos padrões e delimitações históricas e legais são incorporados como instrumentos e partes constituintes do universo e do imaginário da moradia estudantil na UFSM. E principalmente, incorporados nas narrativas proferidas por seus ocupantes.

Após estas colocações iniciais de contextualização tempo-espacial educacional que configuraram e aquiesceram, o contexto histórico e espaço-temporal do qual os personagens desta pesquisa estão imersos. Passara-se imediatamente a outra parte da discussão, de análoga importância, na qual vai dirigir os caminhos traçados na manipulação e apreciação deste objeto. Trata-se do posicionamento e das reflexões epistemológicas e teórico-metodológicas que vão dar a legitimidade e as vias percorridas pela análise aqui defendida como antropológica sob a égide de uma metodologia etnográfica e histórica.

CAPÍTULO II – PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO

2.1. Metodologia: superações e limites dos métodos e técnicas empregados nesta pesquisa

Durante muito tempo, a tradição antropológica dentro das Ciências Sociais, foi vista como uma “metodologia” de pouca densidade teórico-epistemológica. Ela foi reduzida a uma técnica de coleta de dados ou mesmo um processo essencialmente subjetivo, uma vez que buscava a arte de construção de uma cultura particular através da visão de seus membros de uma forma descritiva. “Como se fosse possível separar o método do esquema conceitual, o que coloca a questão: qual a especificidade da Etnografia?” (MAGNANI, 2009, pg. 132). Dentro dessa ótica, a perspectiva teórica do pesquisador não era vista como presente no processo. Reflexões posteriores vieram a questionar e condenar, dismanteland, essa definição e construindo uma visão da etnografia em que as indagações preliminares do investigador têm sua gênese nas discussões teóricas e espaço-temporais a respeito do tema e dos dados obtidos. Não sendo o trabalho etnográfico um mero reflexo da cultura estudada, mas um objeto histórica e culturalmente construído, e em que o investigador carrega uma perspectiva teórica para a tarefa de observação e interpretação das realidades estudadas (ROCKWELL, 1986).

É como aponta Geertz (1989) no perceber o homem como um ser amarrado a teias de significação que ele mesmo teceu, assumindo a cultura como sendo este emaranhado de teias. E para que se faça a sua análise necessita-se não de uma ciência experimental na busca de leis universais e estáticas, mas necessita-se de uma ciência e teoria interpretativa, à procura de seu significado contextualizado.

Em função da estreita relação entre observação e análise, na antropologia, a definição mais elaborada das categorias teóricas será construída durante o processo da pesquisa. Esse fato, no entanto, não implica que todos os referenciais teóricos sejam resultantes do empirismo ou da especulação. Como já foi colocada aqui, as opções e escolhas técnico-metodológicas preteridas já demonstram em si certo posicionamento teórico. Ao optar-se por trabalhar categorias e diferentes linhas de pesquisa muitas vezes desprezadas por outras áreas das ciências humanas, parte-se de um plano teórico amplo,

que aos poucos vai adquirindo contornos mais definidos. Para que deste feito possa-se abarcar de forma densa e multifacetada o objeto em questão.

Clifford Geertz (1997, p. 11), no livro “*O Saber Local*”, ainda faz referência a uma antropologia:

(...) que trate os fenômenos culturais como sistemas significativos e, portanto, passíveis de interpretação. Neste sentido, vale, em *Conhecimento local*, retomar as premissas teóricas e metodológicas da abordagem interpretativa no sentido de situá-las em relação aos rumos recentes do “pensamento moderno” sobre o social, cada vez menos “provinciano” e mais “pluralista”, e que abdica de teorias gerais em favor de um conhecimento mais “contextualista, antiformalista, relativista (...).

Entendendo as perspectivas e contextos, formuladas pelos diversos grupos e campos em torno das experiências destes no contexto “local” em que se situam, mas não as desconectando de suas origens/moldes e influências exteriores e gerais. Neste sentido, a outra questão é como abarcar particularidades culturais e históricas sem que elas deixem de ser particulares. Segundo o autor, a solução metodológica é “traduzir”, ou seja, transferir sentidos “das intimidades de um tipo de vida para as metáforas de outro” Geertz (1997, p. 75). Este conceito pode decifrar, de maneira muito mais acabada, o emaranhado de formas simbólicas preches de significados a serem interpretados perante os sujeitos desta pesquisa. Tratando então de pensar a cultura como um sistema simbólico-histórico que deve ser entendido através de uma descrição densa e interpretativa.

A proposta de um estudo em um espaço urbano e institucional educacional requer também especificidades na forma de abordagem que se quer desenvolver ali, tanto na esfera teórica como metodológica, partindo de um viés transcrito por uma antropologia histórica dentro de um campo educacional. Onde se percebe a “instituição/cidade universitária” como resultante de interações, intervenções e modificações impostas pelos mais diferentes atores e pela conjectura de um espaço-tempo geográfico e histórico de representações. José G. C. Magnani aponta um caminho muito interessante para tal intento:

Esta estratégia supõe um investimento em ambos os pólos da relação: de um lado, a paisagem em que essa prática se desenvolve, entendida não como mero cenário, mas parte constitutiva do recorte de análise. (MAGNANI, 2002 p. 25).

A etnografia enquanto um dos métodos aqui empregados se apossa do trabalho de campo e da técnica de observação participante como ferramentas distintivas e imprescindíveis para os intentos e objetivos aqui traçados. E requer de seu especialista (pesquisadora) um conhecimento prévio de seu métier e do domínio das etapas de topo o processo de sua confecção. É como Lévi-Strauss já ponderava segundo Magnani:

É por uma razão muito profunda, que se prende à própria natureza da disciplina e ao caráter distintivo de seu objeto, que o antropólogo necessita da experiência de campo. Para ele, ela não é nem um objetivo de sua profissão, nem um remate de sua cultura, nem uma aprendizagem técnica. Representa um momento crucial de sua educação, antes do qual ele poderá possuir conhecimentos descontínuos que jamais formarão um todo, e após o qual, somente, estes conhecimentos se ‘prenderão’ num conjunto orgânico e adquirirão um sentido que lhes faltava anteriormente.” (Lévi-Strauss, 1991, p. 415-416, apud, MAGNANI, 2009, p.133).

Ao mesmo tempo vão se dando os contornos do que se compreende e o que se espera de um trabalho de campo denso, dentro de um bom trabalho de cunho antropológico e as tensões e anseios de se distinguir um tique nervoso de uma piscadela (GEERTZ, 1989). Do confronto perene entre a teoria acumulada e as ideias nativas, que se bem articuladas pela pesquisadora que, está lá e aprende a decifrar um silêncio uma pausa fugidia e passa a ser afetada por aquele universo e a compartilhar experiências numa relação de troca. Onde adentra os horizontes nativos para tentar compreendê-los em seus próprios termos. É o que poderíamos denominar de “participante como observador”.

É nestas especificidades etnográficas que reside o diferencial de sua metodologia que acaba por produzir em igual amplitude um novo tipo de conhecimento. E permite que este conhecimento seja apropriado pelas mais diversas áreas. Além de permitir com êxito a interdisciplinaridade. O que significa dizer que, o que se torna novo e importante nos achados antropológicos é a sua especificidade complexa e a sua circunstancialidade. E suporta que este trabalho aventure-se a voos mais amplos e perigosos ao dialogar com a história, com a educação e com a sociologia. Mas nunca descuidando de sua proposta e raiz na antropologia histórica.

2.1.1. Antropologia histórica: Um recorte metodológico necessário

Afirmou-se anteriormente, que a cultura, segundo a perspectiva adotada também pode ser pensada enquanto um texto, onde sua interpretação e tradução estão totalmente ligadas e dependentes dos significados da época e do contexto a que estão inseridos, ou seja, ela é dinâmica e histórica, e neste sentido modifica as ações, as condições, as identificações e as representações destes atores. Isso possibilita pensar também e tentar compreender como se pensava e vivia esta condição de morador de residência estudantil e

suas implicações desde sua criação e como estas representações sinalizaram a conjuntura presente hoje verificada. É como nos introduz Sahlins:

(...) busca-se refletir sobre o que acontece com essa estrutura de signos que é a cultura em meio ao fato inelutável de que as pessoas que deles lançam mão vivem “no mundo”. *E este é movido por conjunturas tempo-espaciais* que acarretam ações sociais, que, por sua vez, inevitavelmente colocam as relações entre estes signos em xeque. (SAHLINS, 2008, p. 11 – *grifo meu*).

Ao vasculhar os registros históricos documentais e mensurar as narrativas e memórias de (ex)moradores percebeu-se que haviam inúmeras conexões significativas e representativas de um cotidiano cultural coletivo que ligavam as dimensões do passado e presente, que transpunham contextualizações, representações e identificações. O que fez com que esta pesquisadora não pudesse se eximir de enveredar-se por uma abordagem de uma “Etnografia Histórica” (SAHLINS, 2008). O que equivale a proferir que, “La búsqueda de maneras de articular fenómenos de distintas escalas espaciotemporales y de establecer nexos entre procesos sociales y prácticas culturales me condujo a la antropología histórica.” (ROCKWELL, 2009, p. 13).

E a refletir, conseqüentemente, sobre os caminhos pelos quais esta investigação foi percorrendo em sua configuração. Utilizou-se de determinada metodologia e técnicas da ciência histórica para compor o que Rockwell (2009) e Jean e John Comaroff (2010) chamariam de antropologia histórica na aspiração do melhor manuseio e interpretação de dados oriundos dos documentos históricos e também no auxílio da exposição e interpretação dos fatos e acontecimentos históricos narrados e analisados nesta dissertação. “Onde a cultura passa a ser concebida como um conjunto de significantes em ação situados na história e desenrolando-se ao longo dela, significantes ao mesmo tempo materiais e simbólicos, sociais e estéticos” (J. e J. COMAROFF, 2010, p.3,4). Foi preciso nesta problemática, explanar acontecimentos e marcos históricos e problematizá-los para compreender os desdobramentos no tempo-espço vivido e pensado do cotidiano desta coletividade. E ilustrar como esta coletividade está representando este espaço, o lugar da memória na criação e manutenção deste vínculo. Junto a sua significação e ligação patrimonial, estas construídas, dentro do ambiente de moradia estudantil, suas continuidades e rupturas.

Ou seja, pensou-se o cotidiano da moradia estudantil relacionada, conjuntamente aos tipos de produção de vínculos patrimoniais de representação e vivência desta condição. Por isso, esta procura por uma análise antropológica que se pretende densa e enveredada pela história e pelo que é “significativo” a fim de reconstruir um presente com sentido

amplo e multifacetado de “carne e osso” para esta coletividade. Elsie Rockwell ainda argumenta sobre esta perspectiva:

(...) la investigación histórica permite situar la diversidad cotidiana em una configuración inteligible, que dé cuenta de la formación social de las prácticas y los saberes observados. A la vez, la mirada antropológica sugere nuevas formas de indagar em la história, de entender la temporalidad y de explorar los vestígios materiales y textuales. Integrar historia y antropologia há sido mi manera de asegurar una articulación posible de la evidencia fragmentaria que se recoge em el campo y em el archivo. (2009, p. 14).

Não obstante todo este principio de argumentação e da postura adotada em promover através deste estudo um diálogo entre estas duas ciências. Há que se refletir sobre algumas considerações sobre a trajetória destas tentativas.

As experimentações de relações interdisciplinares entre Antropologia e História não compõem uma tarefa fácil. Apesar de possuírem algumas direções convergentes, das tentativas e desenvolvimentos de maneiras de aglutinar a dimensão temporal ao trabalho etnográfico. Não deixam, ao mesmo tempo, de postularem divergências contundentes. A antropologia enquanto disciplina nasce sob a forte influência de ruptura epistemológica com o estudo do desenvolvimento e mudanças temporais dos fenômenos sociais. (ROCKWELL, 2009). Contudo, o etnógrafo contemporâneo tem a vantagem de possuir e dispor de uma documentação própria do grupo ao qual estuda, mas as formas de manuseio e análise desta documentação são legítimas e fazem parte do arcabouço técnico-metodológico de outra ciência, a história, e do métier do historiador.

A obtenção e manipulação de diversas fontes documentais garantidas pelo recorte histórico são uma fonte rica de dados e informações para apreciação, o que pode, de forma considerável auxiliar a antropologia e o método etnográfico a expandir seus horizontes para além da delimitação espaço-temporal de seu estudo, isto é, o campo. Trata-se de ferramentas importantes e necessárias para a recuperação “integral” de uma cultura e do resgate e significação do cotidiano de um grupo, onde tempos são cruzados entre etnografia e história. Principalmente quando se versa dialogar com a constituição de memórias e das relações patrimoniais. Portanto, compondo um dos aspectos constituintes do que se pondera, fazendo uma releitura do que Marcel Mauss, como matérias constitutivas de um “fato social total”.

E como tal, uma perspectiva de análise da dimensão histórica frente à documentação oriunda deste contexto de moradia estudantil tornou-se indispensável. Todos os registros foram capitais para a compreensão e interpretação de fatos cotidianos

passados que narraram muito dos desdobramentos presentes em campo. Campeou-se uma luz em registros e rastros do passado para se mapear o campo e interpretar a atualidade.

Esquadrinhou-se na história o lineamento relacional diacrônico/sincrônico, de análise que carecem na antropologia tradicional. Nesta conjunção, as continuidades ou discontinuidades históricas que pudessem perceber as representações e identificações presentes e seus desdobramentos. Foi uma leitura de uma antropologia histórica acima de tudo, o que se quis definir e defender aqui como metodologia plausível de ser aplicada. Sem dúvida o manuseio e a compreensão histórica do passado e de certos registros, ou imagens deste universo educativo e de moradia estudantil, no caso, da Casa do Estudante da UFSM, somaram-se ao método etnográfico, revelando muitas minúcias destes sujeitos. Iluminando pontos cegos ou aparentes sobre esta coletividade. Ao assinalar o que é “escrito/memória oficial” do que é dito e/ou “suprimido”, relegado aos subterrâneos da história e da memória e até mesmo imaginado. Optou-se sim, por dar voz aos diferentes clamores que se autolegitimam entoar uma história “própria” de um grupo.

Marshall Sahlins, já pensava esta dicotomia, fixada por outros tantos autores em seus textos, entre estrutura e história, usando como base exemplar o advento da chegada do capitão Cook às ilhas havaianas.

Com isso, ele quis exibir que um conjunto de relações históricas, enquanto reproduzem categorias culturais, dão a elas novos valores, novos significados. Que podem ser aplicados à compreensão geral de mudança cultural. A estrutura de uma sociedade, ao reagir com eventos históricos, ou seja, eventos apropriados pela cultura daquela mesma sociedade os atribuem novos significados, modificando a estrutura de certa forma, pois, se as categorias culturais adquirem novos valores funcionais (os significados culturais são alterados), o sistema todo é transformado, estando aí a sua relevância.

Através do transito por uma antropologia histórica dentro das experiências heterogêneas destes personagens, que se procurou promover o encontro do passado com o presente. Mas nunca olvidando a sensibilidade e ponderações de um viés defendido aqui para esta dissertação como antropológico. Sempre norteado para uma descrição e narração dos sujeitos, processos e contextos socioculturais neste campo social.

Levaram-se em consideração as múltiplas maneiras de se fazer esta conjunção analítica entre a história e a cultura deste grupo por meio dos processos de interação social e criticando a representação destes atores como "sujeitos apáticos" de sua própria história. O tempo-espaco e a história foram matérias de negociação na leitura que aqui se fez:

dúbios em sua compreensão, múltiplos nos desfechos, contingentes enquanto representação. Lilia K. M. Schwarcz aponta um caminho interessante para este intento:

Como revela Dumont, "a tese complementar que falta demonstrar, ou defender, é que, inversamente, uma perspectiva antropológica pode permitir-nos conhecer melhor o sistema moderno de idéias e valores, sobre o qual acreditamos saber tudo pelo simples fato de ser nele que pensamos e vivemos". Parece-me, portanto, oportuno desconfiar de definições disciplinares que se assentam, exclusivamente, num método ou num objeto. O que define a antropologia é antes uma questão ou uma postura que, nos termos de Merleau-Ponty, "diz respeito à própria natureza da reflexão antropológica que, ao levar a sério a alteridade, cria um espaço de encontro entre o 'eu' e o 'outro'". Como ciência da alteridade e da diversidade, a antropologia permite transpor conceitos e fazer a reflexão incidir sobre nós mesmos. Noutras palavras, se a antropologia deve se debruçar sobre o que é considerado "nativamente" relevante, não pode deixar escapar a centralidade que a história ocupa em nosso pensamento: ela é parte fundamental das grandes narrativas sociais e da forma de nos auto-representar, costurando eventos. E, como mostrou Paul Veyne, "um evento é apenas o que se destaca sobre um fundo de uniformidade; é uma diferença", da mesma maneira como a "história no singular, e com maiúscula, no limite não existe". (SCHWARCZ, 2005, p. 13-14).

Foi partindo destes pressupostos e entendimentos que este ensaio percorreu seu curso e construiu seu embasamento teórico-metodológico. E apreendeu que a história de um grupo, no caso, residentes de uma moradia estudantil é construída tanto no interior de sua coletividade, como no contexto ao qual foi forjada e esta inserida enquanto pertencente a uma dada sociedade e a um dado sistema de ensino num tempo-espaço.

Em fim, para a realização deste empreendimento ocorrer de forma coerente e convincente tal proposta recorreu às teorias e abordagens que estão diretamente relacionados à metodologia empregada e a postura epistêmico-científica resguardada pela antropologia e por este viés de uma antropologia histórica, junto a todas as suas concretizações. Que unidas dão forma, estrutura e legitimidade aos estudos empíricos desenvolvidos. Cabe aqui esclarecer que o recorte que foi feito, assim como a escolha de determinadas teorias e conceitos, foram baseados, exclusivamente, nos tipos de dados obtidos. Por isso, interpretativos.

A definição concreta dos personagens com os quais se dialogou, sejam autores, nativos, e/ou arquivos ajudaram a definir melhor os instrumentos de apreensão da realidade, as limitações, os caminhos que foram percorridos e aqueles que ficaram para trás. É como argumenta Cardoso de Oliveira (1996, p. 28-31) "se o olhar e o ouvir disciplinados nos remetem à vivência do trabalho de campo, o escrever é desempenhado em uma fase superior, quando nos encontramos na academia (...)". Neste ensaio, o autor

instiga a reflexão, desnudando uma visão mais realista do diálogo antropológico, sobre o seu ofício, mas não menos séria e comprometida.

A escolha aqui desenvolvida é o resultado de uma ética e de uma política que não procurou essencializar as diferenças, fabricar homogeneidades, ou até reproduzir os pré-conceitos naturalizados no discurso do senso comum da sociedade. Mas buscou, mediante a própria comunidade e sua trajetória histórica, a sua versão, mais precisamente, as suas particularidades, para tornar palpável a diversidade expressiva de cada detalhe. E para tanto cabe aqui esclarecer ao máximo os pressupostos iniciais, o contexto em que se realizou a pesquisa e os interlocutores no campo e na academia, as técnicas e ferramentas de auxílio que delinearão esta tarefa.

A opção pelo viés qualitativo sob orientação de uma metodologia antropológico-etnográfica-histórica neste trabalho deveu-se primeiro, a identificação e forte orientação acadêmica na disciplina, influenciada por uma tentativa de obter uma melhor visão e compreensão do contexto e do problema explicitado. Depois, pela tentativa de analisar em profundidade o “campo” (BOURDIEU, 2007) e o contexto das relações e fenômenos em estudo, enfatizando a descrição e especificações dos personagens, das narrativas e das situações vividas em campo. Segundo Haguette (1992, p. 63) “(...) Os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser”. E Claudia Fonseca completa: “Em outras palavras, a antropologia procura criar dúvidas, levantando hipóteses sobre os hiatos e assimetrias que existem entre nossa maneira de ver as coisas e a dos outros.” (FONSECA, 1999, p.59).

Ao partir das leituras de Clifford Geertz buscou-se por uma elaboração de uma etnografia baseada na construção de uma “descrição densa”, onde se percebe que os dados obtidos perpassam pelo elo da significação. Esta pesquisa teve como objetivo principal a análise do cotidiano de moradores da Casa do Estudante, a construção e a perpetuação de memórias de ex-residentes e suas implicações nas representações e nas identificações projetadas e vivenciadas por estes estudantes frente às vinculações e distinções neste universo patrimonial e institucional da Universidade Federal de Santa Maria - RS.

Ao optar-se pelo desenvolvimento de uma análise com bases, mas não exclusividade, no método etnográfico, para refletir e compreender este universo de moradia estudantil pressupõe-se a noção de que na categoria de método qualitativo, ele possui sua história e propriedades inerentes à disciplina antropológica. O que pediu uma constante vigilância epistemológica nestes termos. Considerando que ele parte de uma

ciência do concreto num estudo qualitativo que atenta para o não “descompasso entre teoria e método” (FONSECA, 1999).

A pesquisa que se apresenta nestas páginas exigiu que se fizesse um enquadramento social do comportamento humano, onde se desejou situar este (ex)morador da CEU-UFSM em um contexto sócio-político-econômico e cultural num tempo-espço que permeou a suas subjetividades. Não havendo a possibilidade de isolamento das esferas que comporam e deram noção de pertencimento a estes sujeitos.

Nesta acepção a técnica de observação participante mostrou-se a mais adequada, mas não única, na tentativa de dar conta do conjunto deste sistema. E exigiu uma redobrada atenção para as mais diversas formas de linguagens e expressões do grupo, tanto corporais, como da disposição dos artefatos, ambiente, práticas, emoções, escolhas, etc.; levando em consideração que estes fatores se apanhados isoladamente representariam apenas frações de uma dimensão desta “realidade social multifacetada” (FONSECA, 1999).

Seguindo aos conselhos da autora Claudia Fonseca (1999) ao esboçar os passos da experiência de campo antropológica, principalmente, dentro de uma esfera educacional; Professa-se que o percurso que se fez foi: num primeiro momento, composto pelo estranhamento junto ao objeto e a temática em estudo - tarefa esta delicada quando se estuda um universo que faz parte de seu mundo. Em um segundo, após a criação de alguns vínculos e aproximações - o mapeamento e esquematização dos dados que deram corpo a pesquisa; e junto a esta tarefa - a desconstrução de referências e pré-conceitos prévios aludidos à Casa do Estudante Universitário. No limiar das reflexões e análises de trabalho e transposição sobre os dados, demarcaram-se as duas últimas etapas, defendidas pela autora, que foram: a comparação – a partir de um arcabouço teórico determinado buscou-se a composição as analogias entre estes “nativos”. E a sistematização do material em modelos explicativos e alternativos correspondentes a especificidade deste “caso” próprio e particular, junto da apresentação dos resultados da pesquisa aqui organizados.

A pesquisa sob esta temática, (ex)moradores de Republicas Estudantis, não é nova para esta pesquisadora, ela foi iniciada em 2005, onde foi pensado o primeiro projeto e objetivos que foram desenvolvidos intensamente entre 2006-2007, sob o viés de um recorte exclusivamente etnográfico. Nos anos subsequentes, não houve um desligamento total referente ao objeto, sempre que possível estava-se a par dos acontecimentos e no diálogo

com alguns informantes. Sabia-se que estava latente o desejo de dar continuidade a este trabalho, pois, ele teria muitos desdobramentos e faces a serem contempladas.

E isso acabou ocorrendo no ano de 2010 quando sob a égide deste objeto de investigação adentrou-se ao Programa de Pós-graduação *Stricto sensu* em Ciências Sociais da UFSM-RS, na linha de pesquisa intitulada *Etnicidade e Identidades Sociais*. Este foi o marco da retomada de um empenho que nunca foi relegado.

Destaca-se que a entrada em campo desta pesquisadora em nenhuma parte deste processo foi ocultada, contando com a devida apresentação formal e com o consentimento dos participantes e envolvidos dentro e fora do âmbito institucional deste território de pesquisa. E na realização das entrevistas formais, foi apresentado e requerido à concordância através de um termo de consentimento livre e esclarecido, além é claro, da explanação sobre a pesquisa. No entanto, somente partes dos objetivos desta pesquisa, foram explicitadas. Foi comunicado que a pesquisa desenvolver-se-ia no campo da análise do cotidiano de moradores e ex-moradores, na tentativa de compreensão do processo de socialização, de construção de representações e identidades e de memória dentro deste ambiente, não as particularizando.

Os dados desta pesquisa foram coletados junto a todos os envolvidos, direta ou indiretamente, por intermédio de informantes. Todos os espaços da instituição e fora dela serviram para a observação. As conversas de corredor, de pátio, tempos vagos, de entrada e saída, as atividades rotineiras, os apartamentos, as festividades e as programações; a intimidade, o lazer, e as movimentações foram empregadas na análise; constituindo assim, espaços descomprometidos com os rigores formais e, por isso, muito férteis para a observação, circulação e entrevistas. Esse tipo de presença do investigador em campo pode ser caracterizado de “participante como observador”, pois possibilita ao pesquisador centrar sua observação no comportamento das pessoas, buscando atingir e inserir-se na linha de visão e lógica interna dos participantes.

Os dados coletados e analisados aqui foram sendo coletados durante todo período já pontuado acima, abrangendo os anos de 2006 a 2011, dividido em duas fases. A primeira compreendida nos anos de 2006 a 2007, envolvendo: entrevistas com moradores, observação participante e a busca por dados institucionais na Reitoria e na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis⁵. A segunda fase que reiniciou em 2010 e terminou em agosto de

⁵ Dados relativos e correspondentes prioritariamente a CEU II, o que não abstém o fato de ter-se investigado as outras duas modalidades de moradia estudantil CEU I e CEU III.

2011, compreendendo entrevistas com moradores, ex-moradores e funcionários da instituição, observação participante, levantamento bibliográfico e histórico sobre a educação superior e a Moradia Estudantil, visitas a arquivos e acervos, coleta de imagens, manuseio de documentos, vídeos e matérias de jornais e revistas. Junto a órgãos institucionais e arquivos pessoais destes atores, que comporam um recorte histórico-antropológico educacional imprescindível para a interpretação ampliada e mais profunda deste grupo.

Inclusive objetos pessoais e/ou de grupos foram incorporados, pois se acreditou que ao analisar a cultura material, apreendem-se as convicções íntimas, os sentimentos e identificações, assim como, os valores, as ideias, as memórias e representações de um grupo em um determinado tempo-espço e contexto. Conseqüentemente, estar-se-iam situando concretamente no mundo dos significados os artefatos na complexa teia sociocultural histórica que os produziu. Bem como as disposições do ambiente, decoração e as relações travadas com o patrimônio institucional se tornaram metáforas da vida social destes personagens. Onde os lugares serviram como palcos para a construção de momentos ricos para a observação das identificações e atentou-se para isso, inclusive face a sua modificação e reestruturação ao longo destes anos.

Esta segunda fase iniciada em 2010, foi a mais profunda em relação à convivência diária da pesquisadora com os estudantes, através da participação em suas atividades cotidianas, observações, conversas, do mapeamento do local e de toda a sua estrutura, da realização de entrevistas, a participação em reuniões, a coleta de dados históricos, entre outros. A “familiaridade” prévia, fez com que a acolhida fosse mais proveitosa, pois apesar da estranheza e do receio dos personagens em relação à pesquisadora, obteve-se uma boa relação e interlocução pelo precedente conhecimento mútuo. Frutos da primeira inserção em campo.

Ao regressar aos procedimentos traçados pelas entrevistas, compreendeu-se que elas deveriam ser entendidas como um processo de interação social entre duas pessoas: o entrevistador e o entrevistado. Nesta relação, ambos teriam objetivos distintos: um de coletar o maior e melhor número de informações possíveis e, de certa forma, mais “verossímeis” com o entrevistado e, o outro, na posição de “o portador” das informações requeridas. Levou-se em consideração, neste trabalho, o caráter dos dados fornecidos pelos informantes/entrevistados, as objetivas fornecidas ao longo da entrevista e as subjetivas, sendo que ambas foram igualmente cruciais, embora se tenha sempre em mente que: “as

informações do informante representam meramente sua percepção filtrada e modificada por suas reações cognitivas e emocionais e relatadas através de sua capacidade pessoal de verbalização⁶” (DEAN, J. P. e WHYTE, W. F., 1969, p.105-6 apud HAGUETTE, 1992, p. 88).

As afirmações de natureza conflitantes e paralelas, não foram consideradas inválidas, posto que estas mesmas contradições levaram a importantes descobertas. As entrevistas, que se assemelharam a conversas, foram sendo transcritas durante o trabalho de campo e de mensuração dos dados.

E seguindo o modelo de Thiollent (1980, p. 35 apud HAGUETTE, 1992, p. 89), quando distingue vários tipos de entrevistas, pode-se encaixar e classificar as que foram realizadas em campo, como parte integrante da observação participante, e caracterizando-se em dois estilos: 1) *entrevista centrada (focused interview)* – na qual dentro de hipóteses e de certos temas, o entrevistador deixa o entrevistado descrever livremente a sua experiência pessoal a respeito do assunto investigado; e 2) *entrevista não-diretiva* – ou entrevista aprofundada, na qual a conversação é iniciada a partir de um tema geral sem estruturação do problema por parte do investigador. Além é claro da realização de entrevistas abertas e biográficas apresentando a trajetória dos sujeitos a partir de sua própria perspectiva, auxiliando no enveredar por suas memórias coletivas. Segundo Eckert e Rocha (1998, p. 6) “Aqui a história de vida seria um jogo de lembrar e esquecer, de selecionar e significar as práticas sociais que situam os sujeitos como construtores singulares do conhecimento de suas histórias individuais e coletivas”.

Na primeira etapa em campo de 2006-2007 foram realizadas e validadas para esta dissertação, 28 entrevistas formais com moradores da época, foram retiradas entorno de 105 fotos da CEU e da instituição, além da observação participante no local e o manuseio de alguns documentos institucionais. Que serviram como base inicial de dados para o desenrolar desta dissertação.

Na segunda etapa, foram realizadas entorno de 30 entrevistas com moradores atuais e 10 com ex-moradores, 3 entrevistas formais com servidores da PRAE, e observação participante desde março de 2010. Também foi realizada a captura de imagens do cotidiano e de eventos ocorridos (movimentações, assembleias e festividades), correspondendo a

⁶ “Ou seja, temos de reconhecer que estamos recebendo meramente o retrato que o informante tem de seu mundo, cabendo a nós, pesquisadores, avaliar o grau de correspondência de suas afirmações com a “realidade objetiva” ou factual.” (Haguette, 1992, p. 88).

mais de uma centena de fotos. Por falar em fotos, através da disponibilização do acervo do arquivo geral da UFSM, de arquivos pessoais dos interpelados e de sites da internet foram apropriados por este trabalho, mais uma centena destas, relacionadas à temática e a reconstituição histórica deste “campo”. Assim como, dois vídeos feitos na e da CEU-UFSM: um documentário realizado por alunas do Jornalismo no ano de 2006, sobre as trajetórias de vidas dos moradores e o outro, uma reportagem produzida pelo programa de televisão Patrola da RBS/TV – RS, no ano de 2009. E um livro de crônicas cotidianas de autoria de um ex-morador publicado em 1995, intitulado “A boca do CÉU”.

Como já demonstrado e argumentado a pesquisa de campo embasada na tradicional técnica de “observação participante”, com as entrevistas realizadas, configuraram o cerne deste “ensaio” de antropologia histórica. Mas não se abdica o diálogo e a participação interdisciplinar intensa com a história e suas técnicas de apreensão, manuseio e leitura de fatos, documentos e artefatos históricos. Os dados obtidos por meio das técnicas etnográficas e históricas foram confrontados e analisados ao longo da mensuração e amadurecimento reflexivo desta pesquisa.

Não se assumiu aqui, a captação do “real como num espelho”, ao contrário, adota-se a postura defendida por Geertz, de que fazemos “interpretações”/“traduções” / “leituras” do real. Por isso, desde já, se reconhece às limitações deste trabalho e da pesquisadora, assim como, a eterna busca destes pelo aprimoramento.

Ao partir para os pormenores, relacionados aos instrumentos de auxílio para a coleta e mensuração dos dados, foram utilizados: o bloco de anotações e rascunhos, por ser mais discreto nas situações específicas de campo em que a inserção de outros instrumentos de captação seja inapropriada. Devido, principalmente, ao caráter delicado e ao tom agressivo que um possível registro explícito do discurso ou que a situação poderia trazer; o diário de campo, contendo detalhes e particularidades de todo o processo de convívio entre os “nativos”, inclusive as impressões da pesquisadora; a imprescindível meia dúzia de canetas, utilizadas para anotar os acontecimentos e conversas. E o notebook, tecnologia que permite muitas vezes as transcrições e transposições dos dados no tempo real no qual são observados.

Vale ressaltar que à medida que houve o consentimento, por parte dos atores efetivou-se a utilização de equipamentos para registrar as imagens e os sons durante os contatos e interações em campo. Por isso, no desenvolvimento do estudo o recurso da

máquina digital que, ao mesmo tempo fotografa e filma e do celular que grava as entrevistas em áudio, foram eficazes.

Há um, porém, que deve ser esclarecido no uso destes instrumentos de áudio e vídeo. No registro de algumas entrevistas, após a formalidade de gravação e na informalidade de uma conversa corriqueira, surgiram detalhes omitidos ou “esquecidos”, pois, enquanto o gravador estava ligado não se conseguia obter tal fala e/ou riqueza de detalhes e, muitas vezes, nem respostas para as perguntas proferidas, tudo isso devido ao grau de desconfiança e /ou medo dos interpelados. Ao desligar o gravador, a fala tornava-se mais rica e proveitosa para este estudo. A sensibilidade e atenção da pesquisadora sempre estiveram na ordem do dia quando se tratava da relação estabelecida em campo e na obtenção de boas informações. Nesta acepção, buscou-se sempre que possível antes de qualquer entrevista perfazer uma familiarização com o personagem e tangenciar assuntos triviais e convidativos a uma aproximação e relaxamento. Funcionou quase como um ritual de iniciação a entrevista. Mas de extrema valia.

A sensibilidade fez-se necessária novamente em questões éticas frente à pesquisa e na relação com os sujeitos, fixando-se sempre em primeiro plano. Continuamente buscou-se respeitar a intimidade, o consentimento e/ou recusa, os tratos explícitos através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (compreendido e tacitamente aceito) e os acordos implícitos constituídos entre pesquisadora e pesquisado durante a interação. Ou seja, uma concordata moral e ética foi feita, seguindo rigorosa postura definida e defendida pela Associação Brasileira de Antropologia - ABA.

Muitos outros artifícios serviram de suporte para uma aproximação junto aos moradores, como carregar o objeto de sociabilidade mais típico dos gaúchos, o chimarrão. Ele foi muito útil na colaboração para a junção dos agrupamentos e nas conversas informais. Chegaram a se aproximar dez, quinze ou até mais moradores, para tomar o chimarrão e, então participar da conversa. No quesito eficácia para a pesquisa, foi o diferencial. Em meio à roda, conversou-se de tudo. Desde a piada contada, até fatos ocorridos na própria vida destes atores.

Não poderiam faltar, aqueles curiosos, que queiram entrevistar a pesquisadora e indagá-la a todo custo. Um ambiente muito amistoso se formou a partir deste modesto rito do chimarrão, rendendo muitos frutos ao presente trabalho tanto na primeira, como na segunda etapa de sua composição. Já na busca por contatos com ex-moradores da CEU

abusou-se do estratagema dos laços de amizade e proximidade, onde se formou uma rede social de fulano que conhecia sicrano e namorava a prima de beltrano, etc.

Documentos e dados fornecidos pela UFSM e pelos acervos consultados, tanto institucionais, organizacionais e pessoais; foram exaustivamente manejados, lidos, fotocopiados, transcritos e arquivados (sempre que possível e permitido). Um deles foi o cadastro de solicitação do benefício socioeconômico, para requisição da “carência” estudantil. Que foi refeito e reelaborado, inclusive nos quesitos e procedimentos de seleção do candidato, neste primeiro semestre de 2011. Pré-requisitos estes imprescindíveis para a aquisição do direito a moradia estudantil, assim como, para o usufruto dos outros programas ofertados pela assistência estudantil. Entre outros arquivos e documentos legais, como as resoluções normativas institucionais, dispendo sobre o caráter e a organização desta composição.

Ainda fez-se uso dos regimentos (estatutos) internos das três casas, idealizados e compilados pelos residentes nas suas respectivas assembleias. Trata-se de um documento legítimo de disposição dos direitos e deveres de cada um dos atores, bem como da coletividade em si, garantindo o direito de criação dos órgãos internos para administração e fiscalização das Casas⁷. As demais imagens, jornais, vídeos, livros também comporam o conjunto de dados analisados, com o auxílio da percepção e do diálogo com as técnicas da história, como aparelhagem para a interpretação deste universo etnográfico.

Destaca-se, por uma questão ética, de princípios e rigor metodológicos, que nesta pesquisa não serão revelados ou publicados nomes e/ou dados e/ou imagens nos quais, possam ferir a integridade dos envolvidos. É por respeito aos atores, principais colaboradores desta pesquisa, que se faz esta consideração. Alerta-se, para que o leitor fique atento, pois nomes que por ventura forem citados nesta exposição serão fictícios, ou seja, pseudônimos, resguardando assim a identidade pessoal dos indivíduos, seguindo os fundamentos da antropologia, que se constitui enquanto uma prática de representação literária da ação social do “outro”. E seguem mais uma vez os preceitos éticos previstos pela ABA.

⁷ Esta administração própria só é possível, pois os mesmos estudantes organizados reivindicaram e lutaram há alguns anos, perante a PRAE, e conquistaram o direito a uma certa independência em relação à instituição. Ou seja, eles possuem autonomia na administração, mas sempre com a supervisão da PRAE.

2.2. Inserção em campo: Um convite aos primórdios desta relação - relatos, expectativas e a experiência de estar lá

Os primeiros passos para adentrar e experimentar o Trabalho de campo em si, foram dados, nesta primeira fase de pesquisa no término do ano de 2005. Com o estabelecimento do primeiro contato com a PRAE, órgão que promove a integração do acadêmico com a UFSM. Onde as devidas apresentações como acadêmica do curso de Ciências Sociais foram concretizadas, e deste modo, o pedido de permissão ao setor para realização da pesquisa, junto aos moradores da CEU II. Concedidos, iniciou-se o processo de inserção e obtenção das primeiras informações.

Todavia a realidade era um pouco adversa, onde o trabalho etnográfico era desconhecido na prática, mas compreendido na teoria. Isto porque, esta pesquisadora nunca havia participado, muito menos, protagonizado um trabalho de campo propriamente dito, e o desespero pela inexperiência apavorava-a com a possibilidade de realizá-lo. Mas contrariando aos medos e expectativas, esta primeira inserção em campo foi maravilhosa. O mundo novo que se descortinava, o olhar sensibilizado e treinado pelas leituras de teorias antropológicas, o contato com um universo que fazia parte de um compartilhado cotidiano universitário materializava-se, contudo, se configurava a olhos nus como um universo de significação e de pertença distantes e estranhos a sua vivência.

Primeiramente foram buscados dados da instituição referente à CEU II, frente à interpelação de funcionários, se teve acesso a documentos e a explanação sobre a função, objetivos e a organização dos projetos de assistência estudantil existentes na instituição.

Esclareceu-se que entre os serviços ofertados, por exemplo, encontram-se: a assistência psicossocial, proporcionada aos estudantes da universidade como um todo, mas principalmente direcionado aos moradores da Casa. A bolsa alimentação, em que o aluno passa a pagar apenas um valor simbólico para fazer suas refeições no Restaurante Universitário (RU); a moradia estudantil, em que é ofertada moradia gratuita nas dependências da universidade, a alunos do colégio médio, técnico, graduação e pós-graduação não residentes em Santa Maria⁸. Através da requisição e do preenchimento dos

⁸ Encontravam-se e ainda residem na Casa indivíduos de diferentes lugares, cidades e estados do Brasil, como exemplo, cito uma menino com quem mantive contato, natural do estado do Paraná.

requisitos de carência estudantil⁹. E a bolsa transporte, no valor de R\$ 90,00 (noventa reais), para alunos com necessidade de locomoção para realização de suas atividades acadêmicas.

Havia e ainda há bolsas de assistência, monitoria e formação estudantil direcionada aos alunos da instituição. Mas, o verificado ao longo das duas inserções em campo é que quase 90% dessas bolsas estão sendo destinadas ao trabalho desses bolsistas junto a setores da instituição, preenchendo a necessidade de servidores públicos. Ao invés de serem destinados à pesquisa, ensino e extensão, e ligadas a programas de qualificação educacional. Contudo, estas bolsas fornecem uma ajuda na renda e na sustentação destes alunos, nos quais os valores são variáveis¹⁰. É importante ressaltar que o aluno para fazer parte destes programas, precisa estar cadastrado no programa de assistência/PRAE. Que no início do primeiro semestre do ano de 2011 sofreu modificações em seu texto e nas condições requeridas para a sua aquisição¹¹.

Cabe aqui fazer uma ressalva de observação de campo, se verificou ao longo deste tempo de pesquisa que: o programa de assistência estudantil da Universidade Federal de Santa Maria é um dos mais completos e abrangentes do país, servindo de referência às outras instituições de ensino superior. Tanto pelo grande número de beneficiados como pelo amplo leque de serviços, de subsídios e integração estudantil, garantidos. A moradia além dos auxílios supracitados avaliza o usufruto de vaga em apartamento/quarto, com infraestrutura básica para ocupação, água, luz, alguns móveis e internet gratuita. Junto da livre circulação e acesso as dependências da instituição.

O trabalho de campo em si, junto aos moradores do CEU II, deu-se intensivamente, nos meses de novembro e dezembro de 2006. Os primeiros contatos feitos e planejamentos para a interlocução principiaram a partir da diretoria da CEU II¹², localizada na “sala 5” do prédio um, bloco 15, no primeiro andar, do campus da cidade universitária. Onde se deu a devida apresentação como pesquisadora, o mesmo processo concretizado na Pró-Reitoria.

⁹ Na qual há uma faixa de renda mensal, um teto salarial, por pessoa da família declarada que não podia ultrapassar R\$ 500,00 (quinhentos reais) até 2009 e agora não pode ultrapassar R\$ 740,00 (setecentos e quarenta reais) sendo comprovada por apresentação do imposto de renda anual dessa família.

¹⁰ Desde 2006 elas variaram entre os valores de R\$ 90,00 a R\$ 180,00.

¹¹ Há algumas especificidades ligadas aos pré-requisitos impostos pela instituição para as diferentes titulações de ensino, Técnicos e médios – graduação e pós-graduação. Assim como há diferenciações nos tipos e estilos de moradias oferecidas. Que serão esmiuçadas ao longo da análise nos próximos capítulos.

¹² Dentro do conjunto habitacional destinado a moradia estudantil, existe três divisões (três grandes blocos) de ocupação distintos, a CEU I – Casa do Estudante, localizada no centro da cidade de Santa Maria, para alunos de graduação e técnico; A CEU II – que fica no campus da UFSM, e é destinada à moradia de alunos da graduação ensino médio e técnico; e a CEU III – que fica no campus junto a CEU II, mas é ocupada apenas por alunos da pós-graduação e funcionários da instituição.

Esta aproximação consistiu-se na porta de abertura para uma ótima experiência e aprendizado. Muitos conhecidos e colegas de graduação, residentes, auxiliaram nesta tarefa, promovendo a inserção desta pesquisadora neste universo, compondo momentos riquíssimos para a coleta de dados, como: entrevistas, conversas informais, visitas aos apartamentos e toda a participação no dia-a-dia deste grupo.

Entre eles, a Fabi, uma colega de graduação que incitou uma acolhida surpreendente junto aos moradores. Foi através desta mediação e da ajuda dela que o contato com os primeiros pesquisados sucedeu. Até mesmo com seu namorado, que na época era o Coordenador geral da CEU II. Ambos foram os responsáveis pela incorporação deste “projeto de antropóloga” no cotidiano deles e da coletividade. Passou-se dias e turnos a conversar e na interação com eles e a percorrer o espaço da moradia estudantil, quase como uma alma penada a procura de um corpo para se encostar. O namorado da Fabi, constantemente, fazia questão de anunciar e fazer as devidas apresentações a uma ou outra das famosas “figuras da casa”¹³. Passo a passo articulou-se uma rede de informantes e uma legião de agregados a pesquisa. Quase todos os estudantes que por ventura cruzassem, faziam questão de apresentar-se e mostrar boa vontade em colaborar com a pesquisa.

Numa belo dia de observação conversei com um grupo de três meninas que estavam sentadas embaixo de uma árvore no campus em frente ao bloco I. Uma delas inclusive nem era moradora da Casa, mas sim, amiga de uma delas, ali presente. Ela colocou em pauta na conversa, a “ótica externa” dos “outros” sobre a Casa e a sua própria experiência. Declarando que: “antes de conhecer a CEU II, não a enxergava com ‘bons olhos’, mas após a constante convivência dentro dela, até por influências das amigas, mudou totalmente a sua percepção, admitindo que hoje, ‘até gostaria’ de morar nela”.

No decorrer desta primeira inserção em campo junto aos moradores, e na andança em meio às instalações, o reconhecimento e o referencial pronunciado por eles em todas as partes era o da, “famosa pesquisadora”. O porquê desta expressão não se sabe, no entanto, sempre que apresentada a algum morador, de cara ele já dizia: “ah... então é você a famosa pesquisadora”. As notícias não correm, voam, naquele ambiente.

Chegou à notícia, por meio de um informante, que muitos moradores, tinham dúvidas sobre a verdadeira identidade desta que vos fala. Alguns pensavam que poderia

¹³ As “figuras da casa” seriam aquelas pessoas, muitas vezes divertidas e diferentes, mas este apelido também foi atribuído, a pessoas desajustadas, loucas, que incomodavam e perturbavam a convivência. Sempre aprontando algo e tendo histórias a serem contadas e lembradas a seu respeito pelos demais.

tratar-se de “espiã” da PRAE, tentando descobrir alguma irregularidade para deixá-los mal perante a instituição. Outros pensavam que fosse uma “agente da polícia federal”, dá para imaginar... , tentando investigar alguma atividade ilícita desenvolvida ali. Os olhares referentes aos trejeitos desta pessoa eram múltiplos. Deste modo muitos desdobramentos resultaram desta divertida e inusitada interação.

Mas diante das relações e contatos diários estabelecidos, todo este horizonte, passou a fazer parte da caminhada desta autora, de tal modo, que o respeito e a defesa desta coletividade se transformaram em bandeira.

O que conseqüentemente, fez com que o desvencilhar-se deste mundo mesmo após o término do trabalho de campo fosse tarefa ineficaz. Direta ou indiretamente manteve-se conexão constante com estes moradores e com este ambiente. Seja por meio de amizades feitas, ou pelo acompanhamento de qualquer movimentação registrada dentro da instituição e nos meios de comunicação local. Sempre havia alguém ou algum fato que faziam rememorar ou refletir sobre esta coletividade.

E nesta inquietude, seguindo os passos dados por essa primeira fase, em 2010, a aventura adentrou aos limites do Programa de Pós-graduação Scrito sensu em Ciências Sociais, sob o cerne deste objeto, com novas perspectivas em jogo. Assim, compondo um enfoque metodológico novo ao adicionar a esta combinação, novas categorias pelas quais se buscou descobrir um pouco mais sobre este universo universitário tão encantador.

A segunda inserção em campo então teve início em março de 2010, concomitantemente, ao início das atividades letivas da universidade e do mestrado. Seguindo os mesmos padrões da primeira. As movimentações foram de encontro a tornar conhecida e legítima a pesquisa e a participação em campo. Conduzidas pessoalmente e munida de uma carta de apresentação, aos órgãos responsáveis e diretamente atingidos com a sua realização. A primeira apresentação foi dirigida a PRAE, onde se recolheu mais uma vez alguns dados e documentos institucionais, e onde se descobriu as primeiras modificações na concessão dos benefícios assistenciais, no conduzir e na representação da moradia estudantil. De modo inclusivo foram acuradas alterações estruturais nas instalações, infraestrutura, equipamentos e corpo de servidores. Aproveitou-se a deixa para incitar o diálogo com alguns funcionários e principalmente com um dos Pró-reitores que respondem pela unidade.

Na mesma semana fez-se a apresentação e comparecimento nas três diretorias¹⁴ administrativas da Casa do Estudante na universidade, retomando as relações pela observação participante e entrevistas com os moradores. Contudo, nesta fase desta segunda etapa, estes comparecimentos e presença foram espaços, reduzindo-se mais a conversações formais sobre as modificações sofridas dentro das três moradias estudantis. Em contrapartida, a presença e a circulação nestes espaços da CEU deram-se quase que diariamente na segundo semestre do ano de 2010.

Foram capturadas as primeiras imagens e coletados os dois vídeos sobre a moradia; foram também incorporados acervos e manuseados os primeiros documentos históricos da instituição, do ensino superior, das moradias estudantis no país e sobre a residência estudantil da UFSM. E iniciou-se a peregrinação atrás de ex-moradores e antigos contatos/personagens que coloriram a primeira inserção de 2006.

Todavia foi em 2011, que este trabalho de campo tomou vultuosas proporções, onde foram intensificadas a presença e as coletas de dados. Abaixo detalhes dessa entrada em campo.

Em uma segunda-feira chuvosa do mês de abril, direcionou-se a CEU I, prédio localizado na Rua Professor Braga¹⁵, no centro da cidade de Santa Maria, com a missão de: encontrar a coordenadora da Casa, a Ana, e propor uma entrevista pessoal, visto que, já se havia iniciado uma conversa, mas sobre assuntos referentes à administração e andamento da CEU I. O apartamento que ela ocupa na moradia, localiza-se no 7º andar do edifício, o qual divide com mais duas meninas. Ao chegar à frente da porta e bater, logo atendeu uma das colegas de quarto de Ana, a Bia, muito simpática ela disse que Ana não se encontrava e que provavelmente estaria em um dos seus tantos estúdios. Aproveitando a oportunidade, convidou-se Bia para participar da pesquisa. Ela topou, do mesmo modo, que a outra colega Carol presente no quarto e que quando ouviu a conversa pulou em direção à porta para ver quem era e depois se colocou a disposição.

Deste modo foi marcado outro encontro no apartamento, no mesmo dia da semana seguinte, conforme a disponibilidade de horário delas. No aludido dia às 14h lá estava, na mesma posição, naquele 7º andar, a iniciar uma entrevista e observação participante.

¹⁴ A CEU III caracteriza-se pela distinção e denominação de seu órgão administrativo interno. Enquanto a CEU I e II possuem respectivamente Coordenação e Diretoria, a CEU III, possui Comissões. Mas as funções, deliberações e poderes são os mesmos para as três.

¹⁵ As devidas descrições sobre o ambiente, estrutura e distribuição de moradores serão feitos no próximo capítulo.

A atmosfera do dia-a-dia era tranquila no local, ao percorrer o corredor testemunhou-se a realização dos afazeres diários, onde: um morador varria e lavava o seu quarto, ouvindo o som de uma banda de rock, que servia de incentivo à tarefa. No quarto em frente, de porta entreaberta, observou-se outro rapaz debruçado sobre seus estudos na escrivaninha. Nesse mesmo momento, um grupo de moradores passou caminhando apressado, conversando sobre fisiologia vegetal e compartilhando um chimarrão; eles direcionaram-se a saída para entrar no elevador.

Chegando ao destino requerido, o apartamento das meninas, e improvisadas às saudações cordiais, deu-se o início da entrevista. Bia e Carol acolheram esta pesquisadora com todo o carinho, e a conversa transcorreu a tarde toda, primeiro numa entrevista “formal”, registrada pelo gravador e pela máquina fotográfica digital. E depois num bate papo descontraído e amistoso, por sinal, mais significativo que a própria entrevista; onde encontrávamos estiradas nos dois sofás do que se pretendia classificar como uma sala de estar adaptada.

As meninas prepararam para o encontro um banquete de roscas, bolachas e biscoitos produtos estes que elas fizeram questão de frisar, caseiros, e feitos com todo o carinho pela mãe de Bia, unido a um aromático cafezinho. Uma delícia! No decorrer desta confraternização, pois a acolhida descontraída e a intimidade eram reinantes. Chegou ao recinto Ana, juntou-se a nós na conversa e na degustação. Mas na presença de Ana, observou-se que as feições e o discurso de Bia e Carol variaram. Logo, engatou-se uma entrevista com a Ana que após seu término, a mesma desceu ao 1º andar em direção à sala destinada a sede da coordenação da Casa, para cumprir seu expediente como coordenadora.

Assim que ela saiu, Bia e Carol fizeram questão de justificar a sua mudança repentina e ponderação na fala. Segundo ambas, a relação com a colega não era das mais “fáceis”. Especialmente, pelo fato de: “ela ser quem ela é, e ocupar o cargo de coordenadora” – fala de Carol. Alguns problemas de convivência foram relatados. No fim, tratou-se de um dia muito produtivo, com muitas fotos do ambiente, interagiu-se bastante, e o melhor, a intimidade abriu portas para a aproximação de outros moradores por intermediação delas.

Concomitantemente, iniciou-se novamente o garimpo nestes espaços e no arquivo da UFSM, das CEU's e de objetos pessoais dos envolvidos, por registros, os mais diversos, que se dirigissem a moradia, sua história e constituição. Destarte foi retomado o contato com informantes da primeira fase da pesquisa em 2006, que hoje são ex-moradores, ou

integrantes de uma nova distinção de residentes da Casa do Estudante. Agora integrantes dos Programas de Pós-graduação, incorporando-se a outra fração destinada à morada estudantil, a CEU III. Uma retomada significativa foi localizar a minha agora ex-colega Fabi e seu namorado, agora marido. Eles atualmente residem juntos em Florianópolis, onde ele trabalha e ela da continuidade ao mestrado em antropologia social pela UFPR. Que felicidade reatar este vínculo, as conversas foram em grande parte intermediadas pela internet, através de e-mail e redes sociais. E apenas em duas ocasiões presencialmente, quando estes estiveram visitando a cidade e a instituição.

Transversalmente, e em meio a uma rede de socialização iniciada pela entrevista alcançada com o primeiro ex-morador Rodrigo abordado por esta pesquisa, em sua residência (um apartamento no centro da cidade de Santa Maria) e local de trabalho, devido a sua condição de profissional autônomo. E que residiu na CEU I durante a década de 80, como estudante de comunicação social. Este ex-morador forneceu inúmeros nomes e contatos de ex-residentes, seus conhecidos, que foram desenhando um mapa multifacetado e pulverizado de atores que muito tinham a rememorar e até mesmo “desengasgar”, como foi afirmado em uma das narrativas sobre suas passagens e experiências enquanto membros desta coletividade em tempos remotos. Relatos carregados de muito saudosismo, emoções, heroísmos, luta, preconceito e contradições foram sendo narrados por eles.

Estes contatos com ex-moradores incitou nesta pesquisadora, uma curiosidade ainda maior para intensificar e direcionar a abordagem a estes personagens. Isto é, acercar ainda mais ex-moradores, pois eles tinham muito a narrar sobre a CEU.

Durante a permanência em campo alguns rituais diários foram perpetrados, exemplo: a inserção em horários específicos, onde a movimentação era mais expressiva, como ao meio-dia e a noitinha. Permaneceu-se em vários momentos, a conversar com os membros das diretorias das CEU's. Observou-se a movimentação/circulação dos moradores e o trânsito de pessoas no ambiente de moradia estudantil¹⁶.

Os responsáveis pelas Casas, por suas administrações e distribuição de vagas, são os próprios residentes organizados, eleitos anualmente, através de um pleito realizado internamente entre os moradores. Os candidatos devem formar chapas com “voluntários”

¹⁶ Cabe esclarecer que devido às especificidades geográficas, de disposição e localização, a circulação e as interações sociais entre os moradores da CEU do campus universitário são distintas e mais intensas da dos moradores da CEU do centro do município. E que cada uma das três residências ali existentes na sua autonomia, geram maneiras próprias de administração, distribuição de funções, sociabilidades e sentimento de pertencimentos, que nos próximos capítulos serão abarcados.

que corriqueiramente sofrem e/ou são liderados por partidos ou coligações políticas locais e regionais. Os participantes se organizam por meio de coordenações e /ou funções temáticas e secretarias gerais¹⁷. As administrações, além disso, são as responsáveis pelo acondicionamento financeiro dos recursos fornecidos pela instituição e gerados pelas mesmas, através de projetos e eventos. E ainda pela fiscalização, conservação do patrimônio e certificação do cumprimento das regras estabelecidas nos devidos regimentos/estatutos internos, por parte dos moradores. E das locuções intermediárias com a instituição, isto é, responsáveis por manterem pontes de diálogos com a PRAE.

Foi verificado nas duas inserções em campo e cabe salientar aqui que a relação entre os mesmos se efetiva delicadamente. Existe uma “rixa”, entre estes dois órgãos, uma disputa acentuada de poder e legitimidade sobre as Casas X PRAE. E, de modo inclusivo, entre elas. Viu-se o refutamento e a negação por parte da grande maioria dos moradores, do envolvimento e da participação da PRAE nas questões administrativo-legais referentes a eles. E de códigos e relações de diferenciação e representação entre a CEU I e a CEU do campus, como se formassem duas bem delineadas e particularizadas faces distintas de uma mesma moeda.

Em meio às indagações proferidas, observou-se que os moradores recorrem muito às diretorias e aos seus serviços. Tanto para averiguação de chegada de correspondência, como para fazer reclamações, requerer consertos, comunicar acontecidos, pedir alguma informação e ajuda. A circulação é constante dentro das diretorias/coordenações, assim como na grande maioria dos apartamentos.

Noutras varias situações de campo gerou-se múltiplas interpelações sugestivas de como conduzir a referida pesquisa, sobre que contatos e aproximações fazer (a quem se deveria procurar e/ou evitar), de eventos a participar, de fatos a presenciar, das fofocas circundantes em diferentes contextos entre e sobre os pesquisados.

Investidas amorosas também fizeram parte das peripécias de campo. Salienta-se que em muitas entrevistas a moradores do sexo masculino, teve-se de omitir a informação de que esta pesquisadora era comprometida, que de entrada já era questionada. Pois, quando respondida assertivamente à questão, as falas reduziam-se a monossílabos ou a frases curtas e ríspidas. Um artifício acatado, para poder obter um pouco mais de proximidade com o interlocutor.

¹⁷ Como: cultura, esporte, patrimônio, eventos, finanças, entre outros. Mas, todos com o mesmo peso perante a administração.

Em outros contextos, posicionava-se, em frente, dentro ou próxima aos prédios, e consequentemente sozinha, a observar os moradores em suas atividades diárias no interior dos ambientes residenciais e de suas intimidades e socializações.

Incontáveis foram às ocasiões de diversão com o pessoal contando, “histórias”. Inúmeras rodas de chimarrão, de cafés da tarde com guloseimas produzidas pelas próprias famílias e trazidas “de casa”, como diziam. Conversava-se de tudo um pouco, política, relacionamento, religião, convivência, beleza... Entre os assuntos em pauta, os diversos apelidos atribuídos a CEU ao longo dos anos. Como exemplo, descreve-se um, com tamanha significação e expressividade mediante aos moradores, visto que, seguidamente ele era proferido por um deles. O apelido de “pombal”, devido à impressão gerada, a quem passa e vê, através das janelas, aquela grande quantidade de “cabecinhas” aparecendo nas janelas, fazendo alusão, ao próprio ninho de pombas, que vemos muitas vezes em prédios abandonados dos espaços urbanos.

Observou-se nos apartamentos/quartos e nos espaços destinados a interação, muitas manifestações de identificação, da intensa expressão de sentimentos e representações que não poderiam calar, entre outras tantas manifestações, políticas e libertárias. Muitos desenhos, pinturas feitas nas paredes e portas, cores, assim como, objetos, roupas e equipamentos que obedecem a uma ordem espaço-temporal própria daquele universo de circulação coletiva e sociabilidades em questão. Há uma “estilização” pessoal de cada ambiente privado. As fotos registradas do local mostram um pouco desta vivência, tanto na primeira, quanto na segunda incursão em campo, nas quais, algumas encontram-se presentes e/ou anexadas a este ensaio.

Manteve-se em todo o período de campo, contato com os mais diversos “tipos” de moradores, desde casais com filhos presentes e morando todos em um mesmo apartamento, as figuras populares e/ou “imperceptíveis”, integrantes dos mais diversos grupos. Teve-se acesso a informações não oficiais, como a de que haveria pessoas aceitas no benefício da carência e assistência estudantil que não poderiam estar ali, pois não se encaixariam nos requisitos de aceitação, compondo alguns casos de irregularidade institucional dentro da universidade. Assim como, a existência de moradores “pré-históricos”, que persistem em permanecer na CEU, mesmo após terem terminado seus vínculos com a UFSM. E a existência de estudantes/moradores estrangeiros, que não têm o direito a esta modalidade de assistência à moradia, mas foram e são acolhidos por alguns residentes. Averiguou-se igualmente a permanente presença de “terceiros, quintos e sétimos” moradores, isto é,

parentes, amigos, conhecidos ou namorados(as)/companheiros(as), externos a instituição, habitando e dividindo o espaço com seus usuários de “direito”.

Enquanto a observação participante e as entrevistas, de um lado, ocorreram em meio e na convivência diária junto a este estilo de moradia estudantil. Uma nova face surge neste campo. A realização de coleta de dados em locais distanciados deste universo, imersos a setores institucionais da universidade. No contato, acompanhamento e entrevistas realizadas a ex-residentes e servidores. Onde se privilegiou o recordar através do mergulho supervisionado e assistido por esta pesquisadora em suas memórias e vivências trazendo a tona nuances e peças novas à compreensão deste mundo. A entrevista realizada em março de 2010 a um dos pró-reitores da PRAE, iluminou muito esta pesquisa e tracejou os vieses e questões trazidas aqui como categorias a serem analisadas.

Outro tipo de tarefa um pouco mais exaustiva e totalmente solitária foi realizada em meio a registros e arquivos dos quais se teve acesso, nos mais diferentes órgãos oficiais e/ou locais que pudessem conter apontamentos referentes à moradia estudantil. Permaneceu-se horas e dias a fio vasculhando qualquer indício que pudesse relacionar ou resgatar a trajetória das republicas estudantis ou da conjuntura que possibilitou e favoreceu a sua existência e caracterização neste sistema educacional. As constantes visitas ao Arquivo geral da instituição foram imprescindíveis. A rinite desencadeada neste período compôs a herança oriunda desta investigação.

Estar presente em campo foi muito satisfatório. Os personagens de uma maneira geral, mostraram-se muito receptivos e participativos a presença desta pesquisadora. Todo este universo e a intensa identificação abona um tom de admiração por estes personagens, deixando esta que vos traduz esta experiência, um pouco mais à vontade ao tentar “inscrever” as suas vozes e seus olhares mediante esta vivência. Estes sujeitos foram muito atenciosos, de uma delicadeza tremenda para com uma “invasora curiosa” que não tinha nada ou quase nada para retribuir tal gentileza. Abriram suas intimidades para que pudesse ter êxito em seus intentos. Isto por si só já pesa nos ombros, devendo ser transferido para a responsabilidade de preservá-los e respeitá-los acima de tudo.

E dando o devido fecho deste segundo capítulo, salienta-se que a discussão e reflexão articulada até aqui, primeiramente, pelo esclarecimento ao leitor frente ao posicionamento teórico-metodológico abraçado e desenvolvido por esta pesquisa. Foram rematados com a apresentação das condições de inserção e da experiência de campo, compondo etapas de uma postura indispensável para a contextualização do campo e da

conjuntura que caracteriza a instituição na qual este objeto a Casa do Estudante Universitário e seus personagens, os (ex)moradores, estão sendo pensados e interpretados.

E ao dar prenúncio ao próximo capítulo, adiante-se que o conteúdo deste pairará sobre a composição, distribuição e mapeamento deste espaço físico institucional universitário compreendido pela CEU, ratificando a sua concepção, trajetória, as suas especificidades e seguindo uma ordem considerada imperativa para a apresentação desta pesquisa.

CAPÍTULO III – A COMPOSIÇÃO DESTE UNIVERSO

Passado no presente: da Casa do Estudante Universitário

3.1. Relação entre a universidade & moradia estudantil – origem da modalidade de repúblicas estudantis brasileiras e os seus desdobramentos no caso da UFSM

As origens dos modelos de Repúblicas Estudantis Universitárias existentes e que estão em funcionamento no Brasil, remontam as influências e padrões dados pela sua antiga metrópole, Portugal. Onde no século XIV, especificamente em Coimbra, berço da academia de Portugal e do Brasil, promoveu-se, através do governo português, a construção de Casas no zoneamento urbano da Almedina em Coimbra. E que deveriam ser habitadas por estudantes selecionados para tal, por uma comissão nomeada pelo Rei e mediante o pagamento pormenorizado de uma taxa, cujo valor seria fixado também por esta comissão. É assim que a partir de um tipo de alojamento comum, que permitia minimizar os encargos financeiros, que derivaria as origens do que hoje conhecemos como Repúblicas/Moradias Estudantis. Esta modalidade de moradia traz desde sua formação as características da exaltação de valores universais que vão unir o passado ao presente: a vida em comunidade, a soberania, a participação coletiva e a autogestão.

Não obstante, se argumenta que as repúblicas de estudantes no Brasil sucedem às faculdades fundadas durante a regência de Dom João VI, como a Faculdade de Medicina em 1808. Contudo, elas realmente foram consolidadas como tais, durante o reinado de Dom Pedro II. Basicamente, com a fundação da Escola de Minas em Ouro Preto em 1876, onde lá se deu início a formação de uma cidade universitária, com tamanho e características apropriadas. E em consequência da necessidade de fixação nesta cidade de alunos e professores interessados em cursar ou ensinar na antiga Escola de Minas. Ouro Preto foi capaz de ver florescer as moradias estudantis, onde estas se tornariam o centro da vida estudantil, congregando tradição, história e costumes próprios. Nos mesmos moldes das repúblicas de Coimbra. Contudo, estas Casas eram de propriedade da Escola e cedidas aos estudantes que pagavam um pequeno aluguel.

Um dos casos mais marcantes na história e constituição deste estilo de moradia incidiu na década de 20. Designadamente em 1923, um grupo de amigos, que foi estudar

no interior de São Paulo, na cidade de Piracicaba, resolveu dividir uma Casa para reduzir os gastos com moradia. A Casa alugada foi batizada com o mesmo nome de um luxuoso e famoso hotel do Rio de Janeiro. A tradição continuou e a denominada República Copacabana Palace prossegue até hoje.

Imagem 9 – Moradores da República Copacabana Palace – 1960.



Fonte: Site da república Copacabana <http://www.republicacopacabana.com.br/>. Acesso 20/04/2010.

Mas foi somente a partir do governo Getúlio Vargas 1930, que as residências universitárias consolidaram-se como política assistencial inerente ao ensino superior no Brasil. Com o advento da pulverização e institucionalização à difusão da construção de inúmeras Faculdades e Universidades Federais pelo país, isto é, das chamadas “cidades universitárias”. Estes tipos de instalações floreciam para abrigar os mais novos ingressantes nas recém-nascidas universidades brasileiras. Isto já no período em que a ideologia desenvolvimentista era a predominante, nas décadas de 1950 a 60. Porém,

A modernização do ensino superior não foi exclusiva dos anos posteriores a 1960. Um dos exemplos é a duplicação de vagas no ensino superior e a gratuidade nos estabelecimentos federais, a partir de 1950, que permitiu melhorar as oportunidades de escolarização (Cunha, 1983, p. 254).

E viajando um pouco mais na história, aqui no estado do Rio Grande do Sul, já existiam registros na década de 30, de movimentação estudantil e governamental na direção de fundar e consolidar junto a Universidade Federal do Rio Grande do Sul as primeiras Repúblicas Estudantis privadas, e institucionalizadas - financiadas pela União. Para com isso, garantir o acesso de uma população de classe média ao ensino superior,

através da assistência estudantil, propiciando a permanência de alunos carentes em programas de apoio institucionais gratuitos. Todas estas mudanças foram impulsionadas por uma forte organização e reivindicação de Movimentos Estudantis na busca por melhores condições de acesso e equidade educacional.

Como exemplo a história da fundação da república CEUACA, Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida, ligada a URGS - UFRGS, que abriga estudantes desta instituição, mas que não é financiada e de responsabilidade desta. A CEUACA funciona de forma autônoma e particular, “rateando” os custos de sua manutenção entre os moradores. Apesar de haver uma Constituição Estadual que responsabiliza o estado pela manutenção destes estilos de Casas autônomas.

A história de nossa Casa do Estudante remonta a década de 30. A ideia de construir uma Casa para abrigar estudantes carentes fazia parte de um movimento que tinha pretensões mais amplas. Por ser de cunho socialista, esse movimento propunha uma transformação profunda da realidade brasileira. Uma das principais frentes de luta era a moradia estudantil.

Por esse motivo, em primeiro de agosto de 1934, os estudantes da Faculdade de Direito de Porto Alegre se organizaram e fundaram a “Casa do Estudante”. A referida instituição não tinha sede própria. Utilizava-se dos mais diversos espaços, os quais, muitas vezes, inadequados. Com a morte de seu filho Aparício, em 1935, Israel Almeida e Maria Antônia Cora doam o prédio do antigo Edifício Almeida ao Estado para que ali fosse construída a Casa do Estudante do Rio Grande do Sul. (...), situada na Rua Riachuelo, 1355, uma casa para abrigar os estudantes universitários carentes, vindos do interior. Assim, foi criada a Casa do Estudante do Rio Grande do Sul, posterior, CEUACA. Em 1959, é reconhecida como uma entidade de utilidade pública estadual, ato efetuado pelo então governador do Estado, Leonel Brizola. (trecho retirado do site <http://www.ceuaca.com.br/historico.html>. Acesso em 20 de abril 2010).

Imagem 10 – Fachada da CEUACA década de 50.



Fonte: histórico da CEUACA, Site: <http://www.ceuaca.com.br/historico.html>. Acesso 20-04-10.

Outro exemplar das primeiras moradias existentes no RS, mas agora institucionalizada pela UFRGS é a CEFVAV - Casa dos Estudantes das Faculdades de Agronomia e Veterinária, fundada em 1960 pela Universidade do Rio Grande do Sul, com o objetivo de oferecer moradia gratuita aos estudantes das Faculdades de Agronomia e Veterinária.

De acordo com o Ministério da Educação, no país, há 55 universidades federais, que dispõem de residências estudantis. Algumas instituições estaduais também contam com esta assistência, ou dão bolsas de auxílio à moradia, no caso de não possuírem sedes, são os casos da Unicamp - Universidade Estadual de Campinas, e Unesp - Universidade Estadual Paulista, respectivamente. Nos dois casos, as residências são gratuitas e não oneram o aluno com nenhum custo de aluguel, condomínio, água, energia elétrica, gás, etc. Não se pode desconsiderar a existência de algumas universidades particulares dispostas de Casas de Estudantes para seus acadêmicos. Neste caso, o estudante paga à instituição pela referida vaga.

As residências universitárias em funcionamento no país caracterizam-se por serem imóveis construídos ou alugados sob o comando e/ou administração de uma instituição de ensino superior, e servindo para o usufruto de seus alunos e/ou professores e/ou funcionários. No Brasil, alguns desses imóveis são cedidos às universidades, mediante contrato de comodato firmado com órgãos públicos municipais, estaduais ou federais. E outros, são construções urbanas dispostas e pertencentes ao patrimônio institucional universitário. Dispostos tanto em campi, quanto dentro do tecido urbano local ao qual se inserem. Sua organização é complexa, elas têm como base de sustentação o seu arranjo coletivo e político. Nelas a disposição coletiva e a trajetória histórica unem-se ao espaço físico patrimonial na sua significação e representação.

As mais variadas modalidades de Casas do estudante nacionais organizam-se e articulam-se historicamente na luta por melhorias, através de movimentos e organizações locais e regionais; que vão convergir em proporção federal representada pela Secretaria Nacional de Casas de Estudantes – SENCE. Aonde são articulados por meio dela, do mesmo modo, encontros anuais regionais - ERECE, e encontros nacionais – ENCE de Casas do Estudante.

3.1.1. UFSM – compreensão e vivência da moradia estudantil na instituição

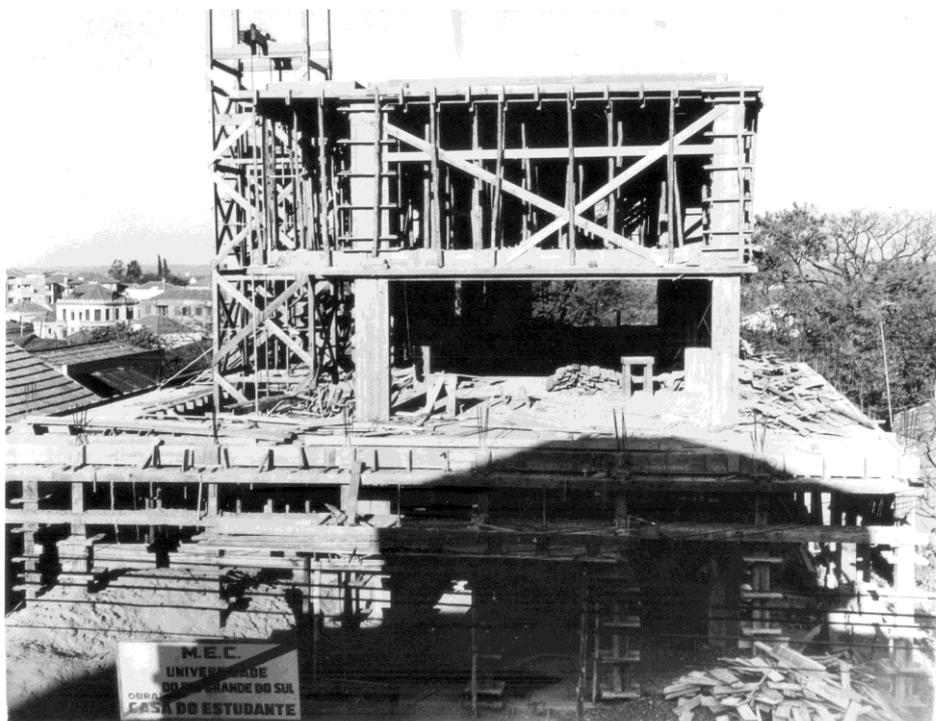
A certa relevância, nesta circunstância, em se portar neste momento, para uma breve análise da estrutura, do aporte acadêmico e da história do Programa de Assistência Estudantil da UFSM e do patrimônio de sua Casa do Estudante Universitário. É neste sentido que se argumenta sobre a importância deste patrimônio e desta composição para a cristalização das significações deste tempo-espaço para os (ex)estudantes. Ou seja, de perceber o espaço físico também como remanescente de um passado que o caracteriza e particulariza e que é um dos constituidores da memória acionada que estabelece as representações e os limítrofes de pertencimento com este tempo-espaço vivido no cotidiano acadêmico.

Talvez a razão mais lógica seja a afetiva se recorrermos a Walter Benjamin e seu conceito de memória involuntária retirado da obra de Proust. É porque conhecer a história da cidade e no caso da história da cidade universitária é poder enraizar em territórios de pertencimento, em espaços vividos, o nosso sentimento de pertença, nossa consciência de autoria em uma cidade histórica, que abriga sua memória coletiva. Ao mesmo tempo, o direito à consciência do nosso passado, permite o fluxo temporal das re-invenções cotidianas, das alteridades geracionais que compartilham na descontinuidade temporal, as marcas patrimoniais de valores arraigados e referências identitárias, uma vez que a cultura é dinâmica e se transforma no processo histórico de indivíduos e grupos sociais. (ECKERT e ROCHA, 2007, pg. 11).

A data de inauguração da CEU - UFSM¹⁸, quase que se confunde com a própria data de fundação da Universidade Federal de Santa Maria, isto é, 1960. Tanto o complexo residencial do campus, como o localizado no centro da cidade, estavam contidos em sua proposta de edificação. A diferença localiza-se no fato de ter sido parcialmente concluída, e parcialmente ocupada, uns cinco ou seis anos após. Contudo, ela foi projetada e estava contida no plano e estruturação da universidade desde sua fundação.

¹⁸ A Casa do Estudante foi criada para atender a alunos da Instituição, brasileiros, que não possuem lugar para residir e/ou não possuem condições de bancarem financeiramente uma residência particular para efetuar seus estudos. Trata-se de um projeto de “equidade” de acesso ao ensino superior e de assistência estudantil. Este benefício é encaminhado através de um Requerimento (papitada) para pedido de aprovação da assistência estudantil da Universidade, onde se deve preencher e comprovar os devidos requisitos socioeconômicos, para adentrar no programa e na CEU. Isto garante aos estudantes todos os recursos assistenciais fornecidos pela instituição. Há controvérsias a este programa que não serão alvo deste ensaio, neste momento específico, mas cabe pontuar que elas existem e são pertinentes no debate sobre esta coletividade.

Imagem 11 – Obras da CEU I no centro da cidade de Santa Maria, ano 1960.



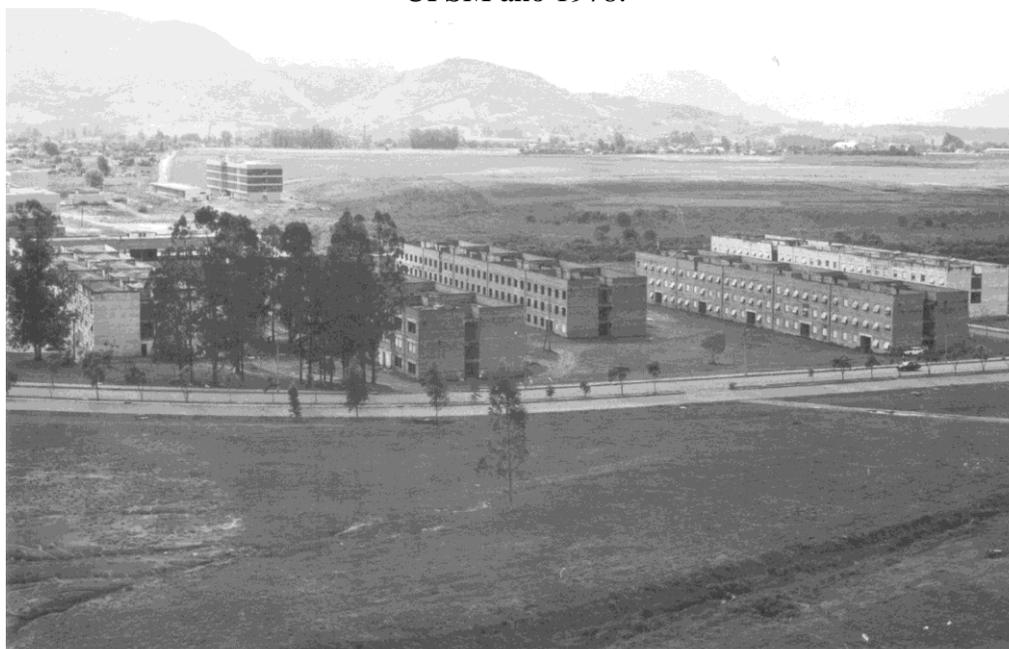
Fonte: Arquivo Geral da UFSM

Imagem 12 – Um dos primeiros encontros dos estudantes e do fundador e então Reitor José Mariano da Rocha Filho ano 1962.



Fonte: Arquivo Geral da UFSM

Imagem 13 – Vista do complexo de moradia estudantil do campus UFSM ano 1978.



Fonte: Arquivo Geral da UFSM

Desde suas primeiras ocupações até meados da década de 1980, não havia estabelecido formalmente ou legalmente pela instituição, algum tipo de regulamento ou quesitos de acesso ou permanência na moradia. Os acadêmicos interessados em residir fixavam residência onde os interessava, sob restrito acompanhamento institucional. Posterior a este período, a ordenação da ocupação deste espaço passou a ser efetuada pelos moradores mais antigos tidos ali, ou por uma comissão eleita e composta pelos mesmos. As condições de aceite ou não de um candidato passavam a ser subjetivas e gerenciadas por cada Casa, no caso CEU I e II, especificamente, através do preenchimento dos pré-requisitos tidos e promovidos como válidos por seus representantes. A Casa de Pós-graduação CEU III foi fundada posteriormente, através da luta e reivindicação dos estudantes frente à reitoria da universidade. Especificamente, no ano de 1990 e a partir daí iniciou-se uma luta para a melhoria da assistência estudantil a pós-graduação.

Os primeiros estudantes habitantes da CEU eram homens e a circulação em suas dependências, dava-se quase que exclusivamente por eles, pois a permissão de mulheres conviverem, permanentemente, como moradoras em um tempo-espaço conjunto e coletivo unissex, eram expressamente proibidas pela administração central da universidade e pelas regras morais da época nesta localidade. Conseqüentemente, a circulação de jovens do gênero feminino também era vista como não apropriada, dentro deste espaço de ocupação

urbana de “má fama”(VELHO, 1989). Só a partir de 1967 foram introduzidas às primeiras mulheres, que num período inicial, ficaram alojadas em um prédio alugado pela UFSM, compondo uma moradia feminina diferenciada. Esta “Casa feminina” funcionou por alguns anos no centro da cidade, localizando-se ao lado da Antiga Reitoria na Esquina das Ruas Dr. Astrogildo de Azevedo e Professor Braga nº 1244. E aparelhada por dois apartamentos no 2º andar, onde se dispunham de oito vagas.

Nos anos 80 esta “Casa feminina” foi extinta, havendo a redistribuição das interessadas em blocos e/ou quartos/apartamentos exclusivamente femininos, mas diluídos dentro da CEU¹⁹. Com isso, aumentaram as vagas dispostas ao gênero feminino na moradia estudantil. Contudo, apesar da assepsia social de gênero ter sido efetuada com sucesso neste contexto, suas pioneiras “moradoras”, mesmo assim, foram alvos de muita perseguição e preconceito por serem integrantes desta modalidade de habitação. E contribuindo para “revolucionar” ainda mais esta condição, no ano de 1986, alguns alunos da CEU I, decidiram fundar o primeiro quarto misto. É como narra um ex-morador entrevistado e um dos mentores deste feito:

O ano era 1986. A universidade estava em polvorosa. Tínhamos acabado de fundar a Associação dos Bolsistas e Monitores e a Assembleia Geral da UFSM estava sendo organizada. Pela primeira vez, um reitor eleito estava à frente da universidade. Eram tempos de muita mobilização pró-melhorias estudantis. Em meio a todo este panorama, uma amiga, estudante de Zootecnia, me procurou dizendo que havia chegado a Santa Maria um casal de irmãos de El Salvador, que não poderiam morar na CEU por serem estrangeiros. Conversamos entre si e decidimos ocupar um quarto que estava vago, o 73, levando conosco para dentro do mesmo os salvadorenses. E assim fundamos o primeiro quarto misto. Que na época gerou muita polêmica... (risos)... Queriam nos tirar da universidade! Até no principal jornal da cidade saiu a nota da “pouca-vergonha” que estava sendo admitida na UFSM. (transcrição da fala de ex-morador entrevistado, 2011).

E dentre os feitos daquelas décadas destaca-se outra luta e reivindicação dos estudantes frente à reitoria da universidade. Que propiciou especificamente, no ano de 1990, a fundação da Casa do Estudante Universitário para alunos da Pós-graduação – CEU III ou também chamada Moradia Estudantil Pós-Graduação - MEPG e a partir daí iniciou-se uma luta com a administração para a regulamentação da assistência estudantil a pós-graduação nos anos subsequentes.

Após várias lutas no sentido de legitimar a moradia estudantil e garantir que a assistência estudantil da UFSM atendesse de forma ampla todos os estudantes da Casa do Estudante III, destinada à pós-graduandos, conquistou-se em 2006 o

¹⁹ Estas considerações sobre a data exata de sua inauguração, como seu funcionamento, em geral, foram-me dadas e fizeram parte, de todo o discurso proferido pelos próprios (ex)moradores, pelas diretorias e comissões da Casa e por funcionários; além de dados e documentos coletados da Instituição.

direito de ser reconhecida e vinculada, oficialmente, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). (dados retirados do site <http://www.ufsm.br/ceu3/histórico>. Acessado em 20/04/2011).

Atualmente estão realizando ampliações e reformas no espaço físico da Instituição. E entre elas estão às reformas das Casas de estudante da cidade de Santa Maria e a construção de duas novas Casas para atender os estudantes da CESNORS, campi de extensão da UFSM.

Todas essas colocações e dados sobre a história e os percursos traçados pela modalidade de repúblicas estudantis no Brasil, e na UFSM em particular; simbolizaram as fortes referências e acalentaram o florescer de um intenso reconhecimento e identificação de grupo frente às representações e vivências neste espaço, que serviram de palco e pano de fundo para o desenvolvimento de articulados grupos como os de movimento estudantil, entre outros. Aonde reivindicaram progressos sociais e estudantis e combateram à ditadura militar. Eles prestaram-se, igualmente, a lapidação e articulação político-partidária e lançaram muitos líderes e políticos para as arenas e cenário brasileiro. Como se vê nas imagens trazidas abaixo.

Imagem 14 – (esq.) Destaque de panfleto de reivindicações dos estudantes na década de 90.

Imagem 15 – (dir.) Movimento Estudantil pró-moradia e Assistência Estudantil, 1991.



Fontes: Diretoria da CEU II e Arquivo Geral da UFSM.

Constituíram os emblemas da irreverência, da rebeldia e da diferença em si, tudo isso, abrigados e sob o endosso de pertencerem e habitarem uma moradia estudantil, a qual legitimou esta identificação e acionou uma condição particular nem sempre positiva ou bem vista aos seus integrantes, mas legítima na composição de suas experiências. Apesar disso, em alguns casos pelo peso da parcela de negatividade, a associação ao patrimônio da CEU, por muitas vezes foi e/ou é renegada ou dissimulada por este (ex)morador, seja por medo, por receio ou por vergonha. Um dos ex-moradores ponderou que quando residia na CEU I, nos anos 90, não assumia em suas amizades e relações externas a Casa, que ele era morador deste ambiente. Segue trecho de sua fala:

Eu era estudante de uma universidade federal, era bonitinho e aprumado, resultado... não gostava que minhas referências fossem a de um morador da CEU I. Só quem era muito íntimo a mim sabia e convivia comigo na Casa. Apesar de saber que este preconceito não tinha fundamento...(pausa)... mas os outros não sabiam e eu queria ser igual a todo mundo. E principalmente namorar meninas de família da cidade... (Risos)... Imagina se elas descobrissem que eu era pobre e residia na Casa... (risos) fugiam, desconversavam, desapareciam. Tu imaginas ainda... ir conhecer o resto da família e apresentar-se como morador... hahaha...era complicado. (...) (transcrição de fala de ex-morador, 2010).

Este episódio se mostra como um dado que não pode ser descartado e que vem a corroborar com a posição defendida por este ensaio. Ou seja, é inegável a relação e peso calcados e absorvidos por suas subjetividades ao habitarem e identificarem-se como membros desta coletividade potencialmente definida por um patrimônio físico e simbólico-histórico. O que é intensamente imprimido as subjetividades e a socialização destes indivíduos. Trata-se de um espaço rico e plural que incorpora e é incorporado pelo seu patrimônio sendo vestido como agente sociocultural ativo e atemporal, onde sua relevância e simbologia perpetuam e transcendem a sua territorialidade física. Mais adiante aprofundar-se-á esta eloquente discussão.

3.1.2. Assistência Estudantil – Programas de equidade: características, regras e acesso a esta modalidade

Como já foi introduzido nesta exposição, a Assistência Estudantil da Universidade, promove e garante pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, uma gama de programas e benefícios que são concedidos aos acadêmicos de forma limitada e por meio de seleções

que requerem o preenchimento aos requisitos solicitados²⁰. Isto é, são vagas, valores e oportunidades finitas. Com um número de beneficiados fracionados e que não abarcariam os mais de 25 mil alunos matriculados. E que nunca em sua história conseguiu abranger a totalidade da comunidade acadêmica.

Entre os auxílios e programas encontram-se: Três laboratórios de informática e laboratórios de línguas com cursos gratuitos para estudantes carentes, subsídios através do benefício alimentação aos restaurantes universitários, garantindo três refeições diárias a custos simbólicos, bolsa transporte pago no início de cada mês, direito a vaga gratuita para filho(a) na creche e o Núcleo de Educação Infantil Ipê Amarelo, e outras tantas bolsas variadas que completam a Assistência Estudantil da UFSM, como forma de subsidiar a permanência do estudante. Conta também como amparo o recente Sistema de Políticas de Ações Afirmativas de inclusão racial e social. E para completar este leque a universidade oferece a modalidade de moradia estudantil gratuita a alunos de todos os níveis e idades, da instituição. São quase 2 mil vagas dentro da sede da UFSM e futuramente quase 200 vagas serão abertas nos campi da CESNORS.

Para que o acadêmico adquira o direito de usufruir dos auxílios e programas acima citados, com a exceção do sistema de Políticas de ações afirmativas, ele necessita, segundo a Resolução institucional: ser estudante brasileiro ou naturalizado, com matrícula e frequência em curso médio, técnico, graduação, ou pós da UFSM; ser este seu primeiro curso superior e/ou vínculo com a instituição (exceto no caso da pós); sua família não residir em Santa Maria; possuir no mínimo 50% de aprovação nas disciplinas cursadas no semestre letivo; estar matriculado e cursando uma carga horária mínima de 240 horas semestrais e que esteja ciente e compromissado com a moradia estudantil gratuita.

Para então fazer o pedido do Benefício socioeconômico – BSE na PRAE e passar pelos processos de avaliação, o 1º, realizar agendamento de uma entrevista, através do site da PRAE, com o Serviço Social do Setor Psicossocial. E o 2º, entregar, dentro dos prazos determinados em edital, a documentação requerida pelo setor, para a verificação do preenchimento dos requisitos como condição para o aceite do benefício a partir da análise econômica do grupo familiar. Que deve conter: dados e documentos pessoais e familiares, comprovação de renda familiar, obtido através da Receita Federal e comprovante de Residência e naturalidade de/em outro município ou estado. No início de cada semestre é

²⁰ Ver anexos B e C– as resoluções institucionais com as disposições formais e legais, gerais sobre as três Casas e sobre a Assistência Estudantil.

disponibilizado no site da UFSM-PRAE o calendário de agendamento das entrevistas e solicitações. Tudo isso obedecendo a critérios, aprovados na Resolução. E para não correr o risco de perder o BSE, o aluno deve estar atento às regras contidas dentro da Legislação da universidade e contidas no Guia do estudante e, em cada Estatuto de cada CEU²¹.

Após a aprovação do BSE o estudante pode encaminhar o pedido dos demais benefícios oferecidos dentro do programa de assistência estudantil. E entre eles o que nos interessa esmiuçar é o acesso a Moradia Estudantil. Para efetivar sua presença e espaço na CEU o aluno ainda deve passar pelo processo de aceite e espera por vagas. Cada CEU das três constituintes possui, através de seus estatutos, formas autônomas de fazer a seleção dos candidatos.

Na CEU I – A seleção de seus futuros moradores fica a cargo da Coordenação da Casa. E seguem o fluxo do número de vagas disponíveis, passando pelos critérios: estar cursando ensino médio, técnico e/ou graduação; preferencialmente que seu curso esteja a funcionar nos prédios de apoio fora do campus, no centro da cidade e do diálogo e aceite por parte do atual morador do quarto aonde vai se candidatar. Quando faltam vagas são feitas listas de espera, classificadas por chegada, e os alunos são direcionados aos alojamentos coletivos provisórios, no caso o quarto 69, disposto no prédio da mesma.

A CEU II – Segue basicamente os mesmos ditames da antecessora e deixa a cargo da Diretoria esta tarefa, onde esta faz o levantamento das vagas ociosas e distribuí os candidatos por ordem de procura, os critérios são os mesmos, salvo o quesito da locação do curso, este pode ser em qualquer lugar, campus e/ou cidade. Quando o número de candidatos ultrapassa as vagas disponíveis esses são, novamente, conduzidos à permanência em um alojamento improvisado na União Universitária. Para posteriormente irem transferindo-se permanentemente a Casa. É ainda na CEU II, no bloco 34, que são direcionados os moradores menores de 18 anos, e só neste local eles podem residir segundo as normas da PRAE.

A CEU III - põem esta responsabilidade a cargo da Comissão de Moradia, que faz à inscrição dos candidatos. Sob o critério de estar devidamente matriculado e cursando uma Pós-graduação na instituição. Posteriormente, a lista de candidatos inscritos é encaminhada para a PRAE, onde é realizado um ranqueamento de renda, a fim de que as vagas disponíveis sejam supridas tomando como critério a menor renda. E assim distribuindo os

²¹ As disposições contidas nas Resoluções em anexo (anexo C) encontram-se detalhadamente estes procedimentos.

admitidos dentro dos apartamentos e/ou quartos desocupados, e disponibilizando ainda uma lista de suplência/espera. Esta modalidade não possui alojamentos provisórios, fazendo com que os candidatos no aguardo, banquem com os custos interinos de uma moradia, ou permaneçam na União, irregularmente, até conseguirem a permuta para o apartamento da MEPG.

É relevante ponderar sobre a fixação ou não de um estudante num determinado quarto e/ou apartamento nestes três estilos de moradia. Ela perpassa pelas relações de afinidades e identificação construídas e dispostas neste ambiente. Assim, o candidato vai procurar priorizar e conseqüentemente encontrar abrigo, nos cômodos aonde houver semelhantes, conhecidos, conterrâneos, ou qualquer indicio disso.

O período máximo ao qual um estudante pode permanecer na Casa é, segundo o regulamento da instituição, o tempo total para a conclusão do seu curso (contado em anos), acrescido de mais 50%, ou alguns meses de tolerância no caso da Pós-graduação. Contudo, verificou-se que muitos excedem este tempo de permanência. Emendam dois ou mais cursos dentro da instituição permanecendo nas moradias; ou porque recorrem a PRAE para estenderem o seu tempo de carência e estada e/ou até mesmo quando perdem o BSE, mas persistem ali, clandestinamente. Há também aqueles que, apenas mudam de situação e de prédio. Quando saem diretamente da graduação para a pós-graduação, trocam apenas de “Casa”, encarando uma nova moradia na CEU III. Outro fato curioso é que adjacente aos moradores “regularizados” frente à instituição em seu direito a moradia, coexistem e coexistiram historicamente, casos de moradores “irregulares”, que não possuem o benefício socioeconômico, são os ditos moradores clandestinos.

É um dos fatos verificados em campo na CEU II, especificamente, em um apartamento do terceiro prédio. Em que residem oficialmente 6 estudantes devidamente regularizados e uma “penetra” como exclamou um dos moradores entrevistados. Trata-se da irmã menor de idade de uma das moradoras, que veio morar para fazer cursinho pré-vestibular na cidade e prestar vestibular. E a narrativa do morador continua:

“...Eu e os guris aceitamos a presença da Dani aqui em casa, ela esta dormindo e guardando seus bagulhos no cubículo lá do fundo... não poderíamos negar né!?!? A nossa colega e irmã dela veio falar com a gente e explicou a situação dela...deixamos... um dia também podemos precisar... uma mão lava a outra. (fala de morador da CEU II, 2010)”.

Quando interpelado sobre os problemas com a irregularidade ele continuou:

“... bah... sei que os caras andam de olho e conferindo todo o pessoal que ta morando aqui, ainda mais que esta guria é de menor, mas fazer o que... ela e a irmã dela quiseram e tão fazendo assim... quem vai ter de responder e correr o

risco de serem expulsas são as duas... então tô tranquilo... (continuação da fala - morador da CEU II, 2010)”.

Esta é uma prática comum entre os residentes das três Casas, e até certo ponto tolerada pelas administrações das mesmas e pela PRAE. Faz-se vista grossa até que haja alguma denúncia ou problema de convivência.

3.2. Espaço físico compreendido e destinado a Moradia Estudantil na UFSM

Os residentes da CEU, que ao todo no período estudado, compreenderam um número estimado de quase 1.800 condôminos, para 2 mil vagas dispostas. O ingresso a esta modalidade de moradia é composto e inclui duas etapas principais como já foi visto: a primeira delas restringe-se à área de atuação da Assistência Psicossocial da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis-PRAE, onde é aberto edital de pedido de benefício socioeconômico e a segunda etapa, que fica a cargo da Comissão/ diretorias da CEU, refere-se à inscrição e alocação dos candidatos nas vagas existentes em cada apartamento.

Segue abaixo uma explanação breve sobre a disposição espaço-estrutural da arquitetura pertencente ao patrimônio da UFSM, e destinada ao campo da Assistência Estudantil de moradia.

3.2.1. Moradias provisórias: características e composição desse processo de transição

Existem espaços de fixação provisórios e destinados à espera dos alunos, pela aprovação do benefício ou por vagas nos apartamentos, sendo denominados por este ensaio de alojamentos de pré-moradia. Suas acomodações são improvisadas e precárias. São duas ao todo, uma é a União Universitária localizada no campus universitário ao lado do complexo da CEU II e III. E a outra é um quarto/sala de número 69 que compõem um dos espaços do prédio da CEU I no centro da cidade.

Cabe ressaltar que, a ocupação destes ambientes para esta finalidade, do quarto 69 e da União, é um ato não institucionalizado e nem bem visto pela UFSM, pois o espaço hoje

destinado à alojação, não o era, antes dos anos 80. Foi uma ocupação realizada, se ousaria dizer “invasão”, por parte dos estudantes da época, que não possuíam lugar para residir. Mas a instituição a tolera, na medida do possível, não bancando esforços para transformá-la em parte da assistência estudantil proporcionada. Não obstante, os moradores da Casa e os ocupantes destes alojamentos são os sujeitos solicitantes, que reivindicam batalhar por um reconhecimento e um melhoramento das condições deles.

Imagem 16 – Reportagem de Jornal local sobre a invasão da União – 1989.



Fonte: Arquivo da CEU II.

Nestes dois espaços transitórios são abrigados, os estudantes que chegam à universidade no início de cada semestre e que estão à espera da aprovação dos seus pedidos de carência, requeridos à instituição, para daí então, efetuar moradia permanente nas Casas. Esta situação de moradia perdura por meses e pode se estender a anos, dependendo exclusivamente, do número de vagas abertas para a introdução de novos moradores e também da época em que o estudante estabeleceu presença na relação de candidatos a uma vaga.

O alojamento alocado no campus no segundo andar do prédio da União Universitária coexiste junto ao Restaurante Universitário, muito frequentado pelos moradores, pois é ali que fazem as três principais refeições diárias, café da manhã, almoço e janta que. Um espaço que, em tempos pretéritos, foi construído e destinado ao usufruto

dos estudantes e de suas organizações estudantis como o DCE, sendo utilizado para a realização das reuniões e assembleias estudantis. Hoje, porém, ele serve de moradia provisória aos candidatos a uma vaga na casa. E ocupado em protesto na luta pela ampliação das instalações de moradia pelos estudantes em 1989, como mostra a reportagem acima. E desde então vem servindo de quarto coletivo temporário. Uma parte do espaço da União foi dividida, em três grandes quartos coletivos: feminino, masculino e o misto. Este último agrupa em um mesmo ambiente ambos os sexos.

Imagem 17 – União Universitária – 2011.



Fonte: Arquivo Pessoal, julho 2011.

Dentro destas instalações são dispostos beliches, um ao lado do outro, sem colchões, pois estes o alunos devem trazer consigo, junto aos seus pertences. Eles dividem ainda, dois banheiros simples (um feminino e outro masculino), no segundo andar, contendo: um chuveiro, duas privadas, duas pias e dois tanques, um para cada sexo. A falta de estrutura e de uma maior quantidade de sanitários e lavabos causam muitos transtornos, o que conseqüentemente, dificulta ainda mais o convívio na União.

Imagem 18 – Quarto feminino da União – 2011.



Fonte: Arquivo pessoal, abril 2010.

Anexado ao alojamento, foi colocado o Laboratório de Informática do campus, de acesso gratuito a todos os estudantes. Assim como: a sala de TV, que fica no hall do segundo piso, de uso coletivo aos seus moradores. Uma cozinha coletiva, com fogão, geladeira, pia, mesas e alguns utensílios. Dois espaços imensos onde espalhados encontram-se cadeiras e mesas, servindo como ponto de estudo e confraternização. Além de conter num dos cantos deste espaço, varais para secagem de roupas. Um funcionário da instituição fica a postos quase 24h ao dia no hall do segundo piso, servindo como segurança e disciplinador da entrada e circulação de pessoas no local.

Chegam a se alojar ali quase quatrocentas pessoas, dependendo do semestre, sendo que a sua capacidade, isto é, o número de camas disponíveis é em torno de trezentas. Quando este valor é ultrapassado os alunos inventam acomodações colocando seus pertences e colchões no chão em qualquer cantinho disponível. Tudo para garantir um lugar para ficar. Nos períodos em que este trabalho de campo foi feito, havia em média, segundo a diretoria da casa, sessenta e quatro pessoas em 2006; 300 em 2010 e cento e poucas em 2011.

O outro alojamento “pré-Casa” fica localizado no prédio da CEU I no centro de Santa Maria. Especificamente no quarto/sala 69 no 6º andar do prédio, onde antes era

prenotada a sala de televisão e estudo coletiva dos moradores, ao final do corredor do andar. Nos mesmos moldes, disposição e funcionamento da União, este alojamento coletivo foi instituído pelos acadêmicos e moradores a espera da disponibilidade de desocupações das vagas na Casa. Onde são armadas as camas/beliches uma ao lado da outra para usufruto do candidato. O quarto é unissex. O banheiro utilizado por seus ocupantes fica no corredor e contém uma pia, um tanque, uma privada e um Box com chuveiro. Mas a procura e o contingente de ocupação deste quarto 69 é pequeno. No período de campo não passaram de 10 o número de alojados.

Imagem 19 – Quarto 69 da CEU I – 2011.



Fonte: Arquivo pessoal, maio 2012.

A proximidade física, a falta de privacidade vivida dentro destes alojamentos provisórios e a falta de uma infraestrutura real e condizente, como se vê nas imagens trazidas, geram um desconforto que pode até delinear, claramente, as barreiras do “suportável” neste primeiro contato para cada um dos indivíduos envolvidos. É este período expressivamente, que define os “sobreviventes” a experiência e os que “abandonam o barco”, desistindo da moradia estudantil ou até mesmo da universidade.

A construção de um espaço privado, em que tudo o que é seu se constitui num colchão acomodado em uma parte de um dos beliches dispostos em um quarto conjunto com pessoas desconhecidas e sem estrutura alguma, acaba compondo uma experiência às

vezes dolorosa a estes estudantes. Abaixo o relato de um dos moradores interpelados em 2006, que pontuou seu sentimento e seu desconforto com a experiência na União:

... Eu dormia muito mal, todo torto, pois tinha medo que fossem roubar as minhas malas, com as minhas coisas, por isso colocava-as, todas, embaixo do colchão, e dormia em cima. Mas nunca ninguém mexeu em nada, acho que era mania de quem vivia na região metropolitana, onde a violência é muita... (transcrição da fala de um morador, 2006).

Esta fala mostra claramente o caráter delicado desse sentimento provocado pela circunstância de entrada e adaptação a esta nova condição. Pontua bem a influência da “bagagem cultural” trazida de seus “locais de origem” (de seus “lares”). No caso em questão, ele, nativo da região metropolitana de Porto Alegre, onde morava com a família e onde o pai era policial militar. Identifica-se, com isso, o peso desta “estrutura” trazida de “casa”, mediante a postura tomada e o tipo de impacto simbolizado fruto desta primeira interação sociocultural em coletividade.

Contudo para muitos este processo de “rito de passagem” configurado ao adentrar e permanecer provisoriamente nestes alojamentos. Constitui-se em momentos ricos de interação, das formações dos primeiros vínculos de sociabilidades que perduram durante a estada na Casa e até mesmo após esta experiência. Como afirma outro morador:

(...) bhei... eu adorei morar na União, pegamos um cantinho do quarto masculino e fechamos como sendo nosso, meu e de meus colegas de curso, ali era o nosso lugar (...) as minhas grandes amizades foram feitas neste tempo, meu colega de quarto foi o primeiro cara com quem troquei uma palavra lá dentro e com quem mantive parceria até hoje, ele é o meu brother! (...) (transcrição de entrevista com morador, 2010).

Desta situação, pode-se afirmar que esta identificação e formação de grupos, iniciada neste ambiente primeiramente hostil, se dão de maneira à autoafirmação e a tentativa de aproximação com o “familiar”, unindo-os aos seus semelhantes, ou chegando muito próximo a isto. Garantindo-lhes a “sobrevivência”, nesta primeira “fricção” de culturas.. O colega ao lado passa a ser visto como parte constituinte do âmago do seu íntimo de vida particular e referência essencial de socialização e familiaridade. Estas reflexões serão pormenorizadas na análise do cotidiano previstas para o próximo capítulo.

Segue abaixo uma breve descrição das disposições físicas do espaço oficial destinado à residência estudantil, a CEU, e seus desdobramentos.

3.2.2. *Pensando a produção do espaço: estrutura, disposição e constituição da CEU*

Passa-se neste ponto da discussão a discorrer-se sobre a disposição e funcionamento da CEU-UFSM.

Como já anteriormente revelado, as CEU's em suas unidades possuem certa autonomia e administrações próprias e dentro destas incumbências encontram-se, os controles de vagas e das situações dos seus moradores. Cada Coordenação-Diretoria--Comissão é responsável pela sua mobilização. Que são realizados semestralmente, quando os membros conferem se os registros oficiais estão de acordo com a situação atual dos moradores. A permuta de condôminos dentro delas é permitida e ocorre com frequência. Como se vê na crônica narrada por um antigo morador:

Os podres de convivência: além de quatro cabeças, vazantes e enchentes para segurar, há os descompassos de educação e caráter. As mudanças de quarto são várias até se encontrar a combinação com menos dores-de-cabeça... Os trogloditas e cavalões se incomodam com os colegas que costumam dormir junto com a namorada, doutro lado do guarda-roupa: cochichos de carinho, sexo abafado da madrugada... O espaço é parco, certo, mas há larga possibilidade de se conciliar diversas intenções... Davinci sacodia a boca nervosa explicando o porquê da troca de quarto: - 'Os caras não conseguem admitir que eu conviva com uma mulher, no mesmo quarto que eles. Eles não admitem que saibam que eles moram com uma mulher e não fazem nada com aquela mulher.'(FROEHLICH, 1995, p.97, 98).

Isto sucede por vários motivos, entre eles, os constantes atritos entre colegas de quarto, ou porque se achou uma pessoa de maior afinidade, ou quando se formam casais dentro de suas dependências. Para esta permuta ser realizada não é necessário o aval das administrações, mas, após a troca, deve-se dar conhecimento às mesmas. No entanto, nem sempre esta regra é seguida. Depois de feito o levantamento dos dados nos apartamentos, são apuradas as irregularidades e tomadas às devidas "providências" internas e/ou dependendo da gravidade dos casos, e/ou de sua alçada são levados a diante, aos cuidados da PRAE.

Entre os dados buscados junto aos residentes, por suas administrações, esta o número de vagas ocupadas e ociosas, para controle e reocupação dos pretendentes. Posteriormente as referidas vagas ociosas são anunciadas, para a futura instalação de novos moradores. A seleção de moradores é feita de varias formas e etapas: primeiramente prioriza-se a realização de uma assembleia junto a todos os envolvidos. Os requisitos

estabelecidos seriam: em um primeiro momento a preferência é dada a candidatos com o maior tempo de permanência nos alojamentos; o segundo é a realização de um sorteio entre a totalidade de estudantes ocupantes dos alojamentos, isto, quando o número de vagas for inferior ao número de candidatos e, em terceiro, quando houver mais vagas disponíveis, ou o mesmo número de vagas que de candidatos, todos entram nas moradias.

A procura e/ou a escolha por determinado apartamento fica a cargo de cada futuro morador. No entanto, alguns se estabelecem onde aparece uma vaga, sem muitas opções. Outros escolhem morarem juntos por afinidades, podendo até optarem por ficar mais um tempo nos alojamentos a espera de um lugar de sua preferência. Estas afinidades, que muitas vezes são construídas dentro deste espaço provisório, funcionam como peças-chaves para o entendimento das futuras ligações entre os seus moradores. Outros estudantes, já despontam na universidade como candidatos a moradia, com algum amigo e/ou conhecido a tiracolo. Chegam em parcerias, ou são da mesma cidade, isto é, conhecidos, e/ou são amigos há algum tempo, sendo sua própria escolha pela universidade e pelo estilo de moradia, embasada na possibilidade de permanecerem juntos. Em muitos casos, para se sentirem amparados, “por algo conhecido”, pois “sozinhos” não participariam desta experiência.

Passa-se a detalhar a composição dos espaços territoriais das três unidades independentes destinadas à moradia estudantil no patrimônio da UFSM, respectivamente:

A Casa do Estudante Universitário – CEU I teve sua inauguração em meados de outubro de 1963, trata-se de um edifício, composto de 8 pavimentos destinados à moradia estudantil e junto a ela, as instalações do Diretório Central dos Estudantes. Está localizada na Rua Professor Braga, nº 79 no centro de Santa Maria/RS. Oferecendo 230 vagas a acadêmicos, subdivididos em 8 apartamentos por andar. O seu espaço físico conta com: 56 apartamentos destinados a 4 pessoas cada (com quartos mistos, femininos e masculinos); 6 apartamentos para 1 pessoa cada. Estes unitários apartamentos, foram arquitetados e construídos individualmente pelos residentes, na década de 90 (estima-se), fixados ao início do corredor de cada pavimento, perto da escada e do elevador com demarcações feitas por madeira ou revestimentos de pvc. Espaço este que era parte integrante do corredor de acesso e de uso comum dos estudantes.

Os apartamentos de 4 residentes ficam dispostos linearmente em um corredor que perpassa da frente aos fundos onde do lado esquerdo encontramos em sua longitude parede e janelas e do direito os apartamentos.

Imagem 20 - Prédio da CEU I, 2011.



Fonte: Arquivo Pessoal, abril 2010.

A disposição interna desses apartamentos de 4 ocupantes se estrutura: numa sala ampla, onde a uma única divisão interior é feita por um armário de madeira ofertado pelo patrimônio universitário e fixado no local, dando origem de um lado, com mais privacidade, ao quarto de uso comum - com camas/beliches, escrivaninhas e cadeiras. E do outro um recinto que é usado como sala e cozinha; funcionando como divisória entre os ambientes, encontra-se um imenso armário de quatro portas. Os apartamentos são dispostos em pares um de frente ao outro com um banheiro para cada dupla. Estes banheiros contam com uma pia, uma privada, um Box com chuveiro e um tanque.

Imagem 21 – Corredor entre quartos e banheiro CEU I.



Fonte: Arquivo Pessoal, abril 2010.

Imagem 22 e 23 – Apartamento da CEU I – (esq.) Quarto e (dir.) Sala/cozinha.



Fonte: Arquivo Pessoal, abril 2010.

E ainda como área comum de uso dos condôminos a CEU I conta com: 7 salas de estudos sendo uma por andar e no Hall de entrada do edifício; biblioteca, a Coordenação CEU I, sala de estar com televisão, laboratório de informática, portaria, cozinha comunitária, Diretório Central do Estudante – DCE. E no subsolo; quadra de vôlei, churrasqueira e salão de festa (Catacumba – cedida para o DCE), onde se realizam as polêmicas boates do DCE, motivo de protesto e descontentamento de muitos moradores e um dos geradores de conflito entre os frequentadores e residentes. E, além disso, seria um dos provedores da má fama da CEU I, “a boate estraga a imagem da Casa” como afirmou um morador.

Imagem 24 – Hall de entrada do edifício CEU I.



Fonte: Arquivo Pessoal, abril 2010.

Imagem 25 – Complexo de casas do estudante campus UFSM (CEU II e III).



Fonte: Arquivo da CEU II.

Já constituindo a CEU II, que se localiza no campus universitário no bairro Camobi, Av. Roraima, nº 1000. Estão quatro prédios de três andares cada com: Dez blocos com 360 apartamentos para 2 moradores, cada. As divisões e a estrutura destes apartamentos, ofertados pela instituição são: um quarto para o uso comum, entre os dois moradores, com um beliche (de duas camas) e duas mesas com cadeiras servindo de escrivaninha. E um ambiente pequeno (com a aparência de um corredor), servindo de lavabo, junto a um armário embutido.

Imagem 26 e 27 – Apartamento de um quarto para dois moradores CEU II
– (esq.) quarto e (dir.) lavabo.



Fontes: Arquivo pessoal, junho 2010.

Oito blocos com 96 apartamentos para 6 moradores, cada. Sendo suas divisões correspondentes, a um apartamento de três quartos. Com dois moradores para cada quarto, cozinha, sala, dois banheiros, área de serviço e uma pequenina despensa, onde se improvisa um quarto extra, chamado de “cubículo”. Os móveis: um beliche e duas mesas com cadeiras por cômodo, as louças do banheiro, uma pia na cozinha, e um tanque na área.

Imagem 28 – (esq.) Corredor e portas dos quartos dos aptos. de 6 moradores – CEU II.

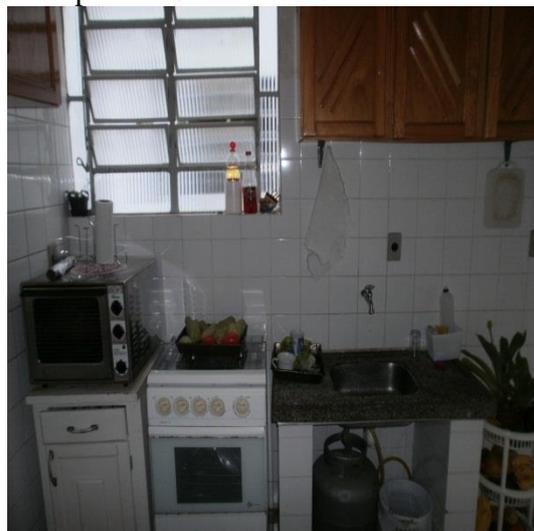
Imagem 29 – (dir.) Banheiro do Apto, 6, CEU II.



Fontes: Arquivo pessoal, junho 2010.

Imagem 30 – (esq.) Área de serviço e porta da dispensa “cubículo”.

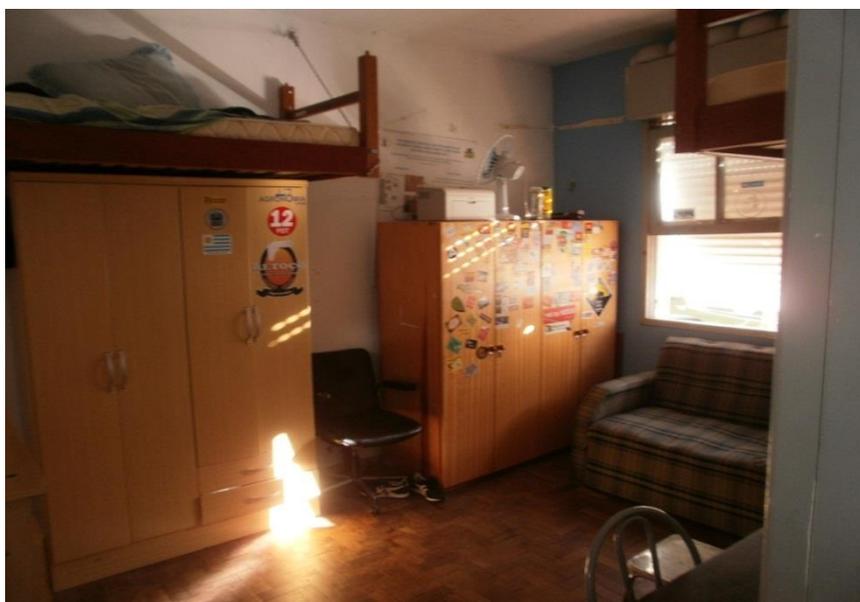
Imagem 31 – (dir.) Cozinha do apto. de 6 moradores.



Fontes: Arquivo pessoal, junho 2010.

E no primeiro andar de cada bloco, há um apartamento diferenciado, para quatro estudantes. Com dois quartos, mas para usufruto, a mesma infraestrutura dos apartamentos para dois moradores, descrita acima²².

Imagem 32 – Quarto de apartamento de 4 moradores.



Fonte: Arquivo pessoal, junho 2010.

Nos blocos compostos por apartamentos de dois e quatro moradores os banheiros são coletivos e unissex, localizando-se ao centro do respectivo corredor de cada andar. No

²² Os números de blocos, apartamentos e vagas estão aumentando devido à conclusão das antigas construções/escombros que estavam inacabados.

térreo de cada bloco, ao lado dos banheiros, existe um posto de luz, servindo de área de serviço para os moradores de cada bloco. Além deste espaço, há “salas” de uso comunitário, no hall de cada bloco, onde estão sendo desenvolvidos projetos e núcleos diferenciados²³. Onde inclusive, no bloco 15, uma dessas salas, de número 5, fixou-se a Diretoria da CEU II.

Imagem 33 – Banheiros coletivos da CEU II.



Fonte: Arquivo geral da UFSM.

Imagem 34 – (esq.) Posto de Luz dos blocos de apartamentos de 6 moradores.

Imagem 35 – (dir) Sala da Diretoria da CEU II.



Fonte: Arquivo pessoal, novembro 2006.

²³ Funcionam como “salas comerciais”, mas de uso gratuito aos moradores que apresentarem algum projeto, para desenvolver naquele espaço. A diretoria da casa ocupa um desses espaços. E a escolha de seus ocupantes, é de responsabilidade do conselho de moradores.

Desde 2003, através das constantes reivindicações estudantis e do aumento da verba destinada pelo Governo Federal à universidade, a moradia estudantil vem passando por profundas alterações, contando com reparos estruturais e estéticos dos blocos mais antigos e o reinício do andamento e término das construções de outros blocos que se encontravam parcialmente edificados (escombros) e pela consolidação da moradia a Pós-graduação.

Recentemente foram realizadas manifestações artísticas na forma de grafites, na faixa do primeiro prédio da CEU II. Pinturas e desenhos politizados e de simbolização profunda que remetem a sua história, a eventos e feitos incididos, ao cotidiano destes atores e a alusão ao movimento estudantil.

Imagem 36 – Prédio 1, pinturas da fachada em grafite, 2011.



Fonte: Arquivo pessoal, agosto 2011.

A mais nova CEU III é composta por um prédio de três andares construído atrás da CEU II no campus, formando um complexo de moradia estudantil, e seguindo a mesma arquitetura e acomodação, colocando a disposição dos moradores 18 apartamentos divididos em três blocos, 17 destes destinados a 3 ocupantes e um para 2. São das mesmas dimensões e arranjos físicos dos apartamentos destinados a 6 moradores da CEU II, com três quartos, sala, cozinha, dois banheiros e uma área de serviço com dependência. E mobilhada com camas, escrivaninhas, armários e cadeiras, além é claro das louças dos

banheiros. Nesta modalidade é permitido apenas um morador por quarto, dando garantia de mais privacidade aos estudos do estudante de pós-graduação. Outra especificidade desta são os artigos contidos na sua Resolução que dispõe sobre o direito de moradia de cônjuge e filho(s) nos apartamentos. Os funcionários/servidores da UFSM, também possuem o direito e dividem o espaço do prédio da CEU III, com os estudantes da Pós.

Imagem 37 – Prédio destinado a CEU III, 2011.



Fonte: Arquivo Pessoal, agosto 2011.

Nos espaços entre os prédios do complexo residencial do campus existem muitas áreas verdes, adaptadas pelos moradores e pela Pró-reitoria de infraestrutura²⁴, funcionando como quintais para estes estudantes. Estas contêm churrasqueiras, quadras de esportes, bancos, mesas, muitas árvores e plantas, servindo de ponto de encontro, circulação e descanso aos moradores e frequentadores do Restaurante Universitário. Inclusive obras de alunos do curso de artes, encontram-se decorando o local. Todos os espaços do campus são tidos como “partes da Casa” para estes moradores e são ocupados e/ou percorridos por eles cotidianamente.

²⁴ Setor da UFSM responsável pela administração e manutenção infraestrutural de toda a instituição. Ou seja, consertos, reformas, fiscalização, construções, etc.

Imagem 38 – Exemplo de disposição de área verde – em frente ao prédio I, 2011.



Fonte: Arquivo Pessoal, agosto 2011.

Há quartos/apartamentos dentro deste universo, com todos os tipos de móveis e eletrodomésticos modernos, existentes no mercado, e outros onde se encontra, basicamente, a infraestrutura oferecida pela universidade, é como denota o conjunto de imagens acima exposto e apresentado ao leitor. O ambiente em si do complexo destinado à moradia estudantil é o de um condomínio popular de estrutura funcional que prioriza pelo traçado arquitetônico uma constante troca e interação coletiva interna. Onde os apartamentos são todos interligados por uma proximidade absoluta do desembocar em um corredor e peças de uso comum. Os prédios são todos iguais, retangulares, de construção simples e funcional que advertem a tentativa de um ordenamento do espaço. Poder-se-ia arriscar-se a dizer que um bairro, seria a expressão correta para defini-lo, salvaguardando as diferenças do prédio da CEU I. Uma comunidade com vida e organização própria, devido a sua complexa composição sócio-espacial e auto suficiência.

Mesmo com todas estas transformações, verificam-se ainda apartamentos com problemas estruturais, de vazamentos, infiltrações e instalações elétricas danificadas. Os corredores dos mais antigos edifícios estão em cacos, com pisos e janelas quebradas. Os banheiros entupidos e muitas vezes sem condições de uso. Falta iluminação, limpeza e conservação. Grande parte de seu encanamento encontra-se estourada. Esses problemas são mais aparentes no complexo de moradia do campus, o edifício do centro recebeu mais

restaurações atualmente. A higienização dos banheiros coletivos dos andares é feita pelo serviço terceirizado, pago pela universidade. Uma única vez ao dia durante os dias úteis da semana. Aos sábados e domingos, cabe aos moradores realizarem a limpeza, que é organizada diferencialmente dentro de cada Casa. Mas estes são uns dos motivos de conflito dentro e entre elas, como no caso da higienização das áreas comuns, pois nem sempre a escala de limpeza estabelecida é cumprida, derivando daí, uma das causas para os desentendimentos entre os moradores. Segundo a narração de um dos membros da coordenação da CEU I;

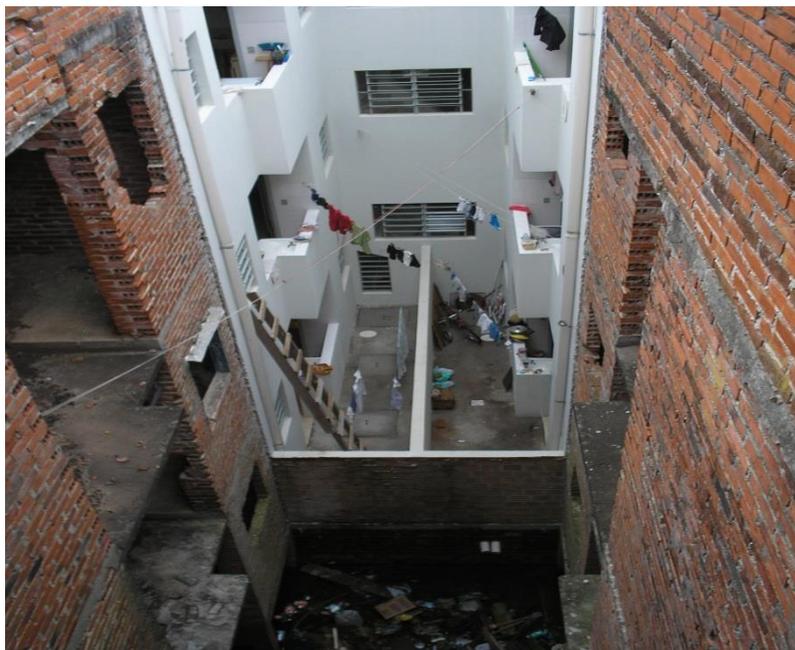
Muitos dos melhoramentos ou arrumações pendentes dependem exclusivamente, da falta e/ou liberação de materiais que deveriam ser remetidos pela instituição, o que só ocorre, quando a pressão dos moradores é forte o bastante para incomodar... daí eles repassavam aos “zeladores”, que são os responsáveis pelos consertos das coisas estragadas, mas sempre falta alguma coisa...(transcrição de fala de morador, 2011).

Esses apontamentos físicos e espaciais, descritos ao longo deste capítulo, retratam os problemas de um espaço urbano estudantil de ocupação relativamente antiga, as primeiras construções são datadas em 1958, que, além de não obterem reparos e cuidados constantes, ainda sofrem com a superpopulação e a depredação de suas dependências, agravando significativamente o seu estado de conservação.

No tempo que residi na casa, isso em meados da década de 80 e 90, a casa tava muito mal conservada, as paredes do prédio por fora erram pintadas de marrom com um bege clarinho, toda descascada... dentro então... era uma umidade, infiltração, quase todo meu período da minha graduação ali, sofri com rinite e com resfriados. Pois, os vidros quebrados faziam com que o vento gelado me pegasse na saída do banheiro no corredor... a minha rinite só acalmou quando saí de lá... (jorge, ex-morador CEU I, 2011).

Atualmente uma das reivindicações e problemáticas estruturais da CEU paira ainda sobre a insegurança nos prédios e os constantes furtos nos quartos/apartamentos. Motivados principalmente pelas características de solidariedade e socialização deste conjunto habitacional, e da fácil acessibilidade aos prédios, onde não há muito controle de entrada e circulação de pessoas em suas dependências.

Imagem 39 – Blocos inacabados da CEU campus (escombros), 2010.



Fonte: Arquivo Pessoal, 2010.

Imagem 40 – Reportagem denunciando as más condições da CEU, Jornal do Campus 1989.

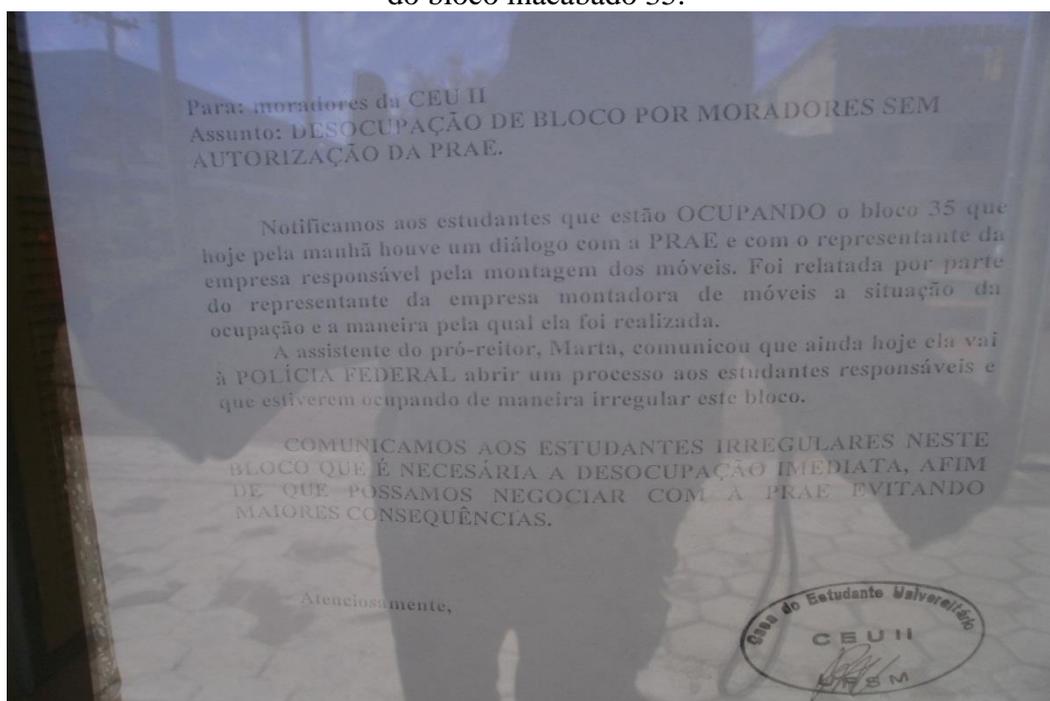


Fonte: Arquivo Geral.

Outro tipo de exigência respalda na pressão estudantil para a conclusão das obras nos blocos 30 e 35, permitindo a legal ocupação. Estes blocos se encontram inacabados desde a década de 70, onde as obras de conclusão foram retomadas recentemente. Contudo,

a falta de vagas disponíveis para a moradia, abastecida pela impaciência dos moradores, levaram estes no mês de agosto de 2011 a invadirem e tomarem o bloco 35, mesmo sem condições de moradia e sem possuir o aval da PRAE. Segue abaixo a foto extraída de um memorando de desocupação emitido pela diretoria da CEU II, requerendo a imediata saída dos invasores, este documento foi fixado na porta de entrada do bloco.

Imagem 41 – Memorando nº 315/2011 – CEUII; Desocupação do bloco inacabado 35.



Fonte: Arquivo Pessoal, agosto 2011.

Feita estas primordiais e introdutórias colocações de descrição e caracterização do espaço territorial e arquitetônico compreendido pela moradia estudantil, situando e partilhando com o leitor da atmosfera observada junto desta coletividade. Passa-se neste momento, as análises e interpretações propriamente ditas desta pesquisa. Da tradução dos significados de viver na CEU, e especialmente de sua representação social neste contexto institucional e fora dele.

3.3. Representação do espaço institucional e o espaço de representações sociais

Dando continuidade as argumentações acima defendidas. Algumas considerações sobre este espaço-tempo são estritamente necessárias, ainda mais quando se esta falando de um conjunto que se encontra salvaguardado dentro de um patrimônio público educativo como o da UFSM. Com uma forte herança histórica oriunda de um contexto sócio-político nacional e carregado por uma ligação ao movimento estudantil. Fatores estes que fomentaram a consolidação de sua estrutura, organização e funcionamento e que vão permanecer como um dos ingredientes e fermentos de seu imaginário para a sua caracterização e criação e/ou conservação de suas memórias, representações sociais e pertencimentos.

Lê-se e compreende-se a representação social, neste trabalho, enquanto “(...) produções vinculadas ao conhecimento presente no senso comum que podem atuar revelando ou ocultando o fato social. Podem ser analisadas e associadas ao ato de interpretação ou como produção de conhecimento, presente no cotidiano dos sujeitos, nas esferas institucionais (...)” (GAMALHO, 2009, p. 42) e contidas na memória. E ainda seguindo as arguições da autora:

As representações são construções sociais e, portanto, intencionais, compondo um conhecimento compartilhado, não isento de ambiguidades e conflitos, mas com a importante função de orientar os sujeitos em suas práticas socioespaciais. Elas incidem no plano do espaço vivido, convergindo ou contrapondo, formando os espaços de representação. (2009, p. 125).

Num resgate histórico-espacial a própria delimitação do campus universitário sobrepõe uma representação específica de pertencimento agregado aos seus moradores, e são por eles calhados. Os tecidos arquitetônicos, humanos e sociais que compõem o campus da UFSM laboram como agentes neste reconhecimento. E neste sentido os complexos de moradia distinguem-se nas significações geradas.

O edifício localizado no Centro de Santa Maria, que compreende a CEU I, torna-se desprovido de uma atmosfera de âmbito institucional delimitado e conjugado como o visto e sentido no complexo do campus. Mas em contraposição, garante aos seus ocupantes uma maior interação com a atmosfera urbana municipal. Indispensável torna-se falar que as suas edificações estão locadas em pontos estratégicos dentro da disposição de arranjo urbano, no caso, do “estar localizado no centro”; vindo ao encontro do status e importância

dados a uma fração da estrutura universitária federal disposta e aparente, provendo status de pertencimento a uma cidade do interior de quase 300 mil habitantes e donde sua auto-organização paira sobre a égide de sua pertença e funcionamento.

E pode-se acrescentar ainda, outra observância em particular na disposição destas arquiteturas universitárias, elas encontram-se sobrepuidas às vistas do controle e da administração da própria instituição e da comunidade. E o modelo de construção e distribuição de seu patrimônio corresponde aos “anseios de vigilância” que o imaginário de identificação e representação social deste tipo de conjunto habitacional educacional perpetua no senso comum desde sua fundação, como se confirmou na trajetória apresentada de sua história e nas imagens trazidas nos pontos acima. Neste aspecto os dois complexos de moradia estudantil estão estrategicamente findados nas proximidades e ao alcance dos atentos olhares da administração central da UFSM e no eixo da circulação de pessoas.

A CEU I encontra-se a poucos metros de distância de um dos prédios de apoio da UFSM, onde funcionava a Antiga Reitoria administrativa e hoje abriga cursos, departamentos e unidades universitárias. E o complexo do campus, CEU II e III, encontra-se situado no entroncamento da avenida principal, sob a tutela dos demais prédios institucionais e em frente ao edifício da nova e atual Reitoria, como demonstra o mapa reproduzido pela imagem 7, na p.42, deste ensaio. Ou seja, são visíveis em todos os ângulos, sinalizando claramente os modelos de representação e identificação estigmatizada (GOFFMAN, 1982) e de má fama (VELHO, 1989) gerados no senso comum e que devem ser atentamente observados em suas constituições e interpretação. Aonde o controle deva ser recorrente. Caro leitor, repare na reveladora e dolorosa percepção do cronista e morador já aludido aqui, Charles Andrade Froehlich, que apesar de literária é fiel a sua significação desta experiência:

E o prédio recorta-se no espaço(...) O terreno vale milhares face a localidade. Não há aluguel. A especulação imobiliária baba e cerca as redondezas com concreto e apartamentos mais espaçosos. A sociedade média de preconceito burguês disseminado faz grossos olhares, imaginando absurdos, fantasiando histórias, criando lendas. E ali dentro, a despeito do dito e soprado, vaza a vida em seu andar de pandora, nem melhor nem pior, múltipla como em tantos lugares do mundo, entretanto, com pinceladas de experiências peculiares. (1995, p. 17).

É como argumenta (ZARANKIN, 2001 - *grifo meu*), as estruturas urbanas modernas são pensadas, desenhadas e construídas pelo homem, no caso, pela inferência de um órgão e gestor público; o que advém de predicados, funções e relações sociais de

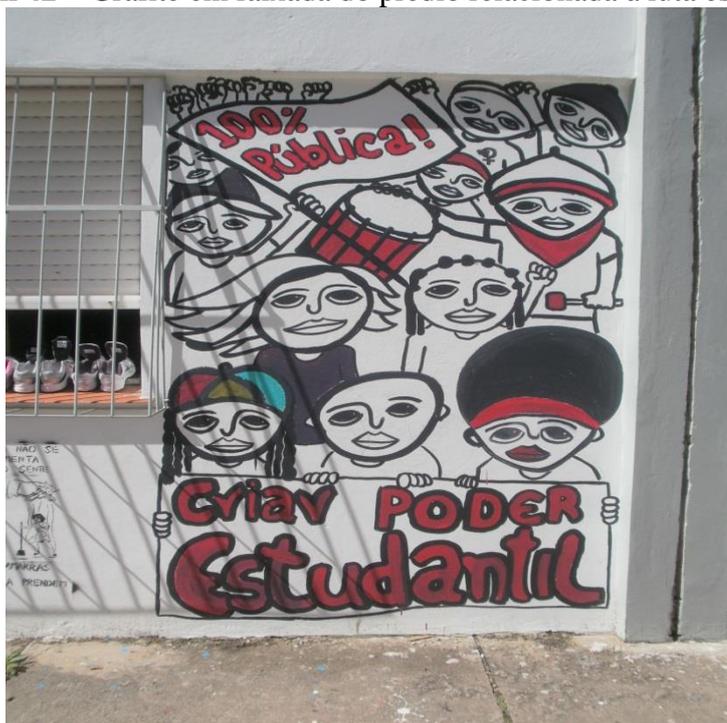
poder. Como reflexos de uma organização social. O que faz com que a arquitetura de uma instituição como a da UFSM torne-se um produto histórico-cultural carregado de sentido e interação. E por suas características, transformam-se em instrumento essencial para a obtenção de resultados calculados de reprodução e representação social. Este patrimônio pode ser lido através da cultura material e de sua significação histórica neste tempo-espaço territorial. A pesquisadora Ceres Karam Brum ao discutir o processo de (des)territorialização de estudantes de pós-graduação residentes da Maison du Brésil, moradia estudantil internacional da Cité U. de Paris; denota muito bem os sentidos e significações desta modalidade de moradia para seus ocupantes. O que analogamente pode ser trazido para reflexão sobre as noções e construções de territorialidade na CEU.

A Maison du Brésil como um lugar de habitação temporária passa a se constituir em um território limítrofe de produção cultural, “um lugar de possíveis formas de relações com o espaço, em que indivíduos e grupos o transformam, a partir do estabelecimento de relações sociais; lugar coletivamente apropriado e delimitado por uma fronteira reconhecida e naturalizada por uma história e pela memória coletiva”. (Burgues e Alphandéry: 2004, 8). Essas simbolizações ocorrem de formas tão variadas quanto a disposição dos móveis nos quartos dos residentes, na organização das cozinhas coletivas (...), no uso de imagens que remetem aos familiares e amigos deixados no Brasil, às referências jocosas a Maison du Brésil como “o favelão de Paris” e a própria significação da relação espacial da casa na Cité Universitaire. (2009, p.8).

As marcas de sua significação e subjetivação a cada estudante estabelecem um status e um sentimento de pertencimento que vão singularizar a passagem e as experiências vividas e representadas para este morador dentro deste território de circulação de forma multifacetada sendo, inclusive, conduzido mesmo após o desvinculamento da CEU.

Mas é importante ressaltar que tudo isso convive harmoniosamente com a criatividade e a tentativa de recomposição coletiva desse ambiente, de sua arquitetura e de sua memória histórica e pessoal, imposta por cada indivíduo que dele faz ou tenha feito parte. Junto à luta pela melhoria da moradia estudantil, pela irreverência e distinção frente aos demais membros da comunidade acadêmica e pelos laços de sociabilidade ali existentes. Dando os contornos das formas de interação e integração que garantam a aproximação e excluam, na grande maioria dos casos, o processo de isolamento.

Imagem 42 – Grafite em faixa da do prédio relacionada à luta estudantil.



Fonte: Arquivo Pessoal, março 2011.

Nisso, os moradores mostram muita solidariedade e versatilidade em criar ambientes de identificação e delimitação de grupo e de tempo-espaço. “Ao longo da estada o espaço privado ocupado por cada residente *e/ou grupo* sofre um amplo processo de pessoalização” (BRUM, 2009, p. 18 – *grifo meu*). Isto é, podem-se visualizar, dentro do patrimônio alusivo a CEU, os signos de espaços pertencentes a indivíduos *e/ou grupos* e a “gostos” distintos. Que buscam alavancar a sua importância e valorizar a sua existência.

...Um entra e sai infinito movimentada a vida nas veias do edifício. A desoladora e desbotada aparência externa esconde o vivo e criativo do espaço interno. Deste útero nasce e renasce a mais diversa gama de profissionais que se interpenetram na variável vivência da academia. Foram pétalas apenas. Outras despentalar-se-ão com o vento que balança as folhas deste escrito... (FROEHLICH, 1995, p. 16).

Onde as narrativas são vividas e apropriadas pela memória e lapidadas por um pertencer a este patrimônio coletivo e de tamanha expressividade em suas subjetividades, mas que conjuntamente, não deixam de ser crivados por uma orientação de sociabilidade particularizada. Os “*agro-boys*”, denominação atribuída pelos próprios moradores, aos estudantes dos cursos do Centro de Ciências Rurais, com hábitos e costumes que remontam e remetem ao tradicionalismo existente na cultura gaúcha, constituem um exemplo deste fato. Há um respeito entre eles neste sentido, de reconhecerem estes espaços agora “privados” e de uso de um determinado grupo. Ou seja, existem grupos que preferem não

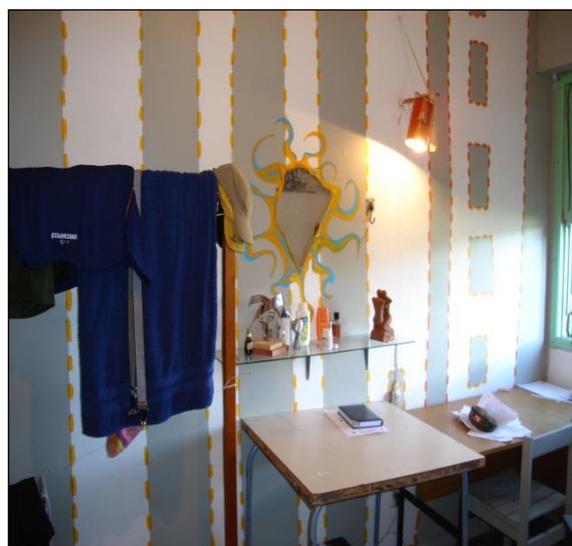
“se misturar”, como eles mesmos afirmam. Mais uma vez o caso da Maison du Brésil é crucial e elucidativo para a análise deste episódio:

Feijoadas e churrascos eram ocasiões especiais que reuniam entre 20 e 30 pessoas e, em que, embora debatêssemos sobre a nossa não intenção da produção de estereótipos e, tentássemos negá-los, se celebrava o Brasil e o Rio Grande do Sul. Conforme as análises de Fry (1977) e Maciel (1996) estes rituais alimentares apresentam claras dimensões identitárias. (BRUM, 2009, p. 21).

Estes “agro-boys” reúnem-se aos fins de semanas ou em datas pré-estabelecidas para confraternização no espaço apropriado por eles, imagem 43, para assarem e degustarem o churrasco, comida típica gaúcha. São “laços sociais que se instauram inaugurando proximidades, enlaces e alianças que perduram muitas vezes para além dos períodos de residência comum”. (BRUM, 2009, p.19).

Imagem 43 – (esq.) Espaço “estilizado” pelo grupo de “agro-boys”, campus - 2011.

Imagem 44 – (dir.) Quarto decorado da CEU II, 2007.

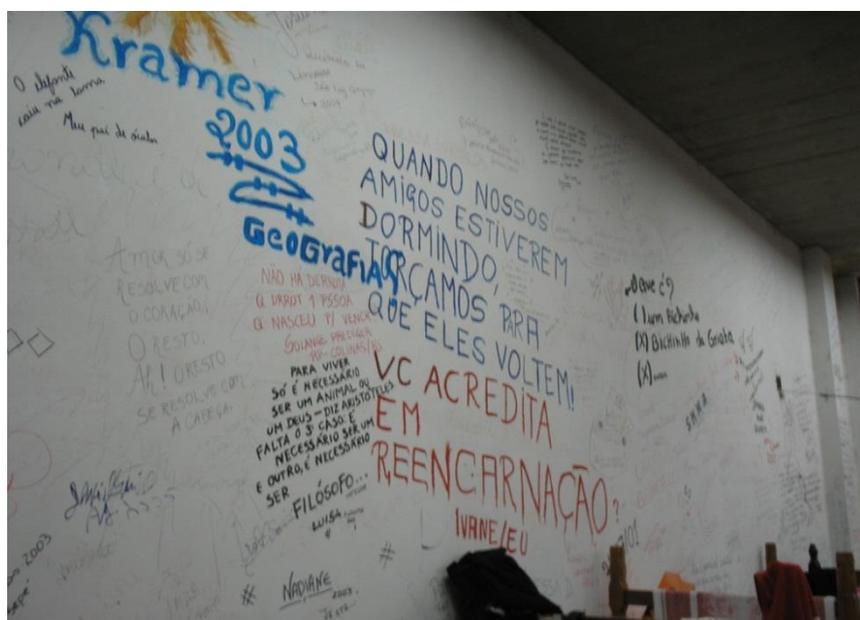


Fonte: Arquivo pessoal, abril 2010 e novembro 2006.

A constante apropriação e utilização de recursos e artefatos artístico-simbólicos na decoração, composição e no transporte de suas visões de mundo e de suas memórias para a composição destes espaços patrimoniais; refletem suas expressões, seus sentimentos frente à experiência, seus gostos e suas ideologias nestas composições, ou seja, suas múltiplas identificações e representações do que vivem e pensam. É característico no seu interior, os sujeitos forrarem os mobiliários e as paredes com cartazes de filmes, seminários, congressos, shows, personalidades, protestos e mais outros tantos adornos “pessoalizados” (BRUM, 2009). Estes signos representados podem ser analisados, conforme a sua

disposição dentro de cada ambiente, revelando-nos até a possível existência de conflito ou não, entre colegas de quarto, perante a evidência de divisão ou de diferenciação nos pertences de ambos. Exalta-se neste ponto a forte ligação patrimonial distintiva neste contexto, onde a referência histórica torna-se peça chave na memória e no discurso dos moradores.

Imagem 45, 46 e 47 – Artes e símbolos expressos no patrimônio universitário.



Fonte: Arquivo pessoal, abril 2010 e a última nov. 2006.

Com esta acepção, a narrativa fica sempre aberta, e passa a ser construída a partir de referências que são compartilhadas, alteradas e disputadas pelos diversos agentes em interação. Esses personagens aparecem no passado, no futuro e no presente, interligando

temporalidades diferenciadas, fornecendo contornos e fazendo ligações entre elementos específicos, principalmente no que se refere às suas qualidades sensíveis e expressivas da representação. O ser humano está emaranhado em “histórias” e memórias que vão dar vazão às suas narrativas. E esta é uma assertiva que está presente nas observações empíricas dentro desta coletividade estudantil. E significa dizer que, o tempo vivido é a experiência reconstruída e humanizada pelo trabalho de projeção deste morador sobre os fatos e sobre seu imaginário, uma busca incessante de integração e incorporação.

Feitas as devidas apresentações ao leitor da história, da estrutura e disposição espaço-temporal e arquitetônica da UFSM e da moradia estudantil, não se olvidando do campo social dos quais transitam. Voltar-se-á a partir de agora a tradução e interpretação do cotidiano e das significações do viver em uma coletividade universitária, dentro de um programa de assistência estudantil. Para tanto, as múltiplas vozes e narrativas proferidas durante todo o percurso do trabalho de campo deste estudo serão aclamadas para dialogar com o leitor e legitimar a interpretação desta pesquisadora.

CAPÍTULO IV – O LUGAR DO SUJEITO NA CASA DO ESTUDANTE E O LUGAR DA CASA DO ESTUDANTE NO SUJEITO

“Então abra os ouvidos, a boca do céu é nervosa e não para de falar. (FROEHLICH, 1995, p. 6).”

4.1. Tornando-se morador – dos Alojamentos provisórios as implicações de “viver na CEU”

Estes jovens deixam suas cidades e/ou estados de origem, suas famílias, suas tradições, se afastam de tudo que lhes é considerado íntimo e seguro e vão de encontro a uma nova experiência como alunos de uma instituição de ensino superior em um novo município/estado; aventurando-se a residirem num complexo coletivo de moradia estudantil. Donde começam a conviver e a se relacionar com “outros” até então desconhecidos. Por pretextos, na grande maioria das vezes, econômicos. A presença de vários traços comuns entre eles, idade, objetivos, trajetórias e classe social, não garantem uma proximidade imediata e nem perante o resto da comunidade acadêmica e da localidade.

Mas mesmo assim, este percurso mostrou-se sonhado e desejado por todos os interpelados, o status e o vislumbre de um crescimento educacional, profissional e financeiro guia-os ao desafio. Como afirmou um morador:

O mais razoável e provável seria eu ter permanecido na minha cidade junto com meus pais e que trabalhasse com eles na lavoura os substituindo futuramente... mas eu queria mais para mim, não que eu não possa voltar para casa depois daqui, mas vou voltar com condições de poder melhorar de vida e ajudar minha família. E me interessa muito, servir também de exemplo para os meus irmãos (morador da CEU III, 2010).

Outro ex-morador afirmou,

Era meu sonho de infância vir estudar e residir em Santa Maria, morar na Casa do estudante foi consequência... minha família não poderia custear minha estada aqui, ainda mais depois que meu irmão também veio pra cá... eram dois pra manter aqui... ele também veio pra Casa... para quem tentava continuar seus estudos vir para a UFSM se tornava trajetória natural. (Jorge ex-morador, 2011).

Suas perspectivas individuais se tornam, assim, mais presentes nestas condições do que nas de outros tipos de migrações existentes. Tanto na forma de sentirem como de se adaptarem a esta nova experiência, como se apresenta, o exemplo presente na fala de uma

ex-moradora, Fran (2006). Ela passou por uma situação muito particular dentro do seu período de União Universitária. Lá, em meio à tentativa de formação de novos laços de afinidades, conheceu um estudante estrangeiro que estava cursando sua pós-graduação na UFSM. Ele foi acolhido na União pelos estudantes, pois não tinha condições de pagar uma moradia. Fran ficou muito amiga dele durante os primeiros meses, até que ele adoeceu, pois era portador do vírus HIV. Foi internado no hospital universitário e veio a falecer, tempos depois. Fran acompanhou todo o processo junto a ele e sofreu muito, pois ele era uma referência muito forte para ela naquele contexto, tanto que quase abandonou a universidade.

A partir dessa primeira exposição aos processos constituintes da migração e das primeiras interações no cotidiano, verifica-se, num primeiro momento, que eles tentam criar e recriar uma rede de suporte sociocultural, buscando construir os laços com suas “origens” por meio da aproximação com “semelhantes” no espaço da universidade.

A atração por este “novo”, pode fazer com que eles reneguem as perdas culturais decorrentes deste processo de adaptação. No entanto, estes contatos com culturas muito diferentes causam grande prejuízo nas referências simbólicas destes atores. Mas, mesmo nestas condições, o contato sentido e vivido não é necessariamente traumático ou nocivo para todos os envolvidos, (FERREIRA, 2005). A fala de Pedro que permaneceu dois meses morando na união, antes de passar para a CEU II mostra bem este impacto:

Dentre alguns daqueles que dividiam o quarto comigo na união tinha uns que ao passar, quase tropeçar na gente, não cumprimentavam, por recato, vergonha, ou eram xucros mesmo... risos... eram colonos do interior do estado. E tinha outros que surtavam! Eles eram quietos no meio da gente... mas nas madrugadas, enquanto todos dormiam iam para as janelas ou corredor gritar palavrões... acho que era a forma de eles expressarem suas neuras e tristezas.... sei lá.... (ex-morador, 2010).

As aproximações e afinidades, que muitas vezes são construídas dentro destes ambientes, funcionam como dispositivos para o entendimento das futuras ligações entre os moradores das CEU. Desta situação, pode-se afirmar que esta identificação e formação de grupos, iniciada neste ambiente universitário, perpassam muitas vezes à autoafirmação e a tentativa de aproximação com sua “identificação de origem” e acionamento e reafirmação de suas “memórias de origem”. Mesmo que estes atores nunca as tivessem incorporado ou acionado fora deste contexto específico, mas é que neste tempo-espço necessita-se desta “reapropriação” – “invenção” para a vivência deste cotidiano.

Uma das moradoras entrevistadas, residente da CEU II e natural do estado do Acre, viu-se a cultivar hábitos e a mudar seu modo de vestir-se, usando e abusando de artefatos de sementes e adereços feitos por índios de sua região, coisa que nunca havia feito ou pensado quando ainda residia no seu estado e na casa dos pais. Disse ela: “Nunca pensei uma coisa dessas... nunca foi o meu estilo, foi inconsciente, sei lá... mas tô gostando”. Isso lhes garante uma sobrevivência de um “eu” familiar e acolhedor frente à diversidade e distinções de uma “existência” agora coletiva.

O momento de migração à universidade, de passagem por um alojamento improvisado, precário e impessoal, donde devem providenciar fixação e permanência por um tempo quase indeterminado, se constitui então, dentro da narrativa e da memória destes estudantes, no período de maior problemática na adaptação. Onde muitos, como dito anteriormente neste trabalho, desistem da experiência.

Onde o exercício de representação destas vivências através, principalmente, do artifício da memória é abordado sob a forma de um fenômeno social total e resultado de um contexto de interação com os demais agentes espaço-temporais envolvidos. Se por um lado o cotidiano destes moradores é tecido no âmbito privado de suas escolhas e sentidos na vivência do dia-a-dia; este tecido em contrapartida é costurado pelas dinâmicas das relações travadas neste tempo-espaço. Onde os seus elementos e instrumentos simbólicos possuem um caráter público irreduzível que lhes fornece a sua representação, pois se a ação e o pertencimento podem ser narrados e rememorados é porque eles já estão subjetivamente simbolizados e mediados por este contexto e conseqüentemente, deixaram suas marcas.

Devido ao caráter flexível deste tipo de ambiente e das próprias culturas envolvidas, verificaram-se as ocorrências de intercâmbios, transformações e até de trocas muitas vezes, até sem a existência de conflitos, se os sujeitos assim o desejarem. Então o “outro”, ao mesmo tempo em que os atemoriza, fascina, e, portanto, deve ser compreendido dentro de um primeiro processo de identificação e/ou desidentificação. Ou seja, “em sua estranheza o ‘eu’ precisa de um espelho que não seja um espectro de seu esfacelamento e nem tampouco, seja ameaçante e invasivo”, diz Ferreira (2005, p. 9).

Esta vinda representa uma ruptura destes vínculos sociais prévios, gerando um desequilíbrio na dinâmica familiar, “pois cada um espera do outro o que era antes satisfatório por meio de outras conexões” (DEBIAGGI, 2005). Foi o encontrado em muitas colocações dos moradores, como, André que afirmou: “estou meio perdido... na casa de

meus pais, não tenho mais a mesma voz, sabe... não me reconheço mais e aqui me sinto um pouco deslocado, pois sinto tudo isso como passageiro, não consigo criar raízes... tu me entendes né!”.

A “Mãe” constitui uma referência fortíssima para eles, como provedora de proteção, amparo e confiança, sendo muito evocada pelos moradores durante as entrevistas. Marta uma das moradoras, disse-me com os olhos cheios de lágrimas: “uma das coisas que mais me dói, é sentir a falta da minha mãe, até das nossas brigas eu sinto falta... os seus cuidados comigo e com as minhas coisas... que saudade...”.

Por tudo isso, o afastamento de suas famílias é vivenciado por muitos com ambiguidades, inseguranças e incertezas. Nestas vivências, o “eu” luta com o “outro” à procura de uma readequação de sua “sustentação identificatória” expressa no habitar e se encontrar desprovido de seus contornos e de suas referências espaciais e temporais. Então, segundo Ferreira (2005, p. 9) “para se afirmar, o sujeito deve fazer seu percurso de deslocamentos e de desdobramentos, elaborando “o luto pela perda” de seus objetos preciosos, abrindo-se ao outro e estabelecendo alianças de convivência”. Ou seja:

Para que o sujeito se mantenha em atividade e com o seu psíquico articulado torna-se necessário que aceite as renúncias, lide com as perdas e mantenha a capacidade de circular no espaço subjetivo e alternativo (...) podendo ser vista como o espelhamento de experiências dramáticas de rupturas, em que os sujeitos trazem à tona a expressão de uma problemática vivida pelo eu em confronto com o outro. Um eu que não se encontra mais no antes e um outro que não se sabe o que será. (FERREIRA, 2005, p. 10).

Na migração desses estudantes universitários, temos o encontro entre pessoas de diferentes culturas, sejam elas regionais ou nacionais. Uma situação que aborda implicações psicológicas concretas que nos remetem ao campo psicossocial em que, para entender o que se passa com o indivíduo e seu grupo nesta ótica, precisamos entender o contexto deste espaço (FERREIRA, 2005). Nesta perspectiva tenta-se abarcar as dimensões profundas e complexas envolvidas nos encontros e desencontros culturais destes moradores nas relações grupais em sociedades plurais (DEBIAGGI, 2005).

Observou-se mediante o trabalho de campo que os moradores se utilizam destes estratégias para moldarem seus comportamentos e suas vidas sociais. As próprias formações dos grupos e das afinidades que são elaboradas posteriormente ao primeiro contato, são partes integrantes desta realidade. Viu-se lá, a procura por uma aproximação dos “seus de origem”, assim como relações baseadas na premissa de permutas culturais e até na proeminência da existência de indivíduos isolados que, por não quererem

estabelecer vínculos ou relações, de alguma maneira, optam por uma “marginalização” no contexto social da Casa. No entanto, esta marginalização não se dá de maneira a desconstruir o ator como agente social, mas sim na opção pelo afastando do convívio com os demais grupos, quer por questões de preconceitos, pura indiferença ou por “inadaptação” aos demais.

Gilberto Velho (1989) dialoga sobre a condição deste “inadaptado”. Segundo o autor, cada cultura gera personalidades características em seus atores e com isso, pode-se verificar que não é que o “inadaptado” veja o mundo ao seu redor “sem significado”, mas sim que veja nele um significado “*diferente*”, do que é captado pelos indivíduos “*ajustados*”. Uma questão pertinente então é apontada, pois quem se adapta melhor as novas condições e se insere e inter-relaciona com os demais, adquire um poder de vantagem e de sobrevivência no sistema social em relação aos demais.

Muitas vezes este “*ajustamento*” foi observado de maneira não uniforme entre os moradores. Ou seja, um ator social se apropriando de um tipo diferente de posicionamento para cada uma das esferas sociais em que faz parte. Exemplo o César (contato iniciado em janeiro de 2007). Ele buscou integração na sala de aula, junto aos colegas e professores de seu curso de graduação em Geografia e o isolamento no que concerniu a sua distinção “tribal”, onde formou seu próprio grupo de relações dentro da CEU II, do qual não abriu mão para uma identificação perante os demais. Aprofunda-se abaixo e narra-se um trecho da conversa com o morador, e sua trajetória de vida:

Conversamos muito numa tarde em seu apartamento. César na época (2007) era aluno do 6º semestre, tinha 23 anos e natural de uma cidade do interior do RS, na qual sempre havia morado com os pais, até vir para a Universidade. Ingressou na Casa em 2000, quando veio fazer o curso Técnico em Agroindústria. Usufruí de uma bolsa de assistência da PRAE e auferia ao mês o equivalente a R\$ 160,00. Ele já havia passado por quatro apartamentos diferentes dentro da Casa, gostou da experiência. A única reclamação foi proferida ao referir-se a sua permanência em um apartamento misto, de seis pessoas (2 meninas e 4 meninos). Reclamou: “é muita gente misturada, faltava privacidade, principalmente quando se divide um apartamento com gurias, elas eram muito chatas”. Descreveu, também, que chegou a dividir a moradia com um menino homossexual. Assustando-se um pouco no início, mas depois segundo ele: “foi normal à convivência, nós até batíamos um papo”. Mas acabou não dando certo, por causa dos problemas de organização e limpeza.

César apontou os diversos problemas de convivência pelos quais ele passou, desde a falta de espaço, a saudade de casa, e de estar longe de sua família. Quando se sentia muito sozinho, ia “para a estrada pegar carona e ficar uns dias em casa”. Às vezes, chegava a “matar” alguns dias de aulas por motivo destas viagens. Afirmou que não gostava do curso que fazia. No entanto, acomodou-se. A sua subsistência na época era dada praticamente só da bolsa fornecida pela PRAE, uma vez que não gosta de pedir a ajuda dos pais; segundo ele, porque eles também passavam por dificuldades, ajudando a outra filha, que do mesmo modo, era estudante da instituição e residia na CEU II. Para garantir um dinheiro extra no seu sustento, César fazia alguns “bicos”, vendendo bebidas aos moradores²⁵. Declarou que gostava de estar sozinho e preferia ficar assim, tentando não dividir o apartamento com ninguém. Relacionava-se com uma menina também moradora da Casa, mas o relacionamento estava não muito bom. Com os demais moradores, segundo ele, sua relação era “boa”, contudo gostava de ficar “na sua” e participar mais, junto ao seu grupo de amigos, grupo este que formou dentro da Casa do Estudante.

Constituiu suas relações dessa maneira, “porque gostava” e acrescenta: “não gosto de me meter com os outros... tenho o meu jeito e poucas pessoas o aturam... então sempre procuro ficar na minha...”. Este é apenas um pequeno fragmento do extenso contato que mantivemos, a última notícia dele foi à de que no final de 2008 ele concluiu a graduação e em 2009 saiu do estado para cursar pós-graduação. Mas já demonstra de certa forma como eles organizam e constroem de maneiras diferentes, seus discursos e suas adaptações dentro desta experiência tanto em tempos pretéritos como no presente.

Os moradores desenvolvem assim, várias estratégias de “comportamento” em resposta às intenções dos outros, ou seja, nada menos do que a visualização do “*self*”, formado através das definições feitas por outros, que serviram de referencial para que ele possa ver-se a si mesmo mediante o convívio social público e/ou privado com o “outro”. Geertz em “A interpretação das Culturas”, na argumentação sobre o crescimento da cultura e suas implicações na evolução da mente conclui que:

O sistema nervoso humano depende inevitavelmente, da acessibilidade às estruturas simbólicas públicas para a construção de seus próprios padrões de atividades autônomas. Isto significa que o pensamento humano é basicamente, um ato aberto conduzido em termos de materiais objetivos da cultura comum, e só secundariamente um assunto privado. No sentido tanto do raciocínio orientado como da formulação dos sentimentos, assim como da integração de ambos os

²⁵ Este tipo de comércio na Casa é proibido pela instituição, principalmente se forem feitos com mercadorias ilícitas, ou/e entorpecentes como, álcool, drogas e cigarros. Mas esta prática existe quase que em toda a Casa de Estudante.

motivos. Os processos mentais do homem ocorrem, na verdade, no banco escolar, no campo de futebol, etc. (1989, p. 99).

Construindo assim o seu *'self'* dentro da arena sociocultural em que se encontra, lidando e se apropriando de um emaranhado de “símbolos significantes” para sua interação simbólica com o outro. Ou seja, eles acabam por responder as interações através dos sentidos adquiridos e atribuídos no seu espaço social como um todo, isto é, seus valores, instituições e até no próprio convívio com outros grupos e indivíduos. O sentido dado a este espaço social surge da interação social entre os atores e suas memórias, podendo ser manipulado e modificado pelo processo interpretativo usado por cada um, ao tratar delas.

4.2. Por uma ordem própria das coisas: a importância da diferenciação dos espaços perante a própria constituição dos comportamentos e das narrativas

Alguns dos problemas pertinentes para uma problematização maior destas experiências oriundas da convivência em uma moradia estudantil são: a falta de infraestrutura física adequada e, a ineficiência e abrangência de algumas políticas de assistência fornecidas pela universidade. Onde os moradores carecem de uma atenção especial por parte da instituição e de seus membros e onde o respeito entre ambos é tecido por uma linha tênue suturada de conflitos; configurando brigas perpétuas por parte dos grupos de mobilização dos estudantes e órgãos institucionais. Uma grande parcela das instalações dos espaços de habitação está precária, sob péssimo estado de conservação, tanto pela falta de manutenção quanto pelo vandalismo praticado pelos próprios moradores, acentuando o drama vivido.

Não abnegando a própria proposta estrutural e arquitetônica dos complexos de moradia, forjados sob a proposta de se habitar em coletividade e constante interação. A mudança radical ocorre quando estes estudantes saem das casas de suas famílias, com seus espaços já delimitados, com uma estrutura e um atendimento “especial” proferido pela família.

No entanto, e em contraponto, ao chegarem à universidade defrontam-se primeiro com um alojamento improvisado, no qual sua privacidade está constituída em cima de seu

próprio colchão, pois o ambiente é dividido com inúmeras outras pessoas, muitas vezes totalmente desconhecidas, com outros hábitos, valores e condutas sociais diferentes. Sem quarto, sem ter onde guardar os seus pertences e sem espaço para a intimidade. Então, neste local é quase que impossível, para seus ocupantes, encontrarem a privacidade. A relação travada com a União dos Estudantes, neste que me atrevo a chamar de “ritual de passagem”, constitui um constante e incansável jogo de amor e ódio, de risos e alegrias, pelas formações de novas amizades, e pela constante integração entre as pessoas. Mas também de choros e tristezas, quando se disseminam os conflitos, as invasões ou as decepções. É na União, que são constituídos os primeiros laços afetivos, tanto de amizade como de inimizade entre os moradores. Como demonstram os casos trazidos e discutidos no ponto anterior.

Já quando estes estudantes passam para a CEU, debatem-se com estes e outros problemas. Como o da procura por um lugar para fixar moradia dentro dos apartamentos. Um procedimento descrito como penoso, por cada um dos moradores. Principalmente ao procurarem ajustar preferências na busca de um, ou três, ou seis companheiros, para habitarem sobre o mesmo teto, tornando-se uma tarefa complicada. Às vezes também, pelo pouco número de vagas abertas e pela composição de suas disposições, muitos têm de se encaixarem em apartamentos já ocupados por outros estudantes.

É o caso de Bia, assim como de muitos outros encontrados ali. Ela ao ser aceita no programa de assistência estudantil percorreu todos os oito andares da CEU I, ou “fez uma romaria atrás de vaga” como ela mesma diz, teve de pedir e dividir um apartamento com outras duas meninas, já moradoras do quarto há alguns anos. Esta foi a única vaga encontrada por ela naquele momento, sendo sua aceitação negociada junto as atuais moradoras. Muitos nesta situação devem se adaptar ao “ritmo de vida” existentes dentro desses apartamentos e impostas pelos moradores mais antigos. Pode-se dizer que, no interior do convívio nos apartamentos, há hierarquias e que o tempo de moradia, ou seja, os mais antigos teriam maior poder, ditando as regras de convivência.

A própria coexistência entre “gêneros”, masculino e feminino, dentro de uma mesma moradia se torna um empecilho a uma boa adaptação por causa do desconforto gerado pelas interações involuntariamente impostas, pelos moldes do tipo de habitação comunitária. Como é o caso de Rebeca que neste semestre teve de dividir seu espaço no apartamento, “antes só dela”, com um menino que chegou agora na universidade. Ela relatou não se encontrar nem um pouco confortável com “ele” no mesmo quarto e que teve

de mudar muitos dos seus “hábitos” cotidianos por ele ser um “cara e ainda por cima de tudo é porco... ele fede a chulé”.

Há convivências pacíficas entre gêneros nas CEU’s, principalmente nos episódios de profunda amizade ou aqueles representados por casais, namorados(as) ou maridos/esposas, que em muitos casos, contam com a presença até de filhos. Os problemas gerados e decorrentes desse tipo de convívio são agora salvaguardados às relações amorosas e/ou conjugais e suas implicações neste universo. Mas de maneira geral, a existência de um companheiro(a) na Casa e/ou dividindo o mesmo apartamento, tende a facilitar a convivência, e a tornar mais prazerosa para estes personagens. Como no caso de Fábio, que conheceu sua atual noiva na União e moram juntos desde então. Ele disse: “se não fosse pela presença de Eva em minha vida, principalmente neste lugar, já teria desistido de tudo, pois não sou um cara que se “enturma” fácil, e gosto de ficar sozinho. Com isso não teria amigos e não aguentaria permanecer aqui...”.

Seguindo ainda o observado junto aos moradores, os maiores embates encontrados foram travados nos apartamentos de seis moradores. O discurso proferido por eles está intimamente relacionado a problemas de tolerância aos “outros”, a proximidade muitas vezes indesejada e a falta de privacidade ocasionada. Ou seja, por este tipo de apartamento ter um maior número de indivíduos “diferentes” dividindo o mesmo ambiente num mesmo tempo-espço, dificultando ainda mais o coexistir e o relacionar-se. Nesse sentido eles tentam evitar ao máximo fixar residência nestes apartamentos, ficando relegado para último plano.

As dimensões espaciais das moradias também são vieses a serem considerados. Muitos moradores não têm um “espaço particular”, nem para condicionar os seus pertences, dado a acanhada dimensão dos apartamentos e o compartilhamento destes com os pertences do(s) outro(s) colega(s) de quarto. Acompanhe o caso pitoresco narrado por Jorge:

Dividia o apartamento com um rapaz, em um final de semana que passei fora, fui dormir na casa da minha namorada, ele ficou no quarto. Quando retornei encontrei ele bêbado dormindo em cima da mesa, como de costume, mas também em cima da mesa estavam meus livros, poucos e tão caros pra mim... e o pior... estavam cheios de vomito dele... acordei ele e perguntei o porque que ele tinha feito aquilo.... e ele respondeu... estes livros são meus, não tem problema! Eu disse: Não! Estes livros são meus... e ele ironicamente retrucou... ué você não é socialista, não prega a divisão de bens e o fim da propriedade privada? Tive que rir da situação o que poderia fazer (ex-morador, 2011).

A intimidade e a privacidade se tornam, então, algo negociável e todos devem estar dispostos a colaborar. Se não há comprometimento com a coletividade e com o bom funcionamento, observa-se a formação de conflitos de convivência, tanto intra-apartamentos quando nos blocos como um todo. Daí decorre grande parte das brigas entre moradores, a troca de colegas de quarto, as reclamações, enfim, um emaranhado de processos conflitantes que muitas vezes podem levar até a expulsão de um morador de suas dependências. Há muitas reclamações de som e música alta; do apartamento de baixo se queixando do toque-toque do salto dos sapatos das meninas de cima, etc. No cotidiano o que foi observado é que este tipo de situação ocorre em pontos isolados e são raros. O dia-a-dia da Casa é muito bem estabelecido e respeitado, de uma maneira geral, por todos os seus integrantes. Eles aprendem muito bem o significado e as implicações de viverem em “coletividades”. Sua organização enquanto órgão constituinte da UFSM é impecável, contrariando o senso comum e os estigmas lançados sobre ela.

Damatta acentua bem esta ligação da organização espaço-temporal, implicada na própria ordem social:

O espaço se confunde com a própria ordem social de modo que, sem entender a sociedade com suas redes de relações sociais e valores, não se pode interpretar como o espaço é concebido. (...) aliás nesses sistemas, pode-se dizer que o espaço não existe com uma dimensão social independente e individualizada, estando sempre misturado, interligado ou ‘embebido’ em outros valores que servem para a orientação geral” (1997, p. 30) .

Para viverem juntos, sendo tão diferentes, tendem a respeitarem um código de “boa conduta e vizinhança”, ou seja, as regras do jogo social estabelecidas por uma “comunidade política” que é baseada na associação voluntária desses atores sociais. Assim, por meio das assembleias, das participações em reuniões, nas deliberações do conselho, na administração da diretoria ou na presença dos olhos da monitoria são estabelecidas e compartilhadas estas regras político-sociais, demarcando e organizando “as vidas” destes personagens dentro da Casa.

Nas residências estudantis, mesmo para pesquisadores de pós-graduação há uma intencionalidade clara do regramento e promoção da vivência do coletivismo que encontra como limite a vida privada dos residentes, representada e significada nas portas fechadas de seus apartamentos (BRUM, 2009, p. 15).

É uma relação de amizade que respeita a diferença e a distância ao mesmo tempo em que cria uma comunicação e exige respeito em considerar o outro, como parte integrante do seu espaço, sem que tal relação seja inscrita num conjunto englobando e

anulando um ou/e outro indivíduo²⁶. Damatta (1997, p. 41) ainda acrescenta: “é porque vivemos de fato entre e na passagem de um grupo social para outro que podemos sentir o tempo como algo concreto e a transformação do espaço como elemento social importante”.

Deve-se pontuar aqui, a importância da diferenciação dos espaços perante a própria constituição dos comportamentos e dos discursos, que assumem perspectivas próprias dentro de cada um destes. Damatta esclarece bem este contexto:

Embora existam muitos brasileiros que falam uma mesma coisa em todos os espaços sociais, o normal, ‘o esperado e o legitimado’, é que ‘casa, rua e outro mundo’ demarquem fortemente mudanças de atitudes, gestos, roupas, assuntos, papéis sociais e quadro de avaliação da existência em todos os membros da sociedade. O comportamento esperado não é uma conduta única nos três espaços, mas diferenciado de acordo com o ponto de vista de cada uma dessas esferas de significação. Nessa perspectiva, as diferenciações que se podem encontrar são complementares, jamais exclusivas ou paralelas. Em vez de serem alternativas, com um código dominando e excluindo o outro como um ética absoluta e hegemônica, estamos diante de codificações complementares, o que faz com que a realidade seja sempre vista como parcial e incompleta. (...) Os três códigos são diferenciados, mas nenhum deles é exclusivo ou hegemônico em teoria. Na prática, porém, um desses códigos pode ter hegemonia sobre os outros, de acordo com o segmento ou a categoria social a que a pessoa pertença. (1997., p. 48)

Na Casa, não há a presença de demarcações rígidas de espaços, “a rua e/ou a casa”. Essas são esferas muito negociáveis por entre os moradores. O espaço para a vida social constitui quase que todo o espaço físico ocupado por ela. Estendendo-se até ao espaço-tempo da universidade como um todo no campus, perante a ótica de seus moradores, é como demonstra a fala de um deles: “sinto que a própria UFSM faz parte de meu lar, suas dependências são para mim como o quintal da minha ‘casa’, (...) por isso, em qualquer lugar que eu esteja, sala de aula, reitoria ou biblioteca, estou dentro dela”. A CEU I pela peculiaridade de sua localização dentro do tecido urbano da cidade, adquire algumas ressalvas neste quesito, o livre trânsito existe, mas é diferente do estar disperso em meio ao campus e lócus universitário. Há apenas um prédio, o acesso ao seu interior é monitorado por vigilância institucional 24 horas ao dia. E este acesso ao exterior desemboca no turbilhão de uma via histórica e estrategicamente inserida na circulação cidadina.

A abertura desse espaço para um “estranho” ficou então, muito mais comum e corriqueira, como se pode verificar durante a pesquisa. Seus moradores têm por hábito, deixar as portas dos apartamentos quase sempre abertas, convidativamente insinuante aos olhares e a entrada dos “outros”. Mas quando requerido de privacidade, as portas serram-se

²⁶ Um exemplo de código para a organização normativa da conduta destes moradores, é o Regimento Interno.

e os corredores esvaziam-se. As suas janelas, por outro lado, servem como mediadoras do espaço interno das casas e externos da rua. Mas mesmo assim, concomitantemente, o apartamento não deixa de se constituir como um espaço privativo para estes estudantes. Uma área especial, em que todos são pessoas, todos habitam, relacionam-se entre si, ou por laços afetivos, ou por vínculos obrigatórios de convivência. Isto permite fazer da Casa uma metáfora da vida da sociedade em questão (DAMATTA, 2005). Encontra ponto, a rua pode ter locais ocupados permanentemente por categorias sociais que ali “viver” como se “estivessem em casa” (DAMATTA, 2005, p. 55). Como ocorre no reconhecimento por parte dos moradores, do espaço da universidade como um ambiente conjuntamente pertencente ao domínio de seus “lares”. E o autor continua:

Mas, assim como a rua tem espaços de moradia e/ou de ocupação, a casa também tem seus espaços ‘arruados’. Seja porque fazem a ponte entre o interior e o exterior como: janelas, varandas, salas de visitas, cozinhas, entradas de serviço, dependências de empregadas e quintais. Seja porque o próprio desenho da casa tradicional urbana brasileira, precisamente aquela descrita com detalhes por Jhon Luccock, tem um corredor de circulação que num sentido muito preciso é igual à rua como espaço único e exclusivo de relacionamentos de todas as suas peças que operam como se fossem ‘casas’. Assim a rua esta para a casa como o corredor... esta para todos os cômodos da casa(...) Andar pelos corredores equivale a percorrer as ruas de uma cidade. As portas que se abriam para ele eram como se fossem portas de rua, e as salas de visitas ou varandas, cozinhas e quintais eram como zonas da própria cidade Damatta (1997. p.56).

Nesta perspectiva, a manutenção das portas dos apartamentos abertas e ligadas ao corredor, assim como, a utilização dos banheiros coletivos, entre estes atores demonstram claramente a conexão do espaço privado e íntimo, como parte integrante da coletividade pública da Casa. O que desponta desta nova relação são também novos tipos de problemas com as adaptações e de arranjos para a pacífica convivência e socialização. Forçando os moradores a rede-linear e a negociar suas construções e percepções espaço-temporais, apontando um “esquema” diferente, daquele tido como os “seus originais” em relação à delimitação dos sentidos e usos do que é público e privado, agora tão diferenciados pela experiência da moradia coletiva.

Ultimamente, outro distinto fator vem contribuindo para este realinhamento de fronteiras, foi o aumento significativo da violência dentro dos complexos das Casas, os assaltos e furtos a moradores estão assustando e fazendo com que os códigos de socialização e sociabilidade de sujeitos e objetos sejam revistas. E em busca de segurança muitos mudaram de conduta e, inclusive, requereram e colocaram via PRAE grades nas portas e janelas.

Em contrapeso as suas regras e estruturação de vivência coletiva, o indivíduo acaba sendo o foco também da maioria das ações da vida cotidiana e todos os espaços são marcados de alguma forma individualmente. Corresponde a dizer que, ao permanecer em contato constante com a Casa, pode-se identificar que os personagens tendiam nas duas incursões 2006 – 2010 a priorizar suas vidas particulares e acadêmicas em detrimento de suas participações na esfera pública e política de sua constituição. Adão, um morador estudante de direito expõe sua rotina diária:

Olha... não sei como esse pessoal tem tempo pra estar incomodando por aí... (referindo-se aos estudantes que estavam participando do movimento de ocupação da reitoria em 2011)... são sempre os mesmos, eu me viro para tentar dar conta de tudo o que tenho que fazer... é aula de manhã e a tarde, estágio na defensoria e ainda a noite trabalho numa secretária com bolsa PRAE... tenho que me virar, sempre tive, e prefiro que seja assim. (...) nunca participei de DCE, DA, ou me candidatei a Coordenação da Casa, não tenho jeito para isso e não pretendo no futuro... pois não tenho a pretensão de seguir partidos e virar político (...). (fala de morador, 2011).

O espaço público acaba por ser ocupado preferencialmente por poucos indivíduos que delegam uma parte de seu tempo, voluntariamente, para se envolverem em questões comuns a todos, como a sua administração, sua participação política e a luta estudantil. Verificou-se que os moradores, em geral, estão mais interessados e ocupados com suas vidas e afazeres particulares do que com uma maior integração e participação política e social. Viu-se pouca correspondência nos discursos sobre o imaginário preconizador identificatório, que atribuía à participação maciça desses estudantes na vida política e na ocupação da esfera pública tão aclamada pelas narrativas e memórias de ex-moradores e relegadas das experiências de seus atuais ocupantes.

O desmanche desta representação está em grande parte baseado numa mudança de “foco”, por parte dos envolvidos, segundo as afirmações dos interpelados. As grandes preocupações com os “seus futuros” e suas “formações acadêmicas” asseguram um grande acúmulo de tarefas a serem realizadas por eles. A maioria dos moradores, além de estarem matriculados em um, ou mais cursos, trabalham para garantir seu sustento, ou parte dele. Além de participarem de diversos programas de assistência, cursos, projetos e bolsas. Muitos vivem com apenas a ajuda de custo fornecida pelas bolsas da universidade, isto é, há moradores “sobrevivendo” com apenas, R\$ 180,00 por mês, outros um pouco mais que isto. Alguns, ainda, recebem ajuda das famílias que lhes mandam uma quantia mínima, de tempos em tempos. Mas outros, como eles mesmos ressaltam “se viram sozinhos” para manterem-se na universidade.

O “dinheirinho” contado no final do mês, que muitas vezes não cobre todos os gastos, compõe boa parte da realidade desses moradores, que passam por algumas dificuldades financeiras, mas, sobretudo contam um com o outro na partilha e na colaboração para com as suas dificuldades e necessidades. Notou-se que se constroem em meio aos laços de amizade, redes de apoio e solidariedade, assim se emprestam objetos, dinheiro e até “colo”, para os momentos de desalento. Se um está precisando de ajuda, alguém com certeza está pronto a ajudar. Uma cooperação de parcerias é formada para dar mais sustentação ao indivíduo neste período de convivência na Casa. E assim as fronteiras e intersecções entre os espaços públicos e privados nesta modalidade de moradia foram formando-se e colorindo um cotidiano estudantil.

4.2.1. Convergências e divergências: um complexo de moradia estudantil com singularidades em cada ambiente.

Apesar de apresentarem-se e representarem diante a universidade e da comunidade local com univocidade evocando uma identificação contemplativa a formação de um corpo coeso e unitário de moradores da Casa do Estudante Universitário da UFSM. Verificou-se que apesar das similitudes orgânicas e representativas, há singularidades oriundas ao tempo-espaço arquitetônico, ao estilo, número, modalidade e categorias de seus habitantes e ainda pela localização geo-espacial no tecido urbano local.

O que significa dizer que as diferenças e divergências entre os três estilos de moradia estudantil, CEU I, CEU II, CEU III, não podem ser relegados. Como já foi discutido no capítulo anterior, a disposição tempo-espacial geográfica e arquitetônica conduz a formação visível de dois blocos, complexo de moradia do campus e a CEU I, com organização e cotidianos próprios. Onde se verificou uma disputa de espaço e de legitimidade frente ao imaginário representativo a esta categoria. Onde a CEU I segundo um ex-morador “tem em sua formação as raízes das lutas estudantis” e ainda “aquele edifício foi o primeiro de moradia a ser concluído e ocupado, tudo veio dali: da forma de gerenciamento, da estrutura e até os tipos de móveis, nós fomos o modelo de teste, que foi transportado para a casa do campus”. (fala de ex-morador, 2010).

Em contra partida, um dos diretores da CEU II – campus pontuou quando interpelado sobre a relação com a coordenação da CEU I: “São uns puxa-saco da PRAE, hoje eles conseguem tudo o que querem com a reitoria, graças a isso, nós tentamos reivindicar o nosso espaço sem perder a autonomia e sem nos vender por qualquer pintura, dinheirinho ou ajuda (...) lá é bem diferente daqui...” (fala de morador dirigente da CEU II, 2010).

Estes dois complexos distintos por disporem-se e organizarem-se de forma diferentes, conseqüentemente, originam formas distintas em seu interior de convivência e de relacionamento perante a administração central da UFSM. Foram várias as referências destes (ex)moradores, dirigindo-se a tentativa de deixar bem claro que são espaços próprios. E ao tratar da legitimidade estudantil e representatividade ambos disputam cada pormenor tentando de alguma forma desqualificar a representatividade de outrem. Os moradores da CEU I, dizem que a moradia no centro é mais calma, menos bagunçada, “tem menos gente” e é mais segura. Já os do campus garantem que a vida ali é “melhor por ter mais gente e mais blocos temos muitos amigos e companheiros... aqui tem um outro clima...”.

Outro aspecto desta distinção seriam as modalidades de moradia, como visto a CEU I, abriga quase que exclusivamente, estudantes de graduação com cursos alocados nos prédios de apoio situados no centro da cidade de Santa Maria e maiores de 18 anos. A CEU II possui um contingente variado de residentes, de estudantes do ensino médio, técnico e graduação, sob uma faixa etária também muito democrática que inicia os 14 anos. A CEU III abriga estudantes exclusivamente de pós-graduação e alguns servidores da instituição, compondo um percentual de moradores que recebe um olhar diferenciado e “elitizado” diante a categoria.

A ocupação do espaço e os modos de interação entre estes residentes seguem estes ditames, mas eles não os limitam, o público e o privado “a casa e a rua” (DAMATTA, 1997) para os moradores do campus a socialização é mais facilitada pela disposição, proximidade e interligação arquitetônica de seus ambientes. Já para os condôminos do centro ela passa a ser mais restrita e negociada por um único corredor e um único acesso a rua, que não está familiarizada como uma extensão a sua ocupação, mas como um limítrofe de sua territorialidade.

Recai-se, nesta acepção em Mary Douglas “Como os indivíduos concordam que duas coisas são semelhantes ou dessemelhantes? Onde se encontra a uniformidade?” A

resposta segundo a autora, encontra-se “no fato de que a uniformidade é conferida àquele conjunto misturado de itens que contam como membros de uma categoria; a uniformidade é conferida e fixada pelas instituições.” (1986, p. 62).

Isso permite que se diga que o espaço físico da Casa do Estudante reflete e é refletido, enquanto unidade, pelo tipo de “ordem” pensada e vivida pelos (ex)moradores em coletividade. E empunhando este estandarte encontram-se as suas administrações, conselhos e monitorias; concedendo ainda, um espaço crescente para as organizações e articulações voluntárias entre os moradores e simpatizantes. Configurando um movimento que em sua constituição maior, propicia a aproximação e identificação enquanto uma integração, donde se verifica certa adesão desta pluralidade, na busca por melhorias tanto estruturais quanto sociais para o coletivo nas interações com o exterior. Ou seja, eles deixam de lado as diferenças, restabelecendo os laços de identificação de uma “raiz comum de grupo” para reivindicar e se impor junto à instituição e a sociedade enquanto membros de uma Casa do Estudante. Funcionando como parte integrante no papel da reconfiguração da imagem refletida e refratada a si e aos demais.

4.2.2. PRAE x CEU'S - As relações tênues com os órgãos administrativos centrais da universidade

Outro ponto central para a compreensão desta população e de sua trajetória perpassa pelas relações institucionais que delas são originárias e que articulam e alçam a sua existência e funcionalidade. Dentre elas a mais significativa trava-se com o Pró-reitoria de Assuntos Estudantis.

Este setor da instituição foi pensado e criado desde sua fundação para tratar e ser o interlocutor em prol da classe estudantil frente à administração central da UFSM. É dela a responsabilidade de gerir e organizar o programa de Assistência estudantil, assim como, o de prestar e proporcionar aos estudantes as condições necessárias para sua permanência e conclusão de sua estada na instituição. E por Resolução é o órgão designado como o responsável pela moradia estudantil, compartilhando a sua gerência junto a Pró-reitoria de

infraestrutura, que cuida da manutenção do patrimônio institucional e das administrações das Casas compostas por seus moradores.

Esta relação é marcada desde suas origens como conturbada, cheia de nuances. Desde suas primeiras movimentações enquanto moradores os estudantes buscam por autonomia e autogestão, este é um movimento histórico e característico das moradias estudantis espalhadas e constituídas em todo o país, fazendo parte já de seus predicados enquanto grupo. Os residentes da CEU buscam legitimidade e autoridade político-administrativa, residindo aí uma das causas de embates, outra estaria pautada na constante busca pelo atendimento de suas demandas dentro destes programas de assistência.

Um confronto quase que rotineiro foi presenciado em campo e uma animosidade mascarada pela cortesia publicitada em suas negociações. Os ex-moradores mais antigos já narravam situações de conflito e disputa entre estas esferas, além é claro do preconceito velado nestas interpelações. Alguns (ex)moradores afirmaram sentirem-se desconfortáveis ao circularem nos espaços urbanos e acadêmicos, pela forma do tratamento recebido. Como apontou “Fran”, uma das entrevistadas:

Às vezes quando íamos procurar a reitoria ou outro setor da universidade, só de nos apresentarmos e nos identificarmos como moradores da Casa, eles já nos tratavam diferente, por isso, quando tinha que fazer alguma reivindicação, costumava não citar que era moradora, principalmente logo no início da conversa, pois às vezes eles nem nos recebiam para conversar (...) (moradora, 2006).

Em contrapartida a PRAE queixa-se da postura hostil de alguns estudantes e representantes estudantis, como relata um servidor do setor:

Eles já chegam com quatro pedras nas mãos, até parece que a intenção da gente aqui enquanto Pró-reitoria é única e exclusivamente ferrar com a vida deles... não é por aí... acho que são alguns mal educados que atíçam os outros a entrarem na onda... vê só como mudou a relação nossa com os moradores do prédio do centro, a administração de lá desde que entrou, vem cá senta com a gente e discute as demandas... estamos resolvendo todas as questões de lá... o que aqui no campus, que por incrível que pareça a proximidade física é maior, isso não acontece... a última briga agora foi por causa da violência (...) tu sabe né ta ocorrendo muitos assaltos aos apartamentos aqui do campus, já furtaram muitos notebooks de moradores, televisão, celulares, tênis... tão entrando nos apartamentos tanto por arrombamento das portas e janelas, quanto no descuido dos próprios moradores... cá pra nós... acho que os autores estão entre eles mesmos, ou entre os que andam por ali, é um entra e sai de gente, inclusive pessoas que não possuem nenhuma ligação com a universidade... bom... resolvemos colocar vigilância circulando pelo local para proteção dos moradores... e eles vieram reclamar que os vigilantes estavam tirando a liberdade deles e usando de autoridade para intimidar os moradores.... vê se pode... é para a segurança deles e eles não aceitam... (fala de servidor, 2010).

E segundo a versão dos representantes dos moradores o contexto seria outro, segue-se:

A PRAE colocou dois, três brutamontes aqui vigiando e coagindo os moradores... um estudante do bloco 25 veio se queixar pra nós que numa noite em que ele saía do bloco e do apartamento da namorada aqui na CEU ele foi abordado por um com hostilidade, indagando dele, quem ele era, o que estava fazendo ali aquela hora, e pediu a identidade estudantil dele, ele não tava com ela ali no momento, ai ele disse que o vigilante deu uns safanões nele e o conduziu até o apartamento(...) Eles colocaram esses caras de uma firma terceirizada... quando fomos tirar satisfações dos vigilantes eles disseram que o procedimento ali era o recomendado e acertado com a administração da UFSM, que os haviam contratado(...) Isso é desrespeito! Parece que somos marginais e que não temos o direito de ir e vir aqui, onde a gente mora! Estamos lutando para que tirem esses caras daqui, se não vai dar mais confusão(...) (fala de morador, 2010).

E assim seguem-se as tênues relações entre moradores e administração da universidade. Cabe ressaltar que a autonomia estudantil aumentou muito ao longo dos anos, enquanto as normas e as interferências institucionais impostas pela PRAE se enfraqueceram perante a recusa de sua aceitação, por parte dos moradores. Mas como um órgão esta ligado ao outro e legalmente a Casa esta sob tutela e responsabilidade desta instituição de ensino superior e a órgãos federais. Estas relações devem se perpetuar. “Por bem o por mal os indivíduos compartilham seus pensamentos e eles, até certo ponto, harmonizam suas preferências. Eles não têm outros meios de tomar as grandes decisões a não ser na esfera das instituições que eles constroem.” (DOUGLAS, 1986, p.130).

É sabido que um olhar discriminatório não pode ser descartado e é parte constituinte do corpo acadêmico e comunitário local. E estes estudantes lutam bravamente contra qualquer forma de propagação desta situação. Mas também, se vê uma tentativa de perpetuar certas “posturas” e modelos que seriam aceitos como legítimos para a auto identificação e reconhecimento destes personagens neste tempo-espaco coletivo. Eles buscam no passado nos acontecimentos rememorados, principalmente os míticos, uma justificativa e/ou incentivo para sua perpetuação, justificacão e atuação. É como conclui Mary Douglas:

“Quando mais a organizacão social for um grupo latente, consciente dos problemas organizacionais (...), mais seus membros invocarão uma história de perseguições e resistência. A sociedade competitiva exalta seus heróis, a hierarquia exalta seus patriarcas e a seita, seus mártires.” (1986, p. 86).

É como se verá e aprofundará no ponto de discussão a seguir.

4.3. O Movimento Estudantil no imaginário apropriado para a construção de uma identidade patrimonial

Para Gullar (2004, p. 13) “o movimento estudantil é parte integrante da história brasileira, e teve ao longo dessa história um papel decisivo”. Os primeiros indícios de organização de movimento estudantil no país aparecem já em 1710 - Quando mais de mil soldados franceses invadiram o Rio de Janeiro, uma multidão de jovens estudantes de conventos e colégios religiosos foram às ruas enfrentar os invasores, ajudando-os a expulsá-los.

Já embebedos pela revolução de 1930 e pelo clima de politização do país, a juventude tomou corpo no embate político, período também marcado pela formação da UNE em 1937, uma das principais protagonistas deste feito. Caracterizou-se fundamentalmente pela forte ligação com as moradias estudantis. Pois ambas desfrutavam de uma similitude nos traços de suas origens e na constituição de suas bases.

Segundo, o próprio surgimento da União Nacional dos Estudantes (UNE), denota essa ligação: Casas – ME. Foi no final dos anos 30 uma moradia estudantil que percebeu a necessidade de organização política dos estudantes nacionalmente. A Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro então Distrito Federal, convoca o 1º Conselho Nacional de Estudantes, e nesse evento se funda a UNE, em 1937. (Trecho retirado de: <http://sencebrasil.blogspot.com.br/>. Acessado em 15/12/2011).

A partir daí as Casas junto ao movimento lideraram inúmeras movimentações e campanhas nacionais, defendendo a liberdade, melhores condições de renda, cultura e educação. O movimento estudantil nacional confluía também e se articulou ao movimento sindical, como parte das estratégias de enfrentamento, discussão e luta. Tratava-se de resistência estudantil em defesa da Universidade Pública. “O movimento estudantil tinha como eixos de luta a questão da Universidade e a ditadura, pura e simples. E já era muito (...) se você quiser um traço comum, era o anti-autoritarismo.” (...) (PALMEIRA, 2008, p. 105).

Imersos ao golpe de 64, confluem na luta contra a ditadura militar e pelo retorno às liberdades democráticas. Com a repressão instaurada, a ligação das moradias estudantis com o movimento foi bastante conveniente. “Havia uma solidão do movimento estudantil, que, em 68, é amparado por setores de classe média.” (PALMEIRA, 2008, p. 107); materializando este feito cita-se a Marcha dos Cem mil, realizada em 26 de junho de 1968

no Rio de Janeiro. Principalmente depois da promulgação do Decreto-lei 477 de 1969, que impunha uma série de proibições ao movimento sindical de educação afetando a articulação do movimento estudantil.

Aí despontam as Casas de estudantes como lócus estratégicos e mais seguros para os encontros do movimento. Nesses espaços o poder da repressão não era tão ilimitado e principalmente era ludibriado. Por serem moradias, dificilmente se conseguiria impedi-los de se reunirem em “casa”. Mesmo assim, o regime não deixou de agir, nas Casas foram realizadas incursões policiais, prisões, violência. Os agentes da repressão sabiam que ali, o movimento estudantil sobrevivia e tentava se organizar na clandestinidade.

Com o fim da era ditatorial e com o retorno gradual das liberdades democráticas o movimento estudantil voltou a se articular publicamente e legalmente, recuperando seu lugar e sua importância na política nacional. Consolidando-se, de fato, como uma instância que, no interior das instituições de ensino superior, com todas suas implicações ideológicas, quadraram como pontos de convergência aos anseios mais latentes dos estudantes.

Algumas de suas características são: o seu caráter de resistência e a fácil disseminação/articulação pelo país. A disseminação fica evidente quando se propõe descrever o movimento na perspectiva de sua trajetória histórica. Pois os registros dos encontros do movimento, de reuniões nacionais, regionais e locais encontram-se embrenhados nos acervos das diversas residências estudantis pelo Brasil e na memória de seus participantes. O movimento de Casas dos estudantes se inseriu e fez com que sua luta e participação também se tornassem sinônimos de movimento estudantil. Criaram por meio de uma plenária dentro do encontro nacional de Casas do estudante o Dia Nacional de Luta pela Moradia Estudantil, 09 de novembro.

As ações nascentes e vinculadas ao movimento de Casas do estudante possuem desde suas origens caráter de localidade, onde se destacam atos públicos, protestos, greves e ocupações. Geralmente com pautas e exigências específicas, ligadas à assistência estudantil e seus desdobramentos. No entanto, quando estas lutas locais são concomitantes e articuladas para além de sua territorialidade, a visibilidade torna-se maior e a adesão regional e/ou local advém. Sendo um dos principais motores para a formação e organização política/militante. Com certeza esse é um aspecto essencial e não se encontra restrito ao movimento de Casas, mas ao próprio movimento estudantil como um todo.

A renovação dos quadros do movimento foi sempre muito intensa. Tem sido esse histórico de formação e de feitos, inclusive, que embasa e encoraja os novos residentes a inserirem-se e a continuarem lutando por políticas de acesso e permanência. Nos diferentes encontros se difunde a seguinte prerrogativa, segundo a fala de um membro interpelado: “A assistência estudantil não é uma esmola e nem um favor, mas um direito de cada estudante. Conforme diz a Constituição: o ensino dever ser oferecido com igualdade de condições para o acesso e permanência... acho que é o artigo 206”. (fala de morador e militante, 2011).

A tradição e “habitus” (BOURDIEU, 2007) universitários e suas implicações na configuração do Movimento Estudantil brasileiro, dentre eles os de Casas de Estudante, agem como instâncias de construção de uma consciência e prática política no tempo-espaço acadêmico. “Jovens desta época bradavam pela igualdade de gênero, pela liberdade sexual, pela paz, contra a discriminação racial, pela proximidade entre a vida cotidiana e a academia e pela chance de tentar “realizar o impossível” (...)”. (MACHADO & SCARPARO, 2010, p. 226). O poder de mobilização estudantil sempre foi inegável e seus feitos mudaram a história acadêmica e social.

Mas cabe retratar que a presença maciça e/ou total dos estudantes nesses movimentos nunca foi evidenciada, nem no seu auge – ditadura militar, nem atualmente. Contou então com a adesão e participação de grupos, como os de moradores de Casas de Estudantes e dentro deles pessoas que se engajavam/engajam pela livre associação, tomados pelo ímpeto de participação e de militância. Na sua grande maioria eram/são estudantes vinculados a partidos e/ou organizações políticas. Um composto de medo, indignação, coragem, “alienação” e cuidado, pautava as escolhas de participar ou não do movimento.

“Ao mesmo tempo, a predominância da presença masculina traduz aspectos das relações de gênero na época. (...) demonstrando que nesta época o papel da mulher nas lutas e manifestações políticas era mais restrito. Cabe perguntar então, qual o papel das mulheres acerca dos movimentos femininos no campo das lutas estudantis, uma vez que essas tinham uma sobrecarga repressiva.” (MACHADO & SCARPARO, 2010, p. 231, 232). O gênero feminino neste espaço tipicamente masculino, era quase que relegado aos bastidores de articulação, e confecção de materiais, algumas poucas mulheres integraram e permaneceram nas diretorias, como lideranças e/ou a frente de “combates”, mas a grande maioria permanecia restrita aos afazeres internos e organizacionais; são atribuições ligadas

ao gênero feminino que não poderiam deixar de estarem presentes mesmo em um meio nominado “revolucionário”.

Cabe ressaltar que a maioria dos militantes do movimento estudantil, passado este período acadêmico, ingressaram como profissionais articuladores, gestores de políticas sociais, ou como representantes políticos nas mais diversas esferas tanto municipal, estadual quanto federal.

4.3.1. Ex-moradores e suas narrativas - das falas as interpretações

O fluxo do movimento estudantil na Universidade Federal de Santa Maria segue o curso da história dos movimentos pelo país e pelo estado. Aqui ele acompanhou e foi um dos responsáveis pela fundação da instituição. Onde desde a década de 50, alunos do denominado científico, atual ensino médio, e da faculdade de farmácia; junto à sociedade civil local comporam o corpo de frente de discussão e reivindicação de sua consolidação. Em razão disso, o seu projeto foi articulado e voltado para uma forte atenção e direcionamento a assistência estudantil, dado as exigências dos militantes participantes.

O que é tipicamente relegado da história oficial da instituição e de seus registros mais ilustres sobre estes feitos. Raros foram os registros ou as menções a participação estudantil na história da fundação da universidade encontrada nos arquivos e acervos manejados.

No entanto, a constante presença estudantil fez parte das lutas e conquistas institucionais, além é claro das movimentações contra a ditadura e em prol ao melhoramento do ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil. Registra-se a presença de mobilizações pela ampliação e conclusão das construções dos prédios de moradia estudantil desde 1966. E assim, sucederam várias lutas estudantis no sentido de legitimar a moradia estudantil e garantir que a assistência estudantil da UFSM atendesse de forma ampla todos os estudantes da Casa. É como denota a narração miticamente rememorada e emocionada de Froelich da atmosfera daquele tempo-espço,

E veio, então, idades primeiras do quarto 607, no viço do golpe militar, por ali circularam militantes, políticos, padres, catequização do comunismo tardio,

lançando faíscas de gritos pelas janelas observáveis. As conversas ressoavam nas paredes sonolentas. Diretrizes e planos estratégicos para próxima panfleteação e barricada de carnes e gritos contra mastodontes policiais de pau e plástico, segurando o plantão da burguesia. Tempo em que o edifício sustentava um marrom mais claro de novo, tinta dos tempos de Jango, vidros em todas as janelas, banheiros funcionando. O descaso acompanhou as ferozes entonações do tempo que foi mastigando cores e ferros, fios e canos, tornando tudo filho do mofo e da ferrugem.

Uma cicatriz ainda mantém viva aqueles tempos de luta, violência e choro: “FIM DA LSN” está pintado em pretas letras acima da sacada, entre o 2º e 3º andar, na frente do prédio. Letras mal feitas por mãos ocultas e tremendo de olhos noturnos. O grito mudo se engasga, suspenso fixo, resfolegando na parede crua. (1995, p. 101,102).

As formas de organização destes estudantes que dão corpo ao movimento estudantil foram e são muitas, desde a articulação dentro dos Diretórios Acadêmicos, conselhos, até a participação no Diretório Central dos Estudantes- DCE. Na CEU a organização se dá por meio dos diretórios e coordenações. Todos estes desdobramentos de aparelhamento e administração estudantil são responsáveis pela mobilização e militância em prol de suas reivindicações e lutas. E eles isoladamente ou operando em conjunto acenderam e protagonizaram, assembleias, paradas, marchas, invasões, greves, panfleteações, pichações...

Sobretudo, o período ditatorial pós 64 viu florescer uma efervescência de movimentos estudantis. É como pontua o ex-morador Jorge ativista dos movimentos na década de 80: “antigamente e na minha época era questão de honra ser estudante e militante”, este ex-morador era membro da sigla política União da Juventude Socialista, hoje, ligada ao partido PCdoB – Partido Comunista do Brasil, que segundo ele, naquele contexto configurava um grupo de minoria dentro do DCE e da Casa.

Coexistia desde a década de 60 uma forte influência e participação de partidos e correntes políticas dentro do movimento estudantil local e conseqüentemente, circulando entre a moradia estudantil. Ainda segundo Jorge, havia a participação quase que hegemônica do PRC- Partido Revolucionário Comunista, que dirigiu o DCE e a CEU, por um longo período. Este partido mais tarde subdividiu-se nas siglas PT- Partido dos Trabalhadores e PMDB – Partido do Movimento Democrático brasileiro. Dentro deste grupo de dirigentes no período, pode-se destacar a participação dos estudantes, Marcos Rolim ex-deputado e hoje integrante de Comissões de Direitos Humanos; Paulo Pimenta, hoje Deputado Federal pelo PT, entre outros.

Na luta pela moradia, alunos invadem "campus" universitário

A luta pela moradia estudantil acompanha os universitários de Santa Maria desde que esta bandeira foi levantada em fins de 1977 pelos grupos positivistas que se sucederam na direção do Diretório Central de Estudantes. A partir de então, a cada início de semestre letivo, os estudantes definiam os pontos de luta: alimentação, transportes e moradia. Pela ocupação dos restaurantes universitários, melhorias no transporte e término das casas destinadas à moradia, no Campus da Universidade.

Como os problemas envolvendo alimentação aumentaram nos últimos semestres, as greves foram deflagradas na tentativa de sustar os reajustes das bandejas. Neste semestre, no entanto, a Universidade Federal de Santa Maria vê passar à prática uma antiga ameaça dos estudantes: invasão dos blocos ainda não concluídos no campus, onde existem três prédios, que, no projeto original se destinavam à moradia.

Um dos blocos, o 15, é ocupado pelos estudantes há algum tempo e, se construiu na própria Casa do Estudante nº 2. O outro nº 18, abandonado pela Universidade, num reflexo direto da falta de verba, foi invadido pelos estudantes no final de semana.

OCUPAÇÃO

De um lado, os estudantes que já residem na CEU 2 e que desejam alugar os cômodos que chegam na UFPA neste ano, sem local para morar, não têm condições financeiras e, alguns casos, chegam a

trancar a matrícula. De outro, aqueles que chegam, classificados no vestibular, sem condições financeiras e numa cidade onde a maioria das imobiliárias não aluga casas ou apartamentos para estudantes.

O quadro se completa com o diretório Central de Estudantes procurando escamotear e apoliar todas as reivindicações dos universitários. A administração da Universidade, por sua vez, promete concluir as obras destinadas à moradia e não admite que os estudantes venham a ocupar qualquer prédio sem a sua autorização. Começa a luta, que vai se radicalizando pelos posicionamentos dos envolvidos.

Depois de serem informados que não existiam vagas na CEU 2 os estudantes decidiram buscar apoio em várias entidades principalmente as estudantis e na comunidade. Transferiram suas roupas para os apartamentos inacabados, sem portas e janelas, sem instalações elétricas ou sanitárias e convidaram a comunidade para verem a situação.

AMEÇAS

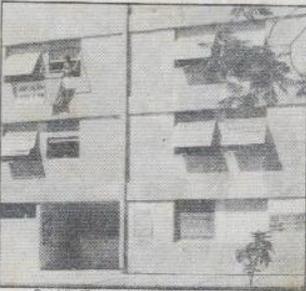
Entre as entidades que visitaram as instalações da CEU 2 e de chamado Bloco 15, ao lado da União Universitária, construída no ano passado pela Universidade, estava o núcleo de Justiça e Direitos Humanos. LIZI ANDRADE, representante do núcleo, fez a denúncia: "a situação de moradia dos estudantes é a pior possível".

Ao receberem o apoio da comunidade e das entidades, os estudantes decidiram realizar um pe-

dágio para colocar algumas portas e comprar fios para a instalação elétrica. Para a Universidade, a mobilização dos estudantes não passa de uma radicalização. O reitor Armando Valandro, ao dizer que ninguém deu licença aos estudantes para ocupar o prédio, destaca que existe um preceito de um grupo de universitários "que deseja, a qualquer custo, tomar conta de situações que não lhe pertencem. Lembra que a Administração da Universidade é ciente em seus estatutos, e possui gente para dirimir este setor".

Para o reitor Armando Valandro, a atitude dos estudantes não se caracteriza como "democracia", mas como "anarquia". A administração da Universidade responsabilizou os presidentes do INCE e casa do estudante pela invasão, por qualquer fato que venha acontecer e principalmente "pela radicalização da discussão". Alerta à Rectoria que, enquanto "os estudantes não se ocuparem o bloco 15, não tomará nenhuma atitude no sentido de concluir o prédio".

Aldo Assunção, presidente da CEU 2, rebate as afirmações da reitoria, lembrando que houve uma ocupação do bloco 15 e não uma invasão. Justifica para um espaço físico que lhes pertence porque o prédio é destinado para a moradia estudantil. Aldo Assunção salienta que a luta por moradia na CEU 2, não surgiu de um dia para outro e, ainda, os estu-



O prédio 15, em más condições, foi abandonado pela própria universidade



Argumento é de que faltam recursos

Fonte: Arquivo CEU II.

A declaração de outro ex-morador o Mauro é esclarecedora neste sentido:

As correntes partidárias sempre estiveram imersas dentro do movimento estudantil da Casa, não dá para se iludir, como alguns faziam acreditando numa movimentação ‘desinteressada’ (...), além disso, haviam grupos distintos dentro das Casas; os que se envolviam nessa política estudantil somente, os que se envolviam na política estudantil e partidária e os que não tavam nem aí e não se envolviam com nada.

Havia e há segundo as narrativas dos estudantes muitos conflitos internos de militantes referentes à disputa por espaço de atuação e poder dentro da moradia estudantil. Na década de 80 o movimento estudantil sofre mais uma bifurcação em dois grupos de militância: os que apoiavam o Governo Tancredo Neves e José Sarney contra o Paulo Maluf e outro que queria distância de ambos. Esta histórica disputa deixou marcado os muros da cidade e da instituição. Como o caso da pichação “fora LSN- Lei de Segurança Nacional” na CEU I.

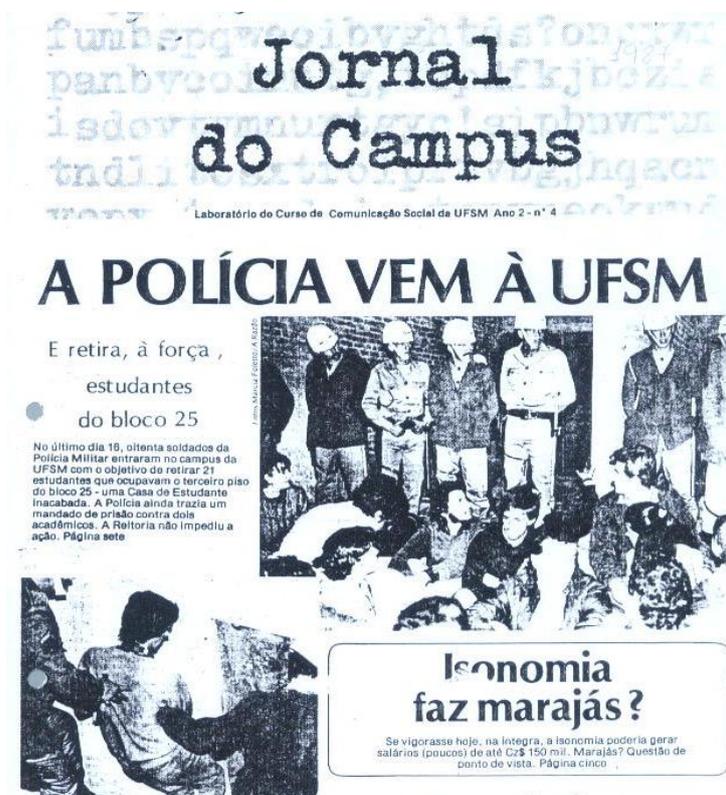
O discurso de legitimação da integração e forte identificação da Casa com o movimento estudantil é aclamado pela seguinte justificativa de um ex-militante e morador, “Se a universidade em si não promovia os debates políticos necessários da época, a Casa do Estudante o fazia, era o papel dela... e todos acabavam se reunindo lá”. Foi com estes e

demais discursos que a identidade tempo-espacial da CEU foi sendo forjada enquanto patrimônio perante as gerações de residentes. Sob a distinção entre as moradias Jorge pontou, “na minha época a Casa do Estudante do Centro, onde eu morava, tinha o maior número de militantes... hoje eu sei que isso virou... a Casa do Campus hoje tem a maior concentração de militantes do movimento e do DCE”. E continua...

O que se vê hoje também é um quadro novo, os alunos hoje deixaram de participar como antes, de movimentos estudantis eles estão mais preocupados com suas trajetórias acadêmicas... na minha época a rixa e a diferenciação estava em identificar quem era politizado e ativo nos movimentos de quem não era, sendo considerado um alienado... hoje eu acho que os estudantes, no caso, reagem e vão em busca dos desafios propostos e oriundos do seu tempo na sua história... então, não é que o meu tempo era o bom e agora não o seria... são tempos diferentes... cada momento é único e cada geração tem seus desafios... não dá para se ter uma visão romântica do assunto. (Jorge ex-morador, 2010).

Uma das grandes manifestações ocorridas e lembradas em seu discurso encontra-se a famosa invasão e ocupação do Bloco 25 - da CEU II, no campus, na década de 80. Tratava-se de um protesto contra a demora na conclusão das obras dos blocos de moradia, batendo de frente contra a Reitoria e a força policial estadual, chamada pelas autoridades institucionais para deterem as manifestações, como mostra a imagem a seguir.

Imagem 49 – Matéria publicada no jornal da instituição.



Fonte: Arquivo CEU II.

Outro episódio citado com unanimidade pelos (ex)moradores foi, como eles denominaram, “A Grande Greve dos Estudantes de 1989”, que obteve participação maciça dos moradores das CEU’s; lutavam por melhorias no transporte público municipal, esta paralização teve duração segundo seus protagonistas de um mês e contou com o apoio de outros movimentos sociais. Em que, além da greve foram realizadas inúmeras formas de manifestações, como, marchas, panfleteação, assembleias, etc. A polícia da região teria sido acionada para auxiliar na contenção dos manifestantes pelas ruas da cidade e na universidade. Mas com as intervenções violentas do poder local a massa estudantil ganhou mais força, “um conflito generalizado ocorreu” como exclamou uma das testemunhas deste episódio. Jorge lembra muito bem do ocorrido:

Eu presenciei e participei da greve geral, e dentro dela o episódio mais marcante, que foi a divulgação da mídia do confronto dos manifestantes com a polícia... especificamente, pelo ocorrido com a menina militante... ela foi ferida durante uma manifestação no centro da cidade por uma porrada de cassetete de um brigadiano, que abriu o supercílio dela... esse fato foi manchete do jornal impresso local com a foto da menina ensanguentada... foi emocionante! Um dia após a notícia, toda a universidade parou em consideração, inclusive, as pessoas que eram contra a greve, por causa da violência e proporção que tomou a violência do ato. (2010).

Resultados da greve: um significativo aumento da frota de ônibus que fazia o transporte público municipal, o início de um consórcio de transporte urbano. E ainda durante meio ano adotou-se uma medida que impedia qualquer estudante de percorrer de pé o percurso centro-universidade e vice-e-versa dentro do ônibus, “uma consciência e luta coletivas que elevou a qualidade do transporte... mas isso se perdeu ao longo do tempo”, finaliza Jorge.

A invasão da reitoria em 1991, pelos moradores, também é aclamada. Os estudantes permaneceram ocupando e incitando a reitoria em busca de uma assertiva referente ao aumento de vagas e a melhoria do programa de assistência, só houve a desocupando depois que o Reitor da época os recebeu, negociou e acertou as reivindicações com os estudantes.

Imagem 50 –Invasão dos moradores a reitoria na luta por moradia, 1991.



Fonte: Arquivo Geral UFSM.

A trajetória do movimento estudantil dentro da UFSM, não se onerou de seguir o exemplo e o percurso do movimento nacional, inclusive endossando esse quando necessário e requerido; os anos se passaram, mas o estilo de organização e disposição continuou o mesmo, o que modificou de forma significativa foi a sua representatividade. Ou seja, notou-se uma escassez de ações e no contingente de adeptos/militantes. Inclusive, dentro da própria Casa do Estudante, fazendo com que as constatações do ex-morador Jorge supracitadas, sejam corroboradas. O que é demonstrativo também recentemente como no ano de 2008, frente a um informativo online de notícias disposto no site oficial da instituição:

Em uma audiência pública ocorrida na tarde de hoje (11/11) que durou quase quatro horas, o reitor da UFSM, Clovis Lima, discutiu com estudantes e servidores assuntos relativos a moradia estudantil, Restaurante Universitário (RU) e bibliotecas da universidade. Embora a audiência fosse aberta a toda a comunidade universitária, pouco mais de 30 pessoas estiveram presentes, a maioria delas composta por estudantes ligados ao Diretório Central dos Estudantes (DCE).

A audiência foi marcada depois de um protesto realizado por manifestantes ligados ao DCE no dia 29 de outubro, durante o qual foi quebrada uma vidraça da porta de entrada do prédio da reitoria. Como naquele dia o reitor estava em viagem a Brasília, na ocasião os manifestantes entregaram ao vice-reitor uma lista de reivindicações, que pode ser conferida no site www.ufsm.br/dce. Essa lista serviu de base para a pauta que foi discutida na audiência de hoje. (trecho retirado do site: <http://sucuri.ufsm.br/eventos> acesso em: 15/12/2011).

Recentemente em 2011, presenciou-se mais uma ocupação da reitoria na universidade. Em protesto por melhores condições de assistência estudantil e educação e em apoio à greve dos servidores federais.

Somos estudantes da Universidade Federal de Santa Maria (RS) e estamos ocupando a Reitoria desde o meio dia de quinta-feira. Reivindicamos melhorias na educação pública, como a campanha dos 10% do PIB para a Educação Pública Já! E pautas específicas, como contratação de professores e melhorias estruturais e de assistência estudantil. (trechos retirados do site: <http://ocupacaodareitoriaufsm.wordpress.com>. Acesso em: 15/12/2011).

Foram 12 dias de ocupação na primeira quinzena do mês de setembro de 2011, extremamente noticiadas e que vieram na onda de um comando geral nacional de sucessivas ocupações universitárias pelo país. Ela foi divulgada em rede de emissoras midiáticas nacionais, regionais e locais, além de ser acompanhada e debatida pelo mundo através da internet e redes sociais. O movimento deixou a reitoria após intensas negociações e pela fulgente pressão pública e institucional, que acionou a justiça para tal feito. Todavia com as negociações foram expostas garantias para o cumprimento das reivindicações acordadas. E para selar o compromisso de ambas as partes do acordo foi montada uma comissão paritária de (estudantes, docentes e servidores) que faram o acompanhamento.

Detalhe importante da ocupação foi o caráter de sua articulação por dirigentes do DCE e de diretórios acadêmicos dos diversos cursos, enquanto que o comparecimento de residentes da CEU nesta façanha restringiu-se a coadjuvância de integrantes das coordenações e de mais uma meia dúzia de militantes.

Imagem 51 – Invasão dos moradores a reitoria, 2011.



Fonte: Arquivo Pessoal, setembro 2011.

E assim a história do movimento estudantil da UFSM foi se cristalizando e transportando com ela um sentimento de pertencimento e de atuação inerente a moradia estudantil. O heroísmo de suas façanhas passadas e/ou presentes sejam elas fatos, imaginários ou fábulas, tingem o curso e o cotidiano deste universo da CEU e dos sujeitos que dela tenham ou façam parte. O movimento estudantil nos moldes em que se apresenta na instituição está ligado a uma noção pensada e vivida numa referencia patrimonial liderada pela CEU. E isso evoca um saudosismo na busca pela reconstrução e manutenção de sua atuação e importância. O que acionaria concomitantemente, uma imagem e representação que se altera dependendo do período e do propósito de seu uso por referências positivas e/ou negativas. É o que se passará a discutir no capítulo subsequente.

CAPÍTULO V – IMPLICAÇÕES COTIDIANAS DE UMA MEMÓRIA E IMAGINÁRIO PATRIMONIAL DA CEU

As questões latentes e/ou manifestas no processo de moradia estudantil vêm revelando outra perspectiva nas relações travadas entre os alunos/moradores e os demais setores desta universidade e motivando mudanças organizacionais e estruturais, compondo momentos ricos para a percepção das tensões socioculturais. Principalmente, os ligados à legitimidade difundida e defendida, por esta população que perpassam pela articulação da história e da memória coletiva que são apropriadas e simbolizadas neste espaço patrimonial universitário.

A imersão de um jovem acadêmico nos novos horizontes de perspectivas, que são a vida universitária e a moradia estudantil, suscita um emaranhado de mudanças na vida, na moral, na conduta, nas escolhas e nas relações sociais deste indivíduo perante a sociedade e que são carregadas com o indivíduo mesmo após o término desta experiência. Desta forma, encadeia um processo contínuo de busca de múltiplas formas de identificação e reconhecimento.

As narrativas, documentos históricos, o ambiente, a estrutura física, o cotidiano e depoimentos que são os dados empíricos chaves desta pesquisa, montam e remontam uma memória e trajetória universitária particular que é totalmente caracterizada pela singularidade de serem estes estudantes não só identificados como universitários, mas como moradores de uma residência estudantil. Ou seja, isso cola a eles pertencimento a um universo específico, num tempo-espaço e num imaginário que acaricia o passado e o presente de representações ligadas a este grupo.

A história de cada (ex)morador é traçada e rememorada pelas simbolizações e vivências das quais ele foi protagonista e/ou participante. O espaço composto e destinado à moradia estudantil na UFSM nos permite recriar épocas diferenciadas das práticas culturais de seus ocupantes. Esta experiência traceja um reconhecimento mútuo. O cotidiano, a memória e a história deste patrimônio específico, dão a ele a qualidade de “habitável” e de construtor de simbolizações. Trata-se de um lugar único e singular que deve ser tratado e compreendido como tal. E dentro desse tempo-espaço responsável por enraizar em um território de pertencimento um espaço vivido e pensado que acolhe sua memória coletiva. Que um relacionar-se cotidianamente dentro de uma descontinuidade temporal é possível,

pois pela sua dinâmica e transitoriedade, ela propicia, fazer durar e/ou modificar os códigos e sentidos de existência e simbolização de uma experiência de moradia estudantil.

Ao longo deste capítulo argumenta-se que estes fatores convivem e ocorrem no palco de uma mesma territorialidade compartilhada, que é delimitada patrimonialmente, mas que muitas vezes pode ser ultrapassada, tanto pelo tempo como pelo espaço da moradia, coexistindo, concomitantemente, junto ao sujeito e suas múltiplas identidades e relações, que inscritas neste contexto podem ser assumidas, conforme a necessidade dos papéis e representações sociais a serem desempenhados pelos personagens e pela memória a ser acionada ou esquecida, inventada e até mesmo (re)apropriada por eles. Portanto, através de toda esta análise, procura-se compreender alguns “mal entendidos” e, ainda, trazer a tona, faces escondidas para seu melhor entendimento, desmanchando pré-conceitos e julgamentos levianos sobre esta coletividade.

5.1. Moradia estudantil: produção de vínculos com o patrimônio a partir da produção de vínculos com a moradia

Ao valorizar essa etapa do processo de investigação, principalmente na análise da diversidade cultural e do universo simbólico destes atores imersos nesta conjuntura de um tempo-espaço pensado e vivido dentro desta experiência universitária passada ou presente. Parte-se na direção de tentar compreender a importância patrimonial deste espaço para a localidade ao qual está inserido, bem como seu papel dentro da própria instituição universitária, como seu poder de simbolização e representação para cada agente que dela faça ou tenha feito parte. Pensando sempre a questão do patrimônio enquanto relação do homem com o espaço e destes com a memória para pensarem e viverem o cotidiano.

E, com isso, a compreensão dos tipos de relações estabelecidas com o patrimônio tendo por base o reconhecimento de seu valor histórico e estético, com um padrão arquitetônico modernista e funcional, atendendo a um anseio nacional de crescimento, ordem e aceleração a todo custo. E imerso num tempo-espaço que foi e é pensado-vivido como membro ativo constituinte da memória e das referências identitárias de uma

comunidade que apesar de fisicamente transitória em suas dependências, abastece este ambiente de referências e valores permanentes. Isto é, o modelo de arquitetura e de disposição do patrimônio da CEU, esta diretamente relacionada aos processos de socialização destes estudantes (ZARANKIN, 2001).

O reconhecimento tácito ou manifesto de pertencimento a este universo é subjetivado na sua intimidade e no processo de socialização deste ator junto aos demais moradores e nas relações travadas na exterioridade desta territorialidade. E pode-se considera-la presente, por exemplo, quando um ex-morador é interpelado por esta pesquisadora sobre a sua experiência e este, de forma fugidia, troca de assunto e afirmativamente declara que não gostaria de lembrar desta passagem da vida. Ou quando um atual morador esbraveja aos quatro ventos e cria comunidades virtuais em redes sociais, identificando-se como pró-moradia estudantil e na defesa de “valores históricos” que devem reger e congregam este universo.

A simbolização cultural deste patrimônio, enquanto coletivo, perante seus (ex)ocupantes e não ocupantes aciona o discurso e uma narrativa com referências a um lugar constituído por uma memória tempo-espacial. Tanto salvaguardando um imaginário mítico e heroico historicamente travado e constituído por seus ocupantes dentro dos movimentos estudantis, o que já cola aos seus atuais residentes estes predicados. Como em contrapartida, quando há uma representativa identificação dos (ex)residentes, ligadas as estigmatizações depreciativas intrinsecamente relacionadas a desvios de comportamentos e caracteres.

Isto quer dizer que ao marcar temporalmente e espacialmente suas condições de moradores, de traçarem um cotidiano, uma postura e condição distintiva dos demais universitários, de repousarem em cima de memórias histórico-patrimoniais legítimas em suas funções e simbolizações particularizadas. Carregam marcas consigo em suas vidas e trajetórias. E conseqüentemente, uma identidade é aderida a eles, uma noção de pertença que guia sua postura e imaginário frente à comunidade da região e da instituição.

E uma destas identificações assume desde tempos longínquos conotações negativas, corroborando com uma das hipóteses trazidas por este trabalho – Estes atores de uma maneira ou de outra sofrem uma estigmatização por serem quem são e por estarem a onde estão, o que culminaria numa forma de tratamento e de comportamento diferenciada, tanto sofrida por eles quanto esperada deles. Longe de ser vista com bons olhos, a moradia estudantil foi e é alvo de preconceitos, aonde o morador é visto com desconfiança.

Principalmente quando se presencia um som de “... Humnnn..., morador da Casa”, pronunciado espontaneamente por muitos indivíduos. Como é reproduzida na fala de um cidadão santa-mariense, transcrita abaixo:

Um destes loucos revolucionários comunistas, que na verdade não querem nada com nada, só querem se chapar e beber e as meninas pior ainda, são umas putinhas, aquele cortiço, funciona mais como um prostíbulo. E esta gente acha que vive mal, a... tá, não pagam nada, estão sempre ‘mamando’ no governo, dependendo dele e sempre reclamando. (transcrição da fala de munícipe local, 2007).

Isto ambiciona dizer que, segundo Pierre Bourdieu:

Às diferentes posições no espaço social correspondem estilos de vida, sistemas de desvios diferenciais que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência. As práticas e as propriedades constituem uma expressão sistemática *destas condições* (...) (BOURDIEU, 1983, p. 82- *grifo meu*).

Ou seja, no mapeamento do “campo social”, onde se relacionam e que dele fazem parte, compreende-se que estes atores sociais estão inseridos espacialmente, com a posse de grandezas de certos capitais e de um “*habitus*” particularizado. Que juntos, condicionam o seu posicionamento espacial e existencial, com isso, identificar-se-iam com uma classe social pela posse deste capital simbólico e bagagem histórica patrimonial acionada nesta experiência.

E para este ator social tentar ocupar um espaço, é necessário que ele conheça as regras do jogo dentro do campo social e que esteja disposto a jogar (BOURDIEU, 2007). Estas noções e posições de classe de Bourdieu iluminam, de maneira muito mais precisa o perfil, as condições socioeconômicas e as bagagens culturais particulares desta coletividade de moradores ao aportarem na universidade. Vindos quase que em sua totalidade de cidades interioranas, e/ou fugindo de situações inóspitas aos seus olhos, para adentrarem no que acreditam ser um crescimento para as suas vidas. Para tanto caracteriza as condições ofertadas e garantidas pelo programa de assistência estudantil da UFSM e aponta as categorias que levaram este perfil de população a agregar o sistema de moradia estudantil.

O sentimento de desamparo que os personagens experimentam em seu processo de mudança na condição de moradia é provocado, num primeiro momento, pelas rupturas afetivas, sociais e culturais que os envolvem, mesmo que eles façam questão dessas rupturas, partindo para o que lhes parece ser promissor e desafiador, na busca pelo “novo”. Assim, a acolhida propiciada, tanto da instituição e de sua prestação de serviços assistenciais, como a dos já residentes da CEU, torna-se um elemento importante na

construção dos estilos de adaptações que serão vividas por estes (ex)moradores. A fala de uma moradora retrata muito bem o impacto da passagem por esta experiência. Narrando sua primeira data comemorativa longe da casa dos pais, no interior do RS, passando, em meio à coletividade dos alojamentos da União, junto com outros estudantes, ela contou:

Era páscoa, nós tínhamos acabado de chegar à universidade e não tínhamos dinheiro para ir para casa, então resolvemos permanecer todos juntos e juntamos os “trocós”, para fazermos uma janta. Ficamos a noite toda juntos, conversamos, nos conhecemos, choramos, relembramos nossas vidas e nossos sonhos. Estávamos com medo, mas foi muito boa aquela noite, para todos. Apesar de termos nos sentido um pouco excluídos e deslocados... sabe como é, né.

O espaço universitário em questão compreende um amplo campo em que ao ambiente e ao morador são atribuídos divergentes significados. Este espaço inegavelmente é um produto social repleto de intencionalidades e representações, integrando ou contrapondo ordens distintas de sua produção e subjetivação (GAMALHO, 2009). O espaço da Casa então,

(...) é amplamente fracionado, fracionando também as pessoas, que constroem suas identificações a partir do pertencimento à determinada área. Por esta lógica, o morador, ao mesmo tempo em que o representa é representado por ele. Todavia os conhecimentos acerca dos lugares são elaborados e hierarquizados, classificando os espaços como nobres ou marginalizados, constituindo representações alicerçadas nas distinções socioespaciais. (Gamalho, 2009, p.10).

E a autora continua, “o espaço não confina, mas limita a circulação delineando as relações de uso ou de pertencimento. Há todo um universo simbólico que atua na familiarização dos espaços, tornando-os estranhos para os sujeitos que não compartilham de seus códigos.” (2009, p. 17).

A coletividade e diversidade da Casa propiciou o meu maior aprendizado dentro da universidade; as discussões, debates, as incursões em áreas e temáticas diversas pela interação com os outros, a interdisciplinaridade (...) a Casa me forjou como estudante e militante, construiu pra mim um compromisso... e era assim com quase todo mundo(...) por incrível que pareça sou militante e dirigente do mesmo partido político ao qual me filiei para as lutas estudantis enquanto era morador(...) (fala de Ex-morador da década de 80 e 90).

A CEU se reafirma enquanto espaço no desenrolar do processo histórico e dos usos que vão se fazendo dele, do que é acionado, do que é reinventado ou esquecido e a memória coletiva neste sentido torna-se ferramenta indispensável. Vê-se o patrimônio da moradia estudantil em correlação com as estruturas espaciais da arquitetura e do urbano somadas ao conteúdo do que é socialmente e culturalmente criado dentro de um sistema educacional.

É a partir de sua produção social que o espaço agrega sentido, simbologia e pertencimento. Neste argumento não há espaço que não contenha intencionalidade, jogos de poder e criação, e nesta acepção, tornam-se produtos e reflexos, ao mesmo tempo em que produzem vínculos simbólicos de identificação com a comunidade em questão.

É o trato com a cultura do material patrimonial no cotidiano de cada estudante, na preservação dos símbolos de significação histórica que proporcionam uma identificação presente e coletiva como uma das tantas formas de significar e de viver esta experiência coletiva. Como exemplar, a realização de uma exposição no hall de entrada da CEU I exaltando os fatos e acontecimentos coletivos de ex-residentes e da comemoração dos seus 48 anos história, por meio de fotos, poesia e relatos de história oral, realizadas em 2010. E voltado à comunidade e atuais residentes da Casa.

Imagem 51 – Pôster da exposição realizada na CEU I, 2010.

Exposição 48 anos da CEU I

48 Anos

A história de uma das figuras mais conhecidas de Santa Maria contada por aqueles que construíram ali o seu futuro.

Programação:

Quinta-feira 21/10:
14h: Espaço científico - apresentação de trabalhos
18h: Abertura Oficial
19h: Coquetel

Sexta-feira 22/10:
9h: Exposição de fotos e documentos históricos
14h: Labinfo 10 anos - Apresentações artísticas
19h30min: Vídeos, fotos, documentários

Sábado 23/10:
9h: Exposição de fotos e documentos históricos
14h: Histórias que a casa conta
15h: 2ª Mateada da CEU I
19h: Mesa para a CEU I no RU- Cardápio diferenciado
23h: 3ª Oktoberfest e festa dos 48 anos da CEU I

PARTICIPE!

Promoção: Coordenação CEU I
Gestão Ágita CEU I

Fonte: site da CEU I – <http://www.ufsm.br/ceu1/eventos>.

Além é claro das imagens trazidas no capítulo III desta dissertação, que demonstram e dialogam com a apropriação da cultura material e patrimonial na caracterização dos espaços, antes públicos e impessoais, em espaços privados e carregados de signos de identificação e representação onde repousam as sociabilidades e as memórias individuais e coletivas.

5.2. O lugar da memória coletiva na construção de sociabilidades e no processo de identificações

Tenta-se explorar aqui, a possibilidade de “sociabilidade”, como prática de confraternização e reconhecimento, simultaneamente realçando diferenças e realizando separações, principalmente quando está em questão a afirmação de certas memórias e identidades. Ademais, esse processo está sempre inserido em relações de poder, de forma que se disputa com o outro “status”, prestígio, posições de superioridade ou inferioridade. Conseqüentemente, as práticas de sociabilidade que acentuam uma memória e/ou uma identidade específica trarão, de maneira mais ou menos explícita, esses caracteres, positivo e negativo – fazendo alusões àqueles que são incluídos e/ou excluídos –, bem como elementos das negociações de existência e legitimidade em pauta. Como se vê na fala do ex-morador Jorge da CEU I de 1985, sobre como a grosso modo formavam-se grupos dentro da moradia:

Muitas vezes, era engraçado, nós o grupo da militância estudantil marcávamos uma assembleia ou reunião na sala de estudo/tv 69 do prédio e quando chegávamos lá nos deparávamos com o pessoal que gostava de assistir novela, era um ritual, daí tínhamos que esperar do lado de fora a novela terminar e o pessoal sair, esses estudantes eram aqueles que não se envolviam no movimento nem em política... aí eles retornavam aos seus quartos e nós iniciávamos nossa reunião(...) ah... eu não gostava de novela... mas nós fomos os conterrâneos do grupo de moradores que fundou o “unidos da tv pirata!”, todas as terças a noite estávamos lá... risos. (jorge - entrevista de ex-morador, 2011).

Trata-se da questão do “código de alianças”, de sua existência e de sua importância relativa em diferentes culturas (VELHO, 2002, p. 23). Em discordância com o processo de união e solidariedade interna podemos observar, através da delimitação de fronteiras, a

exclusão dos “diferentes” e “externos” ao Grupo da CEU, ou subgrupos (grupos distintos de moradores por “afinidades” dentro das CEU’s).

Nas três Casas, como já foi discutido anteriormente, verificou-se a formação de códigos de alianças baseados em vários aspectos. O primeiro a ser mencionado seria o da formação de grupos por afinidades e “identificações de origem”, grupos que se cultivam através do sentimento de pertencimento, do acionamento de uma memória individual e/ou grupal, que vai de encontro a sua “cultura natal” como diziam. Seus integrantes distintamente são indivíduos que encontraram identificação em diversas esferas sociais como por proximidades geográficas, por pertencerem à mesma etnia, por terem gostos ou fazerem escolhas semelhantes e/ou ainda por já possuírem vínculos prévios de amizades; assim recordam e compartilham símbolos que lhes confortam e os identificam.

Outros códigos de alianças também foram formados por meio dos mais variados tipos de (sub)grupos de pertencimento e reconhecimento, como por distinção e opção sexual, (no caso os homossexuais e os bissexuais, que se uniram entre si), por estilos musicais, por tipos de comportamento e/ou estilos (como os ‘punks’, os ‘maconheiros’, as ‘patricinhas’, os ‘mauricinhos’, etc.), por pertencimento a um determinado curso ou área (como os ‘agro-boys’), ou ainda pela postura mantida perante a Casa (como no caso dos, ‘casados’, dos ‘caretas’ e da ‘turma dos loucos - figuras da Casa’). Observou-se, principalmente, aos finais de semana, os (sub)grupos e/ou indivíduos interagindo em suas relações cotidianas. Reúnem-se para a descontração, jogam bola, escutam música, conversam, almoçam juntos, agrupando-se para saírem para festas (boate do DCE, toda sexta-feira), etc.

A própria reunião no RU para a realização das refeições, constitui-se em um ambiente de sociabilidade onde foram assinalados espaços, grupos e relações sociais, e onde foram compartilhados signos de reconhecimento e de diferenciação. Viu-se um linguajar de conotação lúdica muito divertida, no trato e na denominação desse ambiente, por parte dos estudantes e isso é perpassado de “geração a geração de moradores” pelas narrativas recordadas. Como atribuir ao RU (Restaurante Universitário) o codinome de “RUIM”. E aos alimentos ofertados, também diversos apelidos, como: “carne rambo - duro, forte e com nervos de aço”, para os bifês de fibras duras, “galinha explodida”, para o pretenso fricassê de frango, “carne monstro”, para molho de carne moída, entre outros apelidos irreverentes. Que são utilizados cotidianamente em suas relações, inclusive para amenizar e ludibriar a suas insatisfações.

Os moradores organizam também eventos na tentativa de integração, como os Talentos da Casa²⁷, as boates da União, torneios das mais diversas modalidades de jogos, fanzines, editoriais, festas temáticas – junina, carnaval, comemoram datas alusivas a fatos e ocorrências históricas da CEU, entre outros. Estas redes de interação e de sociabilidades possibilitaram um campo de manobra muito maior e mais rico para alguns destes atores e para outros ela representou um processo de isolamento e de exclusão dentro da Casa. Isto se dá devido à existência de construções prévias estigmatizadas e estereotipadas presentes no ideário destes atores mediante a um determinado grupo em questão. Os laços fixados nestes grupos em muitos casos, foram compostos por escolhas próprias e individuais, como afirma Gilberto Velho:

Os projetos individuais se viabilizam através das formas de reciprocidade regidas por normas talvez mais ambíguas, mas com variado leque de alternativas. Existindo amizades duradouras, mas o mais importante é que se podem fazer e desfazer” (...) A aproximação por afinidades ou amizade consisti em um tipo de sociabilidade específica, caracterizada pela grande ênfase da liberdade de escolha individual (2002. p. 35).

Quanto mais exposto estiver este ator a experiências diversificadas, quanto mais tiver de dar conta de suas visões de mundo contrastantes, quanto menos fechada for sua rede de relação ao nível do seu cotidiano, mais marcada será a sua auto-percepção de individualidade (Velho. 1979. p. 22). A fragmentação de papéis e a heterogeneidade das experiências vividas e pensadas criaram uma situação particular em termos existenciais. Houve sujeitos que, mesmo nesse ambiente diversificado, moveram-se em círculos bastante fechados e em redes de relações restritas. Como é o caso dos “agro-boys”. Mas cabe acrescentar que:

Para estes grupos, a coerência, como um valor, é essencial para a constituição e a continuidade das suas identidades sociais, criando um verdadeiro círculo vicioso entre fragmentação da experiência cotidiana e a permanente procura de consistência em termos existenciais mais amplos (Velho. 1981 apud Velho. 2002. p. 47).

Mas, ressalta-se que, apesar de ter sido uma opção de escolha pela liberdade de atuação dentro do mundo social, muitas vezes ocorreu o inverso, uma imposição, devido ao caráter estigmatizante do imaginário social, ou da não identificação com os demais grupos e/ou indivíduos e/ou memórias. Sabendo desta possibilidade complementa-se:

²⁷ Evento em que cada um dos moradores escritos, apresenta uma atividade artística desenvolvida por ele. Podem ser quaisquer tipos de atividades.

De qualquer forma o processo de individualização não se dá fora de normas e padrões por mais que a liberdade individual possa ser valorizada. Quando vai de encontro ou ultrapassa as fronteiras simbólicas de determinado universo cultural ter-se-á então, provavelmente, uma situação de desvio com acusações e em certos casos, estigmatização. Ou seja, há regras para a individualização (Velho, 1989, p. 14).

Como foi o caso dos tipos de estilos e comportamentos assumidos por parte de alguns moradores. Um dos exemplos encontrados foi a dos “homo e/ou bissexuais”. Cito a fala de Marta ex-moradora, que se pronunciou “bissexual por gosto e opção”. Ela relatou muito injuriada, a sua situação delicada dentro da Casa. Sentiu-se extremamente estigmatizada pelos outros moradores e até por colegas do próprio curso de graduação. Na Casa, ela residiu muito tempo sozinha. Os motivos, segundo o discurso dela, seriam: “poucos teriam a coragem de dividir a moradia comigo. As gurias sentiam-se acuadas, pensavam que ia dar em cima delas, que iria desrespeitá-las. Até para puxar papo com elas foi um problema! (...) já os guris me achavam louca demais, eles não entendiam o meu jeito (...) às vezes me sentia uma leprosa”.

Perante o gênero feminino em geral pesavam diversos estigmas e preconceitos, como retrata a crônica de Froelich:

Naqueles antigos, o prédio era privilégio dos homens. A entrada de mulheres era cercada de línguas que sopravam putas. Depois de muitos movimentos, gritos, protestos é que toques femininos tiveram direito de penetrar estas paredes. Não sem o preconceito da sociedade, instigado pelo próprio reitor que enviara cartas as famílias das moças, denunciando o ambiente prejudicial do prédio (...) aqui as pessoas chegam e vão embora, flutuando sopros de sonhos. (1995, p. 102,103).

Entre os (ex)moradores estudados, a preocupação com o pertencimento é central e tem como desdobramento o delineamento de grupos distintos, com base em estilos de vida e visões de mundo particulares dentro de uma mesma “classe social”, Pierre Bourdieu (1983). O que vale destacar aqui é que, nessa dinâmica de diferenciações, encontramos um discurso que essencializa diferenças – colocando-as mesmo no plano do “estigma” (GOFFMAN, 1982) – cuja origem é social e cultural, seja em virtude da diversidade de estilos de vida dentro de um mesmo segmento social, seja pela diferença na sua origem regional, etc. Os moradores historicamente são apontados como “malandros, maconheiros, transviados”, mas o que se observa e se depara nas narrativas e no cotidiano de seus membros corre longe desta enfadonha classificação, veja o depoimento abaixo:

Eu era o que se chamava na época de “CDF”, estudava muito, participava da militância estudantil e namorava... essa era a minha rotina! No meu caso, eu nunca fumei ou usei drogas, alguns tragos sim! Risos... agora... eu presenciei no início da década de 90 uma batida da polícia federal na Casa.. feita por meio de denúncia... e na verdade eles encontraram drogas em um apartamento e

recolheram dois ou três moradores... não lembro ao certo... saiu no jornal da cidade ARazão e tal... mas este fato isolado imputou a todos na época a imagem de drogados, transviados. (jorge - entrevista de ex-morador, 2011).

E Jorge continua...

Eu via o conjunto do andamento da Casa na minha época... acho que era um misto de tentativa de busca pela libertação, herança dos movimentos dos anos 60 e 70, de sexualidade, drogas... que coexistia paralelamente ao preconceito e a recusa de participação desta emancipação toda, pois para alguns moradores essa situação era intolerável(...) (2011).

O que torna esse caso interessante é a possibilidade de explicitar, através dele, um duplo aspecto da sociabilidade. Ao mesmo tempo em que implica a associação prazerosa entre um grupo específico de pessoas, destacando certos valores seus, delimita por contraste e exclui outros grupos distintos. Ao promover a ênfase de algumas identidades “particulares” e dentro delas por coexistirem memórias específicas, outras ficam necessariamente de fora. Os (ex)estudantes que se identificaram como “(Ex)Moradores da Casa” o fazem com referência e diferenciando-se a outros externos que não o são. Baseados em construções simbólicas próprias e negociadas que remontaram questões de pertencimento e escolha.

O olhar de Bhabha, para formular o conhecimento da cidade enfoca o presente como momento de síntese e ponto de partida para a criação do novo, para conhecer as mutações, os deslocamentos, as migrações que ocorrem sobre os sítios urbanos, inclusive a produção e configuração de novas identidades.

(...) Neste *fin de siècle*, encontramos-nos no momento de trânsito em que o espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão; (...) podemos confundir nossas definições de tradição e modernidade, realinhar as fronteiras habituais entre o público e o privado, o alto e o baixo, assim como desafiar as expectativas normativas de desenvolvimento e progresso. (...) Nesse deslocamento, as fronteiras entre Casa e mundo se confundem e, estranhamente, o privado e o público tornam-se parte um do outro, forçando sobre nós uma visão que é tão dividida quanto desnordeadora (BHABHA, 1998, p. 19-30).

Abordou-se aqui, um olhar sobre a identidade de coletividade, lapidada dentro de um sistema de moradia estudantil e imersa dentro de uma trajetória de “cidade universitária” e seus desdobramentos. Que levou em consideração o presente pela lente das memórias do social, na perspectiva de uma prática de conhecimento de um tempo-espaço da cultura local e do patrimônio estudantil enquanto reflexo de uma organização social, sendo possível rever a imagem da Casa. Tomou-se, então, emprestadas as considerações sobre identidade de Michel Agier:

(...) no campo, hoje em dia, o etnólogo encontra-se muito mais frequentemente diante de culturas identitárias em fabricação do que perante identidades culturais totalmente prontas, as quais ele teria apenas que descrever e inventariar. A cultura declarativa torna-se o argumento da declaração de identidade que é a forma de existência social da identidade. Com o fim das “grandes narrativas” nosso mundo encontra-se em uma fase de criatividade intensa feita de múltiplas buscas identitárias e, simultaneamente, de novas culturas declarativas de identidade (...) (2001, p. 19-23).

Os personagens protagonistas desta pesquisa confrontam-se com uma multiplicidade de identidades possíveis e mutáveis, com as quais eles podem, pelo menos de forma provisória, se identificar. Mas detém-se nesta ocasião, ao recorte de identidade institucional, donde sobressaiu uma construção histórica que se deu a partir da relação dialética que ocorreu em um determinado espaço histórico-geográfico entre indivíduos e /ou grupos que definiram um conjunto de ideias, valores, memórias, normas e leis que caracterizaram um determinado tipo de convívio social num tempo-espaço. Estes moradores foram rotulados simplesmente por residirem e/ou transitarem neste ambiente específico, sem precisar inclusive, identificá-los ou nomeá-los individualmente.

A Casa do Estudante é vista de uma maneira geral como sendo um lugar turbulento, no qual residem pessoas com poucos recursos financeiros, sendo encontrados ali, em consequência, indivíduos e (sub)grupos “desviantes”. Apenas pelo fato de morarem nesses prédios já constitui um símbolo de estigma, e se torna importante verificar como os moradores em questão vivem esta situação de “estigmatizados” (VELHO, 1989, p. 119).

A existência de uma Lenda urbana que persiste na história e fama da CEU I denota bem este teor:

Dizem que anos antes a minha entrada aqui, final da década de 70 início de 80, um morador subiu no terraço do prédio com uma pedra de 8kg e atirou em direção ao tradicional cursinho pré-vestibular que funciona ao lado, grudado no prédio... a pedra furou o telhado, a pré-laje e dizem que caiu numa sala de aula aos pés de um aluno... bom... devidas as proporções do fato... dizem... eu nunca vi... que a tal pedra ficou exposta muitos anos na entrada de uma sala da Antiga Reitoria no centro da cidade... como prova e demonstração do vandalismo e mal comportamento dos moradores (Jorge ex-morador, 2011).

É todo um discurso fabricado que dá conteúdo a este viés de memória estigmatizante que interpelou cada indivíduo que participa deste contexto habitacional. E esta memória vai se difundindo ao mesmo tempo em que vai criando raízes em “supostos” pressupostos que dariam veracidade a sua existência e ressonância na sociedade e entre estes (ex)moradores.

Os moradores contaram algumas “peripécias” e as “incríveis histórias vividas por determinadas figuras”, dentro da Casa, como a do ex-morador, “Bd” da CEU II. Conforme

relatos, este estudante de agronomia mantinha um cavalo, mais especificamente uma égua, em seu apartamento habitando conjuntamente com ele. Dizem que ele sofria de sérios problemas psiquiátricos e tomava remédios fortíssimos para os “nervos”. E por misturar estes, com álcool, muitas vezes, ele “surtava” e ameaçava quem passasse por seu caminho. Observando que ele sempre andava duplamente armado, isto é, com um revólver e uma adaga imensa, atravessada na cintura, inclusive dentro das dependências do seu curso, junto aos seus colegas e professores. Era conhecido por sempre “arrumar uma briga”, com outros estudantes. E impunha um “toque de recolher” na Casa, quando os moradores viam que ele estava meio “louco”, escondiam-se em seus apartamentos, evitando saírem para não entrarem em conflito. Tempos depois, segundo estes relatos, ele foi convidado pela PRAE a se retirar da Casa, sendo recolhido por seus familiares. Este caso é visto quase como um ‘mito’, sendo sempre lembrado para “esclarecer as coisas”, quando os moradores faziam à distinção dos problemas, com a imagem refletida da CEU II.

É o que ocorreu com muitos exemplos de tipificações já citados, como da existência de “figuras da Casa” e das “histórias da Casa”. As “figuras da casa”, já descritas anteriormente, passaram por esta mesma situação em que a escolha e a demonstração pública de pertencimento a um determinado comportamento considerado “desviante”, fizeram com que estes moradores, ficassem seriamente estigmatizados e com isso, praticamente afastados de uma possível aproximação mais “íntima”, com o resto dos atores e (sub)grupos em contexto. E suas ‘histórias e feitos’ ultrapassam o tempo, arranjam-se no imaginário coletivo e são perpetuados pela memória coletiva dos indivíduos.

E estas ‘figuras’ são até certo ponto, toleradas e mitificadas, mas não inclusas nos vínculos sociais das interações do grupo tanto no passado como no presente. É o caso do João²⁸, do qual se manteve uma aproximação muito intensa. A popularidade dele não era positiva, no auge de seus 34 anos, era visto como “um exemplo a não ser seguido”. Todos o conheciam, adepto a um estilo de vida muito simples. Contudo, muito acessível à aproximação, tivemos muitos momentos filosóficos de discussão. Ele descreveu toda a sua trajetória de vida, andarilho, passou muitos anos de sua vida trocando de estado, de país e de empregos. Alcoólatra assumido, ele cheirava a cachaça, mas na presença da pesquisadora, fez questão de não tocar no assunto e de disfarçar a situação. Foi um ótimo companheiro dentro desta pesquisa.

²⁸ Este caso foi observado e vivenciado na primeira incursão em campo no ano de 2006. Mas a sua passagem pela CEU II, assim como, as suas proezas ainda repercutem entre os quatro cantos da moradia nos dias hoje, sob variadas versões entre os moradores e ex-moradores da época.

João havia sido apartado do convívio direto com os demais, por encontrar-se sempre bêbado, sujo e por realizar “proezas” na Casa. Em uma noite em que, estava junto aos moradores, ele apareceu e transitou pelado por entre os prédios e por entre todos os estudantes. Por apresentar estes, e outros “tipos de comportamentos”, ele é tido como um “mau exemplo”, sendo visto e tratado, com certo cuidado. Ele possuía uma “companheira de todas as horas” como ele mesmo chamava era uma cachorrinha de rua adotada a qual ele apelidou de baleia... “tu lembra a personagem do livro Vidas Secas? É igual não é... risos... por isso, chamei ela assim” (fala de João, 2006).

O uso de recursos que remetem a categorias que tipificam e generalizam como “as figuras”, “o sujo”, “o drogado”, e “o pombalino²⁹”, definem uma alteridade inferiorizada, marcada por traços homogêneos gerais que excluiriam a possibilidade de individualidade a estes atores. Retomando Gilberto Velho (1989), para elucidar estas colocações, acredita-se então, que a noção básica aqui defendida, é a de que não existam comportamentos “desviantes” em si mesmos, mas sim uma relação entre atores (individuais e/ou grupos) que acusam outros atores de estarem conscientemente ou inconscientemente quebrando, com seu comportamento, limites e valores de determinada situação sociocultural. E o autor vai além:

O ‘desviante’, dentro da minha perspectiva, é um indivíduo que não está fora da sua cultura mas que faz uma ‘leitura’ divergente. Ele poderá estar sozinho ou fazer parte de uma minoria organizada. Ele não será sempre desviante. Existem áreas de comportamento em que agirá como qualquer cidadão ‘normal’. Mas em outras áreas divergirá, com seu comportamento de valores dominantes. Estes podem ser vistos como aceitos pela maioria das pessoas ou como implementados e mantidos por grupos particulares (...) (GILBERTO VELHO, 1989, p. 27).

Diante do cotidiano da Casa e da interpelação a ex-residentes, vivenciado em campo, verificou-se que, tanto alguns (ex)moradores quanto a comunidade da localidade, atribuem o estigma relacionado, a característica do tipo moradia e aos seus ocupantes. No entanto, mediante a presença em campo, pouquíssimos casos narrados ou registrados tinham algo a ver com pessoas rotuladas “desviantes”. Predominando quase que constantemente, incidentes entre vizinhos, namorados, reclamações de barulho, de sujeira e bagunça feita e de brigas entre colegas de quarto. Como desabafa um morador sobre sua briga e mudança de quarto, que dividia com outra colega:

A nossa convivência nunca foi das melhores... mas agora tava piorando... aquela bruxa perdeu o resto do respeito necessário... chegava de madrugada, acendendo as luzes nos meus olhos, derrubava as coisas de “tchuca de trago”, abrindo a

²⁹ Pombalino é o apelido atribuído a quem mora no ‘pombal’, ou seja, para quem mora na Casa.

geladeira, batendo taco dentro de casa... não deu mais para aturar... (morador CEU campus, 2010).

E mais marcante ainda, foi verificar que, pessoas de fora do contexto da CEU, tanto membros da comunidade acadêmica, como munícipes generalizam esta situação. Então “desviantes” passavam a ser a totalidade do espaço passado ou presente. Jorge relatou o expando de um professor dele ao adentrar e descobrir onde ele residia;

Eu era um ótimo aluno... nisso me envolvi num projeto de pesquisa do meu curso de história junto a um renomado professor do departamento... ele um dia ficou de me entregar uns materiais e livros para o projeto e pediu meu endereço para poder ir lá... quando chegou a CEU I, na minha porta a primeira coisa que ele proferiu foi, espantado... Eu não acredito que você mora aqui?!! Nossa aquilo foi horrível (fala de Jorge, 2011).

Onde um acontecimento em particular e isolado, como outro caso de morador - estudante de Engenharia Civil, que foi detido no início de 2011 pela Polícia Federal por provocar situações embaraçosas e antissociais, assustando com atitudes violentas seus colegas do Centro de Tecnologia e da Casa; e principalmente, por fazer uso da rede de relacionamentos Orkut, para fazer apologia à violência contra mulheres, idosos e homossexuais - projeta-se a toda a coletividade quando publicisadas.

Entretanto, os atuais moradores gostavam de ser enfáticos ao afirmar que “agora a situação tinha melhorado”, referindo-se a um passado que teria sido muito pior, “quando a zona seria constante” e os desviantes eram quase que sua totalidade. E que a “fama ruim da Casa”, devia-se principalmente a esse período. “E que agora se tratavam de casos ‘isolados’, tanto com certos grupos como, de certos indivíduos, tidos como as ditas figuras da Casa”.

Relevante tornou-se, o modo como estes atores encontraram para enfrentar esta realidade, que funda em elencar “bodes expiratórios”, que possam ser apontados pelos problemas da moradia estudantil (VELHO, 1989, p. 123). Tanto no presente quanto na construção e/ou evocação de uma “memória politizada” de um passado longínquo que deve ser esquecido e/ou reinventado e tido como emblema. Como as lutas e feitos dos movimentos estudantis. Todavia estes (ex)estudantes “jogam” com esta identificação, suprimindo-a ou acionando-a quando os próprios recorriam a estas estratégias para a obtenção de algum benefício e/ou esquecimento.

O preconceito existente para com estes grupos está implícito nas atitudes e na criação de fronteiras para a interação. Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas

pode ser ganha ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade para uma política da diferença (HALL, 1998).

As interações dentro desse espaço propiciam invenções de novos modos de serem e de sentirem-se pertencentes. Então, a identidade e junto dela a memória passam a ser algumas das formas encontradas de “representar o seu pertencimento”, por parte desses (ex)moradores. Emitiram-se, logo, os desejos de identificarem-se fortemente com a cultura que se deixou, da idealização deste campo simbólico, por meio da memória, que os fazem sentirem-se ‘alguém’ e sentirem-se ‘pertencendo’ a algo (WULFHORST, 2005).

Foi o acionamento da memória coletiva (HALSBWACHS, 2009) em diferentes esferas e aspectos que propiciou a eles uma maior habilidade em lidar com o processo de migração e de ressocialização neste ambiente. Houve então um fluxo muito grande no acionamento de memórias históricas, oficiais, marginalizadas, institucionais, familiares, regionais e individuais. Um embate constante transcorre neste processo, onde cada um compôs através da interação com o “outro”, seus significados e suas representações sociais.

E sua união e afirmação foram marcadas, pelo reconhecimento da proximidade de um “igual”, em meio a tanta diversidade. Onde estes “iguais” se reuniram para relembrar histórias, acontecimentos e cultivar tradições no avivamento destas memórias. E, portanto os mantendo “vivos” enquanto sujeitos culturais. Como no caso da organização do almoço de domingo “sem RU”, onde se viu grupos dispostos em seus quartos/apartamentos, confraternizando a elaboração do “rango” do meio-dia e/ou a “churrasqueada” promovida pelos “agro-boys” no “galpão crioulo” improvisado entre os prédios, ver imagem 41, regados a cachaça, cerveja e muita música gaúcha. Muitas vezes o barulho desta confraternização incomoda outros grupos e foi citado como abuso pelos que desfrutaram de “habitus” divergentes.

O sujeito cria seu processo de pertença a este tempo-espço, desenvolvendo diferentes maneiras de apropriação de elementos das várias “culturas”, dispostas ao seu redor, combinando-as e transformando-as, desafiando até o sentido de quem “são”. Todavia, é preciso reconhecer o desejo da não integração e identificação por parte dos atores, constituindo diferenças que também precisam ser respeitadas. De acordo com (SANTOS apud GIMSON, 1999, apud WULFHORST, 2005, p. 41) “Temos direito a reivindicar a igualdade sempre que a diferença nos inferioriza e temos de reivindicar a diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza”.

Em suma, não caberia de certa maneira, dizer aqui “uma identidade institucional” fundada numa única memória coletiva, mas um emaranhado de símbolos significantes dos quais eles apropriam-se para formarem suas “múltiplas noções de pertencimento”. Sendo que “um símbolo e uma memória, não significam, ao contrário evocam e focalizam, reúnem e concentram de forma analogicamente polivalente, uma multiplicidade de sentidos que não se reduzem a um único significado, nem apenas a alguns” (ALLEAU, 1982. apud WULFHORST, 2005). E fazem com que essas categorias continuem de alguma forma, profundamente envolvidas nos processos de representação junto a este tempo-espaço patrimonial. E ultrapassem as suas fronteiras territoriais e temporais, permanecendo junto ao sujeito mesmo após o término de sua experiência de moradia e saída da universidade. Onde muitos laços são mantidos, muitos sentimentos são lembrados e repassados aos seus predecessores.

A saída da universidade envolve um renascer, um corte abrupto de benefícios: comer, morar, estudar somente. De repente, formados diplomados, enfrenta-se supermercados e restaurantes famintos; locadores e imobiliárias construindo aluguéis e trabalho, trabalho.

Muitos passam o último ano de cara fechada, para poucos amigos, arrastando e derrubando barulhos, faiscando medos e desejos. Outros, a contrário senso, dedicam-se a muita festa e bebida, aproveitando os últimos dias de paraíso. Poucos outros, enfurnam-se em montanhas e grutas de livros, preparando para prova de mestrado, futuras bolsas e benefícios. Os bem nascidos, esperam empregos prontos. (FROEHLICH, p. 116).

Um elo profundo de significação marca esta passagem pela instituição de ensino superior, para alguns positivamente narrados e para outros negativamente relegados e desconversados. Mas elas de uma maneira ou de outra deixam suas marcas na vida, na memória e na trajetória de cada sujeito, das quais não podem ser relegadas de sua experiência e muito menos da história desta coletividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como toda a pesquisa há certas premissas e questões que levaram este trabalho a privilegiar alguns temas como: a história deste campo social, adaptações, sociabilidades, cotidiano, identidades, memória coletiva e patrimônio universitário. Outros pesquisadores talvez pudessem utilizar o mesmo material de formas diferentes. As escolhas apontadas aqui, foram buscadas nas pistas que se conseguiu captar dos sinais transmitidos pelos personagens estudados. A antropologia histórica neste sentido mostrou-se a metodologia mais adequada para o manuseio destas pistas e para a composição e leitura do campo social e das variáveis que estavam imbricadas para a sua interpretação.

O levantamento histórico e documental deu as bases e os contornos para a compreensão da conjuntura e da atmosfera que circunda este universo universitário, traçou seus moldes e diretrizes. Demonstrando que apesar de sua particularidade, a instituição e a Casa integram um sistema federal pensado e implementado sobre régios padrões e regulamentações que, concomitantemente, são vistos nas demais IES. Mas que se mostram adaptados e personalizados ao tempo-espaço da UFSM, da localidade e dos sujeitos que se utilizam desta assistência e colorem a sua trajetória.

As evidências do trabalho de campo demonstraram um cenário diversificado e pluralizado, no qual os (ex)estudantes, ao aportarem na CEU, deparam-se com uma realidade muitas vezes não desejada, mas necessária para a sua inserção e permanência na universidade. Sem contar à peculiaridade que assinala ao caracterizar este tipo de migração como um processo/fenômeno transitório, não constituindo uma situação intransponível ou permanente. Mas sem sombra de dúvidas é uma condição que marca e modifica a vida e a compreensão sociocultural e simbólica dos envolvidos, tanto em suas relações sociais, como em sua noção de pertencimento e de construção de memória que passa a ser negociada e vinculada a este patrimônio. "(...) sabe-se que mesmo os bens claramente definidos pela materialidade e permanência de seus suportes, como as edificações, são depositários de múltiplos significados que só podem ser recuperados a partir das relações estabelecidas entre seus elementos constitutivos." (Magnani, 2004, p.8).

Desde a sua inserção até os primeiros processos adaptativos destes estudantes estão recheados de nuances e cada uma delas é sentida diferentemente por cada sujeito. Dependendo, expressivamente, do tipo de bagagem trazida de sua cultura de origem, assim como dos tipos de sociabilidades aos quais estão ligados e das relações patrimoniais e

simbólicas constituídas dentro deste universo. Caracterizando um modo específico de como estes indivíduos vão experimentar esta adaptação.

Mas, de maneira geral, a migração e as adaptações ao espaço da Casa são sentidas e descritas por estes (ex)moradores como sendo um processo “tranquilo”, na medida do possível, ou seja, apesar das nuances encontradas nas trajetórias de migração e de ressocialização, apontadas detalhadamente em suas experiências particulares e grupais ao longo deste meio século de existência da CEU. Elas compõem um sentimento de que: “é um mal necessário, para alcançar certos objetivos”, ou “deve-se passar por isso não tem alternativa”, para se buscar uma posição melhor mediante a sociedade. Então, estes estudantes tentam encontrar uma forma de melhor se adaptarem as mudanças e de viverem bem, construindo e procurando alternativas, que propiciem um “bom” percurso, ao passarem por esta situação.

Sem contar a sinalização distintiva que aponta ao caracterizar este tipo de migração como um processo/fenômeno transitório, não constituindo uma situação intransponível ou permanente. Abrindo espaço à apropriação de signos de pertencimentos apoiados numa construção histórica que perpassa os usos e/ou abusos de significações que o patrimônio e sua história enquanto setor oriundo de uma instituição de ensino superior simboliza e promulga a estes personagens.

Nas redes de sociabilidades formadas, apesar da delimitação de fronteiras entre grupos e/ou indivíduos, observa-se uma tentativa de sobrevivência e coexistência, até certo ponto “harmoniosa”, dentro do espaço da Casa. Mas, sua existência é crucial para que os grupos e/ou indivíduos que delas fazem parte encontrem e garantam o seu espaço e a sua voz dentro da coletividade.

Uma mudança de “discurso” no entendimento do tempo-espaço caracterizou esta “atual” forma de organização da Casa, havendo uma valorização do espaço privado em detrimento do público em seu cotidiano. Ou seja, seguindo o histórico e a memória da CEU, defendidos pelos acervos e narrativas de seus ex-moradores, de lutas e engajamento político, em que os seus residentes estavam embebidos e intrinsecamente ligados à esfera pública. Isso já não é mais vivido, sentido e representado do mesmo jeito. O que o as pistas e análises realizadas reproduziram foi uma preocupação passada e presente no cerne da vida desses estudantes, prioritariamente direcionada a sua formação profissional e pessoal.

Já a imagem estigmatizante de possíveis desviantes os incomoda desde sempre, fazendo com que eles travem uma luta constante na busca pela desconstrução desses olhares, tentando reduzir ao máximo os danos causados por ela as suas próprias figuras. O agir público, então, passa a ser realizado com muito mais cuidado e precaução. São medidas as atitudes e os posicionamentos, negociadas identidades e realizadas atividades que possam minimizar esta rotulagem. São esquecidas e/ou relegadas histórias e memórias e são realinhados os laços tempo-espaciais. Em consequência disso, camuflam certos problemas existentes e mudam seus comportamentos significativamente em meio aos demais.

No entanto, todas as ações de uma maneira geral compõem na CEU, um espaço-tempo complexo e contemporâneo da vida sociocultural nativa. Complexos ao ponto de se tornarem quase imensuráveis aos olhos desatentos da sociedade e do pesquisador. Neste universo tão rico de símbolos, não se esgotam as possibilidades de vermos uma pluralidade e uma multiplicidade tão significantes e tão abertas às interações, que cada um dos olhares lançados, abordaria uma especificidade e um campo novo, ainda por serem estudados.

A categoria de patrimônio com cunho antropológico, ou seja, como categoria do pensamento, constituída a partir da relação do homem com o espaço, propiciou uma abordagem das relações estabelecidas com o patrimônio universitário através de uma reflexão sobre esta coletividade. E focalizou os bens e artefatos culturais representados pela arquitetura, pelos objetos, pela conjuntura urbana institucional, pela história e pela memória coletiva, como constituintes de um sentido de pertencimento sob a apropriação do espaço no tempo particularizada dentro desta coletividade. Focalizando no poder de sua simbolização, isso quer dizer que, interpretou-se o comportamento da cultura material da CEU e as regras de sua utilização, levando em consideração as relações com o ambiente em questão e sua disposição, do mesmo modo em que aceitou o envolvimento de memórias e histórias.

No entorno das CEU's percebeu-se que existem fronteiras precisas e que seu contato com o exterior da localidade e da instituição foi e é feito de forma a essencializar as diferenças e divergências. O impacto dessas formas de segregação no cotidiano e nas relações sociais das pessoas e grupos é uma questão efetiva para se compreender o universo da Casa. Mesmo não adotando uma relação determinista entre o espaço e o comportamento social nele, levou-se em consideração a associação entre o tipo de composição e distribuição da estrutura do espaço físico universitário e as formas de

segregação, de hierarquização e controle presentes neste lugar como componentes importantes. Acabando por encerrar formas distintas de utilização e ocupação destas estruturas espaciais, que não são iguais e fazem a mediação das práticas sociais ali travadas.

Todavia nas moradias estudantis aqui elencadas, percebeu-se que a distância geográfica que separa uma moradia contida no campus universitário e outra contida no centro urbano da cidade, pouco as diferencia no trato dado e recebido de significação enquanto coletividade. Durante a pesquisa foi possível compreender ordenamentos e regularidades (Magnani, 2004), nos espaços da CEU, que serviram de palco para as vivências coletivas e para os vínculos de sociabilidade, identificação e solidariedade. Contrastando com o quadro de isolamento, desordem e fragmentação dentro da qual este patrimônio é descrito. (Magnani, 2004).

Declarativamente, posto num panorama tempo-espacial social que se equilibra entre a esfera pública e a privada o que fica devidamente registrado nas vivências cotidianas destes atores. Há aí manifestações de uma ou de variadas culturas materiais e identidades espaciais, institucionalizadas, que vão sendo construídas e perpassadas dentre seus temporários moradores, sendo que elas nunca deixam de ser reinventadas compondo um cenário que se poderia descrever como a associação entre a forma institucional e o comportamento social urbano da CEU.

As memórias, enquanto constituem um tipo de construção eminentemente social e coletivo são compartilhadas através do convívio social, da perpetuação de uma “história coletiva” e das narrativas destes (ex)moradores, com os demais, na socialização e por meio da fomentação da sociabilidade particularizada de grupo. A identificação e exaltação dessas dependeu, neste universo, de um certo tipo de permanência de um “semelhante” que deveria ser amplamente aceito e acordado enquanto modelo, assente nesta recordação.

A existência daquela coletividade está marcada constantemente por uma reorganização de valores, condutas, comportamentos, memórias e identidades. Estes personagens aprendem a atenuar suas fronteiras culturais, abrindo caminho para uma flexibilidade, uma negociação, uma aceitação e até o inverso, uma exclusão ao “outro”. Caracterizando propriedades distintivas de um estilo de vida diferenciado, em uma coletividade universitária institucionalizada. A presença dos laços afetivos, e de identificação, são essenciais, para a sobrevivência de suas memórias, de sua história e valor

patrimonial e dos próprios sujeitos, assim como, o reconhecimento e a defesa dos seus espaços privados e principalmente a garantia de “seus lugares neste mundo”.

Desse modo, torna-se possível incorporar “o outro” e a experiência patrimonial como partes integrantes de seu próprio modo de sentir-se e viver em coletividade. Isto permite levar a criatividade à abertura de novas realidades, ao reconhecimento do outro, à renegociação de relações, à interação, à relativização dos valores, enfim, à humanização. E por falar em humanização, e chegar a este ponto da reflexão, que retornamos a única identidade que podemos ter como verdadeira. É a que Lévi-Strauss mencionava em primeiro lugar, a saber, a identidade do humano. Esse mínimo de identidade permite o diálogo entre todos os humanos e torna compreensível uma intertextualidade mínima entre todas as culturas (Lévi-Strauss, 1977 apud Agier, 2001, p. 27).

E como tal a (re)invenção e/ou manutenção de memórias diversificadas e “plurais”. Mas não desconectadas da atmosfera constituinte de um passado que reveste o cotidiano presente de significações. Onde o espaço pensado e projetado pelo imaginário e pelo senso comum, nem sempre, faz uma correspondência adequada com as vivências alocadas.

Neste sentido, outro aspecto importantíssimo foi o constatar que quase a totalidade de seus (ex)membros, contaram e contam com excelentes notas e referências em seus históricos e currículos; atuando como membros dos mais disputados e aclamados projetos de pesquisa de suas áreas. Isso significa dizer, que foram/são exemplares acadêmicos e pesquisadores. Grande parcela deles, ao sair da universidade e da CEU, encontrou-se amparado por boas colocações e/ou foram direcionados a continuação de seus estudos e a vinculação em renomados Programas de Pós-graduação.

Enfim, o cotidiano da Casa do Estudante está longe de ser o ideário contido na sociedade e na história oficial desta instituição, mas é um pequeno exemplar das complexidades da vivência coletiva institucional educacional. Sua organização se dispõe tão complexamente quanto cada um de seus indivíduos (ex)ocupantes. A importância da CEU, para estes jovens é e foi incontestável, pois sem ela, estes personagens teriam poucas chances de conseguirem se manter na universidade. Com isso, as possibilidades de conclusão de um curso superior e de uma tentativa de ascensão social, estariam ameaçadas. Apesar dos problemas e das brechas existentes dentro dos programas de assistência estudantil, ainda assim, o seu funcionamento garante que quase dois mil alunos tenham uma oportunidade de adentrar no universo universitário e, isso, por si só, já “vale o sacrifício”, como afirmou um dos moradores.

A diversidade e a riqueza desta atmosfera são tamanhas. Seria ingenuidade desta pesquisadora querer abordá-las em um modesto trabalho como este, mas mesmo assim fez-se um esforço em tentar retratar um pouco de suas “realidades”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, Michel. **Distúrbios Identitários em Tempos de Globalização**. In: Mana, Rio de Janeiro, nº 7, 2001.

AMARAL, Roberto. **O movimento estudantil brasileiro e a crise das utopias**. ALCEU - v.6 - n.11 - p. 195 - 205, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://publique.rdc.puc-rio.br/revistaalceu/media/Alceu_n11_Amaral.pdf>. Acesso em: 15/12/2011.

BARRICHELLO, Eugenia M. da Rocha. **Os 50 anos da Nova Universidade**. Ed. UFSM, Santa Maria, 2012.

BAUER, Martin W. e GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com Texto, imagem e som: Um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BERGER, P. & LUCKMANN, Th. **A construção social da realidade**. 5 ed. F. de S. Fernandes, Trad. Petrópolis: Vozes, 1983.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BIGOSSI, Fabiela. **Entre cidades, famílias e redes de pertencimentos: Pesquisa antropológica e Etnográfica sobre as trajetórias, itinerários, estilos e projetos de vida de estudantes universitários residentes em Porto alegre oriundos de cidades Interioranas..** Disponível em: <http://www.ufrgs.br>. Acesso em 26/06/2010.

_____, _____. **Trajетórias universitárias: estudo etnográfico da construção de projetos de vida dos estudantes negros em Porto Alegre – RS**. Banco de Teses da UFRGS, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRUM, Ceres Karam. **Maison du Brèsil: Um território brasileiro em Paris.(tradução)**. In VIBRANT v6. n1, p. 91- 122, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução de Sergio Miceli, Silvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____, _____. **O Poder Simbólico**. 10ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____, _____. **Gosto de Classe e estilo de vida**. In: Pierre Bourdieu: Sociologia. 2 ed.. São Paulo: Ática, 1983.

BUENO, Belmira Oliveira. **Entre a Antropologia e a História: uma perspectiva para a etnografia educacional.** In: *Perspectiva*, Florianópolis, v. 25, n. 2, 471-501, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br>. Acesso em: Abril, 2010.

BURKE, Peter J., STRYKER, Sheldon. **The Past, present, and future of an identity theory.** In: *Social Psychology Quarterly*, Vol. 63, No. 4. Special Millenium Issue on the State of Sociological Social Psychology, p. 284-297, 2000. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2695840>. Acesso em: 14/08/2008.

CARDOSO, Org^a. Ruth. **A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARIGNATO, Taeco Toma. **A Simbolização das Experiências de Migração.** In: *Travessia Revista do Imigrante: Implicações Psicológicas*. nº 53. São Paulo. CEM, 2005.

CARVALHO, José Murilo. **A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória.** São Paulo: Ed. Nacional; Rio de Janeiro: Financiadora de Estudos e Projetos, 1978.

CASTRO, Celso. **Antropologia Cultural.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CERTEAU, Michel de & DOMINIQUE, Julia. **A invenção do cotidiano. Artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1996.

CIOCCARI, Marta. **Ecos do Subterrâneo: Estudo Antropológico do cotidiano e memória da comunidade de mineiros de carvão de Minas do Leão (RS).** Dissertação de Mestrado. Banco de teses da UFRGS, 2004.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio.** Tradução: Teresa Castro. Lisboa: Edições 70, 2000.

COMAROFF, J & COMAROFF, J. **Etnografia e imaginação histórica.** Tradução de Iracema Dulley e Olivia Janequine. In: *Proa – Revista de Antropologia e Arte* [on-line]. Ano 02, vol.01, n. 02, nov. 2010. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/proa/TraducoesII/comaroff.html> . Acesso em: 25/10/2011.

_____, _&_____, _ . **Ethnography on an Awkward Scale: Postcolonial Anthropology and the Violence of Abstraction.** In: *Ethnography*. 2003; 4; 147. Disponível em: <http://eth.sagepub.com/cgi/content/abstract/4/2/147>. Acesso em: 25/10/2011.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988 - CF (Arts. 205º ao 214º). Governo Federal, Ministério da Educação, 2011.

COPACABANA, República. **Site da república Copacabana** <http://www.republicacopacabana.com/>. Acesso em: 20/04/2010.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauro-SP:EDUSC, 1999.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade crítica: o ensino superior na República Populista**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando. Uma Introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

_____, _____. **A Casa e a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997 e 2005.

DAWSEY, J. C. **Tuner, Benjamin e antropologia da Performance: O lugar olhado (e ouvido) das coisas**. Campos, V. 7, n. 2, 2006, pp. 17-25. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/campos/article/view/7322>. Acesso em: 03/06/2010.

DEBIAGGI, Sylvia Dantas. **Migração e Implicações Psicológicas: Vivências Reais para o Indivíduo e o Grupo**. In: Travessia Revista do Imigrante: Implicações Psicológicas. nº 53. São Paulo. CEM, 2005.

DENZIN, Norman K. e LINCOLN, Yvonna S. **O Planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DENZIN, Norman K. e LINCOLN, Yvonna S. **O Planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DOUGLAS, Mary. **Como pensam as instituições**. São Paulo: EDUSP, 1998.

ECKERT, Cornelia. ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **Cotidiano Acadêmico e Patrimônio Universitário: ritmos de duração na cidade**. *Revista Iluminuras*. v. 8, n. 18, 2007. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9263>. Acesso em: 26/06/2010.

_____, _____. LIMA FILHO, Manuel F. BELTRÃO, Jane (Orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007.

EGÊA, Alessandra Pereira. **Migração e ensino superior: um estudo de caso dos jovens estudantes de geografia da Ueg Anápolis (go)**. Anais do XI EREGEO. UFG, Jataí – GO, 2009.

FERRAZ, M. Fernanda & PEREIRA, Anabela Sousa. **A dinâmica da personalidade e o Homesickness (saudades de casa) Dos jovens estudantes universitários**. In: *Psicologia, saúde & doenças*. V. 3, 149-164. Universidade de Aveiro – Portugal, 2002.

FERREIRA, Ademir Pacelli. **O Pathos no Deslocamento: Terreno de Estranheza e Psicose**. In: Travessia Revista do Imigrante: Implicações Psicológicas. nº 53. São Paulo. CEM, 2005.

FONSECA, Claudia. **Quando cada caso NÃO é um caso: Pesquisa etnográfica e educação***. In: Revista Brasileira de Educação. Nº10, Caxambu-MG, 1999.

FREITAS, Marcos Cezar de. **História, a Antropologia e a pesquisa educacional: itinerários intelectuais**. São Paulo: Cortez, 2001.

FROEHLICH, Charles Andrade. **A Boca do Céu: (Edifício- Desafio)**. Santa Maria: Pallotti, 1995.

GAMALHO, Nola Patrícia Gamalho. **A produção da periferia: das representações do espaço ao espaço de representação no Bairro Restinga**. Porto alegre, RS. Dissertação – UFRGS, 2009.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local: Novos Ensaios em Antropologia Interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____,_____. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____,_____. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1989.

GÓMEZ, A. I. Perez. **A cultura Escolar na Sociedade Neoliberal**. Cap. Introdução. Porto Alegre. Ed: Artmed, 2001.

GONÇALVES, Org. José Reginaldo S. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura na século XX/ James Clifford**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

GULLAR. Ferreira. **Projeto memória do movimento estudantil**. Depoimentos. (entrevistado por Carla Siqueira). 2004. Disponível em: < <http://www.memoriaestudantil.org.br/main.asp?View>>. Acesso em: 15/12/2011.

HAGUETTE, Teresa Maria F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo – SP. Centauro. 2009.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HISTÓRICO DA UFSM – **Site da Universidade Federal de Santa Maria**. Santa Maria, 2007. Disponível em: <<http://www.ufsm.br>>. Acesso em 20 Abril de 2010.

HISTÓRICO DA CEUACA - Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida. UFRGS. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://www.ceuaca.com.br/historico.html>. Acesso em 20 de abril 2010.

HISTÓRICO DA SENCE – Secretaria Nacional de Casas de Estudante. Disponível em: <http://sencebrasil.blogspot.com.br/>. Acesso em 15/12/2011.

HÜBNER, M. M. **Guia Para elaboração de monografias e projetos de dissertação de mestrado e doutorado.** São Paulo: Editora Pioneira, 1998.

ISAIA, Luiz Gonzaga. **UFSM: Memórias.** Santa Maria: Pallotti, 2006.

LANNA, Marcos. **Ensaio Bibliográfico sobre Marshall Sahlins e as “Cosmologias do Capitalismo”.** Revista: MANA n°7, p.117-131, 2001,.

LEI DE DIRETRIZES E BASES – LDB. Governo Federal, Ministério da Educação, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **A Crise Moderna da Antropologia.** In: Revista de Antropologia. Vol. 10, n. 1 e 2, 1999.

_____, _____. **O pensamento selvagem.** Campinas: Papyrus, 1989.

MACHADO, Juciára Teixeira. **(Re)configurando Identidades: Etnografia sobre moradores da Casa do Estudante CEU II.** Monografia de Graduação, Santa Maria. UFSM. 2007.

MACHADO, Otávio Luiz. **Reconstrução Histórica das Repúblicas Estudantis da UFOP.** Anais do IV SEMPE – Seminário de Metodologia para Projetos de Extensão, São Carlos, 29 a 31 ago. 2001.

_____, _____. **Repúblicas Estudantis de Ouro Preto: trajetórias e importâncias.** Olinda-PE: Livro Rápido Elógica, 2010.

MACHADO, P. F. & SCARPARO, H. B. K. (2010). **Golpe civil-militar: a psicologia e o movimento estudantil do Rio Grande do Sul.** Memorandum, V. 19, p. 225-238. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/a19/machadoscarparo01>. Acesso em 15/12/ 2010.

MALTA, Eder. **Práticas Socioculturais Juvenis: sociabilidade universitária nas cidades históricas de Ouro Preto (Brasil) e Coimbra (Portugal).** Publicado em Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Bahia, 2011.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental: Um Relato do Empreendimento e das Aventuras dos Nativos nos Arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia**. São Paulo: Abril, 1984.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Etnografia como prática e experiência**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n.º 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

_____, _____, _____. **Cidade universitária: patrimônio e identidade**. In: Cidades Universitárias: Patrimônio Urbanístico e Arquitetônico da USP. São Paulo, EDUSP, Série Cadernos CPC, 2004. Disponível em: <http://n-a-u.org/magnani-cid-universit.html>. Acesso em: 07/07/2010.

_____, _____, _____. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. Revista RBCS Vol. 17 nº 49 junho/2002.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EDUSP, 1974.

_____, _____. **Uma Teoria Científica da Cultura**. 2ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. PP. 42-47.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC – **Pnaes**. Disponível em: site http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1230&Itemid=608. Acesso em 20-04-2010.

MOURA, M. L. S. & FERREIRA, M. C. & PAINE, P. A. **Manual de elaboração de projetos de Pesquisa**. Rio de Janeiro, 1998. Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

NOTÍCIAS DA UFSM – **Audiência pública** – Disponível em: <http://sucuri.ufsm.br/eventos>. Acesso em: 15/12/2011.

OCUPAÇÃO DA REITORIA – **Notícias sobre a ocupação da reitoria 2011**. Disponível em: <http://ocupacaodareitoriaufsmwordpress.com>. Acesso em: 15/12/2011.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir e Escrever**. São Paulo, USP, 1996, V. 39, nº 1.

_____, _____. **A Categoria de (Des)Ordem e a Pós-Modernidade da Antropologia**. In: Anuário Antropológico/86. UNB. Brasília, 1988.

_____, _____. **Os (des)Caminhos da Identidade**. Revista brasileira de Ciências Sociais. Vol. 15. nº 42. São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Ensaio em Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. p. 272, 1999.

OLIVEN, Arabela Campos. **A marca de origem: Comparando colleges norte-americanos e faculdades brasileiras.** In: Cadernos de Pesquisa. V. 35, nº 125, p. 111-135, maio/ago. 2005.

_____, _____. **A paróquialização do ensino superior.** Petrópolis: Vozes, 1990.

PAIVA, Dulcinéia de S. & MENDES, Graciliano R. **“Onde se pode ficar nu” – Territorialidade e privacidade na casa do estudante universitário da UnB.** Série: Textos de alunos de Psicologia Ambiental, 2001, Nº 07.

PALMEIRA, Vladimir. **1968: o protagonismo do Movimento Estudantil no Brasil.** In: Revista em Pauta. Número 21, 2008. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PCNs. Governo Federal, Ministério da Educação, 2002.

PAVEZI, Neiva. **Concretizando um ideal: Acidade universitária da UFSM de 1960 a 1973:** Ed. UFSM, Santa Maria, 2012.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE. Governo Federal, Ministério da Educação, 2001.

PEIRANO, Mariza. **Uma Antropologia no Plural.** UNB, Brasília, 1991.

_____, _____. **A favor da etnografia. Versão Original.** UNB, Brasília, 1992.

_____, _____. **Os Antropólogos e suas Linhagens.** In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. nº 16. Anpocs. SP, 1991.

PEREZ, Léa Freitas e RENHARDTD, Bruno Mafra Ney. **A Lição de Escritura.** Horizontes Antropológicos vol.10 no.22 Porto Alegre Jul/Dec. 2004.

PEREIRA, Sílvia R., COSTA, Benhur P., SOUZA, Edson B. C. (Orgs.). **Teorias e práticas territoriais: análises tempo-espaciais.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

_____, _____. **"Memória, esquecimento, silêncio".** In: Estudos Históricos 3, 1989.

RAIZER, Leandro. **Educação e sociedade: Uma análise do sistema de ensino superior do RS baseada na teoria dos sistemas sociais.** Banco de teses e dissertações UFRGS, Porto Alegre, 2006.

REVISTA DE HISTÓRIA. **200 anos de ensino superior**. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/200-anos-de-ensino-superior>. Acesso em: jan. 2011.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

RIGATTI, Décio. **Do espaço projetado ao espaço vivido – modelos de morfologia urbana no conjunto habitacional Rubem Berta**. Tese – UFRGS, 2009.

ROCHA, Gilmar. **Cultura popular: do folclore ao patrimônio**. Mediações. V. 14, nº 1, p. 218-236, jan./jun. 2009.

ROCHA, Gilmar e TOSTA, Sandra P. **Antropologia & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

ROCHA-COUTINHO. Maria Lúcia. **Dos Contos de Fadas aos Super-heróis: Mulheres e Homens Brasileiros Reconfiguram Identidades**. Disponível em: <http://sphere.rdc.pucrio.br/sobrepuc/depto/psicologia/download/pdf/Maria%20Lucia%20Rocha-Coutinho.pdf>. Acesso em: 02 Jun. 2006.

ROCHA FILHO, José Mariano da. **USM: A nova universidade**. Ed. UFSM, Santa Maria, 2012.

ROCKWELL, Elsie. **Etnografia e Teoria na Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 1986.

_____, _____. **La experiencia etnografica. Historia y cultura em los procesos educativos**. Buenos Aires: Paidós, 2009.

RIGATTI, Décio. **Do espaço projetado ao espaço vivido: modelos de morfologia urbana no conjunto Rubem Berta**. Banco de Teses da UFRGS.

SANDERS, Jimmy M. **Ethnic Boundaries and Identity in Plural Societies**. Annual Review of Sociology, Vol. 28, (2002), pp. 327-357 In: Annual Reviews Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/3069245> Accessed: 14/08/2008.

SAYAD, A. **A Migração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.

_____, _____. **Metáforas históricas e realidades míticas**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.

_____, _____. **História e cultura: apologias a Tucídides**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **Questões de fronteira: Sobre uma antropologia da história.** In. Novos estudos - CEBRAP nº.72. São Paulo, Julho/ 2005.

SILVA, Cristhian Teófilo da. **Sobre a interpretação antropológica: Sahlins, Obeyesekere e a racionalidade havaiana.** REVISTA DE ANTROPOLOGIA, SÃO PAULO, USP, V. 45 nº 2, 2002.

SILVA, Cristiano Manoel da. **‘Memória e Identidade: em busca de um lugar seguro.** Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. 08 a 12 de setembro de 2008.

SIQUEIRA, Holgosi Soares G. **Multiculturalismo: Tolerância e Respeito pelo Outro.** Jornal ARazão. Santa Maria, 26 set. 2003. Disponível em: <http://galery.angelfire.com/webelements/lines/lines2/00092007.gif> . Acesso em: 04 Out. 2003.

SOARES, Maria Susana Arrosa (Coordenadora). **A Educação Superior no Brasil.** Porto Alegre, UNESCO/IESALC, IES/2002/ED/PI/11, 2002.

STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Vols. I, II e III: Séculos XVI a XX.** Petrópolis Ed: Vozes. RJ, 2005.

TELES, Eduardo Lopes. **Resenha sobre: Sobre a autoridade etnográfica.** De: CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TODOROV, Tzvetan. **Memória do mal, tentação do bem: Indagações sobre o século XX.** São Paulo: Arx, 2002.

UFSM, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses : MDT / Universidade Federal de Santa Maria.** 6. ed. rev. e ampl. – Santa Maria : Ed. da UFSM, 2006.

WULFHORST, Cristina. **A (Re) Invenção de Identidades no Processo de Integração de Imigrantes Latino-Americanos.** In: Travessia Revista do Imigrante: Implicações Psicológicas. nº 53. São Paulo. CEM, 2005.

VELHO, Gilberto. **Subjetividade e Sociedade: Uma Experiência de Geração.** Rio de Janeiro: J.Z.E., 2002.

_____,_____. **Projeto, Emoção e Orientação em Sociedades Complexas.**
In: Boletim do Museu Nacional. n° 31. Rio de Janeiro, 1979.

_____,_____. **Desvio e Divergência: Uma Crítica da Patologia Social.** Rio de Janeiro: J.Z.E. ,1989.

_____,_____. **O Futuro das Ciências Sociais e a Importância de seu Passado.** In: SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS, n.º 48, 2005, pp. 11-18.

WERTHEIN, Jorge; CUNHA, Célio da (Orgs.). **Educação e Conhecimento: A experiência dos que avançaram.** Ed: UNESCO. Brasília, 2004.

Zarankin, Andrés. **Paredes que domesticam: arqueologia da arquitetura escolar capitalista.** Banco de Teses UNICAMP. Campinas, 2001.

ZAGO, Nadir. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares.** Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 32 maio/ago. 2006.

ZYGMUNT, Bauman. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

ANEXOS

ANEXO – A

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título provisório do projeto: Etnografia sobre ex-moradores e moradores das Casas de Estudante da UFSM.

Pesquisador(a) responsável: Juciara Teixeira Machado

Instituição/Departamento: UFSM – PPGCS

Professor(a) Orientador(a): Profª. Drª. Ceres Karam Brum

Telefone para contato (inclusive a cobrar): (55) 91416732

Prezado(a) participante:

Sou estudante do curso de pós-graduação (mestrado) na Universidade Federal de Santa Maria do Rio Grande do Sul. Estou realizando uma pesquisa sob orientação do(a) professor(a) Drª. Ceres Karam Brum, cujo objetivo é, através do método Etnográfico acompanhar o cotidiano de moradores e ex-moradores da Moradia Estudantil da UFSM, e assim, compreender os processos de socialização, de construção de identidade e de memória dentro deste ambiente.

Sua participação envolve a realização de uma entrevista, que será gravada em imagens e som, se assim você permitir e ao constante acompanhamento frente à técnica de observação participante. Onde esta pesquisadora circulará neste ambiente da moradia por todo o período de realização do trabalho de campo da pesquisa.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a) ou depreciá-lo(a). O.B.S: Caso haja permissão do uso das imagens capturadas durante a pesquisa na apresentação do trabalho assinale abaixo:

() **Eu como sujeito participante desta pesquisa autorizo o uso das imagens e vídeos da minha pessoa e da minha intimidade para uso no trabalho.**

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(a) pesquisador(a) fone (55) 91416732; email: jucreide-t@hotmail.com.br ou pela coordenação responsável PPGCS - UFSM.

Após ser esclarecido(a) oralmente sobre as informações da pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do(a) pesquisador(a) responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

Nome e Assinatura do sujeito (participante) ou responsável:

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa ou representante legal para a participação neste estudo.

Santa Maria _____, de _____ de 20 ____.

Pesquisador responsável

ANEXO – B

PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – Aprovado pela ANDIFES

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, EDUCAÇÃO

Proposta do FONAPRACE

Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Federais

Belém, julho de 2007

APRESENTAÇÃO

A atualização do Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior constitui meta prioritária para o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) – órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES).

Esta proposta de Plano Nacional de Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) procura responder aos desafios apontados nas Pesquisas do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras, realizadas pelo (FONAPRACE), nos períodos de 1996 -1997 e 2003 -2004.

Na necessidade de expandir e democratizar o acesso ao ensino superior público.

A atual política governamental de expansão das IFES (Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007) e de inclusão social, ocorridas posteriormente à realização das referidas pesquisas, reforçam para o aumento da demanda por assistência estudantil.

Entretanto, como resultado conjugado de fatores demográficos, aumento das exigências do mercado de trabalho, além das políticas de melhoria do ensino médio, prevê-se uma explosão na demanda por educação superior. A matrícula no ensino médio deverá crescer nas redes estaduais, sendo provável que o crescimento seja oriundo de estudantes das camadas mais pobres da população. Isto é, haverá uma demanda crescente de estudantes de baixa renda por educação superior. Em 1998, 55% dos estudantes deste nível frequentavam cursos noturnos; na rede estadual, esta porcentagem sobe para 62%(Lei nº 10172, de 9 de janeiro de 2001).

Neste sentido, a proposta do Plano procura diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos de assistência estudantil. Vale ressaltar que a política de Assistência Estudantil “*é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida*”,¹ (Doc. UFU – Proposta de Resolução), agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Entende-se que os programas e projetos de assistência estudantil devam ser desenvolvidos como instrumentos de acesso, permanência e conclusão de curso dos estudantes nas instituições públicas, tendo como pressuposto que a Assistência Estudantil é uma política essencial no contexto do ensino, da pesquisa e da extensão.

Esta proposta foi elaborada por uma comissão composta por representantes das regionais no FONAPRACE considerando o resultado das pesquisas e a diversidade dos encaminhamentos de situações comuns entre as IFES. Optou-se por não detalhar as ações a serem desenvolvidas, respeitando-se, assim, a dinâmica e autonomia de cada universidade no atendimento às demandas sociais.

Os dados e indicadores utilizados para a atualização do plano referem-se a pesquisa de perfil de estudantes das IFES – FONAPRACE 2003-2004, por serem os mais recentes.

INTRODUÇÃO

A missão da universidade se cumpre à medida que gera, sistematiza e socializa o conhecimento e o saber, formando profissionais e cidadãos capazes de contribuir para o projeto de uma sociedade justa e igualitária. A universidade é uma expressão da própria sociedade brasileira, abrigando também as contradições nela existentes.

A busca da redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade. Esse processo não se pode efetivar, apenas, no acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso.

A não definição de recursos para a manutenção de políticas de assistência estudantil que busquem criar condições objetivas de permanência desse segmento da população na universidade faz com que esses estudantes, muitas vezes, retardem sua conclusão e até desistam do curso.

Para que o estudante possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, é necessário associar, à qualidade do ensino ministrado, uma política efetiva de investimento em assistência, a fim de atender às necessidades básicas de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, inclusão digital, transporte, apoio acadêmico entre outras condições.

A Constituição Federal de 1988 consagra a educação como dever do Estado e da Família (art. 205, *caput*) e tem como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, I).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 20/12/96, contém dispositivos que amparam a assistência estudantil, entre os quais se destaca: “Art. 3º – *O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;...*”. A LDB, determina ainda que “*a educação deve englobar os processos formativos e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais*” (Lei n. 9.394, de 29/12/96, artigo 1º, parágrafos 2º e 3º, inciso XI).

O Plano Nacional de Educação, aprovado em 10 de janeiro de 2001, atendendo a uma reivindicação direta do FONAPRACE, determina: “*a adoção de programas de assistência estudantil tais como bolsa trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico*”.

A Lei 10.861, de 14 de Abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), afirma que a avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre as quais, e em caráter obrigatório, a responsabilidade social da instituição com relação à inclusão social e às políticas de atendimento a estudantes e egressos (IX dimensão).

Mais recentemente destaca-se o Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, em seu Art 1º “tem por objetivo criar condições para ampliação de acesso e permanência na Educação Superior... e em seu ART 2º, item V, o Programa terá as seguintes diretrizes, dentre outras: ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil.”

Esses princípios legais levam à reflexão e à revisão das práticas institucionais. Cabe as IFES assumirem a assistência estudantil como direito e espaço prático de cidadania e de dignidade humana, buscando ações

transformadoras no desenvolvimento do trabalho social com seus próprios integrantes, o que irá ter efeito educativo e, conseqüentemente, multiplicador.

Neste contexto, sobre as universidades, podemos dizer que, genericamente, sem perder de vista as experiências e iniciativas diferenciadas, a assistência deve ser entendida como um espaço de ações educativas e de construção do conhecimento, e considerada no plano institucional-orçamentário das IFES, uma questão de investimento garantindo recursos para a sua execução.

É fundamental articular as ações ao processo educativo. Para que a universidade brasileira forme cidadãos qualificados e comprometidos com a sociedade e com a sua transformação, deve assumir as questões sociais no seu cotidiano, tornando-se espaço de vivência e cidadania.

Outrossim, a Política Social de Assistência Estudantil nas IFES, como parte do processo educativo, deverá articular-se ao ensino, à pesquisa e à extensão. Permear essas três dimensões do fazer acadêmico significa viabilizar o caráter transformador da relação Universidade e Sociedade. Inserir-na na práxis acadêmica e entendê-la como direito social é romper com a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado.

JUSTIFICATIVA

Os Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis das IFES vêm demonstrando, desde 1984, preocupação com a política social de assistência aos estudantes. Vários encontros foram realizados culminando com a criação do FONAPRACE, com o objetivo de discutir e fortalecer as ações desenvolvidas à época.

A criação do Fórum coincidiu com a fase em que a sociedade civil brasileira avançava na construção do Estado democrático de direito. Desses eventos, emanaram decisões, registradas em documentos próprios, que explicitam a necessidade de estabelecer políticas que viabilizem o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes em condições de vulnerabilidade social.

Vale ressaltar algumas concepções de consenso desses encontros:

“... A democratização do acesso implica na expansão da rede pública, bem como na abertura de cursos noturnos. A democratização da permanência implica na manutenção e expansão dos programas de assistência” (FONAPRACE, 1993, p. 110).

“... As propostas que mais uma vez encaminhamos dizem respeito a uma política que possa assegurar ao estudante sua permanência na Universidade e com isso, possibilitar melhor desempenho nas questões acadêmicas e, por conseguinte, melhor qualificação”. (FONAPRACE, 1993, p. 161).

“... preocupação com a construção de políticas voltadas para a plena cidadania do homem universitário, no lugar do assistencialismo alienante e empobrecedor...” (FONAPRACE, 1993, p. 301).

“... torna-se imperativo sensibilizar as autoridades, o legisladores e a comunidade Universitária para a importância da Assistência como parte de um projeto acadêmico que tem função fundamental de formar cidadãos qualificados e competentes.” (FONAPRACE, 2000)

Pesquisas, como as realizadas pelo FONAPRACE, abalam o imaginário que permeia o senso comum de que as universidades públicas são, em sua maioria, ocupadas por elites econômicas.

Historicamente esta máxima encontrava eco na maior parte das instituições. Contudo, e felizmente, este perfil vem se transformando ao longo do tempo e a efetivação dessa possibilidade de real diversidade só terá ampliação se estabelecidas as condições que transfiram capital cultural e conhecimento para aqueles que mais precisam das Instituições Públicas de Ensino. Esta situação se reflete nos dados de pesquisa de perfil

socioeconômico 2003/2004 – que aponta que 84,4% dos estudantes das IFES dependem do ensino público e gratuito para continuar os estudos.

Para a elaboração de projetos na área de assistência estudantil, é mister reconhecer que, em nosso país, grande parte da população vivencia diversas formas de segregação e condições de miséria, que variam de intensidade.

Possuímos um enorme contingente de jovens que não têm oportunidade de educação, cultura, lazer, condições mínimas de moradia e saúde. Neste sentido, urge o engajamento das universidades públicas, não apenas no debate, mas concretizando ações que possibilitem o acesso e sobretudo a permanência no meio universitário em condições dignas e de forma equânime.

DIAGNÓSTICO

A memória dos encontros do FONAPRACE registra a preocupação constante em conhecer o estudante das universidades públicas brasileiras. Nessa direção, traçar o perfil socioeconômico e cultural dos discentes de graduação das IFES foi objeto de duas pesquisas nacionais, promovidas pelo FONAPRACE, realizadas entre 1996 a 1997 e 2003 a 2004. A pesquisa realizada no segundo semestre letivo de 1996, contou com a participação de 84,62% das 52 IFES brasileiras. O resultado da pesquisa mais recente obteve como resultado o equivalente a 88,68% das IFES, denotando forte participação das IFES.

Para traçar o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES que representou um universo de 469.378 estudantes dessas IFES, foi adotado o critério ANEP – Brasil, Associação Nacional de Empresa de Pesquisa e constatou-se que 43% dos estudantes pertencem as categorias C, D e E. Estas categorias englobam estudantes provenientes de famílias cujos chefes têm atividades ocupacionais que exigem pouca ou nenhuma escolaridade, resultando em baixo poder aquisitivo, cuja renda familiar média mensal é de no máximo R\$ 927,00.

As condições socioeconômicas dos estudantes de graduação das IFES refletem uma realidade semelhante àquela a que é submetida a população brasileira. Com base nas constatações feitas em 1996* pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), verifica-se que:

**(Fonte: Folha de São Paulo, 18 jun., 1996, p. 1-6 e 1-8.)-*

- a. em cada três brasileiros, um não tem renda suficiente para suprir suas necessidades básicas;
- b. há 41,9 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza;
- c. 14% da população encontra-se desempregada, principalmente jovens, idosos e mulheres;
- d. os brasileiros tidos como pobres apresentam baixa qualificação, decorrente da baixa escolaridade;
- e. o País apresenta uma das maiores concentrações de renda do mundo, superando o Peru, Panamá e, até mesmo, Botsuana, no sul da África. Os dez por cento mais ricos da população têm uma renda quase trinta vezes maior do que a renda média dos 40% mais pobres, enquanto que, na maior parte dos países, os mais ricos percebem em média, dez vezes mais que os mais pobres.

Em condições adversas, o desempenho acadêmico é desigual. Os estudantes classes C, D e E não dispõem de recursos para suprirem suas necessidades básicas e, ainda menos, para as despesas típicas do universitário. Para o desempenho do seu papel social, o estudante precisa de livros, equipamentos de aprendizagem prática, acesso à informação, participação em eventos acadêmicos e culturais. Soma-se a essas desvantagens o baixo capital cultural representado pela insuficiência de acesso a cultura como, por exemplo, o nível baixo de escolaridade do chefe da família e até mesmo o acesso ao estudo de uma língua estrangeira.

Outro aspecto relevante diz respeito à inclusão digital, tendo em vista a indiscutível importância da informática como veículo de informação e realização de pesquisas científicas.

Como agravamento deste quadro os dados apresentam um percentual de 10,1% de estudantes que nunca utilizaram computador e conseqüentemente a Internet.

Associado a esses dados, o estudo “Diplomação, Retenção e Evasão em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas”, realizado pelo MEC, por meio de um grupo de Pró-Reitores de Graduação, aponta que 40% dos alunos que ingressam na universidade abandonam o curso antes de concluí-lo. Segundo o Secretário de Políticas de Ensino Superior da SESu, Luiz Roberto Liza Curi*, “a evasão reduz a eficiência do sistema, além de torná-lo excessivamente caro”. *(Folha de São Paulo, 13 maio, 1998, Caderno 3)

A SESu estima que o custo com a evasão no sistema federal é de 486 milhões ao ano. Esse valor corresponde a 9% do orçamento anual das instituições federais.

Segundo o Presidente da Comissão que realizou o estudo, Merion Campos Bordas, “a evasão decorre de fatores externos e internos ao sistema. Mas cabe à Universidade criar os meios para estimular o aluno”.*.

O mesmo estudo revela que o problema de evasão é agravado pelo da retenção (de 8 a 13%) que ocorre quando os alunos permanecem na universidade mais tempo do que o estabelecido, ocupando uma vaga que poderia ser destinada a outro candidato.

O FONAPRACE aponta as dificuldades socioeconômicas da parcela do segmento estudantil, estimada em 14%, como uma das causas externas de evasão e retenção.

Ainda é importante citar, como exemplo, o resultado do estudo realizado pela UFMG, que comparou o desempenho acadêmico de seus estudantes. Foi constatado que os bolsistas dos programas de assistência não apresentaram diferença no desempenho acadêmico, quando comparados aos demais, apesar das diferenças socioeconômicas entre os dois grupos. Além disso, o estudo revelou que os estudantes apoiados pela instituição concluíram seus cursos em menor tempo, apresentaram menor percentual de abandono, de reopção e de trancamento de matrícula. Estudo semelhante, realizado pelas IFES: UFSM, UnB, FURG, UFPel e UFU, demonstram que os estudantes de baixa condição socioeconômica, que fazem parte de algum programa de apoio destas universidades tiveram seu rendimento acadêmico superior aos demais estudantes.

Portanto a Política de Assistência Estudantil é uma questão de investimento no contexto das IFES.

Serão apresentados a seguir, demais indicadores da pesquisa que reafirmam a necessidade de alocação na matriz orçamentária das IFES, recursos para viabilizar a execução de projetos que se alinhem ao Plano Nacional de Assistência Estudantil.

INDICADORES SOCIAIS

a) Migração/ Moradia

A variável local de moradia antes do ingresso do estudante na universidade torna-se um importante indicador de sua qualidade e condição de vida. A 1ª pesquisa FONAPRACE aponta que 34,79 % e a 2ª pesquisa que 30,5% dos estudantes se deslocam de seu contexto familiar ao ingressarem na universidade, apresentando, portanto, necessidade de moradia e apoio efetivo.

Os estudantes que não residem com os pais/ cônjuges ou em casas mantidas pelas famílias e que pertencem às categorias E, D e C constituem a demanda potencial por moradia estudantil, totalizando um percentual de 12,34 % na 1ª pesquisa e 12,4% na 2ª pesquisa.

As moradias universitárias atendem a um percentual de 2,40% desses estudantes, que, em sua maioria, são das categorias E, D e C. Isso evidencia que 9,94% na 1ª pesquisa e na 2ª pesquisa 7,5% constituem a defasagem existente entre a demanda potencial e a demanda atendida pelas moradias estudantis.

b) Alimentação

O restaurante universitário (RU) constitui importante instrumento de satisfação de uma necessidade básica, educativa e de convivência universitária de 19,10% na 1ª pesquisa e na 2ª pesquisa 24,7% dos estudantes pesquisados. Desses usuários, os das categorias E, D e C são os que mais freqüentam o restaurante, o que ratifica sua real função acadêmico-social e de convivência universitária. Dada a sua importância para a vida acadêmica é fundamental que o RU seja, também, um espaço gerador de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

É necessário criar, manter e ampliar os programas que garantam o apoio à alimentação dos estudantes de baixa renda, principalmente os serviços dos restaurantes universitários, como forma de garantir a permanência dos estudantes no campus, dando-lhe oportunidade para otimizar seu tempo de vida acadêmica e contribuindo para seu melhor desempenho e formação integral.

c) Manutenção e Trabalho.

Trabalhar e estudar, essa é a condição que se constata em todas as categorias socioeconômicas. Na 1ª pesquisa constatou-se que 42% dos estudantes exercem atividades não-acadêmicas remuneradas, e na 2ª pesquisa este percentual é de 35,4%. Desses percentuais a maior concentração de estudantes encontra-se nas categorias E, D e C, refletindo a necessidade concreta de auto-manutenção.

Verifica-se que a inserção dos estudantes em atividades acadêmicas remuneradas é ainda tímida, pois na 1ª pesquisa apenas 16,83 % do universo pesquisado participam desses programas. É importante registrar que foi constatado na 2ª pesquisa, um aumento desse percentual para 19,10%, porém desse percentual, estudantes da categoria A, 22,2%, estão mais envolvidos nestas atividades.

A tendência para a busca da auto-manutenção apresentada pelos estudantes, aliada à baixa oferta de programas acadêmicos remunerados, aponta para a necessidade de sua ampliação, estimulando-se a inserção dos estudantes de baixa renda nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, respeitado o desempenho acadêmico.

d) Meios de Transporte

A maioria dos estudantes tanto na 1ª pesquisa quanto na 2ª pesquisa, 60,60% e 59,9% respectivamente, utiliza transporte coletivo para deslocamento até a universidade. Isso indica a necessidade de políticas articuladas com órgãos responsáveis pelo transporte urbano a fim de melhorar os índices de freqüência por intermédio da redução do gasto com transportes.

Destacamos que em alguns centros urbanos a despesa com transporte consome um percentual considerável da renda familiar.

e) Saúde

Quanto aos estudantes das IFES, que utilizamos serviços de saúde pública, a 1ª pesquisa, demonstra um percentual de 27,22%, havendo um aumento para 37% na 2ª pesquisa.

Os estudantes das categorias de maior vulnerabilidade social são os que mais freqüentam os serviços públicos de saúde: C, D e E (55,4%).

Com relação à freqüência a consultas odontológicas, essas categorias têm o maior índice das que procuram o dentista apenas em casos de emergência ou eventualmente, o que indica precariedade na saúde oral.

Na 1ª pesquisa identificou-se que 21,41% dos estudantes têm menos de vinte anos, e com relação à 2ª pesquisa esse percentual aumentou para 23,8%, tendo em vista a especificidade dessa faixa etária, identificam-se alguns temas considerados desafiadores e que demandam programas de saúde específicos:

prevenção de DST/AIDS; planejamento familiar; dependência química, saúde oral e de prevenção de doenças imunopreveníveis.

Reforçando as necessidades anteriormente citadas, a 2ª pesquisa mostra que 36,95% dos estudantes das IFES apresentam necessidades significativas ou crise emocional durante o último ano do curso e 39,5% foram acometidos por dificuldades emocionais, no início do curso. Estes dados revelam a necessidade de equipes multidisciplinares e interdisciplinares para este tipo de atendimento.

f) Acesso à Biblioteca

A 1ª pesquisa mostra que 79,9% dos estudantes utilizam as bibliotecas para consulta acadêmica e na 2ª pesquisa o percentual é de 65,4%. Na 1ª pesquisa o percentual de estudantes que buscam atividades relacionadas a lazer e cultura é de apenas 11,25%, quanto à 2ª pesquisa o percentual é de 17,2% , demonstrando um potencial a ser explorado pelas bibliotecas universitárias.

É fundamental o estabelecimento de uma política de investimentos nas bibliotecas universitárias, com ampliação do acervo, da capacidade e dos horários de atendimento, além da viabilização de novas tecnologias de acesso à informação.

g) Acesso à Cultura , Esporte e Lazer .

Com relação à leitura, os estudantes das IFES estão lendo mais, posto que em 1997, 46,7% leram de 1 a 6 livros por ano, e na 2ª pesquisa 62,4% dos pesquisados fizeram a leitura de 1 a 6 livros por ano.

Na 1ª pesquisa observa-se que 86% dos estudantes praticam atividade física e/ou esportiva, sendo a principal motivação para a prática dessas atividades, o lazer. Na 2ª pesquisa, 34% dos estudantes praticam freqüentemente ou sempre atividades físicas ou esportivas.

Os estudantes, em sua maioria 55,13%, na 1ª pesquisa e 51,1% na 2ª pesquisa, têm como única fonte de informação o telejornal, sendo que a Internet despontou como o novo veículo de informação com 24,3% na 2ª pesquisa..

Assim sendo, faz-se necessária uma ampliação dos programas culturais, esportivos e de lazer, promovidos pelas IFES para a comunidade interna/externa, estimulando a participação dos estudantes nesses programas.

h) Conhecimento Básico de Informática

O acesso à internet está relacionado ao aumento no nível de conhecimento em informática que em 1997 era de 22,85, passando para 43,9% em 2003/2004. O percentual de estudantes que não dominam este recurso reduziu de 24,65 para 4,7% na 2ª pesquisa..

O acesso à internet está diretamente relacionado à posse do equipamento.

Os dados apontam para a necessidade de desenvolver políticas e ações de inclusão digital nas IFES, principalmente, junto aos estudantes

da categoria C, D e E, 43,1% raramente utiliza a Internet e 10,1% nunca utilizou.

i) Domínio de língua estrangeira

Com relação ao domínio de língua estrangeira, observou-se que o domínio de língua inglesa com 30,2% aumentou 6,9% em relação a 1ª pesquisa. Observa-se que os estudantes das categorias C,D e E são os que têm menor domínio de língua estrangeira, apenas 14,7% apresentam um bom domínio de língua INGLESA. Ressalta-se que as IFES precisam implementar e intensificar programas que ampliem a oferta de cursos de

línguas estrangeiras,principalmente,para os estudantes de baixa condição socioeconômica tenham acesso a estes curso e por conseqüência o domínio da língua.

j) Movimentos Sociais

Na 1ª pesquisa identificou-se um percentual significativo de 42% de estudantes que não participam de movimentos sociais.

Os demais participam preferencialmente dos movimentos religiosos com 24,67% na 1ª pesquisa e 24,8% na 2ª pesquisa. Participam dos movimentos estudantis 11,14% em 1996/1997, reduzindo para 7% em 2003/2004 e participam em atividades políticas partidárias 7,97%, reduzindo para 5,1% em 2003/2004.

.Neste sentido a ampliação de projetos que estimulem por intermédio de várias estratégias, dentre elas o pagamento de bolsas para os estudantes de origem popular, o retorno a suas comunidades, objetivando trocas de vivência e saberes, oportunizará o contato com lideranças e maior participação nos movimentos sociais.

Pelos indicadores sociais apontados, conclui-se que a capacidade instalada de atendimento das IFES públicas à demanda social é insuficiente para responder a realidade apresentada.

Os dados refletem a necessidade de implementação de uma política pública aprofundando a discussão da assistência estudantil com novas perspectivas na ampliação de recursos e programas para atendimento a necessidades básicas, como moradia, alimentação e bolsas, mas também de estratégias que permitam uma efetiva inserção social por intermédio de uma formação ética, cidadã, que não se restrinja a manutenção e sobrevivência dos estudantes em condições de risco socioeconômico.

PRINCÍPIOS

O Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das IFES rege-se pelos seguintes princípios:

1. a afirmação da educação superior como uma política de Estado;
- II) gratuidade do ensino;
- III) igualdade de condições para o acesso, permanência e conclusão de curso nas IFES.
- IV) formação ampliada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes;
- V) garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil;
- VI) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- VII) orientação humanística e preparação para o exercício pleno da cidadania;
- VIII) defesa em favor da justiça social e eliminação de todas as formas de preconceitos;
- IX) pluralismo de idéias e reconhecimento da liberdade como valor ético central.

OBJETIVOS

GERAIS:

- garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida;
- garantir recursos extra-orçamentários destinados a Assistência Estudantil a matriz orçamentária anual do MEC destinados as IFES.

ESPECÍFICOS:

- viabilizar a igualdade de oportunidades aos estudantes das IFES, na perspectiva do direito social assegurado pela Carta Magna;
- promover o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social e democratização do ensino;
- contribuir para aumentar a eficiência e a eficácia do sistema universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão;
- redimensionar as ações desenvolvidas pelas instituições e consolidar programas e projetos, nas IFES, relacionados ao atendimento às necessidades apontadas nas pesquisas sobre o perfil do estudante de graduação, a partir das áreas estratégicas e linhas temáticas definidas;
- adequar os programas e projetos articulados e integrados ao ensino, à pesquisa e à extensão;
- assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico;
- promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios: cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico;
- consolidar a expansão de um sistema de informações sobre assistência ao estudante nas IFES, por meio da implantação de um banco de dados nacional;
- realização de pesquisa a cada 4 anos para atualização do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES;
- definir um sistema de avaliação dos programas e projetos de assistência estudantil por meio da adoção de indicadores quantitativos e qualitativos para análise das relações entre assistência e evasão, assistência e rendimento acadêmico;
- viabilizar por meio das IFES uma estrutura organizacional, em nível de Pró-Reitoria com as finalidades específicas de definir e gerenciar os programas e projetos de assistência estudantil;
- desenvolver parcerias com a representação estudantil, a área acadêmica e a sociedade civil, para implantação de projetos.

METAS

- Implantação do Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Federais no ano 2007;
- Destinação de no mínimo 10% na matriz orçamentária anual do MEC como recurso extra-orçamentário destinado as IFES para os programas de permanência destinados aos estudantes provenientes das categorias C,D e E que correspondem atualmente a 43% dos estudantes regularmente matriculados.

ÁREAS ESTRATÉGICAS

Áreas	Linhas Temáticas	Órgãos Envolvidos
-------	------------------	-------------------

INVESTIMENTOS

Para efeito do cumprimento da meta apontada pelo Plano utilizou-se a base de cálculo de acordo com os seguintes parâmetros:

1. Número de estudantes regularmente matriculados na graduação em 2003/2004 e no 1º semestre de 2007.
2. Percentual de 43% dos estudantes nas categorias C,D e E identificados na pesquisa e projetado para o ano 2008, com relação a alunos matriculados, segundo dados do MEC.
3. Valor estimado do investimento em programas de assistência estudantil, tendo como base o valor-referência de um salário mínimo/dez meses ano.

Quadro Geral

Parâmetros	2003/2004
------------	-----------

Notas:

1. Os dados foram cedidos pela Andifes.
2. Dados obtidos pela 2ª Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Ifes Brasileiras.

Com base no quadro acima, constata-se a necessidade de investimentos na ordem de R\$ 451.840.800,00 (quatrocentos e cinquenta e um milhões, oitocentos e quarenta mil e oitocentos reais), em valores de 2004.

NECESSIDADE DE PESSOAL

A elaboração e implementação de programas vinculados a assistência estudantil no âmbito das IFES, estão relacionados ao trabalho integrado de profissionais em atuação nas diversas áreas do conhecimento. É fundamental que se envide todos os esforços no sentido de garantir a formação de equipes multidisciplinares e interdisciplinares que tenham como atribuição a construção e execução dos programas de assistência estudantil que envolvem, dentre outros aspectos, avaliações de cunho social e econômico. Neste sentido faz-se premente a autorização de vagas para realização de concursos públicos de STAs, a exemplo de assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, dentre outros, atendendo as especificidades de cada região e instituição.

Além dos cargos identificados anteriormente é urgente a revisão de alguns cargos extintos que estão diretamente relacionados a viabilização de alguns programas de assistência aos estudantes, podemos citar como exemplo o cargo de cozinheiro.

ACOMPANHAMENTO

Historicamente, as IFES têm desenvolvido suas atividades de assistência estudantil, a partir das demandas apresentadas pelos estudantes.

A Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural indicou parâmetros para definir melhor os programas e projetos a serem desenvolvidos nas instituições.

No bojo das análises dos dados coletados, observa-se a necessidade de adequar a oferta de serviços em qualidade e quantidade, com relação à demanda. Associa-se a esse contexto, a necessidade de estabelecer

uma metodologia de acompanhamento e avaliação da assistência praticada e qualificar as ações desenvolvidas para a melhoria do desempenho acadêmico do estudante usuário dos serviços.

A avaliação dos programas e projetos institucionais destinados aos estudantes deverá ser realizada pela Instituição, com a participação dos discentes e demais Pró-Reitorias, subsidiando os trabalhos do FONAPRACE na avaliação permanente do Plano Nacional de Assistência.

As avaliações institucionais deverão contemplar, entre outros, os seguintes pontos:

- relação oferta/ demanda;
- desempenho acadêmico do estudante;
- mecanismo de avaliação continuada da assistência estudantil;

Para isso, as Instituições deverão:

- estabelecer indicadores para pontuar a oferta dos serviços em relação ao atendimento à demanda;
- avaliar a melhoria do desempenho acadêmico do estudante usuário da assistência, estabelecendo uma rede de informações entre Pró-Reitorias, departamentos de administração acadêmica e colegiados de cursos;
- identificar a dinâmica do uso de serviços de complementação da vida acadêmica pelos estudantes usuários dos programas e projetos (bibliotecas, videotecas, eventos culturais e apresentação de projetos de pesquisa e extensão).

Para colaborar na definição de uma metodologia que atenda às necessidades e exigências propostas, o Fórum buscará consultoria especializada em metodologia de avaliação.

Julho/2007

REFERENCIAL TEÓRICO

HALLAK Ingrides e SOARES, José Francisco. “Influência da bolsa de manutenção no desempenho acadêmico dos bolsistas”. Estudo comparado entre dois grupos “bolsista” e “não-bolsistas”.

FARIA, Sandra de. “Política de Ação Comunitária”. In: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – Dez Encontros. Goiânia, 1993, p. 208.

FONAPRACE, II Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES, Brasília, 2004.

Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – Dez Encontros. Goiânia, 1993, p. 110.

FONAPRACE, Plano Nacional de Assistência Estudantil, 2001

1

Art. 1º, Da Definição e dos Princípios, Cap. I da Proposta de Resolução do Conselho Universitário que estabelece a política de assuntos estudantis da Universidade Federal de Uberlândia – UFU)

Um comentário em “PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – Aprovado pela ANDIFES”

1. Na verdade tenho uma duvida: e para os alunos que se permitem participar de projetos de intercambio, como por exmplo, Mobilidade Academica, eles estão inclusos nesse plano de assistencia estudantil?

ANEXO – C

Seqüência das Resoluções da Instituição que discorrem sobre a Assistência Estudantil na UFSM

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
RESOLUÇÃO N. 005/08**

Regulamenta, no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, a concessão de benefícios socioeconômicos e revoga a Resolução n. 007/03.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e considerando:

- um dos objetivos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Institucional 2006-2010 que consiste em qualificar os programas de assistência estudantil; e
- o Parecer n. 084/08, aprovado na 682a Sessão do Conselho Universitário, de 16.05.2008, conforme Processo n. 23081.000660/2008-07. RESOLVE:

Art. 1o Regulamentar a concessão de benefícios socioeconômicos a alunos da Universidade Federal de Santa Maria.

Parágrafo único. Os benefícios socioeconômicos de que trata esta resolução são:

- I – Bolsa Alimentação, com subsídio de oitenta por cento do custo das refeições nos restaurantes universitários;
- II – Bolsa Transporte, que possibilita aos alunos solicitarem, em época divulgada no calendário escolar, o subsídio de cinquenta por cento do custo das passagens escolares usadas no semestre; e
- III – Moradia Estudantil, sendo que os alunos podem participar gratuitamente desse benefício desde que cumpridas as disposições da Resolução n. 004/08, de 19.05.08.

Art. 2o Para a concessão do benefício socioeconômico a alunos da UFSM, serão observados os seguintes critérios:

- I – ser estudante brasileiro, ou naturalizado, com matrícula e frequência regular em curso de graduação, de nível médio ou técnico da Instituição;
- II – possuir cadastro socioeconômico completo aprovado na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, nos moldes por esta preconizados;
- III – não possuir diploma de curso superior, exceto para alunos que realizam transferência interna de bacharelado para licenciatura e vice-versa e/ou para outra terminalidade de seu curso, resguardado o que preceitua o art. 7o desta resolução; e
- IV – o aluno de ensino técnico poderá utilizar o programa para a realização de um único curso técnico. (Fol. 2 da Resolução n. 005/08, de 19.05.2008)

Parágrafo único. Os alunos poderão apenas utilizar o programa para a realização de um único curso de igual nível, sendo vedado ao aluno retroceder do nível de graduação para o ensino médio e pós-médio.

Art. 3o A concessão de benefícios a alunos obedecerá a critérios pré-estabelecidos e ao índice de carência resultante da análise do cadastro socioeconômico.

Parágrafo único. Não serão cobradas taxas efetivas dos candidatos que pleiteiam benefícios deste programa.

Art. 4o. O Programa de Benefícios será custeado por recursos provenientes:

- I – do Tesouro Nacional, alocados de acordo com as Normas para Distribuição de Recursos de Outros Custeios – IDR;

- II – de dotações específicas incluídas no Orçamento da União; e
- III – de receita diretamente arrecadada, incluída no Orçamento Interno da UFSM.

Art. 5o O cadastramento socioeconômico será realizado nas datas estabelecidas pela Pró-Reitoria e publicadas no calendário acadêmico a cada ano. Parágrafo único. A equipe técnica poderá, quando necessário, solicitar, a qualquer tempo, recadastramento dos alunos contemplados com os benefícios.

Art. 6o Os estudantes aos quais foram concedidos os benefícios socioeconômicos serão desligados da Bolsa Alimentação se não obtiverem aprovação em cinquenta por cento das disciplinas cursadas no semestre letivo, sendo esta restabelecida no semestre subsequente à aprovação.

§ 1o O aluno que tenha sido desligado da Bolsa Alimentação continuará com os outros benefícios, sendo contado o tempo de benefício ininterruptamente.

§ 2o O aluno que reprovar em dois semestres consecutivos terá todos os benefícios suspensos (alimentação, transporte, moradia).

§ 3o Os estudantes, para se manterem no programa, deverão matricular-se e cursar, obrigatoriamente, disciplinas que perfaçam uma carga horária mínima de duzentas e quarenta horas no semestre, exceto quando formando.

Art. 7o A concessão de benefícios ao estudante terá duração igual ao tempo médio de integralização do primeiro curso de graduação por ele freqüentado, acrescido de cinquenta por cento desse tempo.

§ 1o Alunos do ensino médio e pós-médio terão a concessão do benefício pelo prazo mínimo de conclusão do curso por ele freqüentado.

§ 2o Alunos do pós-médio terão direito aos benefícios durante o período de estágio, desde que este se realize no semestre imediatamente seguinte à integralização dos módulos curriculares.

§ 3o Em casos de transferência e/ou troca de curso, continuará valendo o tempo médio de integralização do primeiro curso por ele freqüentado, ainda que o aluno tenha prestado novo vestibular ou seleção para pós-médio.

Art. 8o Os estudantes, que efetuarem trancamento total das disciplinas por dois semestres consecutivos, terão a suspensão dos benefícios concedidos.

Parágrafo único. Para fins de reingresso no programa de benefício, os (Fol. 3 da Resolução n. 005/08, de 19.05.2008) estudantes seguirão o que preceitua o art. 2o, tendo que comprovar o real desempenho no semestre subsequente.

Art. 9o A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis poderá suspender a concessão do benefício socioeconômico ao aluno que não cumprir as normas do programa ou da Instituição.

Art. 10. A equipe técnica responsável pela concessão do benefício socioeconômico estudará e encaminhará aos seus superiores casos omissos nesta resolução.

Art. 11. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução n. 007/03.

GABINETE DO REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, aos dezenove dias do mês de maio do ano dois mil e oito.

Clovis Silva Lima,
Reitor.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
RESOLUÇÃO N. 006/08

Institui o Programa de Moradia Estudantil, no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, aos alunos da pós-graduação e revoga a Resolução n. 004/06.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e considerando:

- a necessidade de disciplinar a concessão de benefício da Moradia Estudantil da pós-graduação no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria;
- que a moradia estudantil se insere em uma proposta de assistência socioeconômico-pedagógica, visando a estudantes brasileiros, de ambos os sexos, vinculados à Universidade Federal de Santa Maria, contribuindo para a formação integral e para o fortalecimento desses estudantes; e
- o Parecer n. 084/08, da Comissão de Legislação e Regimentos, aprovado na 682a Sessão do Conselho Universitário, de 16.05.2008, referente ao Processo n. 23081.000660/2008-07;

RESOLVE:

Art. 1o Regularizar o Programa Gratuito de Moradia Estudantil PRAE/UFSM, para alunos da pós-graduação.

Art. 2o O Programa se destina exclusivamente à moradia de estudantes de pós-graduação da UFSM que atendam às exigências desta resolução e tem como campo de ação o complexo residencial Casa do Estudante Universitário de Pós-Graduação – Campus, localizada na Cidade Universitária “Prof. Mariano da Rocha Filho”, n. 1000, Bairro Camobi, que usará a sigla CEU III.

Art. 3o A coordenação do programa ficará afeta a um Conselho de Administração que terá a seguinte composição:

- I – três membros da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis; e
- II – três membros da Comissão de Moradia de Pós-Graduação/CEU III.

Parágrafo único. A escolha desses membros será feita pelos seus pares.

Art. 4o O programa será custeado pelos seguintes recursos:

- I – recursos do Tesouro alocados de acordo com as normas para Distribuição de Recursos de Outros Custeios e Capital – OCC;
- II – dotações específicas incluídas no orçamento da União; e
- III – receita diretamente arrecadada, incluída no Orçamento Interno da UFSM.

Art. 5o Para a admissão e permanência na moradia estudantil, serão observados os seguintes critérios: (Fol. 2 da Resolução n. 006/08, de 19.05.2008)

- I – ser estudante brasileiro, ou naturalizado, com matrícula e frequência regular em curso de pós-graduação da UFSM;
- II – a família não residir em Santa Maria;
- III – possuir cadastro socioeconômico completo, aprovado na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, nos moldes por ela preconizados;
- IV – em caso de excesso de candidatos, será dada prioridade para aqueles alunos que apresentarem menor situação socioeconômica; e
- VI – assinar, junto à Diretoria da CEU III, e protocolar, na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, o termo de responsabilidade patrimonial do imóvel, que confere ao candidato a guarda e preservação patrimonial do imóvel e dos equipamentos sob sua responsabilidade, com prévia avaliação dos móveis.

Parágrafo único. É de responsabilidade da direção da CEU III a realização de vistoria antes e depois da ocupação do imóvel juntamente com o setor responsável da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

Art. 6o No início de cada semestre, ouvido o Conselho Administrativo do Programa e a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, a direção da CEU III divulgará a previsão do número de vagas no programa, bem como as exigências para acesso a este no período específico.

Parágrafo único: A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis manterá efetivo controle sobre o banco de vagas no âmbito da casa, mediante as informações prestadas pela direção da CEU III, sendo que esses dados serão utilizados para efeitos do caput deste artigo, bem como para informação aos interessados de modo geral.

Art. 7o Os apartamentos de Moradia da Pós-Graduação/CEU III serão ocupados por três estudantes, matriculados em cursos de pós-graduação da UFSM.

Parágrafo único. Companheiro(a), filho(a) e/ou cônjuge que estejam acompanhando o estudante de pós-graduação poderão fazê-lo desde que tenham prévia autorização dos ocupantes do apartamento e ocupem a mesma vaga (quarto) do aluno.

Art. 8o A concessão de benefício do programa de moradia estudantil aos alunos da pós-graduação, terá duração igual a dezoito meses para oriundos da especialização, vinte e quatro meses para alunos do mestrado e, quarenta e oito meses aos alunos do doutorado, em semelhança às diretrizes de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e Ministério da Educação – MEC.

Parágrafo único. A prorrogação do tempo máximo de permanência desde que justificado e solicitado será de:
I – trinta dias para o curso de especialização; e
II – cento e oitenta dias para os cursos de mestrado e doutorado.

Art. 9o Após a seleção, cabe à Diretoria da CEU III alojar os estudantes, determinando os aposentos que estes utilizarão, firmando o competente termo de responsabilidade patrimonial, sendo este protocolado na PRAE.

§ 1o Toda e qualquer mudança interna dos estudantes, de um alojamento para outro, deverá obedecer às normativas estabelecidas no Regimento Interno da respectiva CEU III, e só se efetivarão mediante troca de termo de responsabilidade patrimonial fornecida pela Diretoria da CEU III, com protocolo na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. (Fol. 3 da Resolução n. 006/08, de 19.05.2008)

§ 2o A transferência de vagas entre moradores da CEU III será permitida desde que haja concordância da Diretoria e se efetive a troca do termo de responsabilidade patrimonial junto à Diretoria da Casa com protocolo na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

Art. 10. Constituem faltas graves, com a conseqüente exclusão do Programa Gratuito de Moradia Estudantil PRAE/UFSM, desde que devidamente comprovadas por meio de processo no qual seja propiciada ampla defesa:

I – discriminação étnica, sexual, religiosa, política e social;

II – atentado ou constrangimento sexual;

III – prática de roubo ou furto;

IV – guarda e conservação, sem autorização, de material pertencente ao patrimônio público, não-relacionado no termo de responsabilidade patrimonial do Imóvel, assinado junto à Diretoria da Casa e protocolado na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis;

V – uso e/ou porte e/ou comercialização, nas dependências da CEU III, de substâncias proibidas na legislação em vigor;

VI – falsidade ideológica;

VII – uso e/ou porte de arma de fogo;

VIII – agressão física;

IX – atentado contra à vida;

X – uso e comercialização de bebida alcoólica; e

XI – o não-cumprimento das normas desta resolução.

Art. 11. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Administração do Programa.

Art. 12. Esta resolução entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução n. 004/06.

GABINETE DO REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, aos dezenove dias do mês de maio do ano dois mil e oito.

Clovis Silva Lima,
Reitor.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
RESOLUÇÃO N. 007/08**

Regulamenta, no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, a concessão de benefícios socioeconômicos aos alunos da pós-graduação e revoga a Resolução n. 005/06.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e considerando:

- que um dos objetivos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Institucional 2001/05 consiste em qualificar os Programas de Assistência Estudantil; e
- o Parecer n. 084/08, aprovado na 682a Sessão do Conselho Universitário, de 16.05.2008, conforme Processo n. 23081.000660/2008-07.

RESOLVE:

Art. 1o Instituir a concessão de benefícios socioeconômicos aos alunos da pós-graduação da Universidade Federal de Santa Maria.

Art. 2o A Concessão de benefícios socioeconômicos aos alunos da pós-graduação obedecerá a critérios pré-estabelecidos pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE ao índice per capto resultante da análise do cadastro socioeconômico.

Art. 3o O programa de benefícios socioeconômicos será custeado por recursos provenientes:

- I – do Tesouro Nacional, alocados de acordo com as Normas de Distribuição de Recursos de Outros Custeios e Capitais – IDR;
- II – de dotações específicas incluídas no Orçamento da União; e
- III – de receita diretamente arrecadada, incluída no Orçamento Interno da UFSM.

Art. 4o Não serão cobradas taxas efetivas dos candidatos que pleiteiam benefícios deste programa.

Art. 5o Para a concessão de benefícios aos alunos da pós-graduação da UFSM, serão observados os seguintes critérios:

- I – ser estudante brasileiro, ou naturalizado, com matrícula e frequência regular em curso de pós-graduação da Instituição; e
- II – possuir cadastro socioeconômico completo e aprovado na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

Parágrafo único. Os alunos poderão utilizar o programa para realização de um curso de especialização, um de mestrado e um de doutorado, sendo vedado ao aluno retroceder do mestrado para especialização ou do doutorado para o mestrado. (Fol. 2 da Resolução n. 007/08, de 19.05.2008)

Art. 6o O cadastramento socioeconômico será realizado em datas pré-estabelecidas publicadas em editais.

Art. 7o Os estudantes aos quais foram concedidos os benefícios serão desligados, se não obtiverem aprovação em cem por cento das disciplinas matriculadas durante o semestre letivo, sendo necessário estar matriculados em disciplinas que perfaçam, no mínimo, três créditos.

Art. 8o A concessão de benefícios aos estudantes terá duração igual ao tempo mínimo de integralização do curso de pós-graduação por eles freqüentado, garantindo dezoito meses para oriundos da especialização, vinte e quatro meses para alunos do mestrado e, quarenta e oito meses aos alunos do doutorado, em semelhança às diretrizes de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e Ministério da Educação – MEC.

Art. 9o Os estudantes que efetuarem trancamento total das disciplinas terão a suspensão imediata dos benefícios concedidos.

Art. 10. Somente os alunos considerados aptos a participarem do programa poderão concorrer aos seguintes benefícios:

- I – Bolsa Alimentação;
- II – Moradia Estudantil; e
- III – Bolsa Transporte.

Art. 11. A equipe técnica responsável pela concessão do benefício socioeconômico estudará e encaminhará aos seus superiores casos omissos nesta resolução.

Art. 12. Esta resolução entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, aos dezenove dias do mês de maio do ano dois mil e oito.

Clovis Silva Lima,
Reitor.